



Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Campus de Presidente Prudente

**A INTEGRAÇÃO DE AGRICULTORES ÀS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS
ABATEDORAS DE FRANGOS NO OESTE DO PARANÁ.**

Diane Belusso

Presidente Prudente

2010

DIANE BELUSSO

**A INTEGRAÇÃO DE AGRICULTORES ÀS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS
ABATEDORAS DE FRANGOS NO OESTE DO PARANÁ.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia (PPGG) da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de
Presidente Prudente, para obtenção do título de
Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

Presidente Prudente

2010

Belusso, Diane.
B392i A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras
de frangos no Oeste do Paraná / Diane Belusso. - Presidente
Prudente : [s.n], 2010
219 f.

Orientador: Antonio Nivaldo Hespanhol
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Geografia rural. 2. Cooperativismo Agroindustrial. 3.
Desenvolvimento rural. I. Hespanhol, Antonio Nivaldo. II. Universidade
Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

CDD 910

TERMO DE APROVAÇÃO

DIANE BELUSSO

A INTEGRAÇÃO DE AGRICULTORES ÀS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS ABATEDORAS DE FRANGOS NO OESTE DO PARANÁ.

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Geografia, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, pela seguinte banca examinadora:

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol - Orientador
Departamento de Geografia - UNESP

Prof. Dr. Elpídio Serra
Departamento de Geografia - UEM

Prof.(a). Dra. Vera Mariza H. de Miranda Costa
Faculdade de Ciências e Letras - UNIARA

Prof.(a). Dra. Alba Regina Azevedo Arana
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis - UNOESTE

Prof.(a) Roselí Alves dos Santos
Colegiado de Geografia – UNIOESTE

Presidente Prudente (SP), 11 de março de 2011.



BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. ANTONIO NIVALDO HESPANHOL
ORIENTADOR

PROF. DR. ELPIDIO SERRA
(UEM)

PROFA. DRA. VERA MARIZA H. DE M. COSTA
(UNIARA)

PROFA. DRA. ALBA REGINA ARANA
(UNOESTE)

PROFA. DRA. ROSELI ALVES DOS SANTOS
(UNIOESTE)

DIANE BELUSSO

Presidente Prudente (SP), 11 de março de 2011.

Resultado:

17 Aprovado

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente e a todos os professores e professoras que compõem o Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), em especial, aos coordenadores Antonio Cezar Leal e Margarete Cristiane C. Trindade Amorin.

Ao professor Antonio Nivaldo Hespanhol, pela oportunidade de sua orientação e ensinamentos proferidos.

Aos funcionários do departamento de pós-graduação: André, Cinthia, Erynãt, Giuliana, Ivonete, Márcia e à secretária Nair, pelo atendimento sempre gentil.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela bolsa de estudos.

À Alba Regina Azevedo Arana e Antonio Lázaro Sant’ana, professores que contribuíram como banca do Exame de Qualificação.

À professora Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol, líder do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA) e a todos os membros do grupo, de forma particular a: Adriano Rodrigues de Oliveira, Carlos de Castro Neves Neto, Cláudia Tsukada, Érika Vanessa Moreira, Evandro César Clemente, Fernando Veloso, Ruth Tsukamoto, Sonia Segatti.

A todos os colegas da geografia, contemporâneos durante a pós-graduação na Unesp, pela amizade, diálogos e convívio, especialmente agradeço a Archanjo da Mota, Carlos Loboda, Elaine Cristina Cícero, Fanley Bertoti, Janio Santos, Leandro Braidó, Marcelo de Oliveria Latuf, Marcelo Nunes, Márcio Freitas Eduardo, Luiz Carlos Flávio, Rosiane Torrezan e Terezinha Brumatti Carvalhal.

À minha família. Aos meus pais Niomar e Dilvo, por tudo o que representam para mim, em especial à minha mãe, que me acompanhou em vários trabalhos de campo. Às minhas irmãs Chrystiane e Rosane e aos meus cunhados Evandro e Ricardo, pois sempre me incentivaram e são pessoas maravilhosas em minha vida. Ao meu sobrinho querido, Leonardo. A minha avó Maria, principalmente pelas suas orações.

De modo especial, à tia Oneida, pela amizade e revisão de língua portuguesa.

Também agradeço ao Jones, pelo companheirismo, afeição profunda e pela ajuda nos trabalhos de campo e nas traduções em língua inglesa.

À Lucilene Rodrigues Feil Terra e ao Cleverton Alexander Reolon, pelo auxílio com os mapas.

À Matilde, pelo carinho e acolhida em sua casa, no período de permanência na cidade de Presidente Prudente.

Às colegas de trabalho que conheci em 2010, no IF Goiano, Adriana, Aline, Ednalva, Frankcione, Haiani, Priscila, Rúbia, Sandra, Stella, pela amizade e apoio.

Às pessoas amigas que passaram durante os anos da minha trajetória acadêmica, embora distantes, continuam na memória.

Aos agricultores que gentilmente responderam às entrevistas e às cooperativas pelas informações disponibilizadas.

A Deus, pela fé que anima.

RESUMO

No início do século XXI, o Brasil tornou-se um dos maiores exportadores mundiais e o Estado do Paraná líder nacional na produção de frangos. Neste período, na região oeste do Paraná, registrou-se o crescimento do efetivo de aves e a entrada das cooperativas agrícolas neste segmento agroindustrial. Tais cooperativas foram fundadas nas décadas de 1960 e 1970 e estruturaram-se para receber grãos, principalmente milho e soja. A implantação da avicultura especializada, por estas cooperativas, ocorreu a partir dos anos 1980, com o intuito de: industrializar matérias-primas, diversificar a produção e melhorar a eficiência econômica. Identificaram-se os municípios da região oeste do Paraná onde a avicultura se constitui em atividade representativa. Verificou-se que as cooperativas dinamizam a economia dos municípios envolvidos, se destacam em volume de produção e geração de empregos, concentram poder econômico e político. Analisou-se a relação entre os produtores de frangos e as cooperativas integradoras a fim de averiguar os efeitos sobre a renda e a qualidade de vida dos produtores. Os resultados da pesquisa indicam que tem crescido as exigências em relação à capacidade de investimentos e ampliação da escala produtiva, apontando para a difusão de um modelo de integração baseado em médios e grandes produtores, incluindo agricultores familiares que apresentam maior nível de capitalização. A principal variável que distingue os produtores de frangos pesquisados é o nível tecnológico representado pelo modelo dos aviários (convencional e climatizado). O tipo de mão de obra empregada (familiar e/ou assalariada) e o local de residência (campo ou cidade) estão diretamente ligados a esta variável principal. Não há um perfil comum de produtores integrados de frangos, no oeste do Paraná, dois elementos centrais contribuem para a coexistência de produtores em diferentes condições: o acesso ao crédito e a associação às cooperativas. A avicultura industrial e a produção integrada são atividades impulsionadas pelas cooperativas do oeste do Paraná, motivadas pelas condições regionais favoráveis, tais como a grande produção de milho e soja (grãos básicos na formulação de rações para as aves) e pela expansão do mercado interno e externo de carne de frango.

Palavras-chave: Cooperativismo agroindustrial. Produção integrada. Avicultura industrial. Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

At the beginning of century XXI, Brazil became one of the biggest worldwide exporters of poultry meat and Paraná State the national leader in the production of chickens. At this time was registered the growth of the effective of chickens and the entrance of agricultural cooperatives in the industrial segment. Such cooperatives had been established in the decades of 1960 and 1970 and was prepared to receive grains, mainly maize and soy. The implantation of the specialized poultry keeping in these cooperatives began in the 1980's, with the intention of to industrialize raw materials, to diversify the production and to improve the economic efficiency. The west Paraná cities where the poultry keeping constitutes a representative activity were identified and was verified that the cooperatives brought economic dynamism to involved cities and are distinguished in volume of production and job generation. Another observed effect caused by the cooperatives is the centralization of the economic and political strength in those cities. The relation between the chicken producers and the cooperative integrators was analyzed in order to inquire the effect on the producer's income and quality of life. The results of the research indicate that it has grown the requirements concerning the capacity of investments and expansion of the productive scale. Therefore, pointing to the diffusion of a integration model based on medium and great producers, including familiar agriculturists who present greater capitalization level. The main variable used to distinguish the producers is the technological level of the aviaries (conventional and acclimatized). The kind of relationship with the workers (familiar and/or wage-earner) and the place of residence (field or city) exhibit a direct dependency on this main variable. It was verified that there is not a common profile of integrated chickens producers in west Paraná. Indeed, two central elements contribute for the coexistence of producers in different conditions: the access to the credit and the association to the cooperatives. The industrial poultry keeping and the integrated production are activities stimulated by the west Paraná cooperatives, motivated by the favorable regional conditions, such as the great production of maize and soy (chicken ration ingredients) and by the expansion of domestic and international markets of chicken meat.

Keywords: Agroindustrial cooperativism. Integrated production. Industrial poultry farming. Rural development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras:

	P.
01 Distribuição das cooperativas do ramo agropecuário no Estado do Paraná (2009).	65
02 Distribuição dos aviários, por município, na área de abrangência das cooperativas (2009).	86

Fotos:

	P.
01 Calçamento de estrada rural no município de Cafelândia - PR.	94
02 Aspecto de estada e habitação no meio rural no município de Palotina – PR.	141
03 Vista de estabelecimento rural no município de Mercedes. Ao fundo, lago do reservatório da hidrelétrica de Itaipu.	141
04 Entrada de uma granja em Cafelândia – PR.	142
05 Aviários entre as lavouras de soja, no município de Cascavel – PR.	143
06 Vista das lavouras de soja no município de Mercedes – PR.	143
07 Lavoura de soja em Cafelândia – PR. Detalhe na linha do horizonte: vista do parque industrial da Copacol.	144
08 Arco de desinfecção instalado na entrada de uma granja integrada à Sadia. Localização: proximidade de Vera Cruz do Oeste – PR.	156

Gráficos:

	P.
01 Índice de participação das exportações no consumo interno total nos principais países produtores e exportadores de carne de frango (2008).	42
02 Abate de frango por Estado (%).	62
03 Produtores de frangos integrados à Sadia no município de Toledo (1979-1996).	78
04 Evolução do efetivo de aves no município de Marechal Cândido Rondon (2000 a 2008).	82
05 Carne de frango comercializada pela C.Vale (1997 a 2008).	82
06 Produção de carne de frango da Cooperativa Lar (2003 a 2009).	83
07 Evolução do quadro de funcionários da C.Vale Cooperativa Agroindustrial – 1997 a 2008.	98
08 Distribuição dos funcionários da Cooperativa Lar, por setores de atividades (2009).	99

09	Evolução do número de funcionários da Cooperativa Lar (2005 a 2009).	99
10	Evolução do quadro de funcionários da Copagril – 2001 a 2008.	100
11	Grau de escolaridade dos funcionários da Copacol (2006).	101
12	Escolaridade dos funcionários da Copagril (2008).	101
13	Composição fundiária dos associados da Cooperativa Lar (2007).	128
14	Composição fundiária dos associados da Copacol (2006).	129
15	Composição fundiária dos associados da Copagril (2007).	129
16	Composição fundiária dos associados da C.Vale, no Paraná (2006).	130
17	Classes e frequência de idades dos proprietários de aviários.	134
18	Tipo de mão-de-obra empregada nos aviários cujos proprietários foram entrevistados.	136
19	Nível de escolaridade dos proprietários de aviários pesquisados.	138
20	Número de filhos por unidade familiar dos proprietários de aviários.	140
21	Dimensão das propriedades dos produtores de frangos.	145
22	Combinações de culturas mais frequentes desenvolvidas por um mesmo produtor.	148
23	Período da instalação dos aviários nos estabelecimentos dos proprietários entrevistados.	151
24	Quantidade e modelo dos aviários por produtor entrevistado.	151
25	Dimensão das propriedades do grupo de produtores que possui um aviário convencional.	158
26	Dimensão das propriedades do grupo que possuem dois aviários climatizados.	159

Mapas:

	P.
01 Articulações territoriais do mercado interno e externo da Cooperativa C.Vale.	45
02 Articulações territoriais do mercado externo da Cooperativa Copagril.	46
03 Municípios que compõem a Mesorregião Oeste Paranaense.	66
04 Distribuição das indústrias das cooperativas.	70
05 Empresas abatedoras de frangos no Oeste Paranaense.	80
06 Área de abrangência das cooperativas em relação à integração de avicultores.	85
07 Concentração dos aviários, por município, na área de abrangência das cooperativas.	89

LISTA DE QUADROS

	P.
01 Consumo brasileiro de carne de frango, habitantes/ano.	37
02 Preço do frango, ovos, bovino e suíno (em R\$/unidade).	38
03 Principais importadores de carne de frango (2000 a 2009).	41
04 Principais exportadores de carne de frango (2000 a 2009).	42
05 Cooperativas do ramo agropecuário com sede no Oeste Paranaense.	67
06 Municípios que concentram o maior número de aviários integrados às cooperativas do Oeste Paranaense (2009).	90
07 Os produtos recebidos e a agroindustrialização das cooperativas do Oeste Paranaense.	116
08 Quadro de associados das cooperativas abatedoras de frangos do Oeste Paranaense.	117
09 Modelos e custos para construção de aviários em 2006.	127
10 Caracterização do grupo de produtores de frangos que residem na cidade e exercem atividade profissional complementar (Subgrupo 01).	161
11 Caracterização dos produtores que residem na cidade e exercem apenas atividade produtiva agrícola (Subgrupo 02).	161
12 Caracterização dos produtores que moram no campo e possuem funcionários assalariados (Subgrupo 03).	162
13 Proprietários que obtiveram melhorias a partir do resultado econômico proveniente dos aviários.	169

LISTA DE TABELAS

	P.
01 Saldo da Balança do Agronegócio.	32
02 Principais países importadores de carne de frango do Brasil segundo a receita cambial (US\$ milhões).	43
03 Exportação das cooperativas (toneladas) e sua participação em relação ao total de exportações das empresas membros da ABEF (2008/2009).	44
04 Efetivo de aves no Brasil, na Região Sul, no Estado do Paraná, na Mesorregião Oeste Paranaense e nas Microrregiões Geográficas de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo nos anos 2000 e 2008 (em mil cabeças).	81
05 Efetivo de aves nos municípios-sede dos complexos industriais avícolas das cooperativas no Oeste Paranaense nos anos 2000 e 2008 (em cabeças).	81
06 Média de aviários por produtor, segundo o número geral de aviários e de produtores, das cooperativas.	152

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAVIOPAR.....	Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná.
ABEF.....	Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frangos.
ANEEL.....	Agência Nacional de Energia Elétrica.
ANFEAS.....	Associação Nacional dos Fabricantes de Equipamentos para Aves e Suínos.
APINCO.....	Associação Brasileira dos Produtores de Pinto de Corte.
APP.....	Área de Preservação Permanente.
BNDES.....	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BRDE.....	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul.
BRF.....	Brasil Foods.
CADE.....	Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
CAI.....	Complexo Agroindustrial.
CNA.....	Confederação da Agroindústria e Pecuária do Brasil.
CONAB.....	Companhia Nacional de Abastecimento.
CONVIR.....	Convênio de Integração Rural.
COPEL.....	Companhia Paranaense de Energia.
DFC.....	Declaração Fisco-Contábil.
EMATER.....	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.
FECOOPAR...	Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.
FPM.....	Fundo de Participação dos Municípios.
IAP	Instituto Ambiental do Paraná.
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICMS.....	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços.
IPARDES.....	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.
MDIC.....	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
OBM.....	Objetivos do Milênio.
OCB.....	Organização das Cooperativas Brasileiras.
OCEPAR.....	Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.
ONU.....	Organização das Nações Unidas.

PAN.....	Programa de Avicultura Noturna.
PIC.....	Projeto Iguaçu de Cooperativismo.
PRODECOOP	Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária.
PSDB.....	Partido da Social Democracia Brasileira.
RAC.....	Reserva Ambiental Coletiva.
RAIS.....	Relação Anual de Informações Sociais.
SEAB.....	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.
SECEX.....	Secretaria de Comércio Exterior.
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente.
SESCOOP.....	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.
SIF.....	Sistema de Inspeção Federal.
SINDIAVIPAR	Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná.
UBA.....	União Brasileira de Avicultura.
UDR.....	União Democrática Ruralista.
UIA.....	Unidade Industrial de Aves.
UIC.....	Unidade Industrial de Carnes.
USDA.....	United States Department of Agriculture.
VA.....	Valor Adicionado.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. A INSERÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS NO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA.	20
3. A AVICULTURA INDUSTRIAL BRASILEIRA E SEUS EFEITOS TERRITORIAIS.	33
3.1 Redefinições comerciais e produtivas na avicultura industrial brasileira.	34
3.1.1 O consumo interno.	36
3.1.2 As exportações brasileiras de carne de frango.	39
3.1.3 Abertura econômica: os efeitos sobre as estratégias empresariais das indústrias avícolas.	47
3.2 A expansão e regionalização da avicultura industrial no Brasil.	50
4. A FORMAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E A EXPANSÃO DA AVICULTURA DE ABATE NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ.	65
4.1 A expansão da avicultura no Oeste Paranaense.	78
4.2 A relação campo-cidade.	91
4.2.1 <i>A geração de empregos.</i>	96
4.2.2 <i>A função produtiva agrícola.</i>	103
5. A PARTICIPAÇÃO COOPERATIVISTA DOS PRODUTORES DE FRANGOS.	114
6. CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES DE FRANGOS INTEGRADOS ÀS COOPERATIVAS.	133
6.1 Padrão tecnológico e seletividade dos produtores.	149
6.2 A diferenciação entre os produtores integrados e suas estratégias de reprodução.	157
6.3 Os motivos à integração e avaliação por parte dos produtores.	164
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
REFERÊNCIAS	179
APÊNDICE	
ANEXOS	

1. INTRODUÇÃO

A expansão da avicultura industrial no Brasil, sobretudo as inovações tecnológicas e o aumento de produtividade alcançado por este segmento agroindustrial a partir dos anos 1970, e a presença e estruturação de cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no Oeste Paranaense constituíram-se nos principais elementos que motivaram o desenvolvimento da presente pesquisa.

A produção de frangos é uma fonte de renda importante para os produtores rurais. No entanto, o processo produtivo vem passando por modificações, exigindo que os agricultores ampliem a escala de produção e o padrão tecnológico para que continuem obtendo rentabilidade satisfatória.

As seguintes questões direcionaram o interesse da pesquisa: a implantação de abatedouros se constitui numa estratégia empresarial das cooperativas agrícolas do Oeste Paranaense? A avicultura é uma importante fonte de renda para os produtores rurais vinculados a essas cooperativas?

O principal objetivo foi analisar as relações estabelecidas entre as cooperativas abatedoras de frangos, do Oeste Paranaense, com os produtores integrados e averiguar os efeitos de tal integração sobre a renda e a qualidade de vida dos produtores, bem como sobre a dinâmica regional.

Os objetivos específicos consistiram em: compreender a evolução das cooperativas e o papel das políticas públicas; evidenciar o papel das cooperativas como agentes econômicos na geração de empregos; demonstrar a estrutura de funcionamento das cooperativas; identificar perfis sócio-econômicos dos produtores e analisar o potencial da avicultura industrial de abate como atividade importante para a sobrevivência da agricultura familiar.

Para a abordagem do tema “A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no Oeste do Paraná”, se partiu do contexto geral para o particular. De modo geral, apresentou-se a inserção da agricultura e das cooperativas brasileiras no padrão de acumulação capitalista, as alterações na estrutura produtiva, a expansão e regionalização da avicultura industrial no Brasil. De modo específico, analisou-se a formação das cooperativas no Oeste Paranaense, os efeitos da produção integrada sobre a participação cooperativista, a

manutenção e a qualidade de vida dos agricultores, bem como sobre a dinâmica espacial da referida região.

Cinco grandes cooperativas agrícolas, fundadas nos anos 1960 e 1970, com sede em municípios localizados na Mesorregião Oeste Paranaense, implantaram várias agroindústrias, inclusive abatedouros de frangos, são elas: C.Vale Cooperativa Agroindustrial, de Palotina; Copacol – Cooperativa Agrícola Consolata, de Cafelândia; Copagril Cooperativa Agroindustrial, de Marechal Cândido Rondon; Coopavel Cooperativa Agroindustrial, de Cascavel; e Cooperativa Agroindustrial Lar, com sede em Medianeira. A Copacol atua no segmento avícola desde 1982 e a exemplo dela outras cooperativas investiram no setor. O empreendimento mais recente é o da Copagril, inaugurado no ano de 2005. A Coopavel iniciou com a avicultura em 1994, a C.Vale em 1997 e a Lar 1999.

A produção e a industrialização de frangos alavancaram o faturamento das cooperativas e estas passaram a exercer forte influência no território.

Tais cooperativas possuem como principal área de atuação o Estado do Paraná, mas a C.Vale, a Copagril e a Lar possuem entrepostos ou filiais nos estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e no Paraguai. Entretanto, a localização dos parques industriais avícolas e a área de abrangência em relação aos produtores de frangos restringem-se a municípios paranaenses.

De acordo com os dados fornecidos pelas cooperativas, em 2007, o número total de avicultores integrados às cooperativas estudadas era de 1.958. Foram entrevistados 86 proprietários de aviários no período compreendido entre o segundo semestre de 2008 e o primeiro semestre de 2009, distribuídos nos seguintes municípios: Palotina (35), Cafelândia (19), Marechal Cândido Rondon (07), Mercedes (05), Toledo (04), Itaipulândia (04), Corbélia (03), Cascavel (03), Ibema (01), Céu Azul (01), Matelândia (01) e Missal (01). Destes, 37 são integrados à C.Vale, 22 à Copacol, 16 à Copagril, seis à Lar e cinco à Coopavel. A utilização das entrevistas aparece no texto principalmente por meio de transcrições de trechos das respostas obtidas, cujos entrevistados são identificados por um número precedido da letra “E”. Além dos avicultores foram realizadas entrevistas com os dirigentes das cooperativas.¹

¹ O roteiro das entrevistas se encontra ao final do trabalho (APÊNDICE 01).

A pesquisa bibliográfica e a elaboração do referencial teórico ocorreram acerca dos seguintes temas, conceitos e autores principais:

- Agricultura e agroindústria: Belik (2007); Delgado (1985; 2001); Fleischfresser (1988); Guimarães (1979); Müller (1989); Silva (1982; 1998); Sorj (1982; 1986); Smerecsányi (1998).
- Agricultura familiar: Buainain (2007); Carneiro (2002; 2008); Hespanhol; Costa (2002); Tedesco (2001); Wilkinson (2008).
- Avicultura industrial e produtores integrados: Arana (2001); Azevedo *et al* (2002); Espíndola (1999, 2001, 2002, 2004, 2009); França (2003); Paulilo (1990); Rizzi (1993).
- Cooperativas agrícolas: Andrade (1974); Araújo (1982); Bialoskorski Neto (2006) Fonseca; Costa (1995); Ipardes (1985); Pires (2004); Serra (2008).
- Região, território, rede e desenvolvimento: Cano (2002); Brandão (2007); Calabi; Indovina (1992); Castro (2005); Furtado (1981); Hespanhol (1997, 2007, 2008); Kageyama (1996; 2008); Mazzali (2000); Mior (2005); Santos (1997); Santos *et al* (2006); Silveira (2005).

Entre outros levantamentos de informações em fontes secundárias, foram utilizados os anuários estatísticos da Associação Brasileira de Exportadores de Frangos (ABEF), da União Brasileira de Avicultura (UBA) e consulta às tabelas elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao se tratar de avicultores integrados se faz referência à relação contratual entre produtores e agroindústrias, vinculada especificamente a um produto: os frangos de abate.

Inicialmente foram formuladas três hipóteses, quais sejam:

1) o cooperativismo agroindustrial atrelado à avicultura tende a se expandir ainda mais no Oeste do Paraná em virtude da significativa conexão da atividade à rede agroindustrial;

2) as condições ambientais, a colonização com base em pequenas propriedades, a elevada produção de grãos e a implantação de abatedouros pelas cooperativas agrícolas favoreceram a expansão da avicultura no Oeste Paranaense;

3) a avicultura propicia renda periódica aos produtores integrados, a maioria dos quais têm como atividade principal a produção de grãos que é entregue às próprias cooperativas integradoras.

O texto está estruturado em cinco capítulos. No primeiro, intitulado “A inserção da agricultura brasileira e das cooperativas agrícolas no padrão de acumulação capitalista”, são abordadas as transformações na agricultura e na indústria brasileira relacionadas aos acontecimentos políticos e econômicos mundiais.

O segundo capítulo, “A avicultura industrial brasileira e seus efeitos territoriais”, trata da evolução da avicultura industrial e de seus efeitos territoriais na primeira década do século XXI; sendo evidenciadas as redefinições comerciais e produtivas no segmento avícola, o padrão tecnológico e suas influências na estrutura e localização das plantas agroindustriais.

No terceiro capítulo, “A formação das cooperativas agrícolas e a expansão da avicultura de abate na região oeste do Estado do Paraná”, é demonstrado o contexto da gênese e evolução das cooperativas C.Vale, Copacol, Copagril, Coopavel e Lar, com o intuito de verificar as condições que propiciaram a implantação de abatedouros de frangos pelas cooperativas e o potencial de crescimento da avicultura na região. Identificaram-se os municípios onde a avicultura constitui-se em atividade representativa, de acordo com o levantamento da área de atuação das cooperativas e com a elaboração de mapas temáticos. A relação campo-cidade e a função produtiva agrícola são discutidas de maneira a evidenciar a capacidade e o significado das cooperativas como agentes econômicos na geração de empregos, na dinâmica do setor terciário regional e no modelo de desenvolvimento rural.

“A participação cooperativista dos produtores de frangos” é abordada no quarto capítulo a fim de analisar a inserção dos produtores integrados que ao mesmo tempo são associados das empresas integradoras. Neste capítulo se reconhece que a participação cooperativista envolve um maior nível de organização por parte dos produtores de frangos, entretanto, os produtores associado-integrados compõem uma minoria do quadro geral das cooperativas, pois a avicultura é apenas uma das atividades econômicas com as quais os produtores podem participar em suas cooperativas. As cooperativas potencializam o poder de reivindicação dos agricultores junto ao governo, principalmente no direcionamento das políticas de

crédito rural, interferindo na eficiência da utilização dos recursos e nas opções produtivas.

Finalmente, o capítulo intitulado “Caracterização dos produtores de frangos integrados às cooperativas” resulta em contribuições no que se refere: o padrão tecnológico e a seletividade dos agricultores; as influências da avicultura industrial sobre a diferenciação social entre os produtores integrados e suas estratégias de reprodução. No oeste do Paraná, a produção de frangos é uma atividade importante na geração de renda periódica e complementar, pois, geralmente, está vinculada ao cultivo de grãos. Para os proprietários de aviários pesquisados, o fato de a avicultura representar uma fonte de renda principal ou complementar se relaciona à quantidade e ao rendimento da produção. Neste último capítulo, portanto, se objetivou avaliar as possibilidades e as condições da avicultura especializada como alternativa para a manutenção dos proprietários rurais.

2. A INSERÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS NO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA.

No presente capítulo são estabelecidas relações entre: a agricultura brasileira, as mudanças na base técnica da agropecuária e a atuação das cooperativas agroindustriais. São considerados, brevemente, os acontecimentos políticos e econômicos mundiais, tais como as revoluções industriais.

Nesta pesquisa trata-se das cooperativas agroindustriais que acompanham a expansão do setor agropecuário, estimulam os investimentos em tecnologia e difundem uma cultura empresarial entre os agricultores.

As cooperativas, gradativamente, alteraram os seus perfis ao programar diversas estratégias empresariais, tais como: aquisição de unidades de outras empresas; construção de indústrias; sofisticação, diferenciação e diversificação de produtos; mudança na relação com cooperados; reestruturação administrativa; terceirização etc. (FONSECA; COSTA, 1995).

[...] os sistemas cooperativistas foram desenvolvendo nuances próprias nas sociedades onde foram implantados, redefinindo, ao longo da história, suas funções, perspectivas e seus papéis de acordo com as mudanças estruturais dessas sociedades. Fatores diversos influenciaram, localmente, a forma de organização das cooperativas, refletindo-se também no arcabouço institucional que coordena as ações dessas instituições especialmente (SILVA, 2002, p.36).

Segundo Andrade (1974), um país ou uma região apresenta momento histórico e condições dominantes que devem ser consideradas para a organização do associativismo no meio rural. Muitas vezes, no Brasil, o desenvolvimento das cooperativas negligenciou os níveis culturais da população rural e passou por cima das tendências à cooperação já existentes (ANDRADE, 1974).

Para Pires (2004, p.103) “a história do cooperativismo no Brasil está associada a políticas e projetos de modernização implementados por um Estado autoritário”.

Conforme Silva (2002), os intelectuais brasileiros do final do século XIX foram fortemente influenciados pelos ideais de auxílio-mútuo difundidos pelos

socialistas utópicos europeus². Contudo, a situação socioeconômica brasileira impediu, naquela época, que o sistema de auxílio-mútuo se desenvolvesse efetivamente, pois, predominavam os seguintes obstáculos: produção econômica apoiada em um sistema fundiário voltado à exportação; analfabetismo da população economicamente ativa; falta de possibilidade ao associativismo nas áreas rurais devido ao trabalho escravo até 1888 (SILVA, 2002).

Ao longo dos anos a oficialização do cooperativismo nacional sofreu ações efetivadas pelo Estado, por meio de decretos-lei federais, dando face às cooperativas brasileiras que existem atualmente.

Quando o Estado apoia ou interfere na cooperativa ele está atuando na própria agricultura.

As cooperativas funcionam como uma intermediária entre o Estado, a agroindústria e os produtores. Racionalizam o uso do crédito, da infra-estrutura e da comercialização da produção, produzem sementes selecionadas, repassam o crédito oficial, dão assistência técnica e concentram a comercialização de insumos e artigos de consumo, além de transformarem parte da produção (SORJ, 1986, p.55).

A reestruturação pela qual as cooperativas passaram acompanhou o processo de modernização no que se refere à agricultura e à indústria brasileira e não foi um movimento exclusivo das cooperativas, mas do empresariado nacional.

É fato que o ponto de partida do Brasil foi o estatuto colonial. Conforme Benjamin (1998), aspectos importantes dessa herança foram alterados ou passaram por transições que configuram uma “opção brasileira” e um sentido para a construção nacional: do encontro de grupos étnicos desenraizados à formação de um povo; dos governos coloniais a um Estado Nacional; da prevalência do mercado externo a do mercado interno; da máxima apartação social (o escravismo) à cidadania formal; da fragmentação à unificação da base geográfica, do modelo primário-exportador à predominância da indústria, da população dispersa no meio rural a uma sociedade urbanizada.

Depois de 1930, com a opção desenvolvimentista, o Estado brasileiro foi profundamente conservador nas relações sociais, a industrialização não superou o

² Fourier, Owen, Louis Blanc, Proudhon etc.

subdesenvolvimento, o progresso técnico se espalhou de forma irregular e a crise agrária transferiu para as cidades uma parcela de população que a economia urbana não pôde absorver (BENJAMIN, 1998).

Tal contexto se identifica na história econômica brasileira, a partir da deterioração da hegemonia política rural tradicional (sobretudo da burguesia cafeeira paulista devido à saturação do mercado) e da ascensão de novas forças políticas a partir de 1930. No contexto do capitalismo internacional, a crise de 1929 (quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque e falência de bancos norte-americanos e europeus) atingiu a dependente economia agro-exportadora brasileira.

De modo geral, no Brasil, depois de 1930, a agricultura perdeu importância econômica, e a indústria, progressivamente, assumiu posição dominante. O processo de modernização da agricultura é um aspecto de um processo mais amplo de modernização da economia nacional, comandado pela indústria.

O processo de industrialização brasileira deu-se de maneira tardia, dependente de investimentos e subordinado a interesses externos.

[...] a implantação da indústria no Brasil se dá após a consolidação da divisão internacional do trabalho, resultante da Primeira e Segunda Revolução Industrial. Ocorre também após a crescente concentração econômica e monopolização decorrentes da Segunda Revolução, responsável pelo significativo aumento das barreiras tecnológicas e de capital para implantação dos vários segmentos produtivos (CARNEIRO, 2002, p.36).

Para Szmrecsányi (1998), entre 1930 e 1970 consolidou-se no país um padrão de desenvolvimento baseado nos setores urbanos e industriais – tanto a industrialização³ e a urbanização já existiam na década de 1930 – porém ambas se

³ Conforme Cano (2002), o termo industrialização significa o resultado de um processo de acumulação de capital através do qual a economia passa a contar com as bases especificamente capitalistas de produção, ou seja, que produz não apenas os meios de reprodução da força de trabalho, mas também produz os meios de produção para a reprodução do seu sistema produtivo. No período entre as duas últimas décadas do século XIX e a crise de 1929 predominava, no Brasil e em outros países latino-americanos, a produção de bens de consumo subordinados e induzidos pelo setor exportador (CANO, 2002). Entre 1930 e meados da década de 1950, a acelerada industrialização que se manifesta em alguns desses países é constituída basicamente de bens de consumo e de uma incipiente gama de bens de produção (por isso, Cano a denomina de *industrialização restringida*). Para este autor, a industrialização propriamente dita se manifestou, no âmbito latino-americano, entre meados da década de 1950 a 1970, quando se instalaram os principais segmentos produtores de insumos industriais e de bens de capital.

acentuaram a partir de 1930 apoiadas numa industrialização voltada para a substituição de importações⁴.

[...] embora um subsistema periférico, a economia brasileira depende principalmente da ação de fatores endógenos para crescer. Com efeito: a partir dos anos 30 é graças à diversificação do aparelho produtivo – a industrialização – que se eleva sua produtividade. Ora, a industrialização brasileira apresenta peculiaridades que não se devem perder de vista. Assim, ela dependeu por muito tempo, para acumular, de excedentes gerados em outras atividades, particularmente a agricultura; e ainda depende de atividades primário-exportadoras para cobrir as importações de equipamentos e produtos intermediários que lhe são essenciais (FURTADO, 1981, p.28).

Sob esse panorama, o conjunto do processo de modernização da agricultura brasileira, quando se importou um pacote tecnológico originário dos Estados Unidos, compunha um projeto de modernização da economia nacional, relacionado às mudanças econômicas ocorridas no mundo, especialmente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O pacote tecnológico da Revolução Verde visava o aumento da produtividade agrícola por meio de fertilização, utilização de maquinaria etc. e objetivou fortalecer as grandes corporações.

O modelo da Revolução Verde na agricultura substituiu o ciclo regenerativo de nutrientes por insumos adquiridos nas fábricas, ou seja, a fertilidade, tratada como propriedade do solo, passou a ser uma questão de insumos químicos, constituindo mercadorias comercializáveis (SHIVA, 2001).

Embora a internacionalização da agricultura brasileira tenha ocorrido desde o início do século XVI, com o comércio em grande escala, efetivamente, como uma ação contínua de reestruturação e globalização, ocorreu somente em meados do século XX, mostrando-se uma das atividades mais atingidas pela revolução tecnológica (ELIAS, 2003).

A enxada, o latifúndio, a mão-de-obra escrava e a monocultura estão entre os mais fortes elementos associados à história da atividade agrícola brasileira. Séculos de história não se apagam de um dia para o outro, mas a força das variáveis inerentes ao Período Técnico-Científico-Informacional vem-se difundindo cada vez mais rapidamente no setor. Desde os anos de 1960, observam-se sensíveis modernizações no perfil produtivo dessa atividade, que se intensificou de modo notável nas décadas seguintes, afetando todos

⁴ A política de substituição de importações respaldou o surgimento e a ampliação das atividades industriais e teve a demanda doméstica como o fator determinante do seu crescimento (ESPÍNDOLA, 1999).

os níveis da produção, transformando as relações econômicas e sociais até então vigentes, com forte repercussão na sua organização territorial. O movimento de mudança da agropecuária brasileira se caracteriza, assim, pela substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, pela intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais e pela especialização crescente da produção agrícola. Hoje, a produção agropecuária moderna existe como realidade em áreas espacialmente restritas, mas as novas formas de produção, distribuição e consumo têm influência direta sobre as condições gerais da agricultura de todo o país (ELIAS, 2003, p.64).

A agricultura foi inserida nas dinâmicas industrial e financeira, logo, para explicar as diferenças e semelhanças entre atividades modernas e atrasadas, das áreas consolidadas e das áreas de fronteira, foi preciso tomar o Complexo Agroindustrial (CAI) como unidade de análise e levar em conta as conexões entre os três segmentos dele: as indústrias para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias (MÜLLER, 1989).

Conforme Kageyama (1996), na década de 1960, a agricultura brasileira passou por transformações nas relações de trabalho, na mecanização das atividades em decorrência da internalização do D1⁵ - transformações que tornaram irreversível o processo de modernização da agricultura e que propiciaram o início da industrialização da agricultura para, finalmente, no período pós 1975 constituir-se o que foi denominado de Complexo Agroindustrial.

Delgado (1985) definiu três momentos da transformação da base técnica da agricultura. O primeiro, correspondente à década de 1950, caracterizou-se pela imposição de um novo padrão de produção, com base na importação dos meios de produção industriais. Basicamente, consistiu no aumento do consumo de tratores e NPK. O segundo refere-se ao período de implantação das primeiras indústrias de bens de produção e insumos básicos no Brasil, a exemplo da indústria de tratores que foi instalada no final dos anos 1950. O terceiro momento foi o processo de fusão ou integração de capitais intersetoriais, com o suporte da integração técnica agricultura-indústria, mas num raio de abrangência maior, com integração e conglomeração sob comando do grande capital (DELGADO, 1985).

Szmerecsányi (1998, p.61) afirma que: “[...] é a indústria que industrializa a agricultura, primeiro desintegrando e posteriormente reintegrando suas atividades produtivas”. Explica ainda, que o estágio de constituição dos complexos

⁵ Setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos (insumos, máquinas e equipamentos) (SILVA, 1998).

agroindustriais subordinou conjuntos de estabelecimentos agropecuários e industriais inter-relacionados e determinou um centro de decisão, não apenas de cunho tecnológico, mas sempre envolvendo uma intensa concentração e centralização de capitais.

De tal modo, a face perversa do processo de modernização foi a transformação da agricultura numa atividade sem autonomia e dependente de subsídios, pois o ato de empregar novos processos de produção requer maiores investimentos, logo, ocorre elevação do preço da terra e do custo de produção agrícola. Na medida em que diminui sua lucratividade, a agricultura precisa aumentar sua produtividade e, conforme Guimarães (1979) foi assim que se instalou uma crise agrária ⁶.

Conformou-se um bloco de interesses, um pacto entre o grande capital industrial, o Estado e os grandes proprietários rurais, ou seja, uma política tecnológica articulada a uma política fundiária que, em termos gerais, valorizou a propriedade da terra (DELGADO, 1985).

A capacidade de endividamento do agricultor, elemento básico para a mecanização do seu processo produtivo, se deveu especialmente à dimensão da terra disponível para hipotecar junto ao sistema bancário. O tamanho do estabelecimento constituiu um fator preponderante na marginalização de um segmento de pequenos agricultores que se mostrou incapaz de alcançar, ou mesmo de sustentar, o nível tecnológico da produção na década de 1970 (FIGUEIREDO, 1992).

Em nível nacional, o processo de modernização se realizou com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos sociais, concentrando espacialmente o projeto modernizador (DELGADO, 1985).

O Centro-Sul do país representou a região mais contemplada pela política agrícola que objetivava aumentar a produção de café, cana-de-açúcar, trigo e soja, além de estimular a pecuária de corte - tais produtos agrícolas compunham um programa de diversificação das exportações, ao final da década de 1960, diante da necessidade de ampliar as exportações para fazer frente à crescente importação de bens de capital e à geração de divisas (FIGUEIREDO, 1992).

⁶ São agravantes dessa crise: o aumento da concentração fundiária, a expropriação e expulsão dos produtores, a manutenção da terra como reserva de valor para especulação imobiliária, a perda de terras inundadas por barragens, entre outros. É dessa conjuntura que emerge a pressão dos movimentos sociais e a luta pela reforma agrária.

Um aparato financeiro sob o amparo estatal, bancado pelo Banco do Brasil e demais bancos oficiais foi uma tendência, até o fim da década de 1970, da qual o Estado começou a se desvencilhar e reduzir subsídios, apontando o crédito privado e as condições gerais do mercado financeiro como nova forma de inserção da clientela agropecuária (DELGADO, 1985).

Paradoxalmente, foi na década de 80 que a agricultura brasileira apresentou taxas de crescimento anuais muito acima das taxas históricas, saindo do patamar de 50 milhões de toneladas de grãos para atingir 70 milhões de toneladas de grãos em 1989. Ainda que estes marcos não tenham diminuído o quadro de desnutrição da população, os números demonstram que a agricultura reagiu a outros estímulos, independente do crédito, e cresceu. Entre os principais estímulos do período podemos destacar: os preços internacionais favoráveis de determinados produtos e a ação das agroindústrias processadoras dirigindo a produção.

Apesar da queda no volume global do crédito, observa-se que aquela parcela destinada ao crédito de comercialização foi dirigida em grande parte para o segmento processador ou para as *trading companies* [...] (BELIK, 1999, p.191-192).

A viabilização da produção agrícola mecanizada com aplicação de técnicas modernas, também se deveu, em grande parte, à interação das cooperativas agrícolas com o território.

A gradual eliminação do paternalismo estatal na agricultura, na década de 1980, somada a uma quebra de sucessivos recordes na safra 1989/1990, no Centro Sul, foi amenizada pela ação das cooperativas. Segundo Barbosa (1990):

A falta de recursos para o plantio levou as cooperativas, principalmente as da região Sul, a intensificarem o sistema de troca de insumos por produtos da futura colheita. As empresas calculam as quantidades de sementes, adubos e defensivos necessários para cada hectare plantado e fazem uma estimativa da colheita futura com base na produtividade média regional de cada lavoura. Posteriormente, definem em contrato os termos da relação de troca através de uma projeção de preços dos produtos na colheita (BARBOSA, 1990, p.06).

Verifica-se a função das cooperativas em fases decisivas, no Estado do Paraná, participando, por exemplo, das principais transformações no segmento agroindustrial.

O aumento da importância da agroindústria cooperativada não foi, necessariamente, um resultado da multiplicação de pequenas plantas agroindustriais disseminadas entre várias cooperativas. [...] a

agroindústria cooperativada não evoluiu “normalmente” da pequena para a grande planta; as cooperativas decidiram-se, claramente, pela instalação de unidades industriais de porte relativamente grande (IPARDES, 1985, p.10).

Um olhar superficial direcionado para as cooperativas agroindustriais não as distinguiriam de outras empresas ou agroindústrias não cooperativas.

Quanto ao cooperativismo, não é difícil entender seu comportamento estritamente empresarial, visto que, no caso da avicultura industrial, trata-se de um setor altamente empresarial e também altamente seletivo no tocante ao quadro de associados. Praticamente não existem nem poderiam existir diferenças substanciais entre as cooperativas vinculadas à avicultura industrial e as empresas integradoras, pelo menos em relação à mediação de interesses, comportamentos próprios pelas contrapressões de segmentos de produtores (SORJ *et al.*, 1982, p.100).

A territorialização das cooperativas, a partir da atuação de suas agroindústrias, passou a exercer influência direta sobre a produção realizada no campo. As cooperativas são firmas que criam atividades e suas correspondentes paisagens, articulam espaços locais à escala nacional e até ao espaço global.

Segundo Silva (2002), a gestão empresarial das cooperativas agrícolas gerou consequências em suas funções enquanto agentes de gestão de territórios. Diante de processos mono/oligopsônicos que comandam, cada vez mais, a economia global, as empresas cooperativistas representam tradicionais organismos associativistas de inserção na economia formal dos produtores/empresários envolvidos. As cooperativas são, também, pela sua força político-administrativa e socioeconômica, agentes fundamentais de produção espacial, especialmente em regiões produtoras de matérias-primas (SILVA, 2002).

Compreende-se a gestão dos territórios como a prática negociada do poder nos espaços geográficos, não obrigatoriamente contíguos, por agentes dinâmicos e altamente articulados que, em um determinado momento histórico-social, possuem condições jurídicas, políticas, econômicas e tecnológicas em perpetuar a própria existência. Assim sendo, os agentes de ‘gestão dos territórios’ são elementos fundamentais para o entendimento do espaço geográfico, onde diferentes formas de conflitos e acordos, tensões e cooptações, alianças e parcerias definirão as dinâmicas do mundo atual (SILVA, 2002, p.43).

No aspecto da gestão empresarial das cooperativas, sua história econômica tem sido palco de desafios econômicos e estruturais, tais como a internacionalização da economia e o processo de abertura econômica que se iniciou ao final da década de 1980 no Brasil (BIALOSKORSKI NETO, 2006). Ao mesmo tempo em que ameaçaram, também criaram oportunidades no que refere: à agilidade de gerenciamento; à eficiência econômica; ao cumprimento da função social que é inserir os associados em um mercado confiável e possibilitar o seu crescimento (BIALOSKORSKI NETO, 2006).

Segundo Pires (2004) o principal desafio das empresas cooperativas é a conciliação entre os rigorosos princípios cooperativistas e a racionalidade capitalista, a fim de não comprometer a identidade do movimento cooperativo.

A sobrevivência das organizações econômicas – sejam elas empresas cooperativas ou empresas capitalistas – depende das estratégias usadas para responder aos desafios da acirrada competição que tem lugar na economia globalizada. No caso das cooperativas, os exemplos mais ilustrativos dessa competição são encontrados naquelas do setor financeiro e no de produção agrícola. Paradoxalmente, são essas “cooperativas tradicionais” aquelas que mais se servem de recursos pouco ortodoxos ao mundo cooperativo e que, pelo seu comportamento agressivo no mercado, mais se assemelham às grandes organizações capitalistas (PIRES, 2004, p.56).

Bialoskorski Neto (2006), de acordo com uma análise dos aspectos econômicos enfatiza que as cooperativas devem ser empresas ágeis, modernas, flexíveis, ou seja:

[...] se não existir eficiência econômica também não existirá geração de renda e, portanto, não haverá prestação de serviços e distribuição de renda. [...] Esses pressupostos implicam crescimento econômico em gestão especializada e em posicionamento de mercado da organização cooperativa de acordo com a lógica da economia (BIALOSKORSKI NETO, 2006, p. 190).

Caso as cooperativas não acompanhem as dinâmicas empresariais e a moderna tecnologia, poderão fracassar. Esta situação fez com que Silva (2002) constataste alguns pontos comuns entre as cooperativas, quais sejam: práticas gerenciais oligopsônicas, baixa integração do seu quadro social e exclusão de associados pouco produtivos. Para este autor, tais pontos não condizem com os objetivos de participação política dos associados, reduzindo o potencial de luta do

cooperativismo e comprometendo a manutenção destas instituições nos projetos de gestão dos territórios.

Eficientes práticas gerenciais tornaram-se um pré-requisito e a demanda pela profissionalização não podia ser rejeitada a partir de um simples apelo à ideologia 'democrática' do movimento cooperativista. Não obstante, a cooperativa tem uma dinâmica que a distingue da agroindústria privada na medida em que está enraizada nos recursos de uma região específica e a sua 'razão de ser' é a valorização da produção de seus membros. Para a agroindústria privada a produção agrícola é simplesmente um insumo a ser obtido sob as condições mais favoráveis possíveis, mesmo que isto signifique mudança de investimentos para fora da região ou a importação de produtos de outros lugares e países (WILKINSON, 2008, p. 39).

O entendimento de que as cooperativas contribuem com o desenvolvimento do local onde estão inseridas se constitui numa tendência de análise nos estudos sobre o cooperativismo (PIRES, 2004).

As cooperativas de produção agropecuária são beneficiárias de políticas públicas. O Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) tem como objetivo propiciar a modernização dos sistemas produtivos e de comercialização e aumentar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras (BRASIL, 2008).

Na safra 2008/2009, a oferta de crédito para a agricultura empresarial foi de R\$ 65 bilhões, sendo que R\$ 55 bilhões foram destinados ao custeio e comercialização e R\$ 10 bilhões para investimento⁷. Neste último, se enquadra o Prodecoop que teve disponível o equivalente a R\$ 1 bilhão, programado no plano agrícola e pecuário 2008/2009 (BRASIL, 2008).

A partir dos anos 60, o progresso tecnológico no setor agrícola tem-se constituído numa das principais estratégias dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Esses esforços de geração e difusão de tecnologias capazes de proporcionar à agricultura o aumento da produtividade e a redução dos custos visam o atendimento crescente da demanda por alimentos e matérias-primas. Contudo, os avanços obtidos, nos anos pós 70, na área de biologia, possibilitou uso de organismos, em parte ou no todo, para fins médicos, agroindustriais, agrícolas, ambientais (ESPÍNDOLA, 2004, p.01).

⁷ “Dos R\$10 bilhões do orçamento destinados para investimento, R\$6,5 bilhões estão disponíveis nos programas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e R\$3,5 bilhões têm como fonte os Fundos Constitucionais” (BRASIL, 2008, p.14).

Enquanto a Revolução Verde apropriava-se da fertilidade do solo, a revolução da biotecnologia invadiu e quebrou a unidade da própria semente, roubou-lhe a capacidade de se reproduzir e de se multiplicar, ou seja, a biotecnologia recente foi uma estratégia para transformar em simples matéria-prima o que é, simultaneamente, meio de produção e produto: a semente (SHIVA, 2001).

No caso das indústrias de carnes de frangos no Brasil, embora a produção em massa de bens homogêneos desempenhasse papel fundamental na concentração industrial e na manutenção do oligopólio, o seu produto final perde importância para produtos diferenciados em plantas de pós-processamento adaptadas à produção de maior valor agregado, ou seja, há uma combinação de produção em massa e produção flexível ao utilizar o frango abatido como matéria-prima para industrialização em plantas mais flexíveis (RIZZI, 1993).

Segundo Mazzali (2000) houve um processo de reorganização industrial em meados de 1980, ou seja, intensas transformações que tiveram como princípio a flexibilidade ou a fuga de rigidez, no cenário da economia mundial e na emergência de um novo paradigma tecnológico assentado na microeletrônica, na biotecnologia, em novos materiais e em novos padrões de consumo, com efeitos sobre a organização da produção e sobre a estrutura das relações econômicas internacionais.

Harvey (1992) entende as transformações do final do século XX - seja nos hábitos de consumo, nas configurações geográficas e geopolíticas e nos poderes e práticas do Estado - como uma maneira reveladora de caracterizar a história recente: a passagem do fordismo para o regime de acumulação “flexível”.

A acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados [...] A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 1992, p.140).

A evolução da empresa industrial foi ajustada às mutações conjunturais ou cíclicas da economia, das técnicas, das estruturas sociais etc.; esquemas

tradicionais gradualmente tiveram seus significados transformados, marcando, conforme realidades diversas, uma etapa de perturbações na atividade industrial em termos econômicos, organizacionais e geográficos (FIRKOWSKI; SPOSITO, 2008).

Em termos econômicos essa passagem [do sistema de produção fordista para o sistema de produção flexível] se exprime pelo recurso sistemático à inovação tecnológica, daí em diante considerada como a única situação possível de produtividade. Em termos organizacionais, a dupla manifestação estrutural e funcional das grandes empresas conduz à chamada PME-PMI (pequenas e médias empresas-pequenas e médias indústrias), que deve oferecer uma alternativa às dificuldades das grandes empresas assim como ao relativo desengajamento do Estado (FIRKOWSKI; SPOSITO, 2008, p.19-20).

A partir de 1990, os processos de expansão e aprofundamento do capitalismo rapidamente refletiram sua influência aos países socialistas. O mundo socialista e dezenas de nações, ao conquistar sua independência política, se lançaram ao esforço de industrialização e emergiram como vigorosos mercados para produtos de toda denominação: produtos primários, bens industriais de consumo e bens de produção, o que propiciou expansibilidade do comércio exterior, via novos mercados, nos quadros de ajustes bilaterais (RANGEL, 2004). Para o Brasil, esse contexto significou perspectiva muito favorável da procura externa de seus produtos, inclusive agrícolas, exatamente no momento de declínio do ciclo de substituição de importações (RANGEL, 2004).

Quanto à influência exercida sobre as áreas rurais há pelo menos duas grandes dimensões da globalização, conforme Veiga (2004): a dimensão econômica, que envolve as cadeias produtivas, comércio e fluxos financeiros; e a dimensão ambiental, que envolve tanto as bases das amenidades naturais, quanto as fontes de energia e biodiversidade e age no sentido de torná-las cada vez mais valiosas.

Atualmente, no que se refere à dimensão econômica e especificamente à geração de divisas, o agronegócio confirma uma importância fundamental para o *superávit* da balança comercial brasileira, de acordo com o saldo da balança do agronegócio, indicado na Tabela 01.

Quanto às áreas dos Estados, não há uma coincidência entre a área político-administrativa, delimitada por fronteiras e a área de atuação das empresas ligadas a um Estado que se expande além das fronteiras políticas (ANDRADE, 1989). No

âmbito da geografia econômica, qualquer dinâmica no espaço geográfico se interpenetra em um mesmo território com o espaço econômico – espaço elaborado pelas empresas ao estabelecerem a sua área de influência para a execução de suas atividades e projetos (ANDRADE, 1998).

Tabela 01 – Brasil: Balança Comercial Total e do Agronegócio – Exportações, Importações e Saldos: 2007 e 2008 (em bilhões de US\$).

	2007			2008		
	Total	Agronegócio	Agroneg. Total %	Total	Agronegócio	Agroneg. Total %
Exportações	160,6	58,4	36,7	197,9	71,9	36,3
Importações	120,6	8,7	7,2	173,2	11,9	6,9
Saldo	40	49,7	29,5	24,7	60	29,4

FONTE: Secretaria de Comércio Exterior – SECEX - MDICE

A partir do período histórico da Revolução Industrial foi marcada uma sucessão de inovações (mecânicas, organizacionais, científicas) cujas consequências nas atividades agrícolas são amplas e complexas. Inovações aplicadas à agricultura tiveram repercussões conforme o seu processo de difusão (CERON, 1973).

Em consequência, tais impactos se fizeram sentir na definição de novos padrões de utilização agrícola da terra ou na transformação dos já existentes. Como o processo dependia e depende da acessibilidade, da superfície de transporte das inovações e das barreiras e, como as próprias barreiras variam quanto ao grau de permeabilidade, ocorre que os padrões de uso e produção se distribuem numa variada e complexa gama de tipos que vão desde as agriculturas marginais, que estão ingressando no período industrial, até aquelas que estão saindo dele (CERON, 1973, p.21).

A respeito do espaço geográfico brasileiro, trata-se de um país de grande extensão, que passa por um complicado e desigual processo de diferenciação que envolve o espaço e o tempo. Neste contexto, nos capítulos subsequentes trataremos dos aspectos geográficos e socioeconômicos relacionados à evolução da avicultura industrial no Brasil e no Oeste do Estado do Paraná.

3. AVICULTURA INDUSTRIAL BRASILEIRA E SEUS EFEITOS TERRITORIAIS.

A evolução da avicultura industrial e sua expansão em diversas áreas do Brasil, principalmente na primeira década do século XXI, é influenciada por demandas comerciais e produtivas. A avicultura e outros segmentos agroindustriais vêm passando por modificações decorrentes de inovações tecnológicas que visam aumentar a produtividade, a produção e o faturamento das indústrias.

Neste capítulo é analisada a evolução da avicultura industrial brasileira e seus efeitos territoriais na primeira década do século XXI. São apresentadas as redefinições comerciais e produtivas no segmento de carnes de frango e suas influências na estrutura e localização das plantas agroindustriais.

Segundo Belik (2007), nos anos 1960 e 1970, existiu nitidamente uma política agroindustrial no Brasil, baseada na integração entre a agropecuária e a indústria processadora, que visou agregar valor aos produtos agrícolas exportados e teve como expressão maior a criação do Fundo Geral para a Indústria e Agricultura (Funagri), cuja função foi fundamental na indústria de carnes.

Nos anos 1970, foi consolidada uma forma peculiar de inserção da agricultura no comércio internacional, no que se refere à composição da produção, crescimento das atividades ligadas à exportação e aumento do grau de processamento industrial dos produtos (CARNEIRO, 2002).

Nessa década [1970], as atividades que não estavam vinculadas a um dos eixos dinâmicos – agroindustrial e/ou exportador – tiveram um desempenho medíocre, como o da produção de alimentos não comercializáveis. Tal desempenho contrasta com o dinamismo das atividades ligadas às exportações, identificadas em parte com aqueles com algum grau de processamento. [...] apenas o milho (que é uma cultura intimamente associada à produção de rações) e o trigo (que contou com uma ampla política de subsídio para internalizar a oferta) revelaram crescimento significativo. No caso dos exportáveis, além do desempenho da cana-de-açúcar, o destaque fica para os produtos não tradicionais, como soja e laranja (CARNEIRO, 2002, p.75).

Sabe-se que o maior interesse na avicultura especializada está pautado numa significativa evolução da produção de frangos no Brasil resultante da conjugação de três fatores principais, quais sejam: a) melhoria no manejo e nos equipamentos

utilizados, buscando atingir um padrão internacional de qualidade, b) crescimento do consumo de carne de frango no mercado nacional motivado pelo preço mais acessível; c) conquista de fatias importantes do mercado externo.

3.1 Redefinições comerciais e produtivas na avicultura industrial brasileira.

As redefinições comerciais e produtivas na avicultura industrial estão incluídas em importantes transformações na agricultura e na indústria brasileira que envolve o consumo, os aspectos tecnológicos e o comércio internacional.

As diversas cadeias produtivas mercantis se constituíram apresentando características próprias em termos de produto, mercado, tecnologia, localização geográfica e organização da produção (ESPÍNDOLA, 2009).

No período compreendido entre o início dos anos 1970 e a primeira década do século XXI ocorreram várias modificações na estrutura produtiva de frangos no que tange a genética e a nutrição animal, a automatização das atividades e a elevação da escala.

As indústrias de frangos se estabeleceram como um segmento moderno nos anos 1970, graças à concessão de crédito subsidiado e a instalação de frigoríficos, além das articulações entre grupos nacionais e empresas estrangeiras produtoras de linhagens (RIZZI, 1993).

Enquanto as outras carnes permaneceram relativamente atrasadas em termos de tecnologia de processo e de matérias-primas, o frango foi alvo de uma indústria que ampliou a escala de produção e incorporou novas tecnologias, o que permitiu a redução substancial de custos e preços (RIZZI, 1993).

No plano mundial, além da incorporação de tecnologias a partir do progresso de áreas diversas do conhecimento (química, mecânica, biotecnologia, telecomunicações e microeletrônica), ocorreu intenso aprendizado tecnológico e desenvolvimento de adaptações específicas (ESPÍNDOLA, 1999) ⁸. As inovações tecnológicas oriundas da Terceira Revolução Industrial tiveram seus impactos visíveis nas empresas do setor de carnes, tais como: técnicas de manuseio de animais, pesquisa genética, técnicas de desossa, processamento e conservação das

⁸ Foi assim que as agroindústrias do Oeste Catarinense, por exemplo, se aproximaram do padrão tecnológico internacional (ESPÍNDOLA, 1999).

carnes; capacitação gerencial e industrial dos funcionários; controle da produção animal por meio de terminais de computadores (ESPÍNDOLA, 1999).

Entre 1930 e 1996, a capacidade de crescimento dos frangos (conversão ração/carne) aumentou 65% com diminuição de cerca de 50% na quantidade de ração consumida e redução do tempo de engorda que era de 105 dias, em 1930, para 45 dias, em 1996 (ALVES FILHO; ARAÚJO, 1999), ampliando significativamente o faturamento, especialmente do setor industrial.

[...] a diferença entre tempos de produção e de trabalho é grande, a taxa de lucro da atividade tende a ser mais baixa [...] Retomando o exemplo da produção de frangos para corte, pode-se admitir que o progresso tecnológico gerador da redução da diferença entre tempos de produção e de trabalho eliminou este obstáculo que impedia a presença da grande empresa no setor, tornando a rentabilidade da atividade competitiva em termos industriais (AIDAR; PEROSA JR, 1981, p.27).

Nas últimas décadas, o desenvolvimento da industrialização de aves no que se refere aos ganhos expressivos de produtividade, redução de custos, ampliação da qualidade e padronização foram favorecidos e estiveram intimamente ligados, segundo Nogueira (2003), à disseminação dos contratos de parceria/ integração.

Com base na estrutura que tem como componente o contrato de parceria entre agroindústrias e produtores rurais:

[...] o processador busca padronização na qualidade, regularidade na quantidade e pontualidade nos prazos para aquisição dos animais com peso de abate. Além disso, ela facilita a implementação de inovações tecnológicas nas diversas etapas da cadeia produtiva, o que explica os consistentes ganhos de produtividade e de conversão alimentar verificados nas últimas décadas (NOGUEIRA, 2003, p.47-48).

Uma tendência das principais economias capitalistas é a oferta de bens diferenciados ou “customizados” (COUTINHO, 1992). No complexo industrial avícola, um exemplo de diferenciação, na ampliação do mercado, é a atuação das empresas de abate de frango no mercado internacional: frangos abatidos de acordo com os preceitos do Alcorão para os mercados muçulmanos, por exemplo.

Rizzi (1993) afirma que a diferenciação de produtos é uma tendência de mercado e de concorrência no segmento avícola.

Maior grau de diferenciação do produto significa quebrar aderência do consumidor a determinadas marcas, na medida em que este

possa considerar, via efeito demonstração, que um novo produto lançado representa um substituto perfeito ou superior (RIZZI, 1993, p.56).

“O consumo do frango industrial produziu modificações nos hábitos de consumo popular” (FRANÇA; FERNANDES FILHO, 2003, p.181), pois, tradicionalmente, as famílias criavam e abatiam os frangos em casa. A carne do frango caipira, entretanto, devido ao sabor e textura característicos, muitas vezes, continua na preferência da população. Um exemplo de diferenciação de produtos para atender esta preferência é o lançamento do “frango caipira” das marcas Perdigão e Sadia.

Os hábitos alimentares são traços culturais normalmente bastante arraigados, representando importantes entraves à mundialização do sistema alimentar, o que influenciou no desenvolvimento de modernas técnicas de *marketing* direcionadas a vencer tais dificuldades [...] (ELIAS, 2003, p.193).

Por exemplo, o mercado avícola pode ser afetado pelo anúncio de uma pandemia de “gripe aviária”, da mesma forma, o “mito” do uso de hormônios nos frangos. Neste sentido, a União Brasileira de Avicultura (UBA), a partir de 2006, contratou uma empresa especializada em consultoria de comunicação com o objetivo de acompanhar o noticiário em torno da *Influenza Aviaria* e formar uma rede de formadores de opinião (UBA, Relatório Anual, 2008).⁹

3.1.1 O consumo interno.

O consumo médio *per capita*/ano de carne de frango no Brasil em 1988 foi de 11,8 quilogramas e em 2007 alcançou a média de 37,8 quilogramas por habitante/ano (UBA, 2008), conforme se verifica no Quadro 01.

Em comparação ao consumo habitante/ano de ovos, bovinos e suínos, o consumo de carne de frango apresentou o maior crescimento da série histórica (1988-2007).

⁹ “A UBA acredita que ao investir no setor de comunicação, promove maior integração entre seus associados e fortalece o seu papel de catalisadora dos anseios do setor avícola. Quanto mais visibilidade um setor conquista, maior o seu poder de mobilização e pressão” (UBA, Relatório Anual, p.29).

Quadro 01 – Consumo *per capita* de ovos (unidades), carnes de frango, bovina e suína (quilos) no Brasil, por ano no Brasil – 1988 a 2007.

Anos	Ovos (unidades)	Frangos (kg)	Bovinos (kg)	Suínos (kg)
1988	103	11,8	27,6	7,0
1989	83	12,4	33,8	6,6
1990	89	14,2	36,1	7,2
1991	88	15,7	38	7,6
1992	88	16,8	38,9	7,9
1993	86	18,1	37	8,3
1994	92	19,2	36,4	8,4
1995	101	23,3	39,3	9,2
1996	101	22,2	41,4	9,6
1997	82	24	39	9,3
1998	85,2	26,3	37,5	9,9
1999	89,3	29,1	35,6	10,7
2000	94	29,9	36,5	10,9
2001	94	31,8	37,2	10,9
2002	130	33,8	35,8	13,8
2003	127	33,3	35,6	12,4
2004	130	33,9	35,9	12,1
2005	138	35,4	36,3	11,3
2006	142,3	37	36,6	12,7
2007	131,8	37,8	36,2	13

FONTE: UBA – Relatório Anual 2007/ 2008, p. 45.

De modo geral, o consumo de carnes pela população brasileira foi ampliado. Entre as fontes de proteína animal, a carne bovina, que era a mais consumida, apresentou leve redução de 6,3 milhões de toneladas para 6,0 milhões de toneladas no período 1997-2005, enquanto que o consumo de carne de frango, no mesmo período, elevou-se de 3,8 milhões para 6,6 milhões de toneladas (GONÇALVES; MACHADO, 2007).

Ao analisar o consumo brasileiro de proteína animal, Gonçalves e Machado (2007) constataram que a carne de frango teve um impacto decisivo em termos de contribuição para a elevação do patamar de consumo, pois, além de ser uma carne cuja estrutura produtiva tem garantido o fornecimento do produto durante praticamente o ano todo, é uma fonte de proteína mais barata e de qualidade ¹⁰.

¹⁰ A análise dos autores se baseou em indicadores obtidos a partir da divisão direta, entre os preços de cada proteína animal considerada, com o substituto padrão escolhido, no caso: os ovos *in natura*: “Expressas em dúzias de ovos, tanto a carne bovina como a suína apresentam indicadores similares, uma vez que o preço de um quilo de ambas as carnes corresponde ao preço de três dúzias de ovos, ao passo que no caso da carne avícola, [...] um quilo de frango inteiro limpo tem preço muito próximo de uma dúzia de ovos” (GONÇALVES; MACHADO, 2007, p.36-37).

[...] quando se compara um quilo de carne de frango com um quilo de carne bovina deve-se evidenciar a diferença entre esses dois produtos [...] a carne bovina é vendida desossada, limpa e separada em cortes; o frango, na maioria das vezes, é oferecido inteiro congelado (LIMA FILHO *et al*, 2005, p.08).

Embora ainda considerado como um elemento fundamental no processo de compra, o preço do frango é um determinante discutível, como se verificou na citação anterior, pois, nem todos os cortes de frango são mais baratos do que os da carne vermelha (LIMA FILHO *et al*, 2005).

O incentivo ao consumo da carne de frango é vantajoso pela característica deste tipo de alimento, pois é oriundo de produção intensiva e apresenta melhor resposta em relação ao tempo e à área ocupada, justificando os esforços para aumentar a sua demanda (FERNANDES; PANIAGO; LIMA, 1989).

Uma comparação dos preços das carnes de frango, bovino, suíno e dúzia de ovos podem ser verificadas, no Quadro 02, conforme dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), no período compreendido entre setembro de 2007 e setembro de 2008.

Quadro 02 – Preço do frango, ovos, bovino e suíno (em R\$/ unidade).

Nível de comercialização/ Praça	Unidade	Set./07	Mai./08	Jun./08	Jul./08	Ago./08	Set./08
PRODUTOR - SP							
Frango vivo	Kg	1,70	1,60	1,75	1,88	1,94	1,89
Ovos grandes	Dúzia	1,27	1,47	1,62	1,57	1,58	1,44
ATACADO - SP							
Frango resfriado	Kg	2,24	2,49	2,47	2,72	3,10	2,85
Bovino (traseiro)	Kg	4,84	5,20	6,05	6,06	6,03	6,22
Bovino (dianteiro)	Kg	2,78	4,36	4,85	5,19	5,03	4,76
Suíno (carcaça)	Kg	2,85	4,41	4,65	4,98	4,95	4,87
Suíno (pernil)	Kg	3,40	4,61	4,78	5,25	6,10	5,28

FONTE: CONAB, 2008.

Segundo Espíndola (2001), realmente houve uma redução do preço da carne de frango e juntou-se a isso o crescimento *per capita* do consumo. Tais fatores, na esteira do Plano Real, levaram autoridades governamentais e formadores da política econômica a chamar o frango de “Âncora do Real”, por conta do aumento de consumo decorrente da queda dos preços (ESPÍNDOLA, 2001).

Entretanto, essa queda já vinha manifestando-se desde 1987 (US\$ 1,60 em 1987 para algo em torno de US\$ 0,66 o quilo em 1994). A queda no preço da carne de frango derivou dos seguintes fatores: a) o aumento constante da produção, que mesmo antes do período pré-

plano (1991-93) já vinha demonstrando taxas de crescimento em torno de 24,62%. Esse crescimento pode ser explicado pelos investimentos realizados ao longo de duas décadas pelas principais empresas; b) pela queda nos preços dos insumos. No período 1970-93, os preços relativos entre frango e milho reduziram-se à metade, indicando assim ganhos de eficiência na produção; c) os avanços e melhoramentos genéticos efetuados pelas empresas líderes, a partir de base genética importada; d) as inovações tecnológicas introduzidas nos sistemas de abate, cortes e processamento; e) a implantação de um sistema regular de oferta de matéria-prima (integração) e a instalação de unidades produtivas junto às áreas produtoras de insumos (milho e soja), áreas próximas dos grandes mercados consumidores (Sudeste) e em mercados potenciais em crescimento (Centro-Oeste, Norte e Nordeste); e f) a sobrevivência e o crescimento de empresas marginais (pequenos abatedouros legalizados e não legalizados) em mercados locais e nichos de mercado (ESPÍNDOLA, 2001, p.34).

Outro elemento considerado determinante na compra da carne de frango, segundo Lima Filho *et al* (2005), é o fator saúde: muitos consumidores foram convencidos pelas estratégias de *marketing*, em bem-sucedidas campanhas de comunicação, que a carne branca é de melhor qualidade. Ao contrário, alguns estudos constaram, por exemplo, em relação aos níveis de teor de colesterol, que as carnes bovina, suína e a carne branca de frango apresentam valores semelhantes (LIMA FILHO *et al*, 2005).

3.1.2 As exportações brasileiras de carne de frango.

As exportações brasileiras foram iniciadas em meados da década de 1970 por empresas do Sul do País.

[...] em 1975, a Perdigão, junto com a Sadia e a Seara, fez um *pool* para dar início às exportações nacionais de frango, constituindo a UNEF – União de Exportadores de Frangos, que deu origem à atual ABEF – Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frangos. [...] Desse momento em diante, as exportações continuaram crescendo e, a partir de 1984, as mesmas empresas do Sul que iniciaram suas vendas no exterior, assim como as demais que se voltaram para o mercado externo, capacitaram-se para exportar também frangos em partes. Resultado desse movimento de expansão, as exportações de carne de frango passaram de 4 mil toneladas, em 1975, para 2,469 milhões de toneladas, em 2004. O valor das exportações do Brasil passou de US\$3,3 milhões para US\$ 2,6 bilhões nas respectivas datas (DALLA COSTA, 2007, p.208).

Nesse período, para o incremento das exportações de carne de frango, além da existência de mercados substanciais para onde expandir, foram fundamentais mecanismos protecionistas e/ou acordos de comércio internacional que envolvia outras mercadorias e interesses, conforme ressalta Lima (1984):

[...] as exportações brasileiras se concentram em países que tiveram uma expansão recente no volume de carne de aves importado, fruto certamente da situação conjuntural favorável de sua balança comercial (exportadores de petróleo) e são pequenas para os demais países importadores de carne de aves, em especial os industrializados. Assim é que se somarmos as exportações brasileiras de carne de aves de 1975 a 1983, temos que os 10 principais países importadores de carne de aves do Brasil são responsáveis pelo consumo de 93% destas exportações e apenas 1 destes países não é notório e tradicional exportador de petróleo para o Brasil – Argentina (LIMA, 1984, p.88).

A competitividade das exportações brasileiras de carne de frango, frente aos exportadores europeus, foi possível devido a alguns subsídios¹¹ e medidas governamentais (LIMA, 1984). por exemplo, o decreto lei nº. 55.581 de 1965 que proibiu a importação de aves (“matrizes-pais”), tendo em vista internalizar o melhoramento genético e forçar a instalação de empresas estrangeiras no Brasil (LIMA, 1984).

As agroindústrias de frangos passaram por épocas em que a dinâmica do mercado dependia da demanda doméstica e caracterizava-se pela oferta de produtos homogêneos. Principalmente a partir de 1990, com o aumento das exportações, há uma maior exigência em qualidade com ênfase na segurança alimentar (MAZZALI, 2000). Por exemplo, para vencer as barreiras higiênico-sanitárias, por conta da *Influenza Aviária*, algumas agroindústrias investiram em tecnologia para a industrialização de cozidos, fritos e assados de frango (termoprocessados).

Segundo Mazzali (2000), as exportações se sustentaram na emergência de importantes mercados:

¹¹ “Neste sentido, em 1977, não incidiam sobre a exportação de carne de frango o Imposto sobre Produtos Industrializados e o I.C.M. e, além disto, a indústria exportadora era creditada de 15% do valor F.O.B. [*free on board* – expressão em inglês que se refere ao preço líquido da mercadoria entregue no ponto de embarque] das exportações (disponível 6 meses após o embarque) para compra de bens de produção fabricados no Brasil. No tocante ao frete, no caso de exportações feitas por navios de empresas brasileiras, o governo reembolsava 15% do valor do frete quatro meses após o embarque. [...] Havia ainda mecanismos de crédito aos exportadores a juros subsidiados em cerca de 50% com relação ao mercado” (LIMA, 1984, p.131).

O Japão e os Tigres Asiáticos vivenciavam um processo de transição alimentar que favorecia o consumo de carnes. A exploração do enorme potencial desses mercados exigia, especialmente, a superação de importante barreira não-tarifária representada por fortes restrições e controles sanitários. No caso da carne bovina, excluíam-se fornecedores onde existissem focos de aftosa ou onde os programas de vacinação fossem ineficientes. [...]

O Japão e o Extremo Oriente transformaram-se no maior mercado para aves, sendo responsáveis por quase a metade do comércio global, constituindo-se em alvo preferencial dos EUA e da França, os dois principais concorrentes do Brasil no mercado mundial (MAZZALI, 2000, p.73).

Nos quadros 03 e 04 estão indicados os principais importadores e exportadores de frango no mundo no período de 2000 a 2009.

Em 2004, o Brasil conquistou a liderança mundial nas exportações de carne de frango, quando ultrapassou os Estados Unidos, que é o maior produtor de frangos do mundo. O aumento das exportações brasileiras, em 2004, tem a ver com os surtos da doença Influenza Aviária que ocorreram no final de 2003 na Ásia e causaram o sacrifício de mais de 120 milhões de aves (MARTINS, 2005). Como se verifica no quadro 04, a Tailândia sofreu uma queda brusca das exportações no ano de 2004.

Ocorreu aumento gradual no consumo mundial de carne de frango no período de 2000 a 2007, respectivamente: 49.360, 50.854, 52.846, 52.903, 54.172, 57.339, 58.888 e 59.744 mil toneladas. Os maiores consumidores são os Estados Unidos, seguidos pelo Japão, China, União Européia, Brasil e México (ABEF, 2008).

Quadro 03 – Principais importadores mundiais de carne de frango (2000 – 2009*)
(Em mil toneladas).

ANO	RÚSSIA	JAPÃO	União Européia	ARÁBIA S.	MÉXICO	MUNDO
2000	943	721	278	348	228	3.940
2001	1.281	710	202	399	245	4.149
2002	1.208	744	500	391	267	4.443
2003	1.081	695	588	452	338	4.625
2004	1.016	582	466	429	326	4.384
2005	1.225	748	522	484	374	5.063
2006	1.240	740	600	434	400	5.168
2007	1.159	696	673	470	482	7.025
2008	1.159	737	677	510	399	7.732
2009*	980	680	670	470	510	7.555

*Previsão

FONTE: USDA/ ABEF (2008/2009).

Quadro 04 – Principais exportadores mundiais de carne de frango (2000 – 2009*)
(Em mil toneladas).

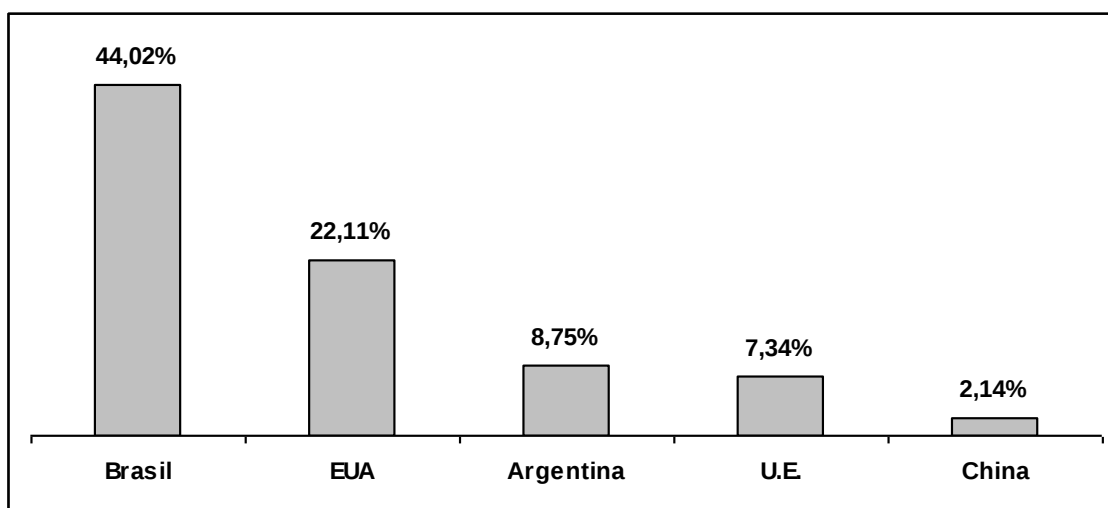
ANO	BRASIL	EUA	União Européia	TAILÂNDIA	CHINA	MUNDO
2000	907	2.231	774	333	464	4.856
2001	1.265	2.520	726	392	489	5.527
2002	1.625	2.180	871	427	438	5.702
2003	1.960	2.232	788	485	388	6.023
2004	2.470	2.170	813	200	241	6.055
2005	2.846	2.360	755	240	331	6.791
2006	2.713	2.454	620	280	350	6.470
2007	3.287	2.678	635	296	358	7.382
2008	3.646	3.158	740	383	285	8.396
2009*	3.800	2.744	685	360	215	7.858

*Previsão

FONTE: USDA/ ABEF (2008/2009).

Pode-se afirmar que a avicultura brasileira é um setor altamente dependente do mercado externo em comparação a outros países exportadores, como se verifica no Gráfico 01.

Gráfico 01 – Índice de participação das exportações no consumo interno total nos principais países produtores e exportadores de carne de frango (2008*).



FONTE: USDA apud AVISITE (2008). *Previsão

O Brasil possui um *portfolio* de compradores de frango superior a cento e cinquenta países, entretanto, os países grandes produtores de petróleo estão entre os seus principais, quais sejam: Arábia Saudita, Rússia, Emirados Árabes Unidos,

Venezuela e Kuwait, como se verifica na Tabela 02. Também são grandes compradores do Brasil, o Japão e a União Européia.

Tabela 02 - Principais países importadores de carne de frango do Brasil segundo a receita cambial (US\$ milhões).

País Importador	JAN.SET. 2007		JAN.SET. 2008		Var.% 2008/2007
	Valor	Part.*	Valor	Part.*	
Japão	393,971	0,34	886,35	0,59	124,98
Arábia Saudita	350,088	0,3	551,767	0,37	57,61
Hong Kong	316,801	0,27	423,983	0,28	33,83
Venezuela	141,228	0,12	418,453	0,28	196,3
Emirados Árabes	196,804	0,17	304,679	0,2	54,81
Rússia	195,173	0,17	255,153	0,17	30,73
Kuwait	111,338	0,1	222,246	0,15	99,61
Holanda	244,367	0,21	142,425	0,09	-41,72
Cingapura	89,273	0,08	119,312	0,08	33,65
África do Sul	105,806	0,09	91,841	0,06	-13,2
Demais	844,116	0,72	1.150,21	0,76	36,26
TOTAL	2.672,16	2,57	4.566,42	3,03	-

* Participação % na receita cambial brasileira global

FONTE: SECEX/MDIC – Elaboração AVISITE (2008).

A dependência da avicultura brasileira em relação ao mercado externo pode representar uma ameaça em situação de crise mundial da economia, que, provavelmente, desencadearia uma diminuição de encomendas e, conseqüentemente, medidas para reduzir a produção no país. Tal impacto teria repercussões principalmente nas regiões que são líderes em produção e exportação de carne de frango, como é o caso do Sul do Brasil e especialmente do Paraná.

As cinco cooperativas abatedoras de frangos do Oeste Paranaense destinam parte de sua produção à exportação. A cooperativa C.Vale, por exemplo, exporta produtos de frango para 53 países e, quanto ao mercado interno, suas vendas já alcançaram 20 Estados brasileiros, de acordo com a Mapa 01. Em menor proporção, as exportações da Copagril foram representadas no Mapa 02.

No Relatório de 2008/2009 da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (ABEF) verifica-se que a quantidade de frango exportada pelas cinco cooperativas abatedoras de frango do Oeste Paranaense e a participação de cada uma delas no total exportado pelas empresas associadas à ABEF (Tabela 03).

Tabela 03 – Exportação das cooperativas (toneladas) e sua participação em relação ao total de exportações das empresas membros da ABEF (2008/2009).

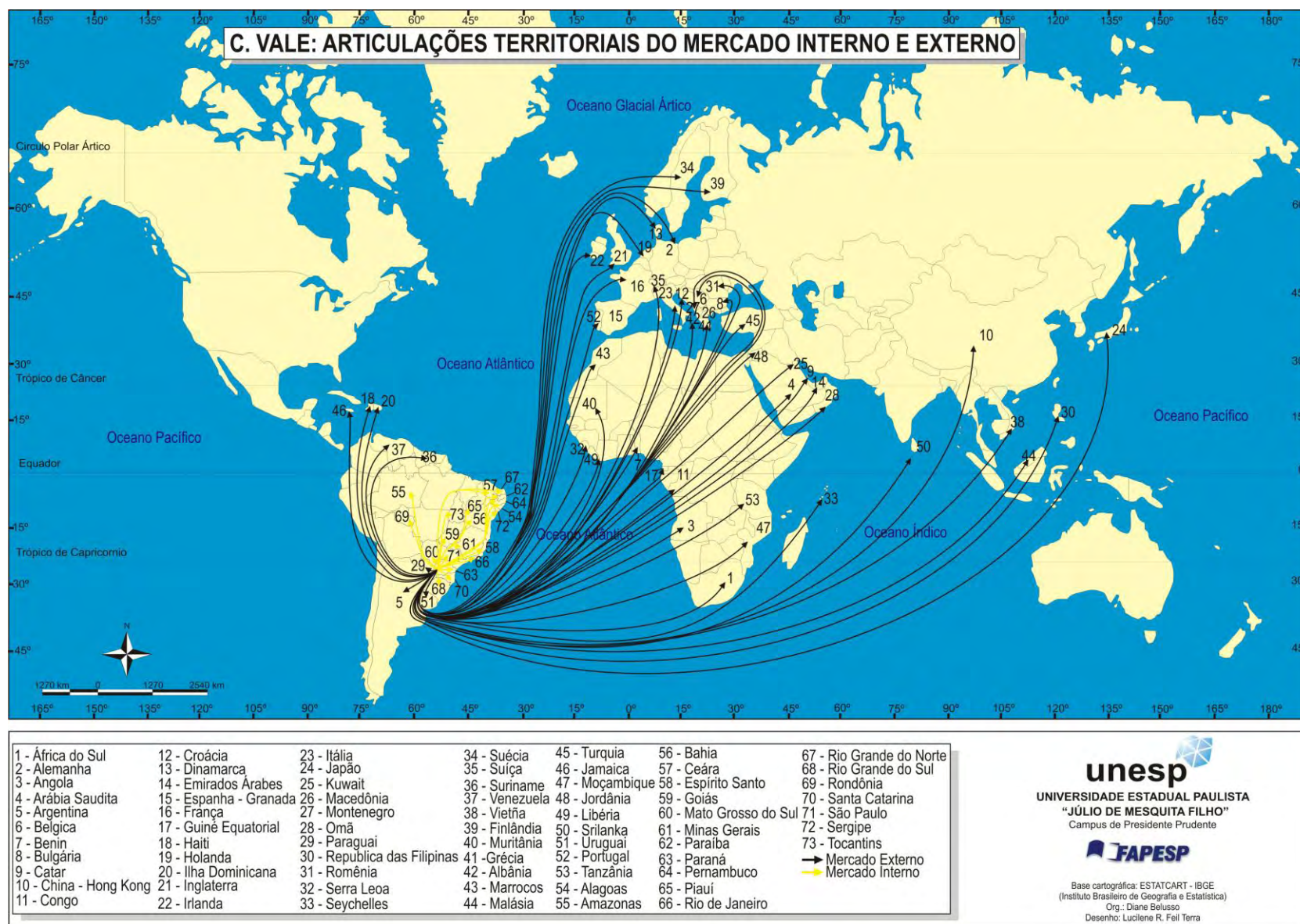
	Exportação (ton.)	Participação %
C.VALE	77.880	2,14
COPACOL	58.947	1,62
COPAGRIL	21.216	0,64
COOPAVEL	12.086	0,33
LAR	43.199	1,18

FONTE: ABEF (2008/2009).

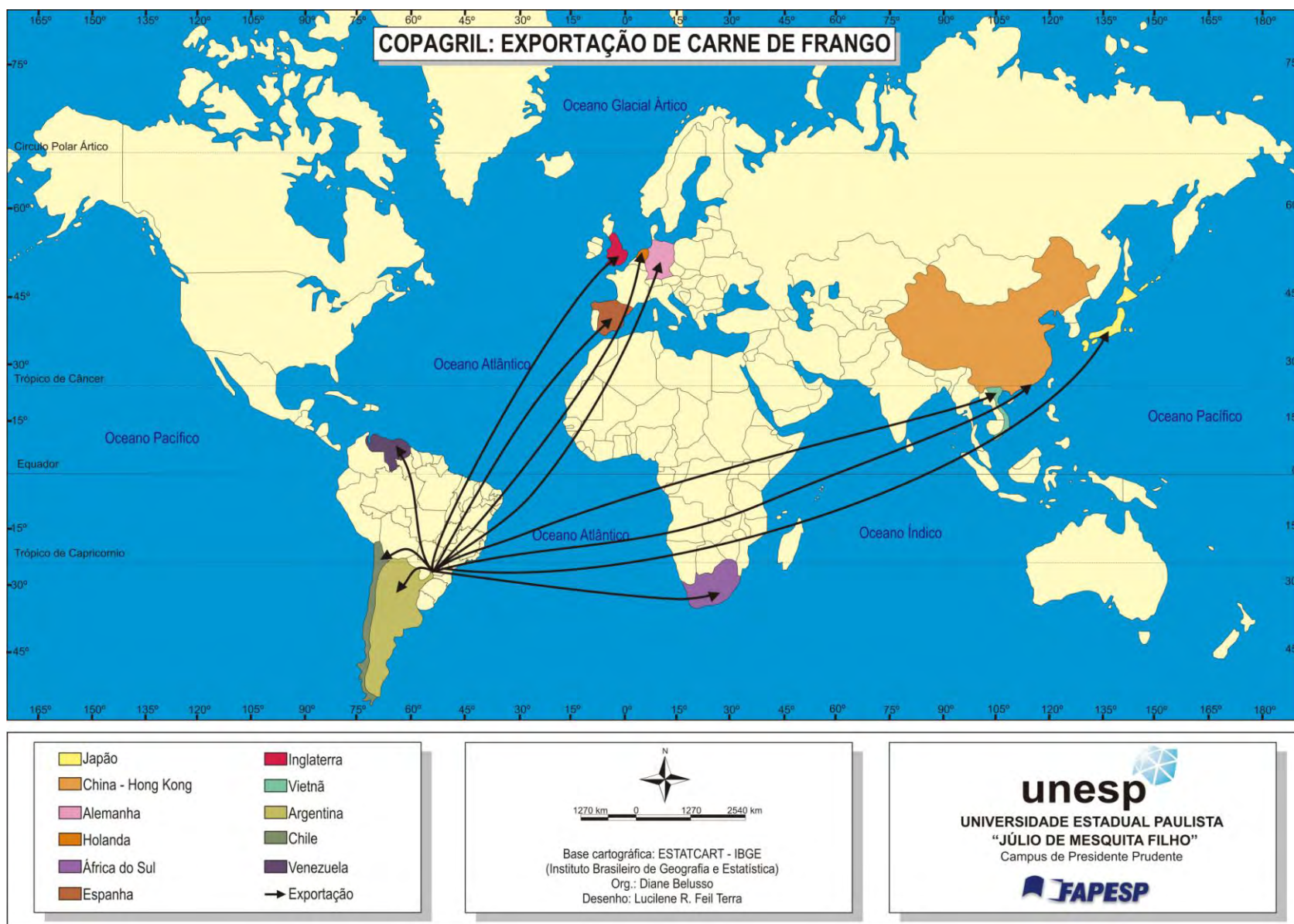
As maiores exportadoras com participações acima de 10%, segundo o Relatório da ABEF 2008/2009, foram as seguintes empresas: Sadia S/A (23,31%); Perdigão S/A (21,93%); Seara Alimentos S/A (11,86%) e Dour Frangosul S/A (10,01%).

Em relação à crise mundial, no final de 2008, a Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (ABEF) recomendou uma redução de 20% na produção de aves para o mercado internacional e, conseqüentemente, as empresas reduziram o alojamento de pintainhos de corte. Esta redução de alojamento significou, nos aviários de campo, um intervalo maior entre a entrega dos frangos e o alojamento de novos pintainhos. O intervalo, chamado de vazio sanitário, que era normalmente de 15 dias passou para 25 dias.

Mapa 01 – Articulações territoriais do mercado interno e externo da Cooperativa C.Vale.



Mapa 02 – Articulações territoriais do mercado externo da cooperativa Copagril



3.1.3 Abertura econômica: os efeitos sobre as estratégias empresariais das indústrias avícolas.

Uma maior exposição dos setores produtivos brasileiros à competição internacional ocorreu na década de 1990, período marcado pela abertura comercial brasileira. Do ponto de vista da avicultura industrial significou uma ampliação de eficiência forçada pela concorrência e pelas exigências do mercado externo.

Ao longo daquela década a economia brasileira passou por um processo intenso de liberalização (CARNEIRO, 2002). “Esperava-se que, com o processo de abertura comercial, haveria um verdadeiro ‘choque’ de competitividade” (BRANDÃO, 2007, p.155). Na verdade, conforme Brandão (2007), o que se constatou foi a elevação do grau de abertura (substituição de fornecedores locais por importação) de várias cadeias e linhas de produção¹² e uma re-especialização em *commodities* (minerais, agrícolas, agroindustriais). Estas últimas, justamente os setores sensíveis às economias de escala, energia, mão-de-obra e recursos naturais baratos, sem dispensar os incentivos fiscais e outras benesses públicas (BRANDÃO, 2007).

Para a crítica neoliberal, o desenvolvimentismo teria sido o responsável pela crescente perda de dinamismo das economias latino-americanas, especialmente no que diz respeito à incapacidade de manter o ritmo de incorporação do progresso técnico e do aumento de produtividade (CARNEIRO, 2002, p.309).¹³

Em um contexto de transformações tecnológicas e organizacionais, na década de 1990, os setores produtivos do Brasil foram abruptamente expostos à competição internacional, penalizando o desempenho de alguns (BRANDÃO, 2007). No caso dos alimentos industrializados (grãos, suco de laranja, carnes, etc.) cujo padrão locacional é orientado, segundo Brandão (2007, p.163):

[...] pelo acesso a fontes de matérias-primas, contando com custos e qualidade adequados, razoável padronização de produtos e processos, não sofrendo grandes restrições ambientais, de um modo geral, possui capacidade competitiva, alcançando alguns mercados externos. [...] Parte substancial dos investimentos nesses setores, que se desconcentraram geograficamente, orientados por recursos naturais ou por políticas governamentais, ainda são maturações do segundo PND, com pequenas alterações na década de 1990 em

¹² Principalmente, telecomunicações, informática e eletroeletrônicos etc.

¹³ Os fundamentos do desenvolvimentismo consistiam em industrialização por substituição de importações e ampla intervenção do Estado com um setor produtivo estatal concentrado nas indústrias de base e na infra-estrutura (CARNEIRO, 2002).

termos de montagem de novas plantas (*greenfields*) (BRANDÃO, 2007, p.163).

Espíndola (2001) enfatiza que na década de 1990 o governo brasileiro, sob o ideário neoliberal¹⁴, promoveu a abertura da economia e a entrada de concorrentes multinacionais na estrutura produtiva de carnes. Além disso, havia a concorrência da carne de aves provenientes dos Estados Unidos e da França que recebia subsídios na origem. A estabilidade econômica ao longo dos anos de 1990 reduziu a rentabilidade das empresas, o que exigiu agilidade delas ao promover mudanças técnico-produtivas, novos investimentos e estratégias de fusões e aquisições (ESPÍNDOLA, 2001).

Na década de 1990 verifica-se o desmonte da estrutura de financiamento da agroindústria brasileira em que somente os setores que potencializaram os incentivos e privilégios das décadas anteriores conseguiram crescer e se adaptar à abertura do mercado (BELIK, 2007). Ao mesmo tempo e no período imediatamente posterior aos anos da década de 1990 ocorreu um crescimento tanto da agropecuária quanto dos produtos processados de base agrícola, apesar da ausência de intervenção e regulação direta por parte do Estado (BELIK, 2007).

[...] por um lado, o Brasil parece ter aproveitado algumas boas oportunidades surgidas no mercado internacional, como as crises de contaminação de produtos, a epidemia da *síndrome da vaca louca* e da *gripe de aves* e, por outro lado, houve uma reestruturação industrial pesada em alguns setores, movimento esse decorrente da entrada de novos capitais [...] (BELIK, 2007, p.166).

A avicultura brasileira, em expansão desde 1970, chegou às décadas de 1980 e 1990 como um segmento significativo da indústria de carnes no Brasil. No entanto, foi uma trajetória marcada por “estratégias ofensivas (aquisições, *joint ventures*, lançamento de novos produtos, [...] implantação de novas tecnologias, etc.) e estratégias defensivas (venda do total de ativos ou venda de setores produtivos)” (ESPÍNDOLA, 2001, p.38).

¹⁴ “A partir dos anos 90, afirma-se a opção neoliberal no país, que se consolida nos oito anos do governo FHC. Seguindo as ‘sugestões’ do conhecido Consenso de Washington, avança-se na desregulamentação dos mercados (incluindo o financeiro, o doméstico, o de trabalho, com pesados cortes nos direitos antes assegurados, e o de produção e consumo). ‘Reforma-se’ o Estado, privatizando os serviços de utilidade pública, o setor produtivo estatal e os sistemas nacionais de infra-estrutura, abdicando totalmente de políticas ‘direcionadoras’ dos setores produtivos” (BRANDÃO, 2007, p.154).

Um exemplo destas estratégias foi a aquisição da Eleva pela empresa Perdigão, em outubro de 2007, ou seja, se concretizou uma fusão¹⁵ que mudou o *ranking*, concentrou o abate de frangos e a representatividade de apenas duas empresas respondendo pela maior parte das exportações brasileiras (AVISITE, 2007).

Outro exemplo foi a aquisição de três empresas no Sul do Brasil pelo grupo norte-americano *Tyson Foods*¹⁶, em setembro de 2008. A multinacional comprou 70% da Frangobras, situada em Campo Mourão, no Paraná e 100% de outras duas empresas em Santa Catarina: a Macedo Agroindustrial, localizada em São José e a Avita, em Itaiópolis.

Os objetivos decisivos à instalação da subsidiária brasileira foram os seguintes: tornar-se a única empresa avícola do mundo presente nos três países maiores produtores e consumidores do mundo (EUA, China e Brasil); acessar os mercados da União Européia, que permanecem fechados para os exportadores de frango norte-americanos; aproveitar as condições favoráveis do Brasil para a produção de frangos, principalmente a disponibilidade de milho e soja que são os principais ingredientes da ração das aves, tendo em vista que a crise mundial no preço das *commodities* e a política dos Estados Unidos, de produzir etanol a partir do milho, influenciaram para que a *Tyson Foods* tivesse um gasto adicional de US\$ 550 milhões entre os anos de 2007 e 2008 (AVISITE, 2008).

Em curto período, de 2006 a 2009, as estratégias de mercado foram capazes de modificar a representatividade das empresas no cenário produtivo nacional, tal como a fusão entre as duas concorrentes históricas, a Sadia e a Perdigão. A partir de negociação confirmada no mês de maio de 2009, as duas empresas formaram a Brasil Foods (BRF), que aguarda aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Anteriormente a esta fusão, em 2001, as empresas Perdigão e Sadia já haviam criado a *BRF Trading Company* para atuar exclusivamente em mercados internacionais (FERNANDES FILHO; QUEIROZ, 2002).

¹⁵ “Na fusão, a independência das firmas é totalmente abolida e as antigas firmas desaparecem para dar surgimento a uma nova entidade comercial, com uma unidade orgânica sob direção única, pela compra de uma firma por outra, com unificação do capital” (KON, 1994, p.55).

¹⁶ “A companhia está presente em 80 países e conta com aproximadamente 104 mil colaboradores atuando em mais de 300 unidades norte-americanas e escritórios ao redor do mundo. No ano fiscal de 2007, a companhia faturou US\$ 26,9 bilhões. A carne de frango ocupa a segunda posição de vendas da companhia (representa 31% dos negócios)” (AVISITE, 2008, p.08).

Um exame superficial dos recentes movimentos de fusões e associações na área alimentar no Brasil sugere a existência de um processo de reestruturação nos moldes observados nos países desenvolvidos. [...]

Nos países centrais, o processo de reestruturação na indústria de alimentos teve início já na década de 1970. A crise financeira internacional e a redução no crescimento das economias dos países desenvolvidos, ao lado da introdução de novas trajetórias tecnológicas e novas formas organizacionais e gerenciais, levaram a uma acelerada reestruturação industrial. Uma avalanche de fusões e aquisições levou a uma nova geografia das empresas e a uma mudança radical na forma de produzir e comercializar (BELIK, 2007, p.163).

No Brasil, as políticas setoriais¹⁷ foram fundamentais para o incremento da produção e da exportação de frangos. As políticas públicas para a agricultura brasileira se caracterizaram historicamente pelo suprimimento setorial, ou seja, foram direcionadas conforme tipos de produtos ou segmentos da agroindústria. No comércio globalizado, o fato de ganhar ou perder mercados representa as negociações que têm efeitos diretos nos espaços rurais.

3.2 A expansão e regionalização da avicultura industrial no Brasil.

Além das forças presentes na globalização do sistema alimentar, aos processos de mudança rural e aos seus estudos, devem ser incluídos os processos de reestruturação rural que envolve as dinâmicas sociais e econômicas regionais (MIOR, 2005).

Para Castro (2005), a região é uma escala espacial que confere visibilidade e sentido a um território socialmente construído. “Sua construção se faz a partir de decisões com base em racionalidades econômicas e culturais, [...] ela é tanto forma concreta como representação e ideologia” (CASTRO, 2005, p.192-193).

A região é um território, e como tal reconhecido por seus habitantes através dos símbolos identitários mais variados. Nem todo território pode ser chamado de região, o que não quer dizer que não existam territórios reconhecidos como tal. Enquanto representação da realidade [...] ela é também [a região] um espaço de disputa e de poder, base para essa representação que é apropriada e

¹⁷ “As políticas setoriais se colocam dentro da tradição de foco e segmentação nos programas de governo. Através das políticas setoriais elegem-se prioridades de governo e selecionam-se mecanismos de apoio voltados para o sucesso dos setores escolhidos. Essa tradição teve início no Brasil no período do pós-guerra com a preparação de Planos de Desenvolvimento, traduzindo as prioridades colocadas em cada novo governo em relação à economia” (BELIK, 2007, p.155).

reelaborada, tanto pela classe dominante como por outros grupos que se mobilizam para defender seus interesses territoriais (CASTRO, 2005, p. 193).

Os efeitos econômicos e tecnológicos, as condições ambientais, sociais, culturais e políticas - como e por que cada lugar “participa” no conjunto da atividade agroindustrial - representariam os diferentes modos de relação do complexo agroindustrial com o território (SILVEIRA, 2005). Segundo o referido autor, os diversos lugares articulados e organizados por uma rede agroindustrial¹⁸ formam um dado território, nele, um conjunto de agentes atua e se relaciona, põem em circulação mercadorias, capitais, mão de obra, tecnologia, ordens e informações, de maneira a garantir a reprodução do complexo agroindustrial.

Silveira (2005) apreende uma dinâmica relacional (entre o CAI e o território) e valoriza a idéia da rede agroindustrial na identificação das características, particularidades e principais variáveis resultantes da relação entre um dado complexo agroindustrial e o território.

A idéia de rede como subsídio à análise do desenvolvimento rural passa pela identificação do tipo de rede associado ao tipo de região (MURDOCH apud MIOR, 2005). O Oeste Paranaense, neste caso, se enquadraria numa região:

[...] onde predominam cadeias de *commodities* específicas, com padrões de produção estandarizados, em que especialização e busca de economias de escala são as estratégias competitivas, ligadas à presença de grandes empresas voltadas à economia globalizada. A questão chave situa-se na capacidade de acompanhar as inovações tecnológicas, geradas, no geral, fora da região (MIOR, 2005, p.63).

Segundo Murdoch (2000 apud MIOR, 2005) existe dois principais conjuntos de redes interagindo nas regiões rurais.

¹⁸ “A rede agroindustrial, enquanto forma de organização, configura-se a partir da articulação de distintos agentes sociais: agricultores, indústrias produtoras de insumos e máquinas, indústrias processadoras/beneficiadoras de matéria-prima, indústrias de bens de consumo, instituições financeiras, empresas de transporte, empresas comerciais e exportadoras, organismos governamentais, centros de pesquisa e agências de publicidade. Estes agentes localizam-se em diferentes lugares e, interconectados, atuam no âmbito do complexo agroindustrial, em distintas escalas geográficas. Isso se dá a partir de interesses, práticas e estratégias particulares, bem como através de relações técnicas, econômicas e de poder. Também incidem na configuração da rede agroindustrial o comportamento do mercado e as políticas macroeconômicas engendradas pelo Estado” (SILVEIRA, 2005, p.232-233).

[...] as redes verticais e as redes horizontais de desenvolvimento rural. O termo rede vertical, refere-se à forma como a agricultura é incorporada em processos mais amplos de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos e matérias-primas, dentro de uma abordagem setorial do desenvolvimento. Já o termo redes horizontais de desenvolvimento rural refere-se à incorporação da agricultura e dos territórios rurais em atividades que os atravessam e estão imersas nas economias locais e regionais, inclusive urbanas. As redes verticais e horizontais estão associadas à idéia de desenvolvimento setorial e territorial, respectivamente (MIOR, 2005, p.57).

As diferenças e coincidências significativas em relação à especialização regional das atividades agroindustriais, quanto aos tipos de culturas e às formas de organização que apresenta, perpassam uma leitura a partir da rede agroindustrial. Uma abrangência regional, neste caso, seria dada pelas conexões e alastramento da rede agroindustrial no território.

Segundo Kageyama e Silveira (1997), o exercício de regionalização ao final da “fase áurea” da modernização da agricultura, além de mostrar a grande diversidade regional, poderia discutir como ou por que algumas regiões avançaram mais do que outras.

A conformação do padrão e do nível de modernização agrícola não foi e não é independente do nível geral de desenvolvimento de uma região, ou seja, existem elementos e formas organizacionais, mais do que a tecnologia em si, que compuseram tal conformação (KAGEYAMA; SILVEIRA, 1997).

Os elementos e formas organizacionais, neste caso, dizem respeito à organização e ao uso capitalista do território, especificamente, segundo Calabi e Indovina (1992), se referem aos usos do território: para o processo de produção, à circulação e valorização do capital e à reprodução da força de trabalho. A organização do território baseia-se em duas lógicas, primeiro, o próprio território é entendido como somatória de produtos e mercadorias (um dado território), em segundo lugar, o território está em função da realização do processo total do capital e dos seus usos (CALABI; INDOVINA, 1992).¹⁹

Calabi e Indovina (1992), ao afirmar que a variável que mais influencia a organização do território é a “localização produtiva”, fornecem subsídios para discutir

¹⁹ “O processo de produção ocorre no espaço. O primeiro “uso” do território, que devemos portanto considerar é o produtivo. O território entra diretamente no processo de produção como *capital constante*: como “matéria-prima” (é o caso da produção agrícola) ou como “espaço” (produção industrial)” (CALABI; INDOVINA, 1992, p.59).

a diversidade regional, isto é, como ou por que algumas regiões avançaram mais do que outras.

As escolhas de localização, portanto, não seguem uma lei “tecnológica”, mas uma lei social, no sentido de que elas são determinadas pela possibilidade (facilidade?) de extrair mais-trabalho.

[...] as escolhas de localização não são as mais “racionais”, mas as mais “eficientes” do ponto de vista do capital [...]

[...] não existem *lugares* “técnicos” mais eficientes, mas tipos de organização do território que tendem a baixar o custo de produção [...] e a aumentar a garantia de lucro (CALABI; INDOVINA, 1992, p.59).

Kageyama e Silveira (1997), ao referirem-se ao Sul do Brasil, o reconheceram como um bloco homogêneo de agricultura de alta produtividade e consideraram que a concentração de agroindústrias de frangos e suínos, em combinação com organizações locais, tais como as cooperativas, poderia representar novos rumos para incrementar a competitividade da agricultura brasileira.

O crescimento da produção e a participação das exportações de carne e seus industrializados, na balança comercial do agronegócio, podem confirmar um papel competitivo deste setor na agricultura brasileira. Conforme dados do ano de 2007, as exportações do agronegócio totalizaram 56 bilhões de dólares, os setores que mais contribuíram foram o complexo da soja e o complexo da carne²⁰, que somaram cada um, cerca de 11 bilhões de dólares (CONAB, 2008).

A avicultura industrial brasileira (de postura) foi iniciada no Estado de São Paulo, com a chegada dos primeiros imigrantes japoneses. Na década de 1950 teria início o sistema de produção integrada e a avicultura industrial de abate no Estado de Santa Catarina, a partir da instalação das empresas Sadia e Perdigão. Posteriormente, o crescimento da produção de frangos no Sul do Brasil e a recente expansão da avicultura nas regiões Centro-Oeste e Norte, demonstram uma trajetória de mudanças e/ou permanências em nível técnico, econômico e social.

Na avicultura foram criadas condições ambientais artificializadas na medida em que o progresso tecnológico propiciou maior controle produtivo, a exemplo da criação adensada de frangos em galpões climatizados. O fator mercado continua crucial em relação às oscilações de preços do produto e dos custos de produção, acompanhado de uma contínua capacidade de incorporar tecnologia.

²⁰ Inclui frango, bovino, suíno e outras carnes.

A avicultura industrial é um segmento produtivo cuja desconcentração se caracteriza por novas frentes de localização que, segundo Brandão (2007), são pouco exigentes de ambiente mais complexo. Assim, a avicultura é um segmento produtivo atraído por subsídios, custos salariais menores e maior flexibilidade trabalhista e ambiental (BRANDÃO, 2007).

O alastramento das plantas industriais avícolas no Brasil é dependente de uma conjuntura que inclui política agrícola, acesso aos mercados consumidores, aptidão dos produtores, condições de transporte e, principalmente, disponibilidade de matérias-primas importantes à produção de frangos: o milho e a soja.

Os elementos de uma suposta conjuntura que viabilizou uma regionalização produtiva podem ser verificados, no caso da avicultura, de acordo com Lima (1984):

A regionalização da atividade em localidades do sul do país, onde a estrutura de posse da terra foi conformada no processo de emigração estrangeira e que hoje se encontra consolidada, é acentuada ainda mais pela concentração nestes estados da produção dos insumos básicos da avicultura - soja e milho -, o que implica em menores custos globais de transporte mesmo que se tenha que transportar posteriormente o produto final para um mercado consumidor distante. No caso de Minas Gerais, dado a existência de regiões com alta produção de grãos foi também tentada a repetição de experiência de integração do sul do país. Verificam-se, porém, substanciais diferenças quanto a estrutura de posse da terra e mesmo quanto ao momento histórico de sua implantação que dificultaram a continuidade das iniciativas. No Estado de São Paulo, a implantação do Pró-Alcool a partir de 1976, foi responsável pela substituição acentuada do plantio de milho pelo de cana-de-açúcar e pelo déficit crescente e maiores custos relativos deste insumo, penalizando a avicultura local (LIMA, 1984, p.179).

Nos Estados do Sul do Brasil, a partir de 1970, com o esgotamento da fronteira agrícola, o incremento da agricultura deixou de ser extensivo e passou a depender, fundamentalmente, do aumento da produtividade e da intensificação do uso do solo, seja pela introdução de novos cultivos ou elevando o grau de integração da produção primária com a agroindústria, em especial, na avicultura e na suinocultura (BANDEIRA, 1995).

No Centro-Oeste o potencial produtivo de grãos é um fator relevante para a expansão da avicultura industrial. De acordo com informações da Embrapa, a ração representa 67% do custo do frango vivo e 55% do custo de produção do frango abatido (HELFAND; REZENDE, 2003). Porém, existem outras explicações

importantes que não envolvem apenas o custo dos grãos e, conseqüentemente, da ração.

Por exemplo, o fato de o Estado de São Paulo produzir frangos seria surpreendente em vista do preço mais alto do milho, entretanto, apesar de a avicultura em São Paulo enfrentar maiores custos na ração devido ao preço do milho, possui eficiência produtiva e menores custos de transporte para atender os principais mercados consumidores (HELFAND; REZENDE, 2003).

Segundo Helfand e Rezende (2003) uma empresa que se deslocaria do Paraná para Goiás economizaria até 1% no custo do frango abatido, mas como as distâncias dos mercados consumidores do Rio de Janeiro e de São Paulo são maiores para Goiás do que para o Paraná, a diferença no custo do transporte mais do que contrabalançaria a redução de custo devido à ração mais barata. Espera-se que as vantagens para o Centro-Oeste cresçam na medida em que os custos de transporte sejam reduzidos.

Para Helfand e Rezende (2003), a vantagem do deslocamento da avicultura para o Centro-Oeste consistiria na oportunidade de captar economias de escala e reduzir custos de transação, por meio da integração de um menor número de produtores, porém mais produtivos, ou seja, ganhos logísticos e de gerenciamento por parte das empresas.

No Sul, a integração produtor/agroindústria foi centrada em pequenos proprietários que utilizam, principalmente, a mão de obra da própria família.

Embora tenha havido predomínio deste modelo de integração, no Sul do Brasil, França e Fernandes Filho (2003) verificaram que o emprego de inovações tecnológicas no abate, no processamento, na comercialização dos produtos avícolas e sua inserção no mercado internacional promoveram o surgimento de um novo modelo de integração baseado em médios e grandes produtores, a exemplo do Projeto Buriti implantado em Rio Verde (GO) pela Perdigão.

Arana (2001) em seu estudo sobre os avicultores associados à Coperguaçu, no município de Descalvado, no Estado de São Paulo, também verificou o surgimento de um novo perfil de produtores integrados, mais capitalizados, “os verdadeiros empresários na atividade”.

Para Fernandes Filho e Queiroz (2002), a principal explicação para a introdução deste novo modelo de integração na avicultura de abate brasileira é a

pressão do mercado para que as empresas aumentem a competitividade de sua produção e mantenham e ampliem suas participações no mercado.

Os prováveis impactos da adoção deste modelo de integração foram apontados por Fernandes Filho e Queiroz (2002):

- em termos sociais: exclusão e substituição de pequenos produtores e conseqüente redução do número de produtores integrados para cada planta industrial; diminuição do número de pessoas que trabalham nos aviários e/ou na assistência técnica;

- em termos regionais: “re-regionalização” da avicultura de corte, as áreas propícias ao desenvolvimento desta atividade são aquelas onde há maior presença de médios e grandes produtores, tal como o Centro-Oeste.

- em termos econômicos: redução dos custos de transação, de produção e de logística;

- em termos ambientais: concentração dos dejetos em poucas unidades de produção e maiores riscos ambientais (FERNANDES FILHO; QUEIROZ, 2002).

A disseminação deste modelo de integração e o risco de impactos negativos indicam a necessidade de avaliações na destinação de fundos públicos para o seu fomento (FERNANDES FILHO; QUEIROZ, 2002). Do ponto de vista das agroindústrias, o novo modelo de integração tende a ser mais vantajoso técnica e economicamente, mas isto não significa que este modelo seja amplamente difundido, pois do ponto de vista dos médios e grandes produtores a avicultura poderia não representar a melhor oportunidade para aplicação de capital (FERNANDES FILHO; QUEIROZ, 2002).²¹

Segundo Mior (2005), as empresas Sadia, Perdigão e Seara construíram novas plantas industriais de aves e suínos nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, entretanto, tais empresas também reinvestiram em suas plantas agroindustriais na região Oeste catarinense durante os anos 90 do século passado: “[...] Modernizaram suas unidades visando adequá-las à exportação de produtos de maior valor agregado para novos mercados, como o da Europa” (MIOR, 2005, p.103).

²¹ “Talvez seja esta uma das explicações para o fato de a Perdigão estar tendo problemas para conseguir produtores médios/ grandes interessados em se tornar produtores integrados de aves no chamado Projeto Buriti (Rio Verde – GO)” (FERNANDES FILHO; QUEIROZ, 2002, p.11).

Para Espíndola (2002), não se tratou de um abandono dos investimentos na região Sul, não consistiu em deslocamento de atividade, mas em investimentos que visaram ampliar a capacidade produtiva.

[...] os movimentos para o Centro-Oeste permitem às grandes empresas, diante das novas tendências tecnológicas, começarem do zero no redesenho das instituições de coordenação vertical. No Sul, o redesenho deste processo poderia ser penoso e politicamente explosivo. [...]

A política de dispersão geográfica das empresas agroindustriais do Sul do Brasil não é um movimento recente. Trata-se, a exemplo da década de 70 e 80, de uma política de expansão agressiva na conquista de novos mercados consumidores (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), permanência nas áreas próximas aos grandes centros e na possibilidade de buscar novas zonas fornecedoras de matéria-prima (ESPÍNDOLA, 2002, p.125).

Ao querer ampliar a capacidade produtiva, seja permanecendo no Sul ou expandindo sua atividade para o Centro-Oeste, a ação das empresas depende de circunstâncias específicas. Ao mesmo tempo em que não se trata de um deslocamento de atividade, como afirmou Espíndola (2002), é preciso considerar a constatação de França e Fernandes Filho (2003) sobre uma tendência de modificações quanto à capacidade produtiva e às áreas propícias para a avicultura. Neste sentido, faz-se uma suposição de que para os produtores que permaneceram ou que recentemente investiram nesta atividade, no Sul do Brasil, ocorreu algum efeito nas relações de produção. Esta indagação direciona, no caso dos objetivos desta pesquisa, o interesse para compreender a atual integração de produtores de frangos às cooperativas agroindustriais avícolas, além da coexistência delas com outras grandes indústrias de carnes. Se no ramo cooperativo são gigantes empresas cooperativistas, no segmento das indústrias de carnes representam empresas pequenas ou médias.

A existência de pequenas e médias empresas é uma característica das estruturas de mercado, nos diversos segmentos industriais, especialmente no setor agroalimentar que tem revelado um oligopólio diferenciado, “onde as pequenas e médias empresas sobrevivem lado a lado com grandes firmas, ocupando espaços regionais do mercado, embora sujeitas aos movimentos destas últimas” (PAULA, 1999, p.178).

Rizzi (1993) observou, na década de 1980, que o processo de concentração era dominado mais por aquisições do que por ampliações da capacidade produtiva e concluiu:

[...] a inserção de pequenas empresas nesse tipo de mercado depende de uma série de circunstâncias. Primeiro, sua inserção e sobrevivência numa estrutura oligopólica competitiva depende das variações do nível de atividade econômica: em condições de crescimento econômico, acompanhado de maior poder de consumo de bens não duráveis por parte da população, não há grandes barreiras à entrada [...] Em segundo lugar, pode-se dizer que as oportunidades das pequenas empresas estão restritas a segmentos específicos do mercado, em nichos que não são atraentes às grandes integradoras [...] Em terceiro lugar, a possibilidade de convivência das pequenas empresas com as grandes pode ser dada pela própria dinâmica das grandes, pelo seu processo de reestruturação, na medida em que fornece oportunidades para o desenvolvimento de parcerias em atividades complementares (RIZZI, 1993, p.131).

A União Brasileira de Avicultura (UBA, 2008) divulgou em seu relatório anual as 50 maiores empresas abatedoras de frango no Brasil. A empresa Sadia posicionou-se em primeiro lugar, participando, em 2007, com 15,07% do abate; em seguida ficou a Perdigão, com 12,51%. As demais empresas, na maioria, participaram com cerca de 1% no abate nacional. Entre as 50 empresas selecionadas (UBA, 2008), grande parte delas localiza-se nos estados do Paraná (17 empresas) e de São Paulo (16 empresas).

O que dita a estrutura de tamanho da planta industrial é a interação entre economias de escala e flexibilização, por meio de plantas menores para fornecer produtos diferenciados, com possibilidades de rápidas transformações, conforme as demandas sejam modificadas (BNDES, 2005).

A grande capacidade de adaptações das empresas quanto à localização e a sua estrutura são estabelecidas pelo sistema internacional contemporâneo que, de acordo com Castro (2005), apesar de ampliar as possibilidades territoriais para as estratégias das empresas, impõem regras da competitividade internacional e pesadas exigências de contínuo progresso tecnológico e flexibilização (CASTRO, 2005).

Na realidade, a globalização [...] atua de modo dinâmico na redefinição do tamanho das empresas, nos tipos de produtos, nas novas parcerias. [...] Nesta nova dinâmica, tamanho não é documento, o que abre espaço para empresas pequenas e competitivas ao lado de enormes conglomerados resultantes de

fusões. [...] No Brasil, pequenos plantadores de soja do oeste do Paraná se organizam em cooperativas para fazer frente à competição dos grandes produtores do Centro-Oeste (CASTRO, 2005, p.231-232).

Os grandes conglomerados e as empresas menores do setor cooperativo fazem parte de um grupo que pode ser enquadrado numa tipologia das agroindústrias, conforme Mior (2005):

Na forma convencional de agroindustrialização, segundo os estudiosos do sistema alimentar, haveria a tendência para a concentração em estruturas econômicas cada vez maiores ocupando os diversos espaços e setores da cadeia produtiva. [...] Um subconjunto destas redes verticais seria o formado pelo conglomerado agroindustrial representado pelo setor cooperativo [...]. Embora abranja uma ampla gama de estruturas sociais nos marcos das cooperativas filiadas, sua inserção econômica se dá na mesma lógica de mercado da agroindústria convencional, isto é, aposta na economia de escala e na especialização como estratégia de organização da produção e industrialização. Evidentemente as escalas preconizadas pelo sistema agroindustrial cooperativo são menores que as da agroindústria convencional (MIOR, 2005, p.263).

Os complexos avícolas implantados pelas cooperativas, a partir de 1980, representam estratégias empresariais para incrementar a competitividade e permitir a coexistência das cooperativas com outras empresas no mesmo setor. Competir com grandes empresas, tal como a Sadia (atual Brasil Foods), empresa que também possui plantas industriais avícolas no Oeste Paranaense (município de Toledo), seria pura pretensão, entretanto, as cooperativas coexistem e além de concorrer entre si, firmam parcerias.

A prestação de serviços é um tipo de parceria que ocorre entre as cooperativas e as outras empresas. Em 2007, a indústria de termoprocessados²² da C.Vale industrializou carne de frango em prestação de serviço à Sadia que, em novembro de 2006, teve sua fábrica de termoprocessados completamente destruída por um incêndio. De acordo com o relatório de 2007, da C.Vale, o processamento de sua própria produção somada a carne industrializada para a Sadia, nesse ano, aumentou em mais de seis vezes a produção de sua indústria de termoprocessados em comparação ao ano anterior.

Outro acordo ocorreu entre as cooperativas Copagril e Copacol, em 2005, quando seus líderes assinaram um contrato de parceria com o objetivo de integrar a

²² Fábrica de cozidos, fritos e assados de frango.

atividade das duas cooperativas – foi decidido que a Copagril realizaria abate de aves para a Copacol durante um período pré-definido. “O objetivo desta parceria é viabilizar e otimizar a estrutura que a Unidade Industrial de Aves da Copagril possui, atendendo a necessidade de produção da Copacol” (COPAGRIL, out. 2005, p.14).

Em 2010 a Copacol e a Copagril firmaram uma parceria para a produção de peixes. À Copacol caberá o fornecimento de alevinos e o abate dos peixes em sua unidade industrial instalada no município de Nova Aurora e a Copagril ficará responsável pelo serviço de assistência técnica e fornecimento de ração. A produção de peixes segue o modelo de integração de produtores, semelhante ao já realizado na avicultura, ou seja, os peixes serão produzidos por associados responsáveis pela estrutura de açudes e pelo manejo em suas propriedades (BORGSMANN, 2010).

Mais um exemplo de parceria entre cooperativas foi o acordo entre a C.Vale e a Coopersmibra, ocorrido em 2009, quando foi firmado um contrato com prazo de dez anos, cuja proposta foi apresentada pelo presidente da Coopersmibra (Henning Baer) ao presidente da C.Vale (Alfredo Lang). Segundo Baer, a Coopersmibra estava com dificuldades de acesso a crédito e de fornecimento de insumos para os associados. Por outro lado, a Coopersmibra destaca-se no recebimento de grandes quantidades de milho em sua área de abrangência, entre os municípios de Campo Mourão e Guarapuava. Neste sentido, as duas cooperativas possuem atividades complementares, já que a C.Vale demanda matérias-primas (milho) para a produção de frangos e suínos, principalmente. Em contrapartida, a C.Vale proporcionará à Coopersmibra ganho de escala e competitividade nas negociações de soja e milho (C.VALE, 2009).

O ganho de escala por meio de fusões entre empresas é uma possibilidade da economia globalizada, mas como as cooperativas se inserem neste contexto? A esta questão, em entrevista publicada na Revista FAE Business (2005), João Paulo Koslowski e Luiz Roberto Baggio, presidente e vice-presidente da Ocepar, responderam:

As cooperativas não precisam realizar fusões, pois podem manter sua atuação regional, ampliando as parcerias, como a Cocamar que esmaga soja para a Coamo. Essa interação entre as cooperativas é uma tendência, mas não é um processo fácil. É um item que foi demandado pelas cooperativas e que está sendo trabalhado pela Ocepar (FAE BUSINESS, 2005, p.11)

As parcerias entre as cooperativas, bem como a criação de cooperativas centrais (formadas a partir da junção de cooperativas singulares) é uma tendência da qual as cooperativas paranaenses não escaparão devido à necessidade em alguns segmentos agroindustrias, por exemplo, no de fertilizantes. Conforme relato da entrevista referida anteriormente, estaria em constituição uma cooperativa formada a partir da congregação de outras 14 cooperativas paranaenses, para a produção de fertilizantes, pois o consumo anual de fertilizantes no Paraná foi estimado em 1,8 bilhão de toneladas e apenas uma cooperativa, a Coopavel, atuava neste segmento.

Retomando o caso da avicultura especializada, ao afirmar que é uma atividade representativa no Oeste Paranaense, região cuja estrutura fundiária é caracterizada pelo predomínio de estabelecimentos com até 50 hectares, faz-se questionamentos sobre a viabilidade da produção integrada de frangos: quem são os produtores de frangos e quais condições viabilizam esta atividade no Oeste Paranaense? Qual a influência das cooperativas abatedoras de frangos neste processo? Qual o efeito das inovações tecnológicas mais recentes nesta região? Uma hipótese verificada nesta pesquisa é de que o cooperativismo agroindustrial atrelado à avicultura tende a se expandir ainda mais na região oeste do Estado do Paraná.

De acordo com dados da União Brasileira de Avicultura, em seus anuários de 2006, 2007 e 2008, observa-se a concentração do abate e da exportação no Sul do Brasil, sendo que os estados do Paraná e de Santa Catarina apresentaram liderança ao longo dos anos, participando em 2008, respectivamente, com 23% e 16% do abate com Sistema de Inspeção Federal (SIF). No entanto, os resultados indicam redução do abate em Santa Catarina e menor crescimento do abate no Paraná, em 2008, em relação ao ano anterior.

Na região Sudeste o destaque é para São Paulo, que manteve o crescimento no período e em 2008 participou com 14% do abate nacional. Também se destacou o Estado de Minas Gerais, com 6% do abate nacional, apresentando crescimento em 2008, de 20,56%, em relação ao ano anterior.

No Centro-Oeste, os Estados que mais aumentaram o abate, em 2007, foram os Estados de Goiás (6%) e Mato Grosso (29%), apesar de juntos estes dois Estados participarem com apenas cerca de 6% no total nacional, naquele ano. Já

em 2008, nesta região, o maior crescimento em relação ao ano anterior foi do Distrito Federal (16%), mas a maior participação no abate nacional correspondeu ao Estado de Goiás (4%).

Quanto ao Nordeste, foram classificados Pernambuco e Bahia, com índice na participação nacional de abate inferior a 1% em cada Estado. Na região Norte destaca-se o Estado de Tocantins, que em 2008, apesar de participar com apenas 0,29% no abate nacional, apresentou o maior crescimento absoluto do país, no comparativo 2007/2008, de 159,91%.

No Gráfico 02 são apresentados os Estados com as maiores participações (%) no abate nacional de frango.

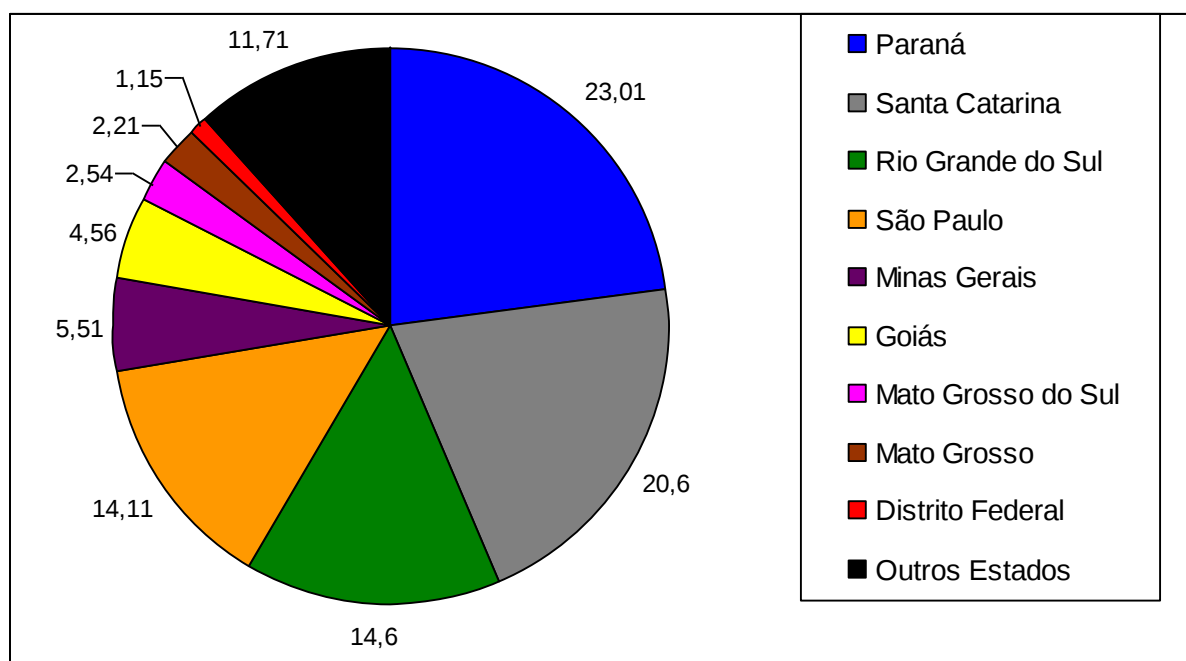


Gráfico 02 - Abate de frango por Estado (%).

FONTE: União Brasileira de Avicultura (UBA), Relatório Anual 2007/2008.

A expansão das indústrias de carne de frango para as diversas regiões brasileiras depende de vários fatores, destacando-se os relacionados aos custos de produção. Azevedo *et al* (2002) apontam dois fatores principais na elevação do custo de produção na avicultura: a ração e os encargos fiscais e trabalhistas.

França e Fernandes Filho (2003) demonstraram que o Centro-Oeste foi a região que mais recebeu investimentos no segmento avícola a partir dos anos 1990, chamando atenção para um importante processo de expansão da avicultura também na região Norte, especificamente no Estado do Tocantins. Segundo França e

Fernandes Filho (2003), os seguintes fatores atraíram a avicultura industrial em Tocantins: disponibilidade de linhas de créditos especiais; sistema de transportes intermodal (rodovia-ferrovia-hidrovia) possibilitando o escoamento da produção; ampliação da oferta de energia elétrica; potencial de produção de soja e milho (matérias-primas da ração das aves).

Segundo Rodrigues *et al* (2009), o Estado do Tocantins representa uma pequena participação na produção nacional de carne de frango com a atuação de apenas duas empresas²³ consideradas de pequeno e médio porte. Entretanto, diante da recente evolução relativa da produção, o Tocantins aparece como nova fronteira de crescimento do complexo industrial avícola. No triênio 2005 a 2007, a produção do Estado do Tocantins cresceu 36,9%, bem superior à média nacional que foi de 10,02% (RODRIGUES *et al*, 2009).

Rodrigues *et al* (2009) ressaltaram que ainda não há no Tocantins um complexo industrial avícola plenamente instalado, pois, no caso da Frango Norte, a empresa adquire insumos (pintainhos e soja) do Distrito Federal e de São Paulo. A produção estadual de grãos não atinge a demanda total das avícolas locais, sendo que a permanência das empresas está aliada aos incentivos governamentais e à proximidade de mercados ainda inexplorados (RODRIGUES *et al*, 2009).²⁴

Quanto à evolução da avicultura industrial brasileira na primeira década do século XXI, constata-se que houve uma expansão acelerada nas novas fronteiras, como é o caso do Tocantins, mas também ocorre uma expansão recente em regiões consideradas tradicionais em avicultura, como é o caso do Paraná, especificamente na Mesorregião Oeste Paranaense.

Uma tendência em várias regiões do Brasil é a implantação de complexos industriais avícolas por cooperativas agrícolas que estabelecem contratos de integração com os seus associados. Na região oeste do Estado do Paraná, esta tendência torna-se explícita dado que as empresas cooperativas deste mesmo ramo de atividade encontram-se numa área geograficamente próxima.

De modo geral, os efeitos territoriais dos complexos agroindustriais consistem em: surgimento de espacialidades influenciadas pela aplicação de políticas públicas

²³ São as empresas Asa Norte Alimentos, no município de Aguiarnópolis e a empresa Frango Norte, no município de Paraíso do Tocantins.

²⁴ No Estado do Tocantins não se dispõe de fábricas processadoras de soja. A soja é enviada *in natura* para o Maranhão e readquirida sob a forma de farelo sem a incidência de impostos, pois é subsidiado pelo Estado (RODRIGUES *et al*, 2009).

e ação de empresas; interdependência da agricultura em relação aos demais setores da economia; relação cidade-campo mediada pelas demandas agrícolas e industriais e acirramento da divisão do trabalho; favorecimento de espaços rurais dotados de melhor infra-estrutura e intensificação da integração dos agricultores aos setores agroindustriais. Contudo, são efeitos que não devem impedir outras possibilidades de uso do território.

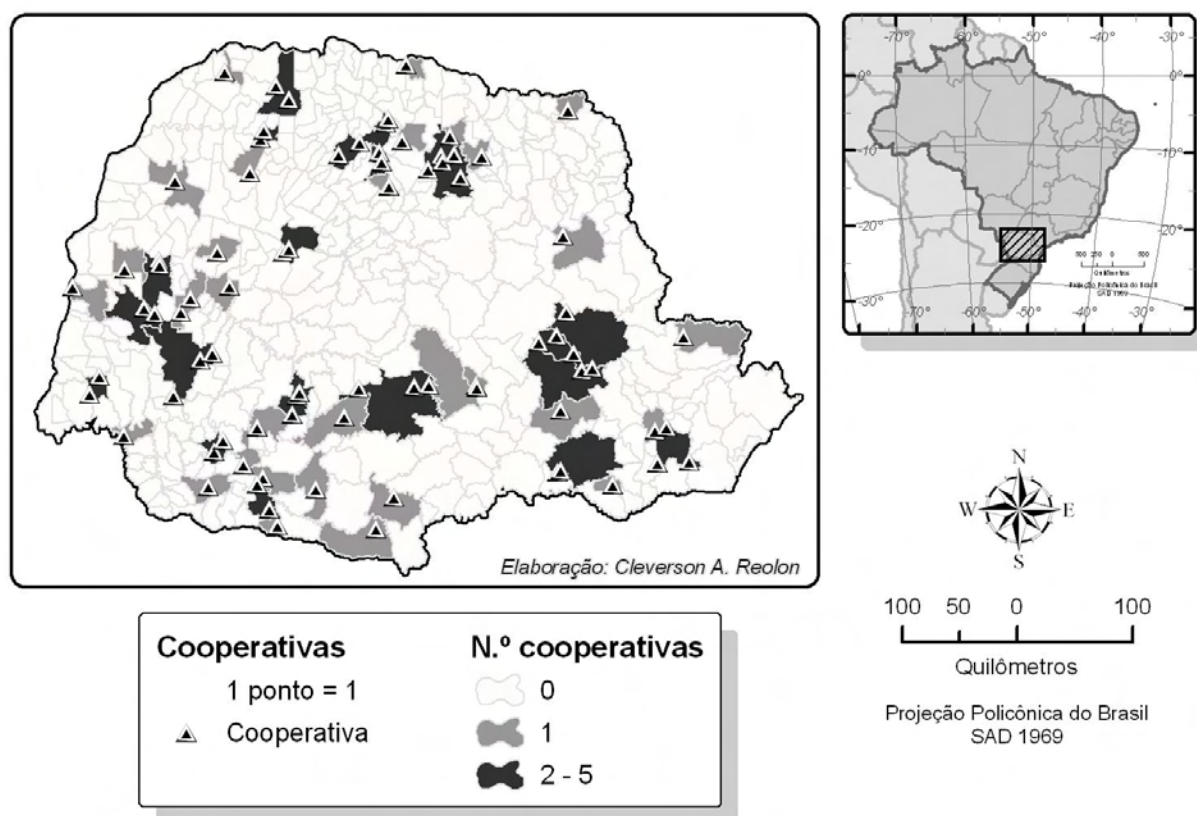
O progresso técnico e científico, o alcance às transações comerciais e às condições de produção são fatores de caráter geral da evolução da avicultura industrial, contextualizando uma dinâmica que evidencia redefinições contínuas.

4. A FORMAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E A EXPANSÃO DA AVICULTURA DE ABATE NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ.

De acordo com o cadastro da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), existem registradas, neste Estado, oitenta cooperativas do ramo agropecuário, cujo número de associados, com base no ano de 2007, era de 121.670 (SESCOOP; OCEPAR, FECOOPAR, 2008).

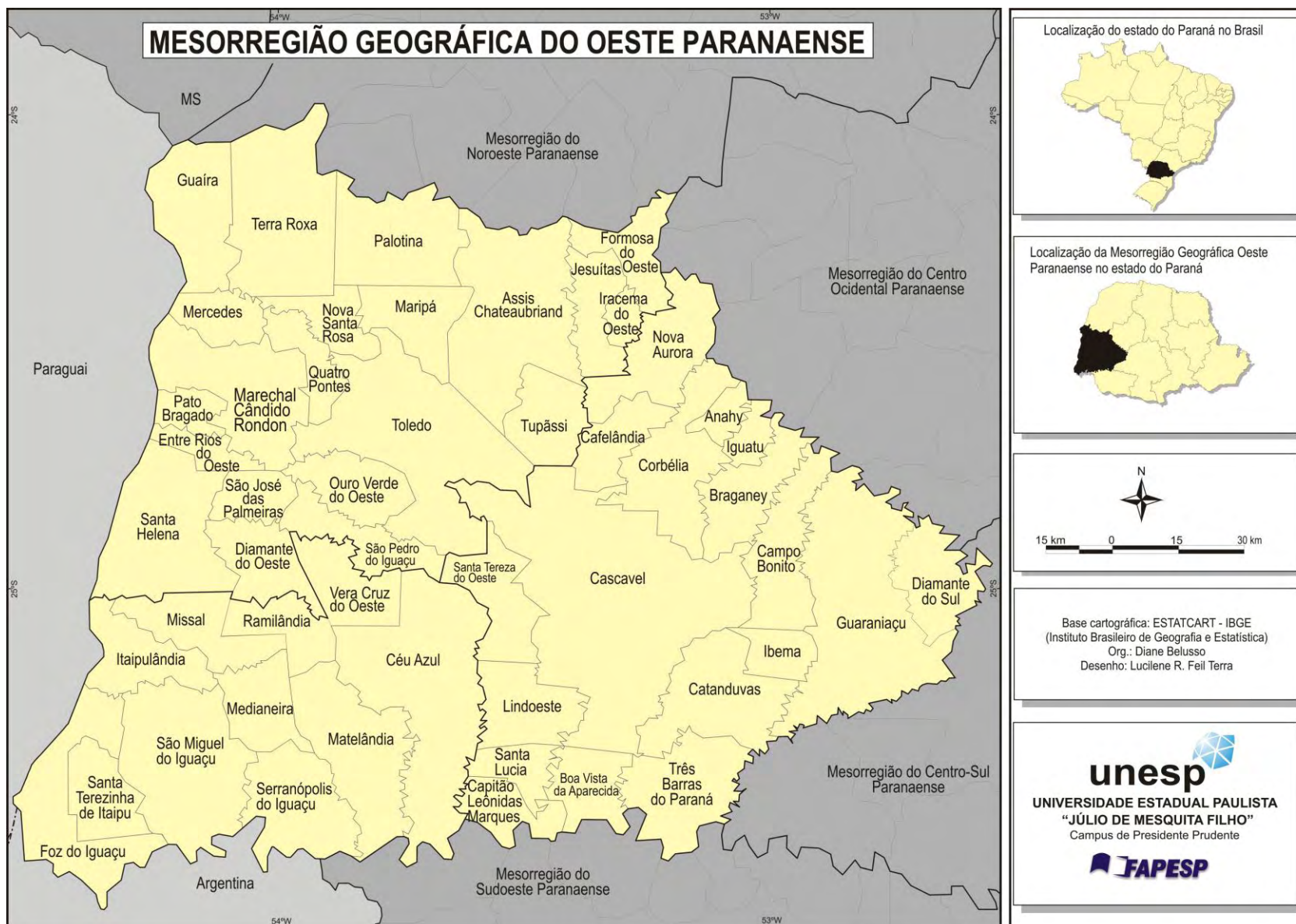
A Figura 01 representa a distribuição das cooperativas do ramo agropecuário, no Estado do Paraná, conforme o cadastro da Ocepar.

Figura 01 – Distribuição das cooperativas do ramo agropecuário no Estado do Paraná (2009).



A Mesorregião Oeste Paranaense (Mapa 03), estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), correspondeu ao recorte espacial desta pesquisa para fins de trabalho de campo.

Mapa 03 – Municípios que compõem a Mesorregião Oeste Paranaense.



No Oeste Paranaense estão instaladas quinze cooperativas do ramo agropecuário, sendo três delas cooperativas centrais²⁵. As cinco cooperativas enfocadas neste trabalho como abatedoras de frangos são cooperativas singulares e são as cooperativas agroindustriais, pois fundadas entre as décadas de 1960 e 1970, a partir dos anos de 1980 investiram em modernos complexos industriais avícolas, além de outras indústrias. As demais são cooperativas criadas mais recentemente e exercem atividades com produtos diversificados, de acordo com a razão social de cada uma delas, como se observa no Quadro 05.

Quadro 05 – Cooperativas do ramo agropecuário com sede no Oeste Paranaense.

COOPERATIVA	RAZÃO SOCIAL	SEDE	FUNDAÇÃO
AGROPAR	Cooperativa Agropecuária do Médio Oeste do Paraná – Ltda.	Assis Chateaubriand	1995
C.VALE	C.Vale Cooperativa Agroindustrial	Palotina	1963
COAVE	Cooperativa Agroindustrial Avícola União.	Nova Aurora	2007
COODETEC	Coodetec Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola.	Cascavel	1995
COOPAVEL	Coopavel Cooperativa Agroindustrial.	Cascavel	1970
COOPERNOBRE	Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Carnes.	Toledo	2008
COOVICAPAR	Cooperativa dos produtores de ovinos e caprinos do Oeste do Paraná.	Toledo	2006
COPACOL	Cooperativa Agroindustrial Consolata.	Cafelândia	1963
COPAGRIL	Cooperativa Agroindustrial Copagril.	M.C.Rondon	1970
COPERCACHAÇA	Cooperativa dos Produtores de Cachaça Artesanal do Oeste do Paraná.	Assis Chateaubriand	2004
COPERCANA	Cooperativa Agroindustrial de Cana-de-Açúcar de Nova Aurora.	Nova Aurora	2005
COTRIGUAÇU	Cotriguaçu Cooperativa Central.	Cascavel	1975
FRIMESA	Frimesa Cooperativa Central.	Medianeira	1977
LAR	Cooperativa Agroindustrial Lar.	Medianeira	1964
PRIMATO	Primato Cooperativa Agroindustrial*.	Toledo	1997

* Comercializa leite e suínos, possui fábrica de rações e vinícola.

FONTE: OCEPAR, 2009. Organização da autora.

Na primeira década do século XXI, as cooperativas Copacol, Coopavel, Lar, C.Vale e Copagril, em decorrência dos investimentos em agroindústrias,

²⁵ As cooperativas centrais segundo a definição do Sescoop, são aquelas que associam, no mínimo, três cooperativas singulares. Elas organizam e desenvolvem serviços para as cooperativas filiadas em maior escala e com economia de custo.

apresentaram uma ampliação de sua estrutura produtiva, passando a ser denominadas cooperativas agroindustriais.

Algumas cooperativas não apenas inseriram a denominação agroindustrial, em sua razão social, como a mudaram totalmente, pois, mais do que um nome, as cooperativas precisaram de uma marca para os seus produtos. C.Vale, por exemplo, foi a marca criada para os produtos industrializados de frangos. Em 1963, quando esta cooperativa foi criada ela recebeu a denominação de Campal (Cooperativa Agrícola Mista de Palotina). Em 1974, quando ampliou sua área com a instalação de entrepostos nos municípios vizinhos à Palotina, passou a ser chamada de Coopervale (Cooperativa Agrícola Mista Vale do Rio Piquiri Ltda). No dia 21 de novembro de 2003, em assembléia extraordinária, a Coopervale mudou o nome para C.Vale Cooperativa Agroindustrial.

A atual Lar, com sede em Medianeira, foi fundada no município de Missal e recebeu a denominação Cooperativa Agrícola Sipal Ltda (COMASIL)²⁶. Conforme Marschal (2005), em 1971, a Comasil transferiu a sua sede para Medianeira - município com melhores condições de comunicação, continuando sua expansão segundo as orientações do Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC). Em 1973, teve sua razão social adaptada à nova área de abrangência, passou a ser Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras (COTREFAL).

A partir de 1980, com a rápida expansão da cultura da soja, a cooperativa iniciou um processo de diversificação, incrementando suas atividades com a aquisição da massa falida da indústria de processamento de soja Oleolar, empresa detentora da planta industrial e da marca de óleo de soja Lar (MARSCHAL, 2005, p.91).

Segundo Marschal (2005), a partir de 1998, a cooperativa inaugura várias unidades agroindustriais (de leitões, de vegetais, de aves e de rações) e realiza uma reforma dos estatutos sociais, em 2001, mudando a sua razão social para Cooperativa Agroindustrial Lar.

²⁶ Sociedade de Incremento à Propriedade Agrícola Ltda (SIPAL) foi a colonizadora do município de Missal (conhecido como Gleba dos Bispos) e objetivava iniciar a colonização baseada nos princípios de religiosidade e cooperação. O primeiro presidente da cooperativa foi o padre José Backes, que era o presidente da SIPAL.

A cooperativa Copacol²⁷, neste sentido, manteve a sigla original em sua razão social, entretanto, entre as cinco cooperativas é aquela que desempenha um papel de pioneirismo em relação aos projetos de agroindustrialização, primeiramente, com a avicultura. Em 2008, investiu no segmento de peixes (da espécie tilápia) com uma nova unidade industrial, marcando o primeiro sistema integrado de piscicultura do Brasil, segundo informação veiculada e excerto da página da Copacol, na internet:

A aposta deste novo segmento é atender a crescente busca dos consumidores por uma alimentação saudável e equilibrada. Os produtos derivados de peixe podem oferecer essa qualidade por terem uma carne branca e leve como matéria-prima, de sabor suave, baixo teor de gordura, contendo ômega 3 e alto teor protéico.

Para as cooperativas que alteraram a razão social e criaram marcas, tais mudanças não são restritas ao propósito de *marketing*, mas incide a reestruturação pelas quais as cooperativas passaram em termos de modernização administrativa, ferramentas de gestão, implantação de novas plantas industriais e especialmente em gestão de territórios.

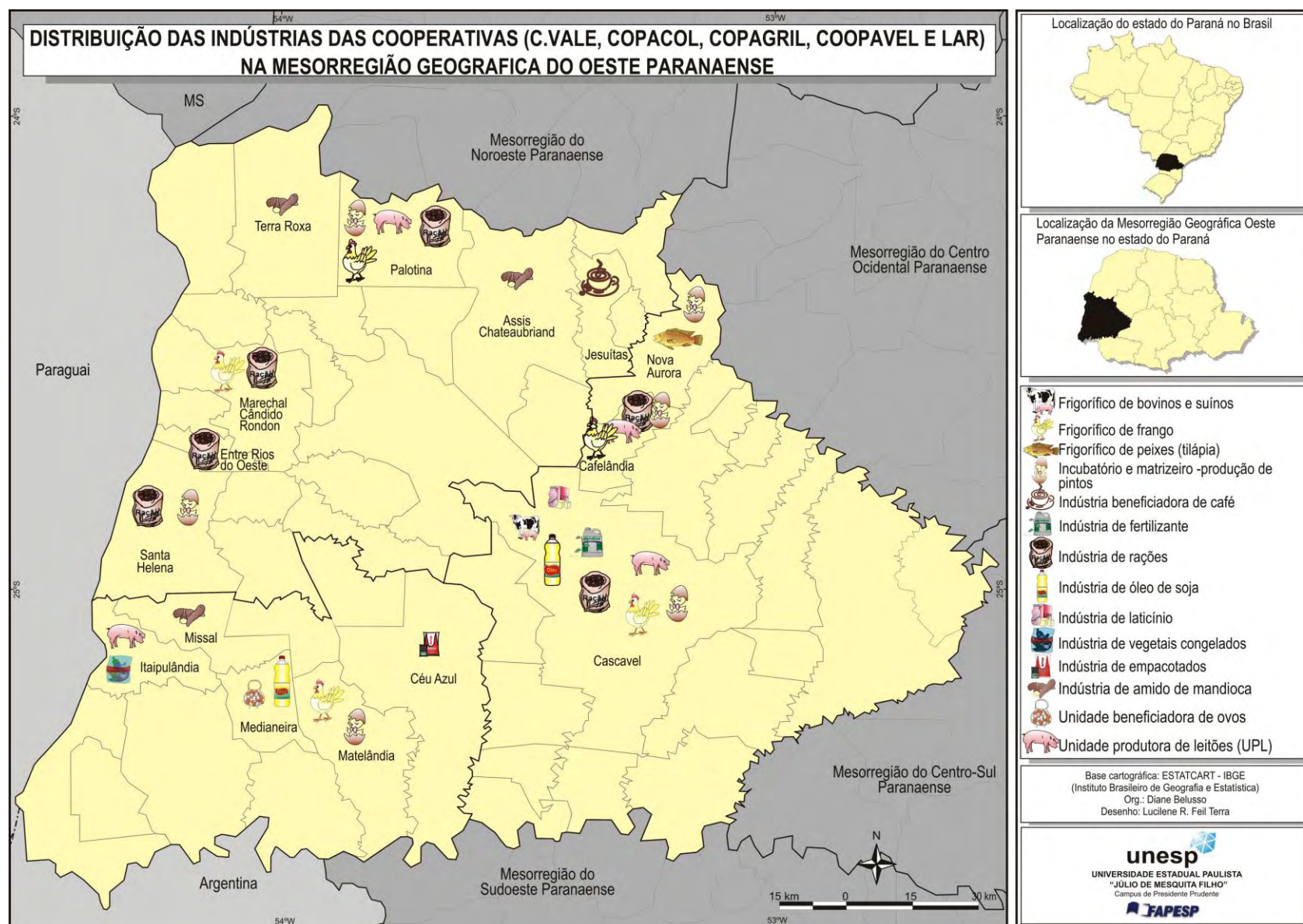
Na Mesorregião Oeste Paranaense estão incluídos vários territórios: dos municípios-pólo de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, que apresentam uma dinâmica urbana e industrial; o território dos municípios turísticos, lindeiros ao Lago de Itaipu; o território dos municípios agrícolas (IPARDES, 2006).

A região tem no município de Cascavel o principal pólo regional, principalmente no setor agrícola. Outras cidades também merecem destaque neste setor: Toledo, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Cafelândia e Medianeira. [...] Com relação à organização industrial da região, observa-se que não ocorre uma concentração muito intensa das indústrias próximas ao principal pólo regional [...]. Na região Oeste, as indústrias das cooperativas estão localizadas de forma pulverizada e é também conhecida pelo pioneirismo no desenvolvimento de projetos integrados (SALANEK FILHO, 2007, p.99).

A distribuição das unidades industriais das cooperativas, na Mesorregião Oeste Paranaense, é verificada no Mapa 04.

²⁷ Fundada em 1963, por 32 agricultores e um padre (Pe. Luís Luise), nessa época Cafelândia era distrito de Cascavel. A Copacol funcionou até o ano de 1969 no fornecimento e prestação de serviços de energia elétrica, quando repassou a usina à Copel para atuar especificamente com a agricultura.

Mapa 04 – Distribuição das indústrias das cooperativas.



Nesta região, as empresas cooperativas do ramo agropecuário são proprietárias de uma parcela significativa das principais indústrias alimentícias instaladas.

A identificação de uma atividade agroindustrial especializada e emergente na região oeste do Paraná deve considerar o processo de ocupação e o uso do território relacionado à formação das cooperativas agroindustriais.

A implantação de modernos parques industriais, nas últimas décadas, impulsionou algumas cooperativas e a ampliação dos seus faturamentos passou a exercer forte influência nos municípios envolvidos. Grandes cooperativas, tais como: C.Vale, Coopavel, Copacol, Copagril e Lar, com sede respectivamente nos municípios de Palotina, Cascavel, Cafelândia, Marechal Cândido Rondon e Medianeira, implantaram indústrias e passaram a atuar na cadeia produtiva de frangos. A Copacol atua no segmento avícola desde 1982 e, a exemplo dela, outras cooperativas também investiram. O empreendimento mais recente é o da Copagril, inaugurado no ano de 2005.

Historicamente, o Paraná é reconhecido pela sua importância agrícola devido aos elevados índices de produtividade. Esta afirmação apóia-se, por exemplo, no estudo de Mesquita e Silva (1970), conforme metodologia aplicada e definições estatísticas baseadas em dados da década de 1960, no qual a porção oeste do Estado do Paraná foi classificada como uma região agrícola denominada de “região colonial recente de suinocultura e produção agrícola diversificada”, com destaque para a cultura do milho que ocupava o primeiro lugar em área cultivada - fato que se deveu à importância econômica assumida pela suinocultura ligada a mercados regionais e extra-regionais (MESQUITA; SILVA, 1970, p.35).

Nestas regiões de colonização recente, a crescente importância comercial da lavoura e da suinocultura não tem sido acompanhada, entretanto, do emprego de técnicas mais evoluídas na atividade agrícola, subsistindo ainda, práticas agrícolas de rotação de terras (MESQUITA; FILHO, 1970, p.35).

Em decorrência das frentes de ocupação, dos novos habitantes e de suas experiências de trabalho, a região oeste encontrava-se toda ocupada na década de 1960, porém, ainda passaria por contundentes transformações na estrutura agrária e na produção agrícola, oriundas do processo de modernização tecnológica da agricultura.

A estrutura fundiária, com predominância numérica de pequenos estabelecimentos, foi um entrave particular à mecanização, pois a capacidade operacional dos tratores, por exemplo, maior do que a área individual disponível representava, de um lado, um investimento acima das possibilidades e, de outro, nessa circunstância, desperdício de capital produtivo, portanto de maiores custos. Esse entrave foi rapidamente superado pela organização dos próprios agricultores, pela criação de cooperativas e mesmo de associações informais que permitiram o acesso ao sistema de crédito rural e a utilização plena das máquinas e equipamentos. A superação desse entrave à valorização do capital produtivo é a raiz de um novo processo, o de concentração fundiária. Segundo o IBGE (Censos Agropecuários), entre 1970 e 1995/1996 o número de estabelecimentos do 3.º espaço [Oeste Paranaense] sofreu uma redução de aproximadamente 34%, passando de 83.216, em 1970, para 57.773 estabelecimentos em 1995/1996. Redução que atingiu principalmente proprietários e não-proprietários de estabelecimentos com área menor de 50 hectares (IPARDES, 2008, p.30).²⁸

Os agricultores da região, especialmente os médios e grandes proprietários, aproveitaram-se do crédito de custeio subsidiado para a aquisição de fertilizantes e outros insumos e do crédito para investimento à aquisição de máquinas e implementos agrícolas (FIGUEIREDO, 1992).

Neste aspecto, o Oeste Paranaense é um modelo de mudança tecnológica da agricultura desencadeada pela política creditícia. Segundo Figueiredo (1992), apenas nessa região se concentrou 67,5% do número de produtores que ingressaram no sistema de crédito em todo o Paraná entre 1970 e 1975, detendo o maior volume do crédito rural em todo o país, isto é, 2,8% do montante total destinado ao campo, em 1980.

Cabe destacar a função das cooperativas agrícolas nesse processo. Fundadas entre as décadas de 1960 e 1970, este é o caso das cooperativas Copacol, Coopavel, Lar, C.Vale e Copagrill, elas supriram as necessidades de infraestrutura e assistência técnica para a modernização das culturas de soja, trigo e milho.

A evolução e reestruturação empresarial das cooperativas que atuam, há cerca de cinco décadas, na região oeste do Estado do Paraná acompanharam a passagem de uma agricultura mercantil ao complexo agroindustrial e à rede

²⁸ “Oeste Paranaense: o 3.º espaço relevante” é o recorte do IPARDES em seu projeto de pesquisa “Vários Paranás”, composto fundamentalmente pelos municípios integrantes da Mesorregião Oeste Paranaense, excetuando o município de Ubatã, que faz parte da Mesorregião Central Ocidental Paranaense. Entre os municípios da Mesorregião Oeste, apenas Guaraniaçu e Diamante do Sul, não se integram ao 3.º Espaço, pois integram a porção denominada “socialmente críticos” (IPARDES, 2008).

agroindustrial. Tal movimento é consequência de um conjunto do qual faz parte a forma organizacional, a tecnologia, a política agrícola setorial e as características locais, evidenciando uma atividade agrícola relativamente homogênea e de alta produtividade.

Conforme Figueiredo (1992), a função essencial das cooperativas, em suas fases iniciais, era de difundir o financiamento agrícola, repassar o custeio e fornecer insumos aos estabelecimentos baseados no cultivo da soja ²⁹.

A grande expansão da sojicultura no Paraná deu-se no período compreendido entre 1970 e 1980. O volume total na produção da leguminosa no estado elevou-se de 368.006 toneladas em 1970 para 5.400.192 toneladas em 1980, representando uma ampliação de 1.367,4%. A área total ocupada com a lavoura, por sua vez, cresceu 692,0%, passando de 304.211 ha em 1970 para 2.410.000 ha em 1980 (HESPANHOL, 1990, p.83).

A soja, no Paraná, é o produto representativo da modernização da base técnica da agricultura (FLEISCHFRESSER, 1988).

Nos primeiros anos da década de 1980, a produção, a área ocupada e a produtividade da soja mantiveram-se estáveis ou até reduziram, em função da conjuntura econômica desfavorável e redução de investimentos por parte do Estado, fato que não significou uma ruptura com a soja (HESPANHOL, 1990).

Segundo Bulhões (2007), a evolução da produção de soja a partir dos anos de 1980, no Paraná, foi garantida com a captação de recursos no setor privado. Além disso, ocorreu um processo de especialização produtiva: o comércio da soja ocorre de várias maneiras além do grão *in natura*, tais como em forma de farelo e óleo ou já transformada em carne suína, bovina e de aves (BULHÕES, 2007).

[...] embora a pauta de produtos agrícolas paranaense seja bastante diversificada, existe uma especialização em torno do cultivo da soja. Sua presença é marcante não só na produção, que se dá em praticamente todas as regiões do Estado, como também na geração de renda. [...] a soja, juntamente com o milho, faz parte de importante complexo de produção junto a agroindústrias (de ração, sementes, óleos vegetais e farelo, indústria de máquinas e equipamentos agrícolas, insumos, etc.) e atividades criatórias (BULHÕES, 2007, p.86).

²⁹ No Brasil, o estímulo à produção de soja ocorreu a partir da década de 1950, em sistema de rotação de cultura com o trigo e a partir da década de 1960, como cultura relevante para a economia brasileira (BULHÕES, 2007).

Neste contexto, a partir de 1980 as cooperativas que são objeto desta pesquisa investiram na implantação de complexos industriais avícolas tendo em vista alguns fatores favoráveis: disponibilidade de matérias-primas para a formulação de ração para as aves; aumento da demanda mundial e nacional de carne de frango; possibilidade de agregação de valor para incrementar os faturamentos das cooperativas por meio da industrialização de carnes. Além da avicultura se constituir numa importante alternativa à diversificação de fontes de renda para os produtores de grãos.

A avicultura se constituiu numa forma especial de diversificação denominada “integração vertical”, desempenhando papel importante para o crescimento das empresas cooperativas do Oeste Paranaense.

Esta integração envolve um aumento no número de produtos intermediários produzidos pela firma para seu próprio uso. Assim, a diversificação pode ser voltada para a substituição de insumos comprados de outras empresas por produção própria, integrando-se “para trás” (*backward effects*), ou para a distribuição e outros serviços “para frente” (*forward effects*) na cadeia de produção - distribuição - consumo. Nesta estratégia de crescimento, alguns produtos finais podem tornar-se intermediários (KON, 1994, p.95-96).

Segundo Bulhões (2007), a soja é o produto principal das exportações paranaenses e as aves, suínos, bovinos, representariam uma atividade secundária, que complementa a atividade principal, e uma importante fonte de renda para o Estado, na forma de divisas e impostos.

O grupo de produtos com maior participação na Balança Comercial do Estado do Paraná, com base no ano de 2007, foi o complexo da soja (21,97%), em segundo lugar ficou o grupo de produtos de material de transporte (19,52%) e na terceira posição o complexo de carnes, que representou 11,47% das exportações (IPARDES, 2006).

Sabe-se que a soja possui uma gama de produtos derivados que vai desde o consumo humano até o mais sofisticado uso industrial – característica que a torna um produto universal com procura cada vez maior (BULHÕES, 2007).

[...] a importância tanto da soja como do milho, está vinculada, sim, à importância regional de carnes e leite, mas em maior grau à expansão do mercado geral, em que todas as cadeias produtivas de proteínas animais (e de óleos vegetais) do mundo se abastecem. O processo de especialização da produção agropecuária do 3.º espaço está articulado à expansão dos mercados mundiais de soja, milho e

de carnes, e às transformações e avanços tecnológicos nas técnicas de produção primária desses produtos que colocaram o Brasil, o Paraná e o 3.º espaço, por eficiência produtiva, como grande fornecedor mundial.

Trata-se, portanto, de produção internacionalizada, estruturada a partir de uma cadeia produtiva regionalizada, que possui raiz no processo de ocupação do território, notadamente entre as décadas de 1950 e 1970, cujo reflexo repercute até os dias de hoje (IPARDES, 2008, p.34).

A soja e o milho são as culturas agrícolas predominantes nos municípios do Oeste Paranaense e também o trigo. Mesmo existindo concorrência para outros cultivos, estes produtos mantêm-se importantes para as cooperativas, sobretudo após a instalação de plantas para industrializar matérias-primas que visam à diversificação, por exemplo, o leite, a mandioca e os frangos.

A diversificação agrícola assume, no contexto de formação de mercados competitivos, um papel estratégico na garantia de competitividade dos produtores e das cooperativas: a diversidade de produtos de qualidade, e com valor agregado, permite a atuação em diferentes segmentos do mercado, minimizando os efeitos das oscilações de preço por aumento da oferta ou retração da demanda (DELGADO *et al*, 1996, p.159).

Delgado *et al* (1996) destacam que a produção de milho recebida pelas cooperativas³⁰ (entre os anos de 1989 a 1991), apresentou aumento (duplicou a quantidade) ao passo que a produção de trigo declinou.

Nos estabelecimentos agrícolas, em municípios do Oeste Paranaense, a triticultura foi reduzida em virtude dos elevados riscos do seu cultivo (incidência de geadas, alto custo de produção e baixo preço do produto) provocando sua substituição pelo plantio de milho como alternativa após a safra de verão (milho “safrinha”), que passou a ser cultivado duas vezes ao ano em virtude de melhores preços e menores riscos (DELGADO *et al*, 1996).

O desmonte da sua estrutura de comercialização, calcada na intervenção governamental, retirou dos agricultores e do setor moageiro a garantia de uma remuneração compatível com os custos de produção e de preços de aquisição compensadores. A retirada do governo do esquema de comercialização subordinou a sobrevivência dos agentes que integram a produção de trigo e de seus derivados às leis do mercado, o que, numa situação de integração com o mercado argentino, parece colocá-los em posição bastante desfavorável [...] (DELGADO *et al*, 1996, p.130).

³⁰ Se referindo a atual Lar e C.Vale.

O desenvolvimento de outras culturas, de certa forma, compensou o declínio do trigo. A aveia passou a ser uma alternativa, mas principalmente o milho como produto estratégico para o incremento da criação animal de acordo com os projetos de diversificação das cooperativas, com a implantação de complexos industriais avícolas, neste caso.³¹

Favoreceram a expansão da avicultura, na região oeste do Paraná: as condições físico-ambientais, a colonização com base em pequenas propriedades associada à diversificação agrícola, a elevada produção de soja e milho e a implantação de abatedouros pelas cooperativas. Ademais, a expansão mundial do comércio de soja e de carnes e a conseqüente articulação dos mercados da região oeste do Paraná com esta demanda.

Quanto à base física ambiental, ressalta-se o clima úmido (Clima Subtropical Úmido – precipitação média anual de 1600 a 1800 mm) e o solo fértil³² que possibilitaram, ao longo dos anos, a existência de florestas (Mata Pluvial Subtropical) entre os rios Piquiri e Iguaçu (MAACK, 1968). A partir de 1930, o desmatamento, inicialmente para fins madeireiros e em seguida para o uso agrícola, reduziu a cobertura vegetal nativa a apenas 12% do total original (IPARDES, 2004).

Segundo Moresco (2007), destacam-se duas conseqüências negativas da modernização da agricultura no Oeste Paranaense: o desmatamento e a erosão. Estes foram os principais problemas ambientais da década de 1970 em decorrência de não serem empregadas práticas conservacionistas, como o uso de terraços e o plantio direto, ou seja, “[...] o solo ficava desnudo e sofria grandes perdas de partículas que eram ‘levadas’ pela água das chuvas” (MORESCO, 2007, p.61).

As áreas com maior aptidão à agricultura correspondem a 75% da região Oeste – áreas de relevo plano e suavemente ondulado com predomínio de solos férteis (IPARDES, 2004). Tais solos, ocupados principalmente por culturas cíclicas, proporcionam práticas agrícolas com alto nível tecnológico, aplicação intensiva de insumos, melhoramento das condições da lavoura e motomecanização, principalmente nos municípios de Guaíra, Palotina, Marechal Cândido Rondon, Toledo e Cascavel (IPARDES, 2004).

³¹ Apesar da redução do cultivo de trigo este continua uma opção para a rotação de culturas no Oeste Paranaense. Em 2008, pelo décimo oitavo ano seguido, a C.Vale foi premiada pela Revista A Granja, do Rio Grande do Sul, como destaque nacional em produção de trigo.

³² Solos do tipo “terra roxa” (como o Latossolo Vermelho distroférrico/eutroférrico).

Quanto à colonização com base em pequenas propriedades, de início, esta característica, era um entrave ao processo de mecanização da agricultura que foi parcialmente superado conforme a inserção de agricultores em associações e as condições de acesso ao crédito. Na medida em que o desenvolvimento da agricultura dependeu mais dos investimentos de capital, de novas técnicas e equipamentos para a produção, menos fundamental passou a ser a estrutura fundiária, a mão de obra familiar e a policultura de subsistência.

O processo de colonização deu origem às pequenas propriedades, mas a mudança na exploração agrícola provocou a concentração fundiária. Nas regiões Sudoeste e Oeste do Paraná, contudo, segundo o Ipardes (1983), houve uma relativa estabilidade da estrutura fundiária, com menor redução do número de estabelecimentos, em virtude da manutenção das culturas alimentares e da força de trabalho familiar.

Mesmo quando inexistia uma política agrária explícita, os objetivos e os instrumentos utilizados pela política agrícola influenciavam decisivamente a estrutura fundiária. Um exemplo desse fenômeno é o que ocorreu no Brasil na década de 70, quando a política agrícola da modernização conservadora levou a um aumento da concentração da posse e da propriedade da terra no meio rural (DELGADO, 2001, p.24-25).

De acordo com Delgado (2001), reduzir um ponto de vista ao binômio latifúndio-minifúndio é usar termos que há muito tempo não são generalizáveis, pois, ao fazer isso, se exclui uma grande massa de pequenos proprietários tecnificados e completamente integrados ao sistema agroindustrial.

É importante ressaltar que mesmo diante de inúmeras dificuldades enfrentadas (altos custos de produção, insuficiência de crédito rural etc.) os pequenos proprietários coexistem com os grandes proprietários e procuram alternativas econômicas e sociais que possibilitem sua reprodução social (HESPANHOL; COSTA, 2002).

É possível que um pequeno proprietário de terra seja um grande produtor de frangos, mas isto é um desafio que depende da capacidade de investimentos e de manutenção na atividade. Neste sentido, justifica-se uma caracterização dos proprietários de aviários no Oeste Paranaense com ênfase nas condições que os viabilizam.

4.1 A expansão da avicultura no Oeste Paranaense.

O início da avicultura industrial e o crescimento desta atividade na região Oeste Paranaense remontam à década de 1970, com a integração de avicultores pela empresa Sadia que instalou uma unidade industrial no município de Toledo.

Segundo Frantz (1996), no ano de 1979 iniciou-se a estruturação da avicultura como atividade produtiva moderna no município de Toledo, a partir da ação conjunta da Sadia/Frigrobrás, do Banco do Brasil e da prefeitura municipal, principais agentes que passaram a estimular a integração de produtores. A empresa Sadia, naqueles anos, já possuía produtores integrados na criação de suínos com potencial para aderirem à integração avícola, além de outras condições adequadas na região, tais como a elevada produtividade de milho e soja (FRANTZ, 1996).

Frantz (1996) verificou que em 1979 a Sadia possuía, no município de Toledo, 144 avicultores integrados e nos anos seguintes este número aumentou consideravelmente, como se observa no Gráfico 03.

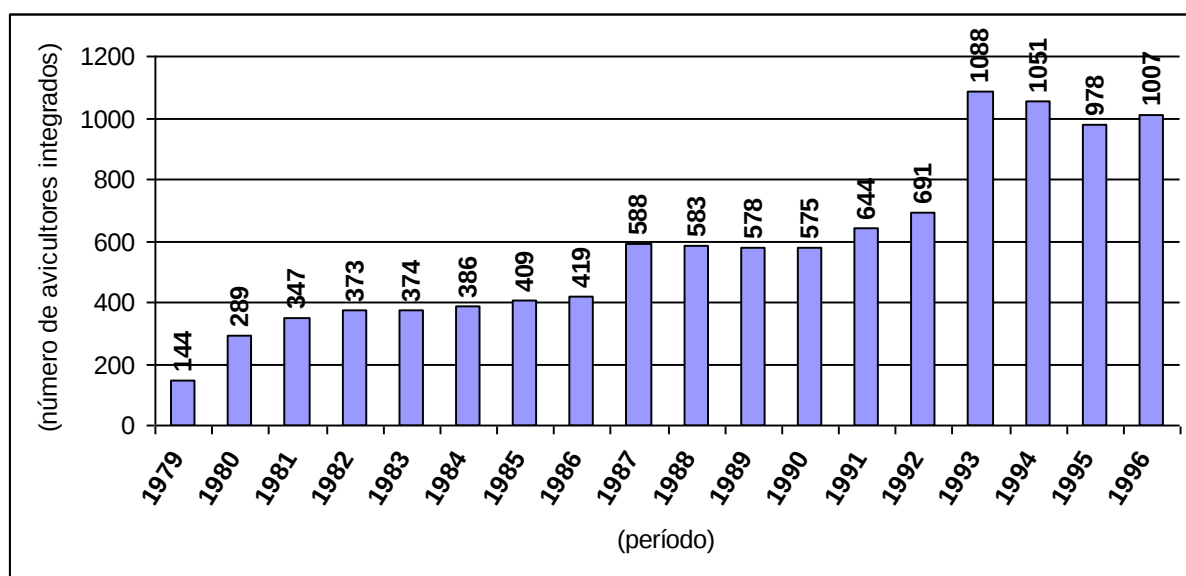


Gráfico 03 – Produtores de frangos integrados à Sadia no município de Toledo (1979-1996).

FONTE: SADIA apud Frantz (1996). Organização da autora.

A leve retração do número de integrados à Sadia, na década de 1980, foi provocada pela entrada de empresas concorrentes na região. Anos depois, em 1993, o salto deste número foi em decorrência do programa do governo estadual

(“Panela Cheia”), “[...] no qual o produtor recebia as verbas para a construção do aviário e ficava devendo em sacas de milho calculadas pelo preço mínimo regional” (FRANTZ, 1996, p.32).

Ao final da primeira década do século XXI, na Mesorregião Oeste Paranaense, estão instaladas oito empresas abatedoras de frangos, dentre as quais cinco são cooperativas: C.Vale Cooperativa Agroindustrial (Palotina); Copacol Cooperativa Agroindustrial Consolata (Cafelândia); Copagril – Cooperativa Agrícola Mista Rondon (Marechal Cândido Rondon); Cooperativa Agroindustrial Lar (Medianeira); Coopavel Cooperativa Agroindustrial (Cascavel) e três empresas não cooperativas: Diplomata Industrial e Comercial (Cascavel); Kaefer Agroindustrial (Cascavel) e Sadia, atual Brasil Foods (BRF) (Toledo), cuja localização dos municípios-sede das empresas se verifica no Mapa 05.

A atividade de abate de frangos, no Oeste Paranaense, congrega elementos suficientes para ser considerada um *cluster*³³ produtivo, pois há nesta atividade um perfil industrial de grande porte com a presença da Sadia que desempenha o papel de empresa âncora (DALMÁS; STADUTO; WILLERS, 2007). As cooperativas representariam as imitadoras na atividade, mas que inovaram na forma de organizar porque são concebidas pelo sistema cooperativista (DALMÁS; STADUTO; WILLERS, 2007).

A expansão recente da avicultura na Mesorregião Oeste Paranaense pode ser verificada por meio dos dados da Pesquisa Pecuária Municipal, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Houve significativo aumento do efetivo de rebanho (galos, frangos, frangas e pintos) no período compreendido entre os anos 2000 e 2008, conforme se verifica na Tabela 04.

A partir dos dados do IBGE, observa-se que a avicultura cresceu no Brasil e em todo o Estado do Paraná e a região oeste superou o índice de crescimento estadual.

O aumento do efetivo de aves influenciado pela entrada das cooperativas no segmento avícola é representativo nos municípios-sede dos abatedouros de frangos, conforme se verifica na Tabela 05.

³³ Empresas de um mesmo ramo de atividade que se encontram estabelecidas numa área geográfica próxima - esta seria uma definição simplificada para o significado de *cluster*. Segundo Mior (2005) o conceito de cluster pode ser aplicado para designar o tipo de relacionamento das atividades econômicas com os territórios.

Mapa 05 – Empresas abatedoras de frangos no Oeste Paranaense.



Tabela 04 – Efetivo de aves no Brasil, na Região Sul, no Estado do Paraná, na Mesorregião Oeste Paranaense e nas Microrregiões Geográficas de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo nos anos 2000 e 2008 (em mil cabeças).

	2000	2008	Crescimento %
Brasil	659.245	994.305	50,82
Sul	326.615	493.672	51,14
Paraná	123.293	214.184	73,71
Mesorregião Oeste Paranaense	35.172	74.635	112,2
MRG de Cascavel	15.031	24.998	66,3
MRG de Foz do Iguaçu	5.705	10.648	86,64
MRG de Toledo	14.435	38.988	170

*Galos, frangos, frangas e pintos.

FONTE: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE

Tabela 05 – Efetivo de aves nos municípios-sede dos complexos industriais avícolas das cooperativas no Oeste Paranaense nos anos 2000 e 2008 (em cabeças).

MUNICÍPIOS	2000	2008	Crescimento %
Cafelândia	2.176.000	3.849.970	76,92
Cascavel	3.999.800	5.037.129	25,93
Mal. C. Rondon	691.850	1.440.000	108,13
Matelândia	1.125.000	2.394.535	112,84
Palotina	2.407.680	5.280.000	119,29

*Galos, frangos, frangas e pintos.

FONTE: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE

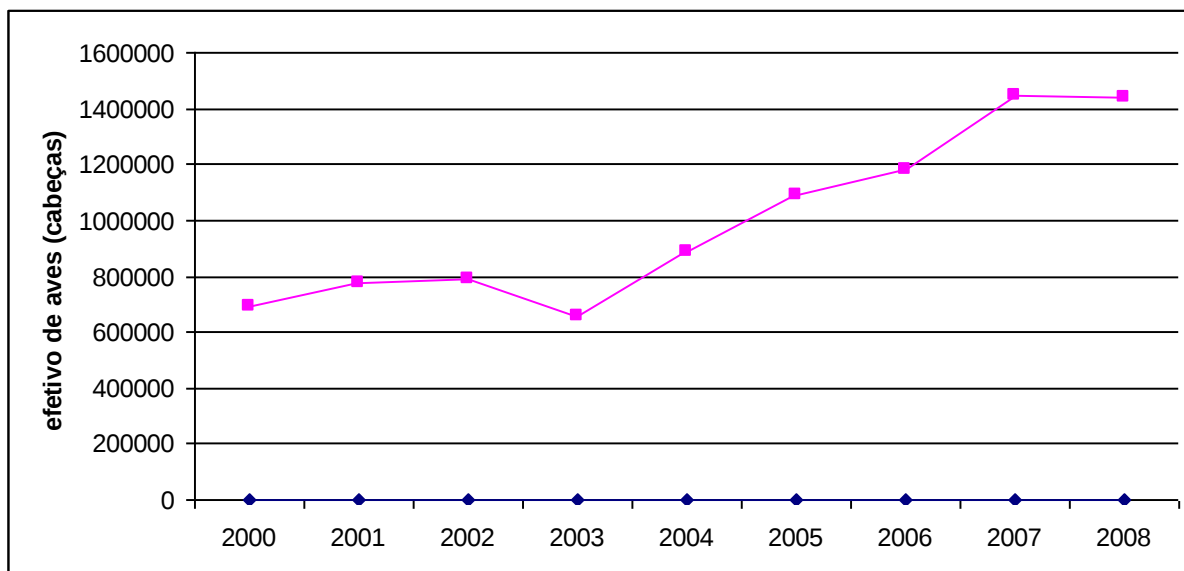
No município de Marechal Cândido Rondon é visível o crescimento do efetivo de aves a partir de 2005, ano da inauguração do frigorífico da Copagril, como se observa no Gráfico 04.

De acordo com informações obtidas por meio da realização de entrevista com o gerente comercial da Copagril, em 2009, a atual capacidade de abate diário era de 130 mil cabeças, mas há um projeto de ampliação para 160 mil cabeças/dia.

Observou-se que as cinco cooperativas expandiram a capacidade de industrializar frangos. Primeiramente, a Copacol, com inauguração do abatedouro no ano de 1982, sua capacidade de abate era de 70 mil frangos por dia. Em 2008 a capacidade de abate diária desta cooperativa era de 300 mil frangos.

A C.Vale Cooperativa Agroindustrial iniciou as atividades do abatedouro no ano de 1997 com capacidade para industrializar 75 mil frangos/dia. Em 2008, o volume de abate desta cooperativa atingiu 300 mil frangos/dia. Conforme

informações coletadas junto à cooperativa, a C.Vale possui um projeto de expansão programado até 2011, cuja meta será atingir a capacidade de abate diária de 500 mil frangos. A comercialização de carne de frango pela C.Vale apresentou crescimento sistemático entre os anos de 1997 e 2008, como se observa no Gráfico 05.



FONTE: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal.

Gráfico 04 – Evolução do efetivo de aves no município de Marechal Cândido Rondon entre os anos 2000 e 2008.

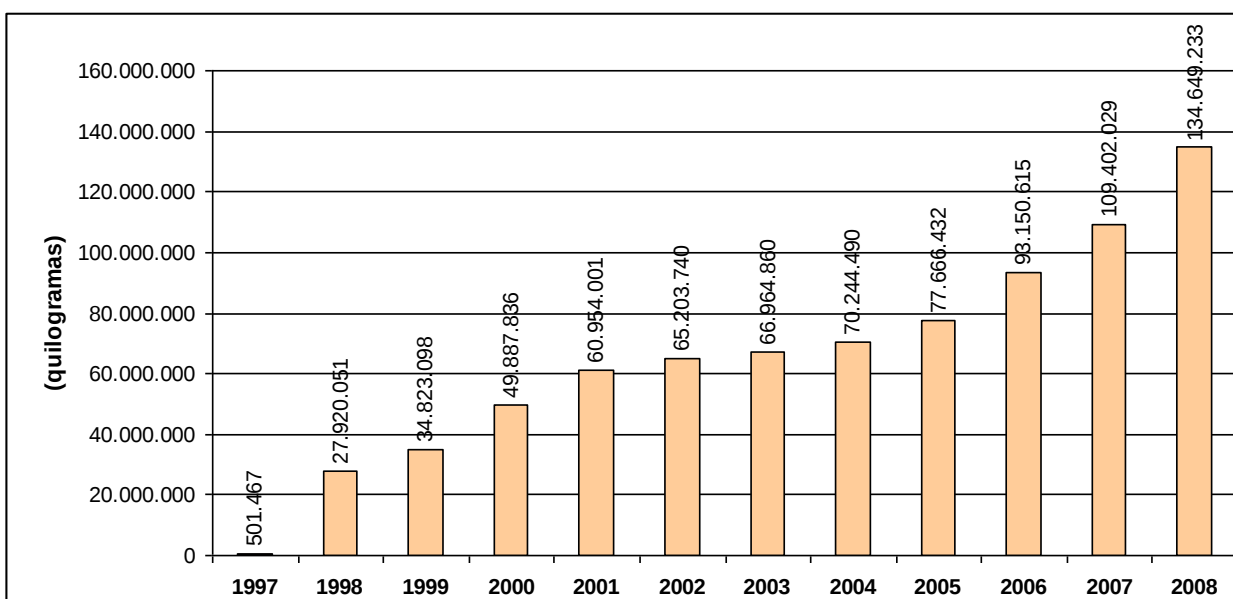


Gráfico 05 – Carne de frango comercializada pela C.Vale (1997 a 2008).

FONTE: C.VALE. Organização da autora.

A cooperativa Lar, em 2009, possuía capacidade de abate de 280 mil frangos/dia. O início da atividade com indústria avícola foi no ano de 1999, sendo que em 2005, com a inauguração de um incubatório, a Lar incorporou toda a cadeia produtiva de frangos, desde a produção de pintainhos até a industrialização da carne.

No caso da Lar observa-se que houve crescimento da produção de carne de frango até 2005 e a partir desse ano houve declínio, conforme se verifica no Gráfico 06. Segundo informações dos relatórios da cooperativa, essa redução teve como motivo, primeiramente, uma reposição de matrizes que provocou oscilações na produção própria de pintainhos e, em segundo lugar, ocorreu uma paralisação, em 2007, da Unidade Industrial de Carnes com o objetivo de redirecionar a linha de produção. Em 2009, a redução deveu-se ao incremento da produção de carnes desossadas, gerando menor volume de produto acabado, mas com maior valor agregado.

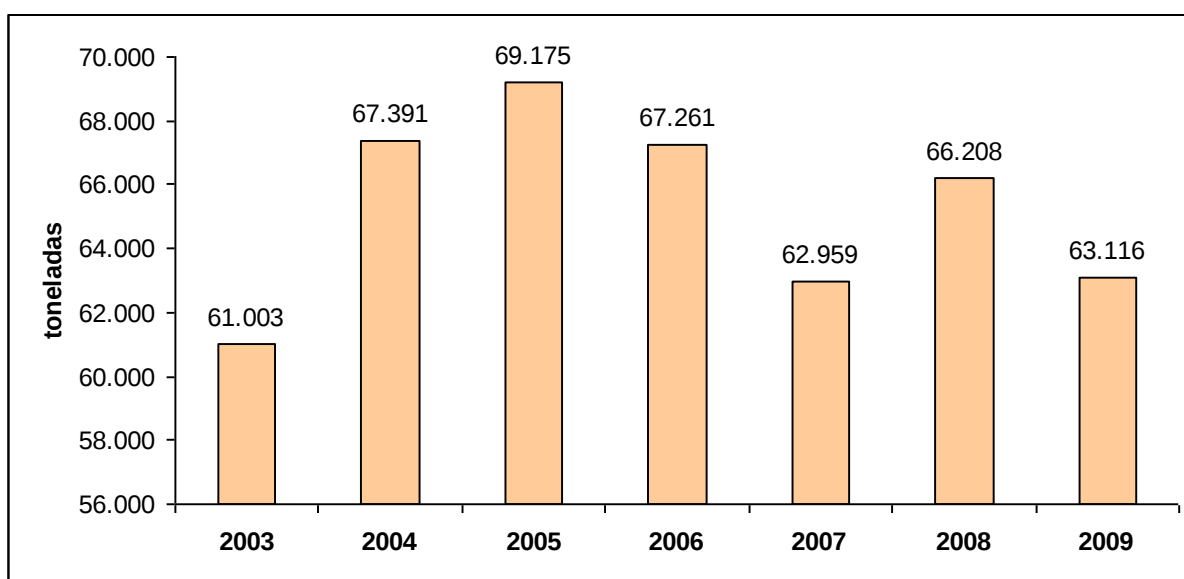


Gráfico 06 – Produção de carne de frango da Cooperativa Lar (2003 a 2009).

FONTE: LAR. Organização da autora.

Na Coopavel as atividades do abatedouro de aves foram iniciadas no ano de 1994. Segundo informação do departamento de fomento avícola desta cooperativa, no primeiro semestre de 2009, a capacidade de abate diário era de 140 mil frangos com previsão para duplicar este volume a partir do segundo semestre de 2009.

Quanto à área de abrangência das cooperativas, em relação aos seus produtores de frangos, os municípios onde existem aviários instalados e integrados às cooperativas são verificados no Mapa 06. Em alguns municípios da Mesorregião Oeste Paranaense não se localizam aviários integrados às cooperativas, são eles: Foz do Iguaçu, Guaíra, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Ouro Verde do Oeste e São Pedro do Iguaçu, de acordo com as informações repassadas pelos departamentos de avicultura das cooperativas.

Quanto à localização dos aviários se notou uma área de abrangência que corresponde, na maioria, aos municípios da Mesorregião Oeste Paranaense, como também extrapola os seus limites, sendo o caso da C.Vale e da Copacol. A C.Vale, com a sua sede e o seu complexo industrial avícola em Palotina (município do extremo-oeste paranaense) possui aviários também em três municípios da Mesorregião Noroeste (Francisco Alves, Iporã e Cafetal do Sul), de acordo com os limites estabelecidos pela divisão do IBGE. Da mesma forma, ocorre com os municípios da área da Copacol (de Cafelândia), abrangendo além do Oeste, a Mesorregião Centro Ocidental nos municípios de Campina da Lagoa, Goioerê, Quarto Centenário, Rancho Alegre d'Oeste e Ubatuba.

A distribuição dos aviários integrados pelas cooperativas se verifica na Figura 02. Observa-se que os municípios não compõem áreas de abrangência exclusivas para as cooperativas, pois em vários deles existem aviários de mais de uma cooperativa integradora. Por exemplo, em Toledo encontram-se instalados aviários de quatro cooperativas, entretanto, em menor quantidade, pelo fato de que neste município há uma unidade de abate de frangos da Sadia. Os municípios de Ouro Verde do Oeste e São Pedro do Iguaçu, que são limítrofes à Toledo, não possuem aviários de nenhuma cooperativa e se deduz que seja pela proximidade à Sadia - grande empresa integradora de avicultores na região.

Mapa 06 – Área de abrangência das cooperativas em relação à integração de avicultores.

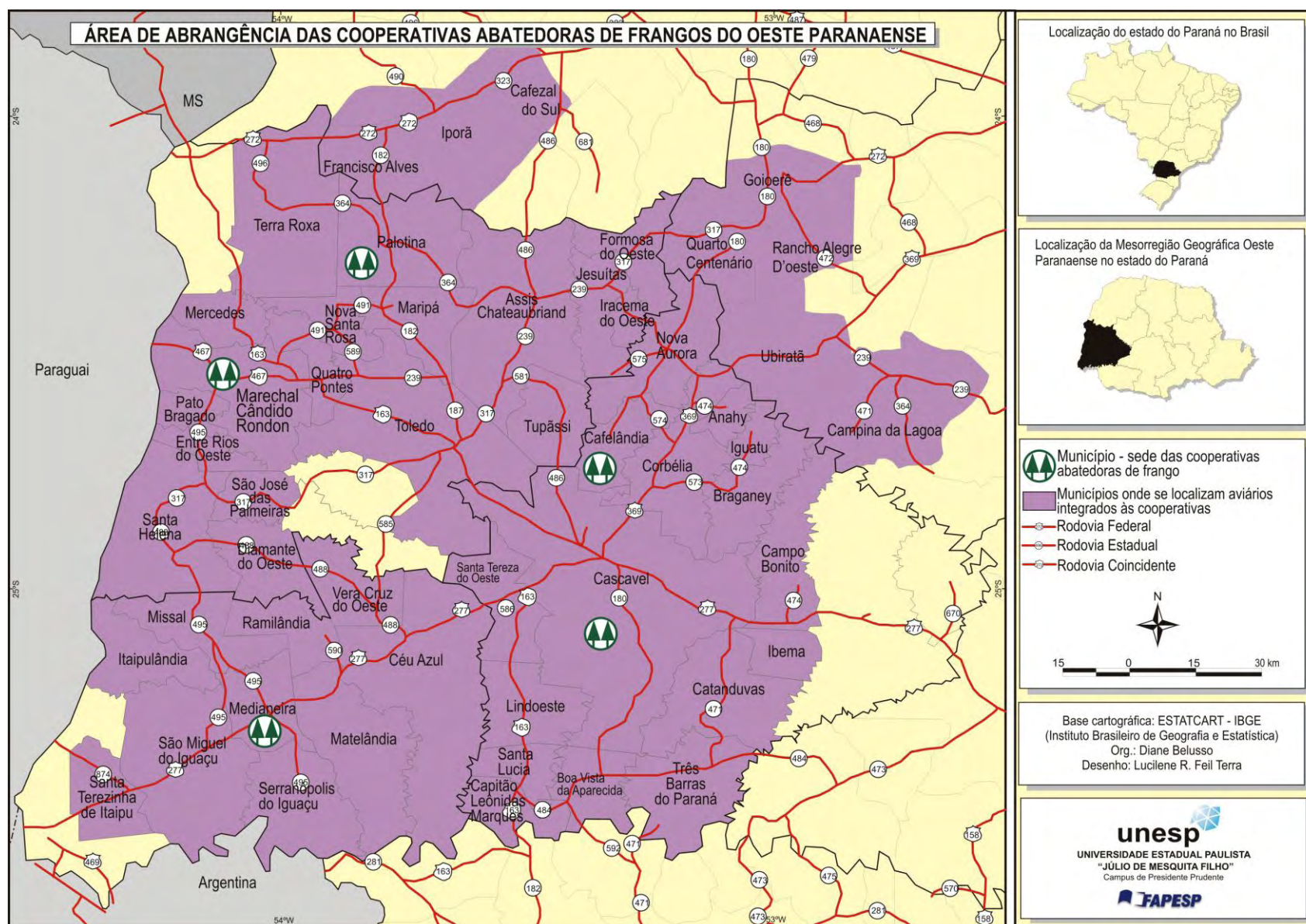
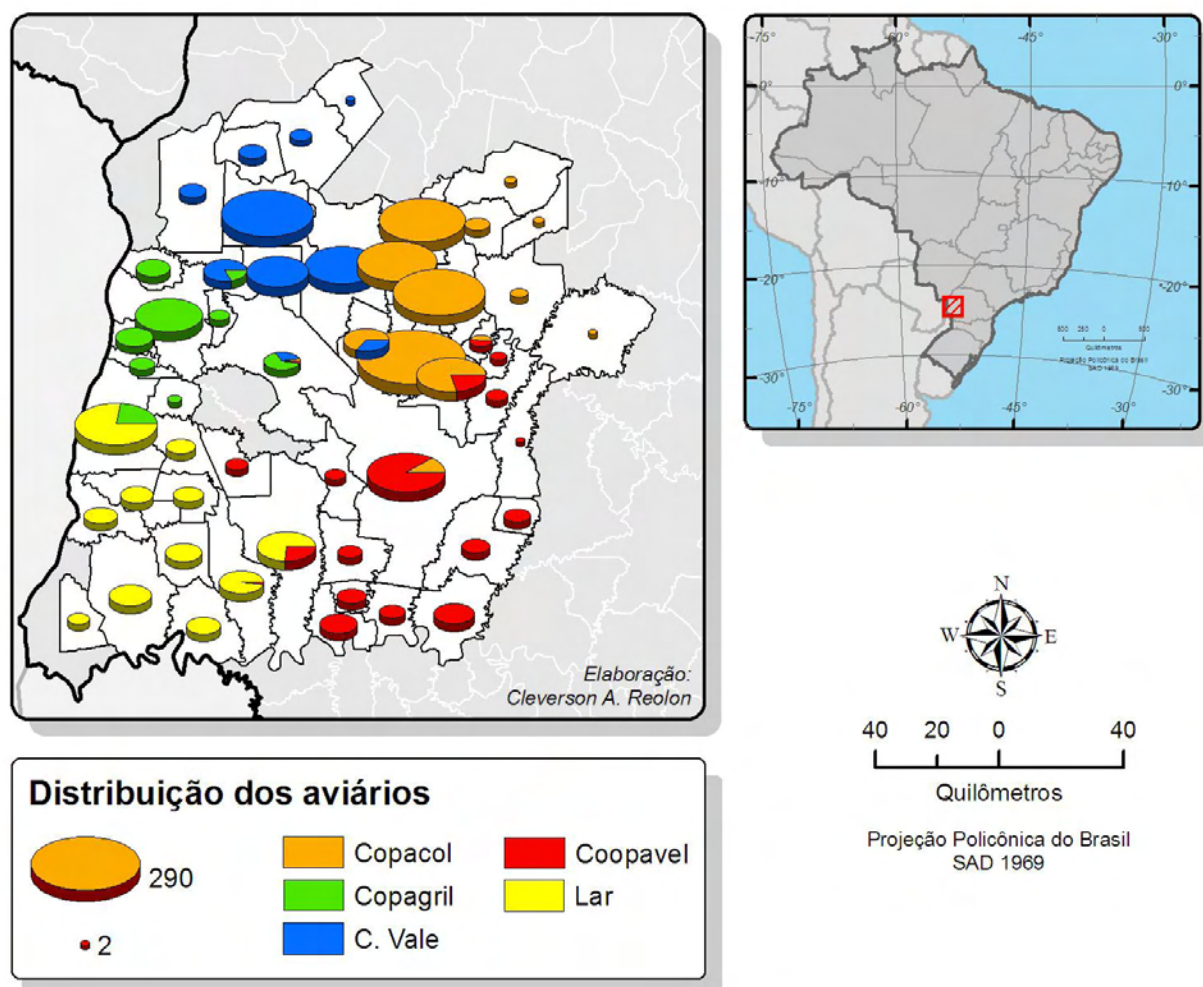


Figura 02 – Distribuição dos aviários, por município, na área de abrangência das cooperativas (2009).



Sobre a localização dos aviários de campo e a área de atuação das cooperativas, os dirigentes das cooperativas declararam em entrevistas que não há uma divisão rigorosa entre elas. De acordo com o dirigente da Coopavel existe uma “política da boa vizinhança” e informou que já ocorreu troca de produtores entre a Coopavel e a Copacol. Segundo o dirigente da C.Vale, podem existir aviários em municípios que não são área de produção de grãos da C.Vale, desde que não seja área de cooperativa que também atuam na avicultura³⁴.

A atuação das cooperativas agrícolas como empresas integradoras de produtores de frangos proporcionou opção àqueles que anteriormente apenas

³⁴ No município de Iporã, por exemplo, existem aviários integrados à C.Vale e este município faz parte da área de atuação da cooperativa Cocamar, que não atua na avicultura. Entretanto, em Nova Santa Rosa duas cooperativas possuem aviários de campo, quais sejam, C.Vale e Copagril. Neste sentido, outros municípios também servem de exemplo.

repassavam a produção de frangos para a Sadia. Constatou-se, em entrevistas aos proprietários de aviários, a ocorrência de mudanças: da integração com a Sadia para as cooperativas, mas também houve casos em que o proprietário rompeu a integração com a cooperativa e passou para a Sadia.

Os produtores mudam de empresa com o objetivo de buscar melhores condições, principalmente em relação ao preço pago pela produção. Um destes exemplos foi detectado nas entrevistas, com um agricultor de Palotina, avicultor há trinta anos, que era integrado da Sadia e há dois anos mudou para a C.Vale. Ao entrevistá-lo, questionou-se: por que resolveu mudar?

“A Sadia era longe, a C.Vale é próxima e pra nós é melhor do que depender de uma empresa longe, a ração é mais rápido para chegar, a assistência...” (E1).

Perguntou-se: a C.Vale convidou? E o avicultor respondeu:

“É, eles estavam procurando a gente há algum tempo, até que a gente se associou, eu nem era sócio, o pai era sócio” (E1).

Sobre a vantagem da mudança de empresa integradora, o avicultor afirmou:

“Em matéria de renda meu ganho dobrou ou mais do que dobrou. A C.Vale paga bem mais pelo frango, a C.Vale incentiva mais o produtor, a Sadia não, sei lá, ela não é mais uma empresa ‘nacional’, então, eles não querem saber quem vai prejudicar, eles querem o deles e a C.Vale já não, ela ajuda ambas as partes, se ela ganha o produtor também ganha” (E1).

Perguntou-se: O contrato e o sistema de integração são iguais? O avicultor respondeu:

“É o mesmo contrato, mesmo sistema de integração, mesma parceria, entrega de pintinho e de ração, tudo a mesma coisa, só mudou o ganho” (E1).

Os avicultores entrevistados que mudaram de empresa afirmaram sobre a obtenção de melhorias e fizeram comparações entre a cooperativa e a outra empresa não cooperativa. Ao questionar sobre os motivos da mudança de empresa, foram obtidas as seguintes respostas:

“Porque a C.Vale é da casa, é da gente, a gente é sócio. A empresa só tem o lucro dela e, na cooperativa, tem um pequeno retorno no final do ano” (E20).

“A Sadia estava colocando uma corda no pescoço da gente em parte de lucro, então, eles iam ampliando e nós decrescendo. Aí a cooperativa daqui abriu abatedouro, como é aqui na nossa cidade a gente optou pela C.Vale. [É mais vantajoso com a C.Vale?] Com certeza, bem mais vantajoso. [Em termos de rentabilidade?] Isto” (E9).

“Trabalhava com a Sadia, depois com a Globoaves e agora com a Copagril. [Por que resolveu mudar todas essas vezes?] Essas empresas pagam um tempo bem e depois param de pagar, aí tem que procurar outra pra trabalhar. [O senhor teve vantagens quando mudou para a Copagril?] Sim, tive vantagens” (E27).

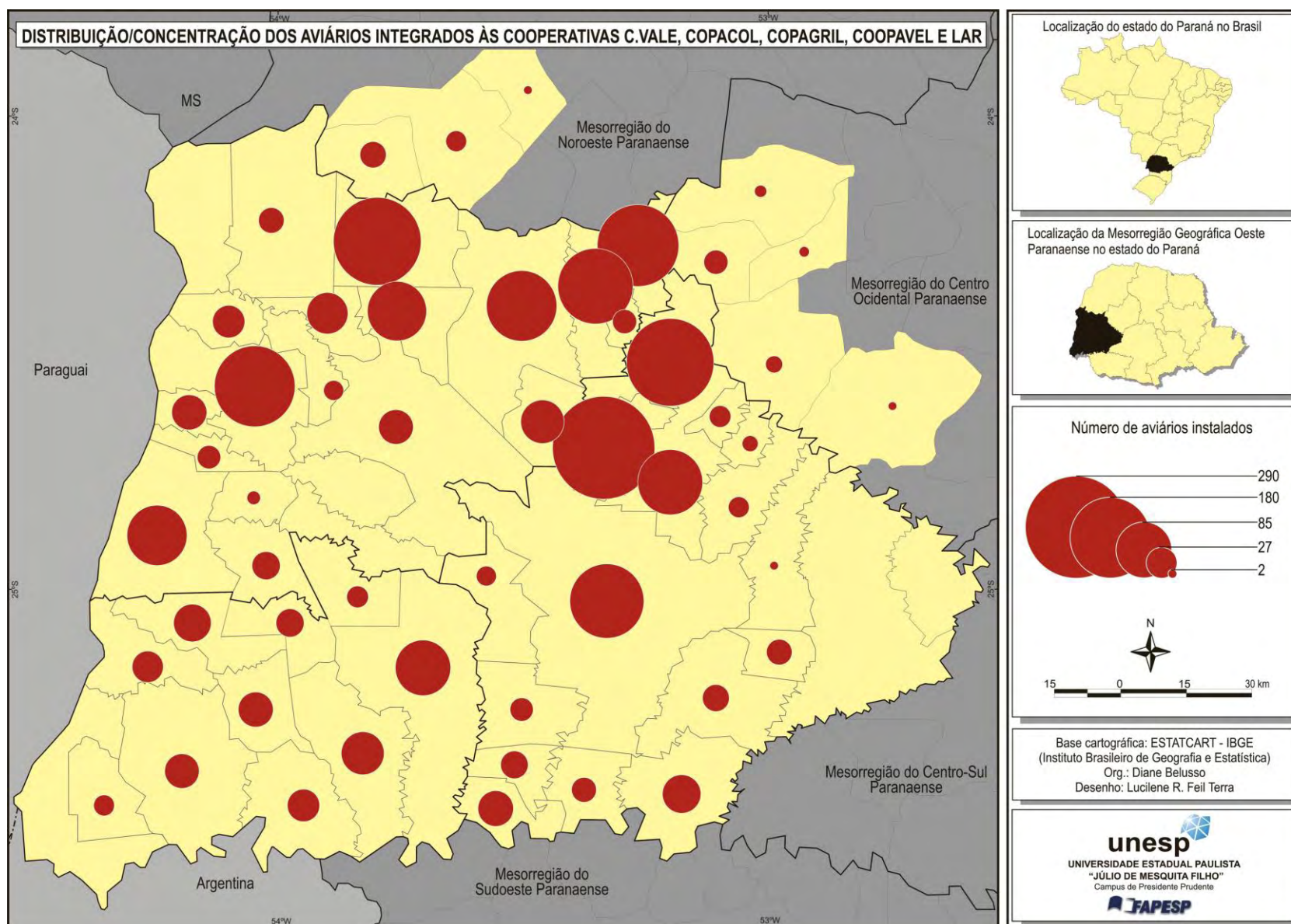
Quando os produtores identificam-se com a empresa, pois ela “é da casa, é da gente”, estimula-se o reconhecimento da cooperativa e a credibilidade nela. Conforme Magalhães (2009), as cooperativas possuem habilidades sociais, ou seja, a capacidade de transformar em capital econômico um *grande capital* simbólico. Esta identidade, em parte, faz com que os associados mantenham-se fiéis às cooperativas, caso contrário, procurariam outras empresas para trabalhar, em busca de outras vantagens.

Na maioria, os aviários concentram-se nos municípios mais próximos às sedes dos complexos avícolas, em vista de que a proximidade dos aviários de campo em relação ao abatedouro e à fábrica de rações pode reverter-se em ganhos de logística. O município que apresenta a maior quantidade de aviários, integrados às cooperativas, em seu território, é Cafelândia, com 290. Outros municípios que também concentram maior número de aviários são Palotina, com 212 aviários e, Nova Aurora, com 211. Em ordem decrescente, os municípios com mais de 100 aviários instalados são os seguintes: Formosa do Oeste, Marechal Cândido Rondon, Jesuítas, Cascavel, Assis Chateaubriand, Corbélia e Santa Helena, conforme se verifica no Mapa 07 e no Quadro 06.

Enfatiza-se a Mesorregião Oeste Paranaense como uma área grande produtora de frangos de abate e território no qual destaca-se a forte presença de indústrias abatedoras pertencentes às cooperativas agrícolas.

O crescimento da avicultura de corte difunde-se além dos limites do Oeste Paranaense, colocando o Estado do Paraná na liderança nacional de produção e exportação de carnes de frango, por exemplo, a Mesorregião Sudoeste do Paraná também destaca-se em produção de frangos.

Mapa 07 – Concentração dos aviários, por município, na área de abrangência das cooperativas (2009).



Quadro 06 – Municípios que concentram o maior número de aviários integrados às cooperativas do Oeste Paranaense (2009).

MUNICÍPIOS	Nº. DE AVIÁRIOS
Cafelândia	290
Palotina	212
Nova Aurora	211
Formosa do Oeste	184
Marechal Cândido Rondon	180
Jesuítas	157
Cascavel	152
Assis Chateaubriand	137
Corbélia	117
Santa Helena	100
Maripá	97
Céu Azul	85

FONTE: Departamento avícola das cooperativas, 2009.

De acordo com a distribuição do efetivo animal, em 2006, em relação ao total do Estado, segundo as Mesorregiões, o Oeste concentrava o maior volume de aves, com 33,8% e em segunda posição, o Sudoeste, com 22,4%, seguido pela mesorregião Norte Central (13,4%) e Noroeste com 11% (ZANCHET, 2008).

A avicultura e o cooperativismo formam uma combinação que tem influenciado os projetos de expansão de algumas cooperativas paranaenses. As cooperativas Coagru, de Ubiratã (Mesorregião Centro Ocidental) e a Coasul, com sede em São João (Sudoeste) anunciaram, em 2008, a implantação de abatedouros de frangos (AVISITE, 2008).

A grande expansão da avicultura de corte no Oeste do Paraná baseia-se nos seguintes fatores: disponibilidade de matérias-primas para a produção de ração, especialmente de soja e milho; presença de cooperativas fortes e consolidadas; busca de alternativas de diversificação de produção e complemento de renda pelos agricultores da região; evolução da avicultura industrial brasileira em termos comerciais e produtivos, que se refletiu positivamente no faturamento das indústrias; a abertura de mercados não tradicionais, como a Índia, a China e países da África, dentre outros.

Em relação às negociações de carne de frango entre o Brasil e a China, em 2009, foi fechado o primeiro contrato de exportação para a China, envolvendo oportunidade de mercado para a carne de frango produzida no Oeste Paranaense. Na lista de empresas brasileiras habilitadas a exportar para a China consta 24

plantas industriais incluindo as cooperativas paranaenses Coopavel, Lar, Copacol e C.Vale (AVISITE, 2009).³⁵

O crescimento da avicultura no Oeste Paranaense também passa por desafios, do ponto de vista das cooperativas abatedoras, tais como: fortalecer o mercado doméstico; abrir novos mercados internacionais e diminuir a dependência em relação à Europa e à Ásia; oferecer produtos de boa qualidade a preços competitivos; vencer as barreiras técnicas, sanitárias e tarifárias dos mercados importadores, pois, cada vez mais, os consumidores querem ter certeza de que o alimento é saudável e não agride o meio ambiente; adequação às exigências sanitárias conforme o país ou região consumidora, o que requer atualizações constantes e implantação de programas de qualidade nas indústrias e no campo; agilidade diante de novas tendências para não perder lugar para o concorrente; por último, o que se tornou um desafio no Oeste Paranaense é a mão de obra (nos frigoríficos) que não conseguiu acompanhar o crescimento da produção regional em volume e em qualificação.³⁶

4.2 A relação campo-cidade.

O alcance de altos níveis técnicos e elevada produtividade agrícola, somados ao uso da automatização e da mecanização do processo produtivo substituíram e substituem, cada vez mais, o emprego da força de trabalho braçal e, conseqüentemente, tem reduzido a permanência de habitantes e de trabalhadores nas zonas rurais.

Neste subitem objetiva-se analisar alguns dados referentes à geração de empregos e à influência econômica das cooperativas, no Oeste Paranaense, e seus efeitos sobre as mudanças nas relações campo-cidade.

A mesorregião Oeste Paranaense é formada por 50 municípios agrupados nas microrregiões de Foz do Iguaçu, de Cascavel e de Toledo, que são os maiores

³⁵ “Na lista publicada nos Serviços de Quarentena, Inspeção e Supervisão da Qualidade (AQSIQ), da República Popular da China, estão 24 plantas habilitadas a exportar carne de frango para o país. São elas: Big Frango (PR), Agrovêneto (SC), Coopavel, Cooperativa Lar (PR), Cooperativa Aurora (SC), Copacol (PR), C.Vale (PR), DaGranja, Diplomata (PR), Doux-Frangosul (RS), Minuano (RS), Penasul (RS), Perdigão (MS e RS), Sadia (SC e MG), Seara (SC e MS) e Tyson Brasil (SC)” (AVISITE, JUNHO/2009, p.11).

³⁶ Estes desafios foram citados conforme os relatos dos gerentes das cooperativas ao responderem sobre a seguinte questão: de modo geral, qual é o principal desafio na avicultura?

municípios em termos populacionais, respectivamente com 311.336, 285.784 e 109.857 habitantes, de acordo com a Contagem da População 2007 (IBGE, 2008).

Com exceção dos três municípios mencionados, todos os outros possuem população inferior a 50 mil habitantes, destacam-se Marechal Cândido Rondon (44.562 habitantes), Medianeira (38.397 habitantes) e Assis Chateaubriand (32.226). No estrato entre 20 a 30 mil habitantes se encontram Guaíra, Palotina, Santa Helena e São Miguel do Iguaçu. Do total, 29 municípios (que corresponde a 58%) possuem população inferior a 10 mil habitantes, sendo que 14 municípios desta região (28%) possuem menos de cinco mil habitantes.

Sabe-se que entre 1970 e 1980 o Paraná começou a perder sua característica de absorvedor de migrantes de outros Estados e, ao contrário, passou a formar áreas de evasão. Por motivos bem conhecidos no Brasil (processo de modernização da agricultura e o incremento da atividade industrial), abriu-se a necessidade de novo processo migratório, nesse momento, direcionado à expansão da fronteira agrícola, especialmente para o Centro-Oeste.

No Oeste Paranaense, a ocorrência de vários municípios com população inferior a 10 mil habitantes, caracterizados por pequenos núcleos urbanos, pode ser interpretada a partir da relação campo-cidade.

A forma aparente que assume o desenvolvimento capitalista da agricultura, em sentido amplo, é a separação cidade-campo, pois de acordo com Marx essa separação é fundamental de toda divisão do trabalho desenvolvida e processada através da troca de mercadorias (SILVA, 1998).

O estabelecimento da divisão social do trabalho e de relações de poder que sustentam essa divisão teve, como condição e consequência, a constituição de espaços diferentes entre si – **cidade e campo** – correspondentes a papéis também díspares desempenhados no âmbito das sociedades, bem como formas distintas de relações entre as sociedades e os espaços apropriados e transformados por elas (SPOSITO, 2006, p.115).

Para Oliveira (2001) o desenvolvimento do capitalismo elimina a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano (quer no processo produtivo, quer no processo de luta), mas ao mesmo tempo conserva uma unidade contraditória entre a cidade e o campo:

[...] podemos verificar que a industrialização dos produtos agrícolas pode ser feita no campo com os trabalhadores das cidades. Aí reside um ponto

importante nas contradições do desenvolvimento do capitalismo, tudo indicando que ele mesmo está soldando a união contraditória daquilo que ele separou: a agricultura e a indústria; e a cidade e o campo (OLIVEIRA, 2001, p.26-7).

De acordo com Karl Marx, o capitalismo, no começo, rompeu os laços primitivos entre a agricultura e a manufatura, ao mesmo tempo criou as condições materiais para uma síntese nova, superior, para a união da agricultura e da indústria (SILVA, 1998).

“A emergência da agricultura moderna e das agroindústrias também complica a questão das relações cidade-campo” (SANTOS, 1989, p.15) e são capazes de delinear o perfil econômico de uma cidade ao influenciar as oportunidades de trabalho e de prestação de serviços.

As cidades localizadas no Oeste Paranaense se desenvolveram a partir do processo de colonização ocorrido durante o governo Vargas, quando a integração econômica do país se intensificou. A ocupação da área deu-se com base nas atividades agropecuárias, sendo que, aos poucos, as cidades surgiram e equiparam-se para atender as demandas do setor agroindustrial.

A região agrícola tem sua unidade devida à inter-relação entre mundo rural e mundo urbano, representado este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades (SANTOS, 1993, p.67).

Todas as cidades estão relacionadas, de uma forma ou de outra, com as atividades desenvolvidas no campo e vice-versa. De acordo com Reolon (2007), no Oeste Paranaense, observa-se uma transição econômica e social que se processa no bojo das relações entre a cidade e o campo, ao referir-se principalmente às cidades de Cascavel e Toledo.

Trata-se de cidades médias que, de fato, passaram a regular a produção realizada no campo, mas que ainda são dinamizadas, sobretudo, pela produção agropecuária e agroindustrial. [...] Cascavel e Toledo ainda estão muito longe de lograr autonomia em relação às atividades que lhes deram origem. Por outro lado, a dinâmica urbana de tais cidades parece engendrar problemáticas metropolitanas propriamente ditas [...] (REOLON, 2007, p.111).

Os parques industriais das cooperativas, neste caso, têm efeitos de encadeamento para os municípios envolvidos, tais como: absorção de mão de obra;

retenção de excedentes gerados pelo processamento dos produtos agropecuários; efeito multiplicador na medida em que outras indústrias instalam-se para atender à demanda, como é o caso da construção civil (BIRCK *et al*, 2008).

Em termos de infra-estrutura pública, a crescente implantação de aviários de campo reforçou a demanda por melhoria e conservação das estradas rurais municipais, pois o acesso rodoviário entre os estabelecimentos agrícolas e as indústrias garante o abastecimento de pintainhos, de ração, o transporte dos frangos até o abatedouro e as vistorias pelos técnicos. O calçamento de uma estrada rural no município de Cafelândia foi registrado, por exemplo, em janeiro de 2009, durante um trabalho de campo (Foto 01).



Foto 01 – Calçamento de estrada rural no município de Cafelândia – PR.
FONTE: Trabalho de campo, 2009.

Geralmente, as estradas rurais são melhoradas apenas com a cobertura de cascalho – prática cada vez mais reivindicada pelos agricultores junto aos governos municipais.

Em 2005, no município de Palotina, entrou em vigor uma lei que instituiu o “Programa Palotina mais Rural”, cujo objetivo foi incrementar as atividades agrícolas

e pecuárias disponibilizando serviços, tais como: terraplanagem para edificações rurais (residências, armazéns, pocilgas, aviários etc.); adequação de estradas rurais; transporte e distribuição de materiais (entulhos), entre outros serviços executados diretamente pela prefeitura municipal, mediante contrapartida do beneficiário. O atendimento das solicitações ocorre, inicialmente, por meio de requerimento na prefeitura, mas o produtor interessado deve cumprir exigências - estar adimplente com a secretaria de fazenda municipal e adotar práticas de conservação do solo e da água, conforme a legislação vigente – e posteriormente ao serviço executado, o beneficiário deve recolher o valor da contrapartida.

Destaca-se que, em 2006, o programa “Palotina mais Rural” foi alterado por meio de um decreto, tendo em vista que o incentivo para a avicultura foi considerado pelo poder público como prioritário. A alteração consistiu na concessão de subsídios somente para a construção de aviários, ou seja, a contrapartida do beneficiário que era de R\$31,00 hora/máquina baixou para R\$5,00; a colocação de cascalho de R\$2,85/ metro cúbico baixou para R\$1,00/ metro cúbico, de acordo com os textos da Lei nº. 1.894 e do Decreto nº. 6.139 (ANEXO 01).

Na medida em que as atividades rurais demandam máquinas, implementos, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada, ocorre uma adaptação da cidade às exigências do campo (SANTOS, 1993).

Birck *et al* (2008) analisaram a contribuição econômica da Cooperativa Agroindustrial Lar que, em sua área de abrangência, tem se consolidado como o maior parque produtivo no conjunto industrial de alguns municípios e, conseqüentemente, apresentado significativa participação de suas agroindústrias no retorno de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Em média a Cooperativa Lar participou com 12,01% do retorno do ICMS, do ano de 2000 a 2004, aos municípios de Céu Azul, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira e Missal. Do montante de R\$ 88.911.045,56 que os Poderes Executivos destes municípios, juntos, receberam do Governo do Estado do Paraná no referido período, R\$ 10.680.899,61 foram em consequência das indústrias da Lar. Individualmente a maior participação da Lar no retorno do ICMS foi ao município de Matelândia, onde a Lar mantém instalada uma Unidade Industrial de Aves desde setembro de 1999. Este município recebeu no referido período, R\$ 21.609.932,60, dos quais a indústria da Lar teve participação em R\$ 3.455.539,04, representando 16,00% (BIRCK, *et al*, 2008, p.17).

Em relação ao ICMS, à época do projeto de implantação do complexo industrial avícola da C.Vale, segundo Lang (2005), existia uma disputa entre alguns municípios da área de atuação da cooperativa (Palotina, Maripá, Assis Chateaubriand e Terra Roxa), pois as lideranças políticas reivindicavam que a indústria fosse em seus municípios.

A Câmara de Vereadores de Palotina aprovou, em 1996, um projeto de lei em que o município-sede do complexo avícola aceitaria o rateio do imposto com os demais municípios que fariam parte do sistema de integração avícola. A nova lei também recebeu o aval da Secretaria Estadual da Fazenda (LANG, 2005, p.25).

A criação da lei municipal nº 1.397 autorizou a C.Vale a prestar informações, na Declaração Fisco-Contábil (DFC) à Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, referentes à distribuição proporcional do valor adicionado gerado pela industrialização da matéria-prima do complexo industrial avícola (ANEXO 02).

De acordo com dados da Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, repassados pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de Palotina, obteve-se o *ranking* das trinta maiores empresas deste município em relação à participação no Valor Adicionado (VA) para fins de formação do índice do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O maior percentual de participação, referente ao ano de 2007, foi relativo ao Complexo Industrial Avícola da C.Vale, com 10,19%. A empresa C.Vale, no geral, participou com 17,74%. Entre as trinta empresas classificadas, sete estão diretamente ligadas à C.Vale e quinze, ao setor agropecuário e agroindustrial, mas com participações bem menores (ANEXO 03).

A relação campo-cidade influenciada pelo setor agroindustrial demonstra que, neste caso, as cooperativas interferem na economia dos municípios e nas ações do poder público.

4.2.1 A geração de empregos.

A agroindustrialização das cooperativas gerou oferta de empregos no setor industrial dos municípios envolvidos, pois os abatedouros de frangos são altamente empregadores de mão de obra.

Tradicionalmente, nas cooperativas agropecuárias, o número de funcionários é menor que o número de cooperados. Esta premissa é válida para as cooperativas que não possuem uma estrutura industrial expressiva, pois os funcionários em geral, têm como

principal função atender o associado. Com a evolução do processo industrial, esta relação tende a diminuir, visto que a atividade industrial (principalmente a ligada à avicultura) demanda uma quantidade considerável de empregados no processo industrial, já que a maior parte do processo é manual [...] (SALANEK FILHO, 2007, p.106).

No Oeste Paranaense, o crescimento do trabalho fabril diretamente relacionado à expansão dos estabelecimentos ligados à indústria de transformação e especificamente à indústria alimentícia foi verificada por Gemelli e Carvalho (2009) com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego.

Gemelli e Carvalho (2009) verificaram que a Mesorregião Oeste Paranaense ocupa uma posição de destaque no que se refere ao número absoluto de trabalhadores empregados na indústria alimentícia, particularmente, a Microrregião de Toledo ocupa a segunda posição, atrás apenas da Microrregião de Curitiba. Segundo os autores, a expansão das indústrias alimentícias no Oeste Paranaense acontece com maior representatividade apenas em sete municípios, chamando maior atenção para a Microrregião de Toledo.

De acordo com dados de 2006 os municípios que mais empregam trabalhadores na indústria alimentícia são Cascavel, Toledo, Cafelândia, Palotina, Marechal Cândido Rondon, Medianeira e Matelândia, o que significa que juntos equivalem a aproximadamente 88% de todo trabalho fabril na indústria alimentícia do oeste paranaense [...] (GEMELLI; CARVALHAL, 2009, p.03).

A expansão do trabalho fabril na indústria alimentícia na MRG de Toledo está associada ao crescimento significativo do trabalho fabril neste setor industrial nos municípios de Palotina, Marechal Cândido Rondon e Toledo, haja vista que estes municípios juntos correspondem a praticante 90% de todo trabalho fabril existentes nas indústrias alimentícias na MRG de Toledo. E levando em consideração a expansão da C.Vale (Palotina), da Copagril (Marechal Cândido Rondon) e da Sadia (Toledo), notamos a importância da agroindústria para a expansão do trabalho fabril na indústria alimentícia tanto na Mesorregião Oeste Paranaense como na MRG de Toledo (GEMELLI; CARVALHAL, 2009, p.07).

No município de Palotina registrava-se em 1996 apenas 175 empregos na indústria alimentícia, no ano de 2001 esse número já representava 1.392 trabalhadores, já ao final de 2006 registra-se um novo salto com 2.679 trabalhadores. Isso significa que entre 1996-2006, o trabalho na indústria alimentícia de Palotina cresceu a cifras impressionantes atingindo 1430% (GEMELLI; CARVALHAL, 2009, p.07).

Ao observar a evolução do quadro de funcionários das cooperativas que possuem abatedouros de frangos, a expansão de trabalhadores na indústria alimentícia também se confirma. No caso da C.Vale Cooperativa Agroindustrial se verificou um aumento de 700%, no número de empregados no complexo avícola, de 1997, ano de sua inauguração, até 2008 (Gráfico 07).

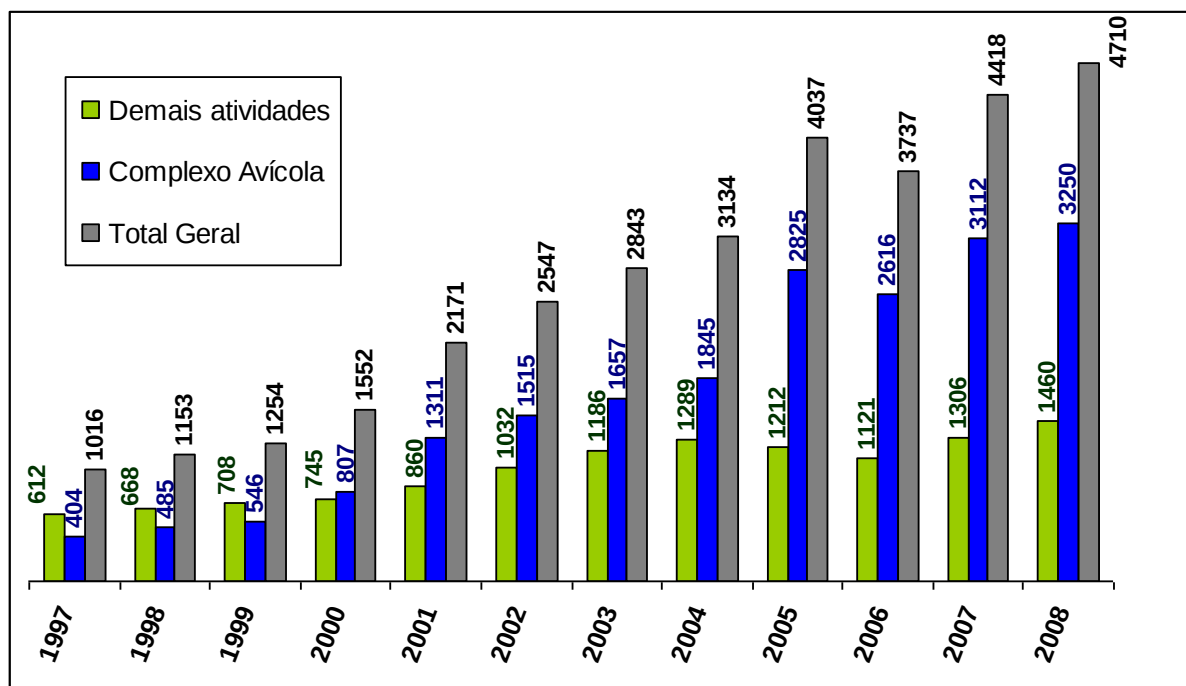


Gráfico 07 – Evolução do quadro de funcionários da C.Vale Cooperativa Agroindustrial – 1997 a 2008.

FONTE: C.VALE, Relatório 2008, p.17.

O crescimento total dos empregos gerados pela C.Vale deveu-se, principalmente, à ampliação de vagas no complexo avícola.

A influência das cooperativas na geração de empregos na indústria alimentícia, no Oeste Paranaense, também pode ser observada, no caso da Cooperativa Lar, a partir dos percentuais da distribuição de seus funcionários por setores de atividades (Gráfico 08).

A Cooperativa Lar, em 2009, empregava 4.922 funcionários e, destes, a metade estava distribuída na Unidade Industrial de Aves (UIA) e na Unidade Industrial de Carnes (UIC), de acordo com as informações divulgadas em seu Relatório e Balanço 2009. Nesta cooperativa, recentemente, ocorreu leve incremento do número de funcionários, como se verifica no Gráfico 09.

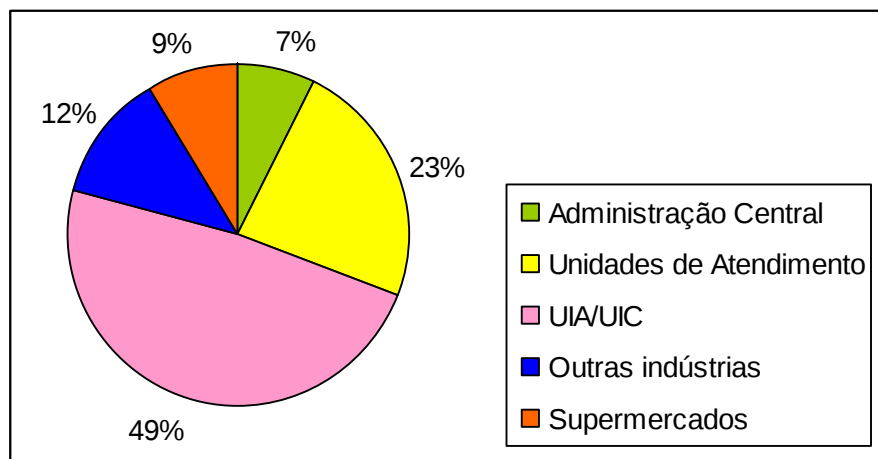


Gráfico 08 – Distribuição dos funcionários da Cooperativa Lar, por setores de atividades (2009).

FONTE: Cooperativa Lar, Relatório e Balanço 2009, p.07. Org. da autora.

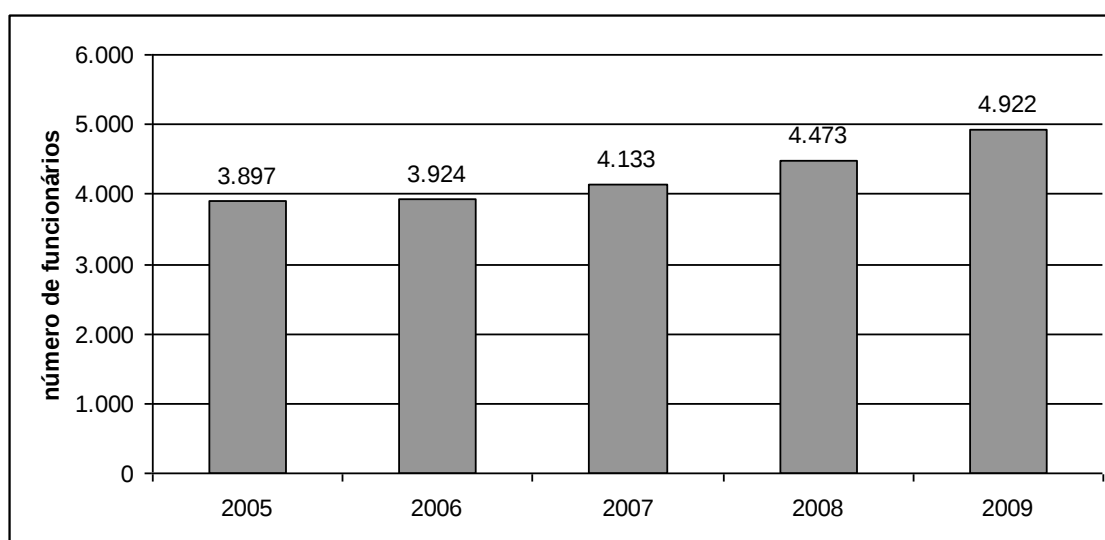


Gráfico 09 – Evolução do número de funcionários da Cooperativa Lar (2005-2009).

FONTE: Cooperativa Lar, Relatório e Balanço 2009, p.07. Org. da autora.

Neste sentido, a evolução do quadro de funcionários da Copagril (Gráfico 10), apesar de não estratificar os números por setores de atividades, demonstra o crescimento do número de empregados em 2005, em função da entrada em funcionamento do seu abatedouro de frangos.

Além dos funcionários das cooperativas há muitos empregos indiretos, tais como: vendedores de equipamentos para a avicultura, equipes especializadas em carregamento dos frangos vivos do aviário até os abatedouros, empresas

transportadoras de alimentos em câmaras frigoríficas, entre outros prestadores de serviços.

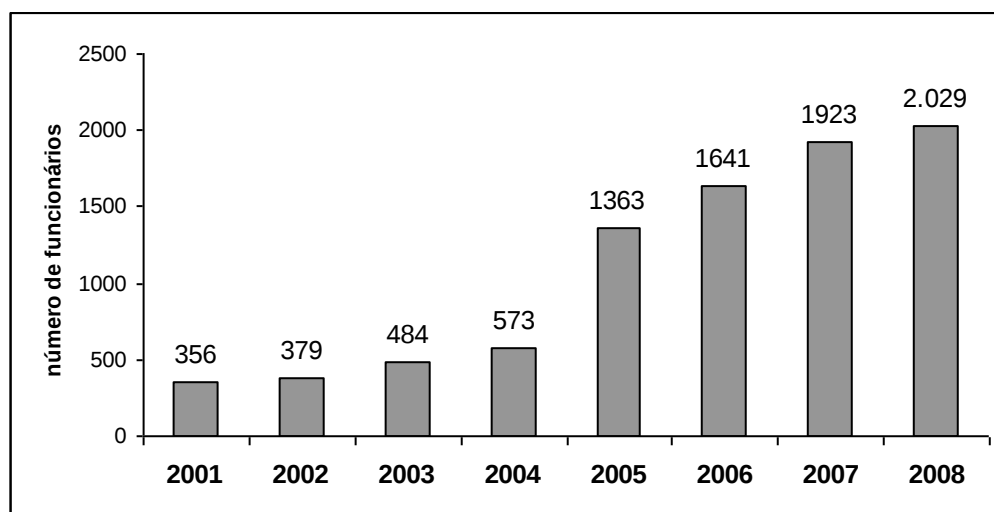


Gráfico 10 – Evolução do quadro de funcionários da Copagril – 2001 a 2008.

FONTE: Relatório Copagril, 2008, p.09. Org. da autora.

Na maioria dos estabelecimentos visitados durante os trabalhos de campo, a mão de obra empregada nos aviários é da própria família. Mas há proprietários de aviários que são empregadores rurais, por exemplo, um empregador rural que possui cinco funcionários que trabalham e moram no seu estabelecimento, sendo dois deles, apenas para os aviários:

“Dois empregados... Na verdade, um e meio, porque eu tenho registrado o casal, então, o marido é integral e a esposa é meio período, ela ajuda mais nos primeiros 15 dias porque precisa tratar nos comedouros infantis e depois não tem mais necessidade. [Esse empregado é só para os aviários?] Esse é só para o aviário, nós temos 5 empregados: um casal só para o aviário, um casal só para o leite e mais um coringa, que ajuda onde precisa” (E2).

O crescimento da geração de empregos estimulado pela agroindustrialização das cooperativas é um aspecto positivo de sua gestão empresarial em vista dos índices de desemprego que afetam a população brasileira, entretanto, são vagas preenchidas por funcionários que possuem baixo nível de escolaridade e que configuram, por isto, empregos precários e de baixa remuneração, caracterizados por trabalho manual e esforço repetitivo³⁷.

³⁷ O salário base de um trabalhador no “chão de fábrica” dos frigoríficos, no Oeste Paranaense, gira em torno de R\$ 600,00.

Por exemplo, o demonstrativo de escolaridade dos funcionários da Copacol, de acordo com o Gráfico 11, demonstra que apenas cerca de 5% dos seus funcionários possuíam grau de escolaridade em nível superior ou acima. Em 2006, a Copacol empregava um total de 4.686 funcionários.

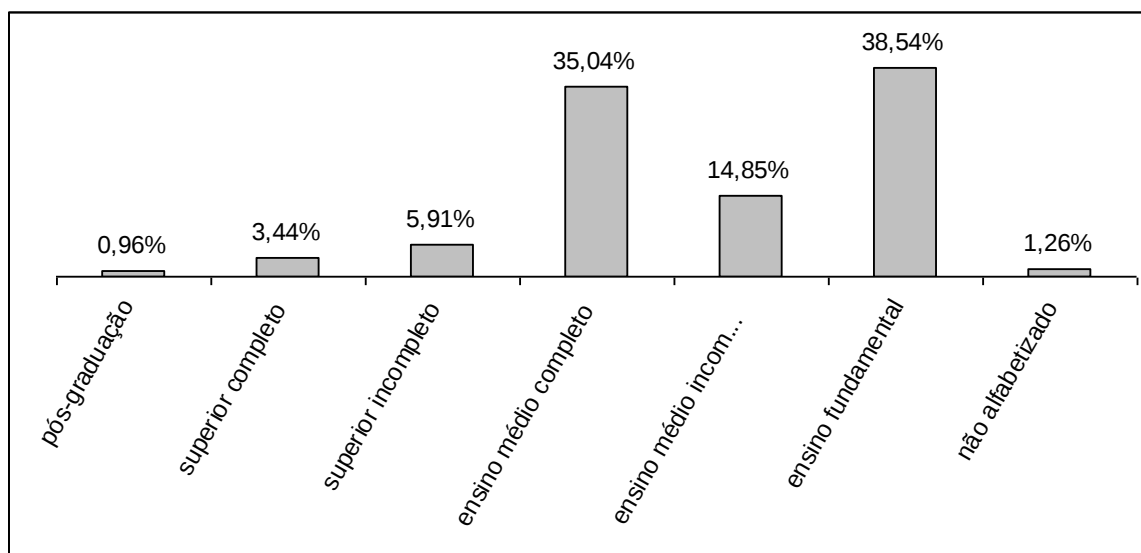


Gráfico 11 – Grau de escolaridade dos funcionários da Copacol (2006).

FONTE: COPACOL, Balanço Social 2006, p.22.

Da mesma forma, o grau de escolaridade dos funcionários da Copagril pode ser verificado no Gráfico 12.

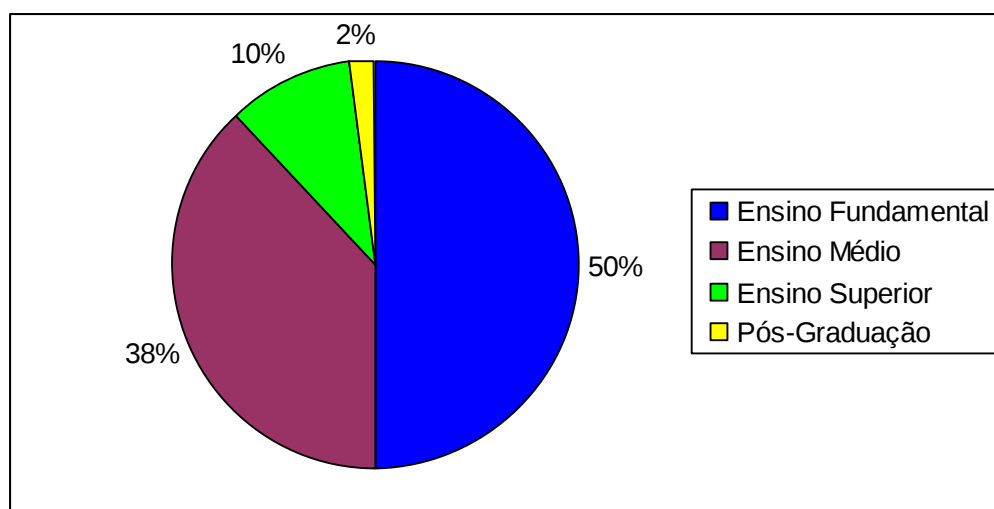


Gráfico 12 – Escolaridade dos funcionários da Copagril (2008).

FONTE: Copagril, Relatório 2008, p.09. Org. da autora.

Segundo Gemelli e Carvalhal (2008) os frigoríficos não exigem escolaridade e experiência dos trabalhadores, entretanto, reconhecem a importância da qualificação que, mesmo não sendo imprescindível para a admissão do funcionário, torna-se fundamental a partir do momento que ele é contratado. Assim, logo que os trabalhadores iniciam na empresa, passam por treinamentos e/ou cursos oferecidos pela própria indústria e também pelo SENAI, por exemplo, cursos de Higiene Aplicada ao Manipulador de Alimentos e Prevenção de Acidentes do Trabalho.

Parte significativa dos trabalhadores do frigorífico da Copagril, em Marechal Cândido Rondon, desloca-se diariamente de outros municípios para trabalhar, fato que, segundo o representante dos recursos humanos desta indústria, ocorre devido à falta de mão de obra preparada naquele município (GEMELLI; CARVALHAL, 2008).

Seria não somente a falta de mão de obra qualificada, já que a exigência de formação é reduzida para a contratação, mas, também, as condições precárias ou de insalubridade que atraem menos trabalhadores para estas vagas.

No caso da Copagril, 40% dos funcionários do frigorífico são de Marechal Cândido Rondon, os demais se deslocam diariamente de outros dezesseis municípios da Mesorregião Oeste Paranaense (São José das Palmeiras, Santa Helena, São Pedro do Iguaçu, Guaíra, Ouro Verde do Oeste, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Toledo, Mercedes, Quatro Pontes, Diamante do Oeste, Missal e Nova Santa Rosa) e do Mato Grosso do Sul (Japorã, Mundo Novo e Eldorado) sendo que a distância destes últimos é de cerca de 100 km (GEMELLI; CARVALHAL, 2010).

A necessidade de “buscar” trabalhadores em municípios distantes, assim como a rotatividade de funcionários e a ocorrência de licenças por atestado médico, são fatores que exigem estratégias e, do ponto de vista das empresas, significam problemas e até desafios para o segmento produtivo na região.

De acordo com Gemelli e Carvalhal (2010), a Copagril tem premiado mensalmente, com dois frangos e biscoitos, os funcionários que não faltam ao trabalho. Além disto, realizam sorteios (de geladeira, fogão, liquidificador) para aqueles que não faltam ou não tem atestado médico por três meses e ainda há um bônus de produção (de até R\$ 65,00) por maior eficiência produtiva.

As cooperativas do Oeste Paranaense prevêm que, com o passar dos anos, menos pessoas queiram submeter-se ao trabalho nos abatedouros. Ao mesmo tempo, as empresas fabricantes de equipamentos, soluções tecnológicas e

automação da linha de produção para frigoríficos, têm evoluído para melhorar a eficiência, reduzir os custos e substituir parcialmente o emprego da força de trabalho manual.

Em 2009, a Coopavel investiu R\$ 60 milhões no frigorífico de aves, sendo R\$ 4,5 milhões em máquinas classificadoras e “porcionadoras”, isto é, a cooperativa adquiriu maquinário (da marca *Marel*) para fazer automaticamente a combinação dos pedaços de frangos, pois, anteriormente, este processo era feito manualmente e, em geral, os pacotes saíam com um sobrepeso de 50 a 200 gramas. Além disto, esta tecnologia é capaz de substituir o trabalho de oitenta funcionários (www.marelfoodsystems.com.br).

Segundo o gerente da *Marel Food Systems* para o Mercosul, a empresa vê o Brasil como um país estratégico e principalmente está apostando no crescimento das cooperativas abatedoras de frangos para ampliar sua atuação na avicultura brasileira. A *Marel Food Systems* foi fundada na Islândia em 1983 e é uma empresa líder no desenvolvimento de soluções tecnológicas para indústrias de carnes (www.marelfoodsystems.com.br).

Há conhecimento de que os frigoríficos de aves do Brasil estão entre os mais produtivos do mundo e conforme as previsões empresariais existem projetos importantes para que a automação acompanhe o ritmo crescente da produção. As cooperativas do Oeste Paranaense, no caso da Coopavel, sinalizam um passo importante neste sentido.

4.2.2 A função produtiva agrícola.

O crescimento da avicultura industrial, no Oeste Paranaense, repercute positivamente na economia dos municípios envolvidos, na aliança política entre os líderes das cooperativas e os representantes públicos, assim como no reconhecimento, pela sociedade, de um modelo de agricultura que é importante e deve ser valorizado.

Por outro lado, existem perspectivas de desenvolvimento mais amplas, de valorização dos espaços rurais – dos seus recursos naturais e da população que os habita – e não somente dos produtos agropecuários.

As funções que as áreas rurais desempenham no processo geral de desenvolvimento e que, ao longo desse processo, se modificam, são explicadas por Kageyama (2008, p.67):

“[...] a função produtiva, antes restrita à agricultura, passa a abranger diversas atividades, o artesanato e o processamento de produtos naturais e aquelas ligadas ao turismo rural e à conservação ambiental; a função populacional, que nos períodos de industrialização acelerada consistia em fornecer mão-de-obra para as cidades, agora inverteu-se, sendo necessário o desenvolvimento de infra-estrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem a retenção de população na área rural; a função ambiental passa a receber mais atenção após as fases iniciais da industrialização (inclusive do campo) e demanda do meio rural a criação e proteção de bens públicos e quase-públicos, como paisagem, florestas e meio ambiente em geral” (KAGEYAMA, 2008, p.67).

É importante considerar um “mundo rural” multifuncional, um lugar de trabalho e de moradia, de biodiversidade, mais amplo, não exclusivo das atividades agrícolas.

[...] o paradigma da modernização da agricultura, que dominou a teoria, as práticas e as políticas, como a principal ferramenta para elevar a renda e levar o desenvolvimento às comunidades rurais, vem sendo substituído, notadamente na Europa, por um novo paradigma, o do *desenvolvimento rural*, buscando um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem), sinergias com os ecossistemas locais, a maior valorização das economias de escopo em relação às economias de escala, e a pluriatividade das famílias rurais. O desenvolvimento rural [...] tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo [...] (KAGEYAMA, 2008, p.59).

Os novos mercados ganham cada vez mais importância, mas, conforme Wilkinson (2008, p.80), “[...] deve-se reconhecer que o Brasil passa por um período de transição em que o fôlego das cadeias agroindustriais persiste [...]”.

A expansão da avicultura industrial no Oeste Paranaense, por meio da agroindustrialização das cooperativas nos anos de 1990 e primeira década do século XXI, é um exemplo de persistência do fôlego das cadeias agroindustriais. A função que a agroindustrialização das cooperativas assume em relação ao desenvolvimento rural é, principalmente, uma função produtiva agrícola.

Sabe-se que a produção adensada de frangos é intensiva no consumo de água e solo, é suscetível às condições atmosféricas e é dependente de estruturas básicas, como energia elétrica.

Os resíduos (dejetos e efluentes) das atividades de produção e de industrialização de frangos, neste caso, têm despertado preocupações do ponto de vista ambiental e da saúde pública.

O sistema de climatização dos aviários é responsável pelo maior consumo de energia elétrica, que aumenta o custo de produção. Em 2007, o governo do Estado do Paraná lançou o Programa Avicultura Noturna (PAN) que concede desconto de 60% no valor da tarifa para a energia consumida no horário entre 21h30 e 6h. O cadastro dos avicultores é realizado pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a instalação dos medidores específicos é feita pela Companhia Paranaense de Energia (COPEL).

O controle de temperatura, nos galpões, é a principal dificuldade de manejo na criação adensada de frangos, pois deve ser adequado às condições do tempo e ao período de crescimento dos frangos. Uma causa recorrente da mortalidade de frangos é a ocorrência de alta temperatura (dias ou noites de ambiente quente e abafado) e de insuficiência do sistema de climatização. No inverno os pintainhos necessitam de aquecimento e, no verão, o excesso de calor ao final do ciclo produtivo pode ser fatal. O fornecimento ininterrupto de energia elétrica é, portanto, fundamental nesta atividade.

As dificuldades em relação ao controle de temperatura são amenizadas a partir de melhorias no sistema de climatização com a instalação de aparelhos adicionais (aspersor, exaustor, forração), além de alarmes para sinalizar queda de energia e geradores automáticos, contando com a experiência de manejo e a atenção do avicultor. Entre os proprietários de aviários entrevistados, 80% realizaram alguma modificação ou instalação de novos aparelhos ao longo dos anos de funcionamento.

A avicultura, além de consumidora de energia elétrica, apresenta um potencial de geração a partir da biomassa³⁸ residual. Neste sentido, a Itaipu Binacional promoveu uma iniciativa denominada Plataforma Itaipu de Energias Renováveis. Segundo informações da página da Itaipu, na internet³⁹. São objetivos desta

³⁸ É a matéria-orgânica passível de ser utilizada para a geração de energia.

³⁹ <<http://www.plataformaitaipu.org/plataforma/introducao>> Acesso em 24/06/2009.

iniciativa: demonstrar a viabilidade técnica, econômica e ambiental de fontes renováveis de energia elétrica; promover a eficiência energética regional e o desenvolvimento sustentável a partir do emprego das energias solar, eólica, biomassa e hidráulica⁴⁰.

Entre os parceiros da Plataforma Itaipu de Energias Renováveis, a Cooperativa Lar representa uma unidade deste projeto para a produção de energia a partir da biomassa. Com o apoio da Itaipu, a Cooperativa Lar implantou um sistema de geração de energia elétrica a partir dos efluentes da unidade industrial de aves no município de Matelândia (ANEXO 04).

Os resíduos provenientes das “camas de aviário” (nome do material distribuído no galpão, geralmente maravalha, que serve de leito para os frangos e mistura-se aos dejetos) constituem fontes de energia aos municípios do oeste do Paraná. Conforme demonstra estudo feito por Sordi, Souza e Oliveira (2005), o potencial de resíduos da avicultura na referida região foi estimado em 382 mil toneladas, sendo que o município com maior produção de resíduos foi Toledo, com 66 mil toneladas. Quanto à viabilidade técnica e econômica, concluíram:

O potencial técnico de energia com aproveitamento de tais resíduos foi calculado em 50.700kW e representa cerca de 3,3% do potencial energético instalado de biomassa no Brasil.

O potencial econômico encontrado foi de 8.900 kW, com um custo de geração de R\$80,00/mWh (abaixo do valor normativo da ANEEL), considerando-se a instalação da planta em Toledo, onde a disponibilidade de resíduo permite a implantação de tal potencial (SORDI; SOUZA; OLIVEIRA, 2005, p.189).

O destino habitual da “cama de aviário” é a sua aplicação como adubo nas lavouras de soja e milho, inclusive, este aproveitamento é um dos motivos mais citados - pelos proprietários entrevistados - quando do seu convencimento para a instalação de aviário. De acordo com Wilkinson (2008, p.34) “[...] argumenta-se que o aumento da produtividade nessas culturas decorrente do uso do esterco leva a ganhos maiores do que a própria atividade avícola”.

Para Wilkinson (2008), uma consequência não-intencional desta utilização do subproduto (esterco) pode ser a de que os produtores, as agroindústrias, os

⁴⁰ A integridade ambiental do reservatório da hidrelétrica de Itaipu também depende dos rios que compõem a Bacia do Paraná 3, correspondente à região oeste do Paraná, daí a preocupação com a destinação adequada dos resíduos provenientes da suinocultura e da avicultura, principalmente.

ecossistemas e até mesmo os consumidores beneficiem-se da competitividade sistêmica deste sistema produtivo.⁴¹

Ressalta-se o manejo adequado da cama de aviário para que os problemas ambientais decorrentes dos resíduos da avicultura sejam resolvidos com investimentos em tecnologia. A utilização de biodigestores, dos quais após o processo de fermentação são obtidos o biogás (gás inflamável) e o biofertilizante (líquido organo-mineral estabilizado), pode ser uma das tecnologias utilizadas para aperfeiçoar o balanço energético das propriedades (BELLAYER; PALHARES, 2002).

Segundo Zilli (2003) o incentivo à implantação de biodigestores passa pela necessidade de subsídios por parte das instituições públicas para viabilizar essa forma de tratamento, pois, os benefícios econômicos para os produtores, frente ao preço atual da energia, devem ser compensadores.

A grande importância do processo de biodigestão não está somente no fato de obter-se energia alternativa a partir de resíduos orgânicos, mas na questão do saneamento rural por meio da redução da carga orgânica poluente, além da obtenção de um efluente apropriado para a fertilização do solo (PALHARES, 2004). Ainda, de acordo com este autor, o custo do tratamento dos resíduos deve ser inserido ao custo de produção da atividade, a fim de proporcionar sustentabilidade à cadeia produtiva.

“[...] compatibilizar as necessidades do homem relativas à ocupação e ao uso do solo com a capacidade de suporte do território que pretende ocupar [...]” consiste em ordenamento territorial como instrumento de gestão ambiental (ALMEIDA, 2006, p.349).

A gestão ambiental depende da vontade política e das disponibilidades sociais, econômicas e técnicas; só é realizada mediante uma abordagem integrada do planejamento, que deve ser referenciado ao espaço e não apenas a setores, e do gerenciamento dos recursos terrestres (ALMEIDA, 2006).

⁴¹ “A situação do uso de cama de aviário no Brasil está regulamentada através da Instrução Normativa Nº 15, 17 de julho de 2001 (DOU de 18-07-01) que, no 2º artigo, proíbe em todo território nacional a produção e a comercialização de CA para a alimentação de ruminantes. A fundamentação para essa proibição está na alimentação das aves com rações contendo farinhas de origem animal. Sabendo-se que pode haver desperdício de pequenas quantidades de ração contendo farinhas de origem animal, dos comedouros para a cama, que eventualmente seria usada na alimentação de bovinos, aumentando o risco da doença conhecida como BSE (vaca louca)” (BELLAYER; PALHARES, 2002, p.12).

A gestão empresarial das cooperativas inclui os seus impactos ao meio ambiente e a própria busca de ações por uma agricultura sustentável.

A Copacol, em 2004, divulgou que seria a primeira empresa brasileira do setor agroindustrial a se comprometer com os Objetivos do Milênio (ODM) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000 e que no Brasil foram denominados “8 Jeitos de Mudar o Mundo” ⁴². Na ocasião, foi criado o *Projeto DNA Copacol 1/40/5*, que contribuiu para o aumento do faturamento da cooperativa, para a recuperação de quarenta rios (plantio de matas ciliares e construção de fossas sépticas) e ao desenvolvimento de projetos sociais que envolveram mais de 5 mil crianças até o final de 2008 (COPACOL, 2009).

As cooperativas do Oeste Paranaense desenvolvem ou incentivam várias ações que objetivam a conservação do solo e da água, tais como: recolha de embalagens de agrotóxicos e de materiais recicláveis; tratamento dos efluentes de suas indústrias; recuperação das matas ciliares e sistema de plantio direto na palha.

No primeiro semestre de 2009, a Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR), por meio dos dirigentes e líderes cooperativistas, promoveu várias reuniões para tratar do Código Florestal, cujas discussões geraram o documento “Propostas para Aperfeiçoamento da Legislação Ambiental Brasileira” a ser apresentado aos parlamentares, propondo modificações na legislação ambiental. O setor cooperativista paranaense sugeriu que, aos produtores rurais, cabe a preservação e recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP) ⁴³ de suas propriedades e, a obrigatoriedade de complementar o índice de Reserva Legal ⁴⁴ para garantir um mínimo de 20% da cobertura florestal no Estado, caberia aos demais setores da sociedade por meio da Reserva Ambiental Coletiva (RAC) ⁴⁵ (COPACOL, 2009).

⁴² 1) Acabar com a fome e a miséria; 2) educação básica de qualidade para todos; 3) igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4) reduzir a mortalidade infantil; 5) melhorar a saúde das gestantes; 6) combater a Aids, a malária e outras doenças; 7) qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8) todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

⁴³ “É a área protegida por vegetação nativa dentro da propriedade rural [...] As Áreas de Preservação Permanente são compostas por vegetações ao longo dos rios, nascentes, topos de morro, encostas, restingas, bordas de tabuleiros e altitudes superiores a 1.800 metros” (OCEPAR, 2009, p.04).

⁴⁴ É a área de cobertura florestal do Estado sob responsabilidade de toda a sociedade, sendo constituída pela soma das APP e RAC, devendo compor no mínimo 20% do território Estadual (OCEPAR, 2009).

⁴⁵ “É a área de vegetação florestal, inclusive campos nativos, localizada tanto no interior quanto fora das propriedades rurais, necessária para compor o Índice de Reserva Ambiental do Estado. Quando, no interior da propriedade, não serão consideradas como RAC, as Áreas de Preservação Permanente. Por outro lado, quando fora das propriedades, serão consideradas como RAC as

Também no primeiro semestre de 2009, a C.Vale Cooperativa Agroindustrial lançou uma campanha de conscientização sobre o impacto da mudança na legislação ambiental. A cooperativa disponibilizou modelos de cartas e endereços dos deputados e senadores ⁴⁶, pedindo que todos os associados, colaboradores e a sociedade em geral enviassem a maior quantidade possível de correspondências solicitando mudanças no Código Florestal.

É uma evidência da participação e da intervenção das cooperativas agrícolas, no processo de decisão política que envolve o Código Florestal, a elaboração de documentos aos parlamentares, de propostas e sensibilização da sociedade.

A principal reivindicação dos agricultores e das cooperativas é para que não sejam obrigados a constituir os 20% da área total de suas propriedades em reserva legal, pois eles entendem que já estão obrigados a conservar as Áreas de Preservação Permanente. De imediato, para os agricultores, deixar de cultivar 20% significaria uma perda de produção e, conseqüentemente, uma diminuição da renda.

A OCEPAR entende que as áreas agricultáveis do Oeste Paranaense, neste caso, sejam “áreas consolidadas” cuja proposta de uso, conforme o documento elaborado para aperfeiçoar a legislação ambiental brasileira, é a seguinte:

Assegurar aos produtores rurais o direito de uso das áreas consolidadas, não podendo a lei retroagir em seu prejuízo, impedindo a punição daquelas que as utilizam e que, em razão de alteração, superveniente, de texto de lei, passaram a ter passivos ambientais (www.ocepar.org.br).

É importante ressaltar que um possível aperfeiçoamento do código florestal deve apoiar-se em estudos, comprovações e reflexão ética.

Neste caso, as mudanças propostas ao código florestal estão baseadas em interesses de um setor produtivo específico, para desobrigar e/ou reduzir a reserva legal e as áreas de preservação permanente, o que poderá redundar em consequências territoriais amplas, cuja repercussão corre o risco de significar um retrocesso na legislação ambiental brasileira.

O esforço político em torno do aperfeiçoamento da legislação ambiental deveria concentrar-se no combate ao desmatamento e ao modelo predatório de exploração econômica. Em contrapartida, desenvolver-se-iam estratégias para

Unidades de Conservação, públicas ou privadas, Áreas Quilombolas, além de Terras Indígenas” (OCEPAR, 2009, p.10).

⁴⁶ <http://www.cvale.com.br/mata_ciliar.html> Acesso em 07/07/2009.

revitalizar as múltiplas funções dos espaços rurais, tendo em vista que o campo, no Brasil, é vasto e heterogêneo.

É imprescindível que o desenvolvimento do campo no Brasil alcance a sustentabilidade por meio de tecnologia de produtos e de processos menos agressivos ao meio ambiente. É possível que a atividade agroindustrial seja potencializada em termos de aproveitamento racional dos recursos (naturais e humanos) e da conquista de melhores índices de produtividade.

Sem negar o mérito das ações promovidas pelas cooperativas que reconhecidamente contribuem para a conservação do solo e da água e que dinamizam as atividades agrícolas, deve-se explicitar que existem diferentes maneiras de entender a agricultura sustentável, conforme os interesses políticos e econômicos.

Muitas vezes, o incentivo à conservação dos recursos naturais é desencadeado pela atuação do poder público para assegurar, em primeiro lugar, o modelo produtivista em áreas agrícolas já consolidadas.

Segundo Hespanhol (2007, 2008), a noção de agricultura sustentável das organizações não-governamentais, concebida pela *Global Action* é diferente da noção concebida pelo agronegócio ou empresas ligadas ao padrão convencional de produção, e isto é um fato que, no contexto brasileiro, tornam desafiante e pouco expressiva a questão do desenvolvimento rural sustentável. Predominam sistemas de produção assentados nas técnicas do pacote tecnológico da revolução verde ou em sistemas de produção arcaicos e danosos ao meio ambiente, salvo raras exceções (HESPANHOL, 2007, 2008).

“Para que a agricultura sustentável concebida pela *Global Action* seja materializada, são necessárias reformulações estruturais no paradigma de desenvolvimento atualmente predominante [...]” (HESPANHOL, 2007, p.192).

Da maneira como é concebida pelas empresas vinculadas ao padrão convencional de produção ela [a agricultura sustentável] pode ser alcançada a partir do aprimoramento técnico, por meio do avanço da biotecnologia e da sofisticação dos sistemas de manejo dos recursos naturais, de maneira a garantir a sua exploração ao longo do tempo, sem maiores preocupações com a equidade social (HESPANHOL, 2008, p.90)

O caráter irreversível da industrialização da agricultura gerou conseqüências diretas sobre as possibilidades de alternativas de desenvolvimento do campo.

Apesar dos conflitos da relação entre produtores e agroindústria, da propalada subordinação da renda da terra ao capital industrial e das crises e oscilações do mercado, a avicultura é uma atividade impulsionada pelas cooperativas no Oeste Paranaense.

Mesmo diante dos limites e problemas decorrentes do modelo agrícola produtivista, tal como o da produção intensiva de frangos, em muitas áreas do Brasil, entretanto, ele constitui a base da expansão econômica do campo e da cidade.

No Brasil, a agricultura continua, sem dúvida, a ser a principal atividade do meio rural e, por conseguinte, não pode ser desprezada na análise do desenvolvimento rural. A ‘modernização agrícola’ – com seu elevado grau de mercantilização, especialização, escala e padronização das atividades produtivas – tem sido a trajetória dominante desde os anos 1970 [...] (KAGEYAMA, 2008, p.69).

Nesta trajetória, o cenário das cooperativas agroindustriais paranaenses é pujante e por isso, há quem diga: “as cooperativas são o orgulho do Paraná” ⁴⁷. Entretanto, as relações de poder e os conflitos de classe manifestam-se na crescente exigência dos agentes da cadeia produtiva da avicultura à capacitação, ao recebimento de novas informações, ao cumprimento da legislação ambiental e à incorporação de modernas técnicas de produção tanto nos aviários quanto na indústria.

De acordo com Mior (2005) as principais questões de conflito junto ao sistema de integração de produtores é a falta de autonomia na hora da compra (insumos) e venda dos produtos (frangos) e os altos investimentos em instalações.

O sistema de produção de frangos desenvolvido pelas cooperativas agroindustriais do Oeste Paranaense seguiu uma tendência, no Brasil, iniciada na década de 1950 em Santa Catarina, pela empresa Sadia, com a produção de suínos e, posteriormente, na década de 1960, com as aves, cujo sistema de contrato se baseou no modelo de integração oriundo dos Estados Unidos. Na avicultura industrial os produtores de frangos passaram a ser produtores integrados.

Apesar deste modelo de integração ocorrer em várias regiões do Brasil, algumas empresas (Sadia, Perdigão, Grupo Chapecó) passaram a investir na produção própria de sua matéria-prima em consequência de alguns motivos, verificados por Espíndola (2009): primeiro, o custo da manutenção deste sistema de integração é alto para as empresas e requer capital de giro; segundo, a produção de

⁴⁷ Este é o *slogan* da Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR).

carne de aves em nível mundial passou por melhorias qualitativas, obrigando as empresas a construir granjas com capacidade mínima de 25 mil aves até 100 mil aves; e terceiro, a dispersão de investimentos na região Centro-Oeste promoveu o surgimento de um novo tipo de produtor.

“Nesse caso, as pequenas propriedades que serviam ao sistema de integração estão fora desses projetos, em virtude da indisponibilidade de espaço físico e recursos financeiros” (ESPÍNDOLA, 2009, p.09).

Contudo, enquanto as empresas mencionadas anteriormente, em algumas regiões do Sul e do Centro-Oeste do Brasil, estão abandonando o modelo de integração de avicultores, no Oeste Paranaense trata-se de uma realidade recente que se encontra em expansão, tendo por base a implantação de abatedouros pelas empresas cooperativas.

Nesta pesquisa, é possível afirmar que o modelo de integração, implantado pelas cooperativas, significa uma estratégia para capitalizar e aumentar a produtividade dos estabelecimentos agrícolas que poderiam ser classificados, relativamente, como pequenas propriedades. A região Oeste Paranaense apresenta potencial específico para a produção de milho e soja, estrutura fundiária desconcentrada, aptidão dos agricultores e nível de organização em cooperativas. Entretanto, uma afirmativa neste sentido requer uma caracterização dos perfis destes produtores de frangos integrados às cooperativas e quais são as condições que viabilizam a avicultura nestes estabelecimentos.

No Oeste Paranaense é possível encontrar aviários instalados em estabelecimentos rurais pequenos e médios, de pequenos, médios ou grandes produtores, cuja questão maior seja o conteúdo das relações sociais e a capacidade produtiva e nem tanto o tamanho do estabelecimento.

O tamanho do estabelecimento, por si só, não é suficiente para revelar a viabilidade ou potencialidade de exploração sustentável [...] que depende da fertilidade do solo, da localização, do sistema de produção adotado, das tecnologias empregadas, do acesso aos mercados, e assim por diante (BUAINAIN *et al*, 2007, p.36).

A presença das cooperativas pode significar um diferencial capaz de amenizar a exclusão dos pequenos proprietários de terra. O cooperativismo é uma forma de defesa clássica dos agricultores. Sabe-se que o aumento do tamanho

mínimo da estrutura produtiva agrícola em condições econômicas viáveis é uma tendência da qual o Oeste Paranaense não está livre.

Neste sentido, os próximos capítulos tratam da participação cooperativista e da caracterização dos proprietários de aviários integrados às cooperativas abatedoras de frangos no Oeste Paranaense.

5. A PARTICIPAÇÃO COOPERATIVISTA DOS PRODUTORES DE FRANGOS.

Neste capítulo, trataremos da participação cooperativista dos produtores de frangos, pois a agroindustrialização das cooperativas por meio da avicultura demonstra particularidades deste segmento produtivo, como é o caso da produção integrada.

Conforme Paulilo (1990), a produção integrada é tecnicamente definida como uma forma de articulação entre empresas agroindustriais e produtores agrícolas, em que o processo de produção é organizado industrialmente, com aplicação maciça de tecnologia e capital.

Pode-se denominar produção integrada o envolvimento entre os agricultores/proprietários de aviários, responsáveis pela engorda dos frangos, e as empresas integradoras que coordenam os contratos e industrializam a produção. A integração pode ser entendida, conforme Espíndola (1999): o fornecimento de pintainhos, rações, assistência técnica e garantia de compra dos frangos pela empresa, em contrapartida, o produtor deve cumprir as orientações técnicas e receber os insumos da empresa integradora.

Os produtores integrados assumem os custos da implantação dos galpões, da instalação dos aparelhos de climatização, da mão de obra, energia elétrica, maravalha, lenha e/ou gás etc. As empresas integradoras são representadas pelos parques industriais avícolas (matrizeiros, incubatórios, fábricas de rações e abatedouros), pelos departamentos de assistência técnica e de controle da produção, verificação da conversão ração/carne e dos índices de eficiência produtiva que resultam no valor do pagamento. Os produtores são remunerados de acordo com a produtividade do lote de pintainhos ao final do ciclo produtivo, em torno de 45 dias.

A este modelo de integração, a denominação mais adequada é a de “quase-integração” (LOPES; NEVES; TROMBIN, 2007) ou contrato de parceria.

Para o produtor, a engorda de frangos com contrato de parceria é uma alternativa viável por reduzir riscos de demanda e de oscilações no fluxo de caixa. O contrato elimina os custos envolvidos em transações de mercado, como o acompanhamento e a negociação de preço, a busca de compradores e as operações de logística, aspectos razoavelmente

definidos no contrato. Ao se concentrar na atividade pecuária, o produtor se especializa e pode buscar ganhos de produtividade e qualidade para o produto final (conversão alimentar, tempo de engorda e sanidade) (NOGUEIRA, 2003, p.48).

Do ponto de vista das empresas, se diz que o sistema de integração apresenta um alto custo de manutenção porque é necessário um elevado capital de giro para o financiamento do sistema e para a compra da matéria-prima, entretanto, a integração se mostra eficiente e fundamental em relação ao fornecimento regular e padronizado e em relação aos preços relativamente baixos de matéria-prima, principalmente se existir uma estrutura regional oligopsônica em favor da agroindústria (ESPÍNDOLA, 1999).

No caso em que as empresas integradoras forem as cooperativas, os produtores integrados serão, também, associados/cooperados da empresa integradora. A produção de frangos é apenas uma entre as relações econômicas com as quais os associados podem participar de sua cooperativa.

As relações econômicas entre os cooperados e a sua empresa são então caracterizadas como *ato cooperativo*, e não como *ato comercial*. Ainda, as sociedades cooperativas são caracterizadas como sociedades de pessoas, nas quais há a agregação inicial do fator de produção trabalho (nas assembléias gerais cada associado tem direito a um único voto), utilizando posteriormente o fator de produção capital, diferentemente das sociedades de capital, que são caracterizadas pela agregação inicial do fator de produção capital (nas assembléias gerais o voto é proporcional ao capital de cada investidor).

Portanto, nas sociedades cooperativas, o cooperado assume, ao mesmo tempo, as funções de usuário da empresa e seu proprietário ou gestor, transferindo funções da sua economia individual para a empresa cooperativada (BIALOSKORKI NETO, 2006, p.38).

As cinco cooperativas agroindústrias do Oeste Paranaense recebem, armazenam e comercializam principalmente grãos e industrializam matérias-primas. No Quadro 07, observam-se os produtos recebidos e as indústrias de cada uma das cooperativas, a fim de comparação. Para a prestação de serviços, também faz parte da infra-estrutura das cooperativas: supermercados, lojas de peças e máquinas, postos de combustível e aviação agrícola.

Os produtos em comum recebidos pelas cinco cooperativas são: soja, trigo, milho, leite, suínos e frangos. Diferenciam-se entre os produtos recebidos: o café e os peixes, da Copacol e os vegetais e ovos, da Lar. A industrialização do leite e dos

suínos é realizada pela cooperativa central Frimesa, exceto a Coopavel, que possui unidades industriais próprias para tais matérias-primas; o trigo é processado por outra cooperativa central, a Cotriguaçu. Além de receber produtos dos seus associados, as cooperativas também recebem de terceiros.

Quadro 07 – Os produtos recebidos e a agroindustrialização das cooperativas do Oeste Paranaense.

COOPERATIVAS	Produtos recebidos	Indústrias
COPACOL	Frangos, Suínos, Peixes, Leite, Soja, Milho, Trigo e Café.	Complexo Industrial Avícola, Frigorífico de Peixes e Unidade Produtora de Leitões, Beneficiadora de café.
COOPAVEL	Frangos, Suínos, Bovinos, Leite, Soja, Milho e Trigo.	Complexo Industrial Avícola, Frigorífico de Suínos, Frigorífico de Bovinos, Fábrica de Rações, Fábrica de Fertilizantes, Beneficiamento de Sementes, Indústria de Laticínios, Indústria de Óleos, Unidade Produtora de Leitões.
COPAGRIL	Frangos, Suínos, Leite, Soja, Milho e Trigo.	Frigorífico de Frangos, Fábrica de Rações.
C. VALE	Frangos, Suínos, Leite, Soja, Milho, Trigo e Mandioca.	Complexo Industrial Avícola, Fábrica de Amido de Mandioca, Unidade Produtora de Leitões.
LAR	Frangos, Suínos, Ovos, Leite, Soja, Milho, Trigo, Mandioca e Vegetais (milho doce, mandioca de mesa, etc.).	Complexo Industrial Avícola, Indústria de farelo e óleo de soja, Indústria de Beneficiamento de Sementes, Fábrica de Fécula e Amido de Mandioca, Indústria de Empacotados (arroz e alimentos para pássaros), Fábrica de Vegetais Congelados, Fábrica de Rações, Unidade Produtora de Leitões.

FONTE: Relatórios das cooperativas. Org. da autora.

A estruturação de parques industriais para beneficiar e industrializar grãos e outras matérias-primas, produzidas ou não pelos associados, segundo Serra (2008), representa a fase da industrialização das cooperativas e sua inserção ao Complexo Agroindustrial, cuja evolução passou a depender menos da representatividade e fidelidade do quadro associativo.

Na medida em que o parque industrial foi sendo estruturado e diante do risco de não ter matérias-primas em suficiência para manter as unidades de transformação em funcionamento constante, a cooperativa passou a trabalhar com terceiros e também com produtores integrados, comportamento que, se de um lado lhe garantiu o suprimento de matérias-primas, de outro lado contribuiu para minimizar a importância do associado perante sua estrutura de funcionamento (SERRA, 2008, p.07).

Os produtores de frangos integrados às cooperativas do Oeste Paranaense representam uma minoria em relação ao número de associados, de acordo com o Quadro 08.

Quadro 08 – Número total de associados e de produtores de frangos das cooperativas abatedoras do Oeste Paranaense.

COOPERATIVAS	Número de associados	Número de produtores de frangos
COPACOL	4.362	861
COOPAVEL	3.000	318
COPAGRIL	3.803	215
C. VALE	8.192	372
LAR	8.344	411

*Incluídos os produtores de frangos.

FONTE: Relatórios das cooperativas. Org. da autora.

Ser associado, nessas cinco cooperativas, é um requisito para aqueles que querem ser produtores integrados de frangos, diferentemente daqueles que entregam grãos e/ou compram insumos (sementes, fertilizantes), por exemplo, no caso de terceiros.

O maior número de associados da C. Vale e da Lar se deve a maior área de abrangência destas cooperativas. A C. Vale possui unidades ou entrepostos em nove municípios do Oeste e Noroeste do Paraná, em sete do Mato Grosso, em oito do Mato Grosso do Sul e em três municípios de Santa Catarina e no Paraguai. Da mesma forma, a cooperativa Lar também possui área de atuação em Santa Catarina, no Mato Grosso do Sul e no Paraguai, apesar de no Paraná estar a maioria dos associados das cooperativas.

Segundo Bialoskorski Neto (2006), o número de associados de uma cooperativa é uma variável importante quando se faz referência à participação cooperativista, pois, caso haja crescimento do número de associados - freqüentemente por conta do crescimento econômico da cooperativa - haverá consequências na participação social dos membros e nos custos de governança corporativa.

[...] quanto maior a área geográfica de atuação maior é o número de associados e mais difícil para a organização cooperativa incentivar a participação, também mais difícil para o associado participar, até mesmo pelos custos individuais de deslocamento [...].

[...]

Como exemplo, em uma cooperativa com 20 associados, o voto relativo de cada um deles apresenta 1/20 de poder de decisão, podendo haver uma maior expressão nas assembleias gerais, mas em uma cooperativa com 1.000 associados, cada voto apresenta 1/1.000 de poder de decisão e uma probabilidade de menor expressão em uma assembleia geral (BIALOSKORSKI NETO, 2006, p.152-153).

Neste raciocínio, hipoteticamente, ao separar o grupo de associados produtores de frangos, o poder de decisão do voto individual destes é relativamente mais representativo em comparação ao voto individual do grupo geral de associados, ou seja, no caso da Copacol: 1/ 861 é o poder de decisão de um associado produtor de frangos que, ao mesmo tempo, se considerado no grupo geral, será de 1/ 4.362.

O voto de cada um dos associados, independente do tipo de relação econômica, deve ter o mesmo poder de expressão, mesmo que a avicultura assuma maior importância diante dos outros segmentos nos quais a cooperativa atua. De acordo com os dirigentes das cooperativas entrevistados⁴⁸, a avicultura representa um complemento aos demais segmentos, portanto, ela é tão importante quanto os outros.

Com mais detalhes, o dirigente da C. Vale respondeu que a avicultura está alcançando a importância da soja em termos de faturamento, isto é, com base no ano de 2007, a soja gerou 26,95% do faturamento de R\$ 1,4 bilhão, e o frango respondeu por 23,04%, cuja tendência será crescer esse percentual na medida em que o abate for ampliado.

A cooperativa Lar, de acordo com o relatório e balanço social e patrimonial referente ao ano de 2008, também atingiu R\$ 1,4 bilhão de faturamento, cujo maior percentual correspondeu ao complexo da soja (31,9%), em seguida os insumos (20,02%) e em terceiro lugar o complexo de carnes, que gerou 16,8% do faturamento total da cooperativa, em 2008.

Neste sentido, quanto à participação dos associados, Araújo (1982), considera que:

Existem diferenças apontadas pelo maior ou menor volume de produção, pela valorização maior ou menor da atividade agrícola a que se dedicam, pela propriedade de grandes ou pequenas porções de terra, pela forma como eles se introduzem e vivenciam a

⁴⁸ Foi formulada a seguinte questão: entre outros segmentos que a cooperativa atua, pode-se dizer que a avicultura é o mais importante? Por quê?

instituição cooperativa, pelo modo como eles se identificam no processo de produção (ARAÚJO, 1982, p.215).

Os associados são os produtores de frangos, que, portanto, já possuem as orientações da produção, os direitos e os deveres das partes fixados no contrato de parceria. Para estes, as oscilações de viabilidade em termos de custos e preços, por exemplo, extrapolam o nível de decisão das assembleias gerais ou, dizem respeito, ao âmbito específico do proprietário de aviário, às condições e vulnerabilidades internas do próprio estabelecimento produtivo ou de sua unidade familiar, que interferem no rendimento.

Quanto à participação nas assembleias, entre os 86 produtores de frangos pesquisados, as respostas chegaram ao resultado seguinte: 64 afirmaram que participam, 12 produtores disseram que às vezes participam e 10 produtores responderam que não comparecem às assembleias gerais das cooperativas.

Os principais motivos da não participação, conforme os relatos são: porque a cooperativa é longe; impossibilidade de se ausentar do trabalho; não tem motivação para participar, pois está tudo decidido, só vão para ouvir.

Por exemplo, o motivo do não comparecimento às assembleias, de acordo com um avicultor entrevistado:

“[...] porque está tudo mastigado, é só ir lá e escutar, não adianta a gente participar. Na cooperativa, se quiser falar alguma coisa tem que participar dos comitês educativos e, daí, já tem a ‘panela’ deles, ninguém põe mais nada. Então, não adianta participar porque você só fica se bobeando lá. Já falei: não participo e pronto” (E30).

A maioria dos produtores pesquisados, que responderam sim, comparece às assembleias pelos seguintes motivos: obter informações sobre a situação financeira da empresa, sobre as perspectivas de negócios e investimentos; porque sente necessidade de se manter atualizado.

Segundo o SESCOOP (2009), a Assembleia Geral é a reunião anual dos associados das cooperativas; é o órgão supremo da entidade; é o local e o momento para escutar informações, aprovar projetos, aprovar a distribuição das sobras e eleger os Conselhos Administrativo e Fiscal, entre outras comissões. É comum a realização de pré-assembleias em cada unidade da cooperativa, que são reuniões preparatórias antes da Assembleia Geral. Aí entra a função dos Comitês Educativos que são órgãos consultivos assessores do conselho administrativo, formados por associados líderes, na sede da cooperativa e em cada uma das unidades.

Os objetivos dos comitês são: incentivar a participação dos associados, informar sobre serviços oferecidos pelas cooperativas e sobre as diretrizes e decisões dos dirigentes (SESCOOP, 2009), ou seja, os associados recebem as orientações sobre quais serão as decisões tratadas na Assembleia Geral e, com antecedência, tem a oportunidade de formular discussões que serão repassadas, pelos líderes, ao Conselho de Administração.

Entre os produtores de frangos pesquisados, alguns são membros dos comitês educativos e, entre estes, se destacou trechos de respostas que demonstram as diversas opiniões quanto às decisões da cooperativa, à participação em assembleias e se estão favoráveis ou contrários:

“É... Sempre têm uns ‘contrinha’... Sempre vai ter alguma coisa que você não concorda, mas quem decide é a maioria” (E3).

Outro produtor comentou:

“Faço até parte do comitê... Isso é uma organização que não manda nada, não faz parte de diretoria, não é nada, só participa ativamente” (E29).

No mesmo sentido, um produtor que não é membro de comitê, disse:

“Eu não gosto muito de participar de discussões lá dentro da cooperativa, já me convidaram, mas eu não quis. Sou contra a instalação de associação que se refere a discutir problemas do frango... Eu tenho acesso ao técnico, ao responsável do setor e se for preciso todo produtor de frango tem acesso à presidência se houver necessidade de discutir problema do frango” (E8).

Outro avicultor comentou não ter faltado nenhuma assembleia:

“Até hoje acho que não faltei nenhuma (...). Como associado é obrigação do associado participar das assembleias, então, eu acho que a cooperativa é nossa, se não vamos participar das assembleias estamos fugindo do nosso direito de levar reivindicação. É, hoje, se não fosse a cooperativa seria pior, talvez, é um mal necessário, às vezes tem coisa que a gente critica, mas se não fosse a cooperativa seria pior, então, eu acho que a cooperativa veio em boa hora” (E2).

Ao dar opinião quanto às decisões que são tomadas nas Assembleias Gerais, uma proprietária que não está totalmente de acordo com a cooperativa, comentou sobre a criação de uma associação por parte de um grupo de avicultores:

“Muitas decisões não, até está tendo uma associação pra discutir sobre o frango, pra melhorar, pra ver se eles conseguem (...) tipo assim, quando é pra instalar alguma coisa no aviário, se consegue

mais em conta, porque a cooperativa não fica ligando pra essas coisas. Então, foi montada uma equipe e está tendo a cada mês reuniões pra ver se vai dar certo, esta associação” (E5).

O fato de estar satisfeito ou insatisfeito com as negociações executadas pelos conselhos de administração das cooperativas é uma evidência das relações de poder e da força de onde emanam as decisões. Também depende do modo individual de entender a cooperativa, conforme estes entrevistados:

“Eu estou de acordo sim, acho que a cooperativa está no rumo certo, no meu modo de ver” (E19).

“A cooperativa deveria dar mais condições para o agricultor crescer. Muitas vezes, a própria lavoura, vai ficando de ano pra outro as dívidas, vai renovando dívida. Eu acho que, com o potencial que a cooperativa tem hoje, ela teria como aliviar essas coisas, não dar de graça na hora de comprar os insumos, mas, na hora da venda, valorizar mais os produtos dos associados. Eu vejo dessa forma, precisaria não pensar mais como uma empresa e olhar mais para o associado que foi quem começou, deveria fortalecer mais o cooperativismo” (E13).

Além da participação nas assembleias foi questionado se freqüentam outros eventos, cursos ou treinamentos promovidos pelas cooperativas. Entre os produtores pesquisados, 27 responderam que não e 59 responderam que sim e informaram que o próprio produtor ou alguém de sua família já freqüentou algum curso promovido por meio da cooperativa, tais como de: computação; regulação de máquinas, pulverização; administração rural; qualidade total; oratória, artesanato, culinária, etiqueta, além dos tradicionais dias de campo e eventos esportivos (mini-olimpíadas).

[...] a cooperativa é uma instituição que promove a participação e a aproximação entre os produtores rurais. Esta aproximação fortalece os laços horizontais entre os cooperados em um mesmo local, acontecendo nesta ocasião a troca de informações. A participação em cursos e treinamentos fortalece também os laços verticais, possibilitando assim que os cooperados adquiram novos conhecimentos sobre a sua atividade (SALANEK FILHO, 2007, p.130).

De acordo com as observações durante os trabalhos de campo é perceptível que o nível de satisfação dos associados com a cooperativa depende da própria satisfação com a atividade agrícola que desenvolve e se relaciona às condições e à realidade pela qual estão passando. Os associados reconhecem as funções da cooperativa, mas, no fundo, sabem que os seus problemas não passam por

soluções simples. São comuns os produtores que reclamam do governo, da política, da economia e das leis.

Qualquer organização cooperativista, por definição, é indissociável do seu quadro de associados. Segundo Bialoskorski Neto (2006), do ponto de vista econômico, as cooperativas não possuem uma independência autônoma e independente dos seus membros e devem servir às necessidades das economias particulares dos associados, entretanto, existem problemas de participação quando a gestão administrativa é profissionalizada, quando se prioriza a eficiência econômica, julgando demandas sociais que poderiam causar ineficiência para a cooperativa.

O foco econômico implica em cooperativas com grande poder de mercado, e que para ganhar em competitividade tem na estratégia de crescimento a sua principal característica. Essa estratégia pode garantir eficiência econômica e de escala e escopo, mas induz ao crescimento do número de cooperados.

É comum haver cooperativas que apresentam um número grande de associados, assim, os problemas de fluxo de informação e de participação são relevantes e a organização poderá estar isolada da realidade dos membros, bem como os membros também isolados da cooperativa e da realidade da administração (BIALOSKORSKI NETO, 2006, p.198-199).

Em termos de implantação de parques industriais, Serra (2008) demonstrou que não existe uma relação direta entre o crescimento da cooperativa e a participação dos associados ao levar em consideração que: dificilmente uma cooperativa capta recursos diretamente entre os associados para custear investimentos.

Isto significa que a consolidação do parque industrial e da própria cooperativa como empresa não dependeu da expropriação direta dos produtores associados, tendo relação maior com benefícios carreados pelo Estado através de financiamentos subsidiados e com o grau de eficiência da diretoria na condução de uma política de investimentos (SERRA, 2008, p.08).

A fonte de recursos para a implantação dos complexos industriais avícolas, segundo as cooperativas pesquisadas, foram financiamentos obtidos nas seguintes instituições financeiras: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul (BRDE), Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de complemento com recursos próprios, em alguns casos.

Destaca-se que o BRDE é um importante parceiro das cooperativas agrícolas paranaenses a partir da década de 1970, primeiramente com investimentos em armazenagem e nas décadas seguintes em agroindústrias. Entre 2001 e 2009, cerca de R\$ 6 bilhões investidos pelas cooperativas do Paraná foram repassados por meio do BRDE (OCEPAR/SESCOOP-PR, 2010).

Em junho de 2010, a Ocepar informou sobre um contrato, no valor de R\$ 407 milhões, assinado entre o BRDE e dezoito cooperativas paranaenses, incluídas as cinco cooperativas abatedoras de frangos pesquisadas ⁴⁹. O montante será destinado para: capital de giro das empresas, melhoria da infra-estrutura e expansão das agroindústrias. Trata-se de recursos do BNDES repassados por meio de linhas oficiais do governo federal: o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) e Programa de Capitalização das cooperativas de produção agropecuária (Procap-Agro) (OCEPAR/SESCOOP-PR, 2010).⁵⁰ Segundo informações da Ocepar (OCEPAR/SESCOOP-PR, 2010), a cooperativa Lar e a Copacol receberam os maiores repasses: a Lar recebeu R\$ 63,5 milhões que serão investidos na ampliação do abate de frangos e da produção de ração, também investirá em plantio de eucaliptos; a Copacol contratou R\$ 54,5 milhões que serão aplicados na construção de uma fábrica de óleo e farelo de soja, que começará a operar em 2012.

[...] a utilização do parque industrial, adquirido em nome dos associados, para a transformação de matérias-primas entregues por terceiros (agricultores não-associados), bem como sua locação para outras empresas, em momentos de ociosidade das máquinas, são situações que geram agregações de valores em benefício apenas da cooperativa, mas não de seus associados, considerando que não foi deles ou não saiu de suas propriedades a mercadoria transformada. Ora, não havendo a expropriação direta e também não havendo a utilização exclusiva dos equipamentos em função dos produtores filiados ou de suas mercadorias agrícolas, em parte deixa de haver a esperada sintonia entre o desempenho da cooperativa e o repasse de seus benefícios, na forma monetária, para o corpo associativo, embora, pelo menos teoricamente, esses sejam os verdadeiros donos da empresa (SERRA, 2008, p.09).

⁴⁹ As cooperativas beneficiadas são: Castrolanda, Capal, Agrária, Cocamar, Integrada, Confepar, C.Vale, Coopavel, Copagril, Copacol, Lar, Frimesa, Cotriguaçu, Tradição, Coamo, Coasul, Batavo e Cocari.

⁵⁰ O Prodecoop tem prazo de doze anos, dois anos de carência e juros de 6,75% ao ano e o Procap-Agro tem prazo de seis anos, dois anos de carência e juros de 6,75% ao ano.

Para Bialoskorki Neto (2006), é um problema o fato de os resultados da cooperativa beneficiar, também, membros não associados, pois, “[...] se percebido por outros agentes, não produz incentivos à participação na cooperativa, já que a participação gera custos de participação, e os benefícios são públicos e comuns” (BIALOSKORSKI NETO, 2006, p. 56).

Esses problemas ocorrem por consequência da não-definição precisa de direitos de propriedade na organização, uma vez que os usuários são ao mesmo tempo proprietários, e os direitos sobre o resíduo das operações não são definidos claramente, dependem de decisão, não são transferíveis e, portanto, também não sofrem valorização. [...]

Esse problema de definição é consequência de direitos igualitários à decisão na organização, que se diluem no processo de crescimento econômico, portanto, não há de modo transparente o direito sobre a propriedade, como também sobre as decisões desta organização, bem como o direito sobre os resultados oriundos desta (BIALOSKORSKI NETO, 2006, p.57).

Salanek Filho (2007), em seu estudo sobre os associados da Copacol, concluiu que o principal motivo da entrada dos produtores na cooperativa é o aspecto econômico, tendo como fator principal a facilidade para comercializar a produção. “Enquanto lhe for conveniente no aspecto econômico e a cooperativa defender os interesses do seu grupo de associados, existirá o interesse individual, o qual proporcionará o ganho coletivo” (SALANEK FILHO, 2007, p.145).

O cooperativismo, como pensamento reproduzido pela sociedade, pode gerar práticas diferenciadas. Muitas vezes, o incentivo à competitividade e a pouca compreensão sobre a teoria (o cooperativismo) e a prática (a cooperativa), somadas à falta de educação para uma gestão cooperativista, induzem ao comportamento passivo dos associados ou ao comportamento de ganho individual em detrimento do ganho coletivo, o que poderia desestimular o fortalecimento deste modelo de associação de agricultores.

Sobre as relações de proximidade entre os associados e a participação cooperativista, Magalhães (2009), em seu estudo sobre as cooperativas dos produtores familiares de leite da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul, constatou que uma maior participação se deve ao formato organizacional das cooperativas, pois atuam exclusivamente no processo de organização dos produtores, na negociação com parceiros regionais, na discussão sobre preços,

produção e transporte. “As cooperativas possuem uma organização descentralizada cuja principal função é manter uma relação contínua e estreita com os associados” (MAGALHÃES, 2009, p. 272). Diferentemente são as prioridades e o formato organizacional das cooperativas que possuem estrutura de comercialização e industrialização, cujas conseqüências recaem sobre o nível de participação dos associados.

A avicultura de abate é uma atividade em potencial crescimento no Oeste Paranaense, seja pelas condições regionais favoráveis, mas, principalmente, pela função que as cooperativas desenvolvem ao optar pela implantação de parques industriais neste segmento produtivo, direcionando os tipos de cultivos de maneira que os associados possam participar do crescimento da cooperativa e usufruir os seus benefícios.

O apoio dos associados para o crescimento da cooperativa é fundamental do ponto de vista que: são os associados que fomentam a produção que será processada nos parques industriais. O interesse do agricultor na avicultura se sobressaiu nesta fala:

“Além da agricultura, a gente vê que é uma diversificação que tem que se fortificar aqui na nossa região, porque a gente como associado da C. Vale, ela investiu bastante e parece que a gente também tem que fazer essa parte da produção” (E13).

Os associados diretamente beneficiados pela implantação de complexos industriais avícolas, se supõe, são os integrados à produção de frangos, além dos produtores de soja e milho, matérias-primas com as quais são fabricadas as rações.

Existem razões que convencem os associados a se integrarem à produção de frangos, logicamente. O principal motivo é o interesse em aumentar a rentabilidade, melhorar a condição econômica e, para isto, a empresa integradora necessariamente não precisaria ser uma cooperativa. A conquista, pela cooperativa, da imagem de uma empresa sólida também os motiva, assim como o fato de os próprios presidentes das cooperativas e membros da diretoria possuir aviários, ou seja, se também investiram aqueles que detêm a gestão

administrativa da cooperativa, se confia que haverá comprometimento com a atividade.

[...] o elemento rendimento é muito importante, mas o aspecto da segurança é fundamental. Os investimentos elevados que as culturas exigem, os riscos constantes, a incerteza dos preços são profundamente preocupantes. O integrado não está totalmente livre disso, no entanto os riscos na integração são menores. Por isso, a empresa integradora se utiliza fundamentalmente desse elemento na criação de relações complexas e de poder (TEDESCO, 2001, p.144).

Sobre isto, destacamos a opinião emitida por um proprietário de aviários:

“A segurança nossa, do produtor, está alicerçada também na garantia de renda, porque os próprios presidentes, diretores da cooperativa são proprietários de aviários. Quer dizer, se nós temos a segurança de ser uma empresa sólida, nós temos mais a segurança de que os próprios diretores são produtores. O presidente, vice-presidente, secretário e outros diretores que exercem funções importantes lá dentro têm aviários. Então pra nós isso é uma segurança dupla” (E8).

A partir deste comentário é possível deduzir que os avicultores compõem uma camada privilegiada do quadro de associados.

Os diversos produtores são iguais enquanto categoria de associados à cooperativa e integrados à produção de frangos, no entanto, perante a condução administrativa, seu posicionamento como diretoria ou a maior quantidade de produção entregue à cooperativa, diferencia-os na participação cooperativista e no nível de dependência e subordinação que lhe é imposto.

Os produtores interessados em se integrarem às cooperativas construindo aviário(s) precisam ser associados e ter disponibilidade financeira para realizarem os investimentos necessários. No Quadro 9 são apresentados os modelos e custos de implantação dos aviários, segundo informação da C.Vale, com base no ano de 2006.

Na maioria, a fonte do montante necessário para a construção de aviários é o crédito bancário. Como se verificou entre os produtores pesquisados, setenta e oito proprietários de aviários, ou seja 90% do total, afirmaram que os recursos foram financiados, mediante hipoteca, para assegurar a dívida e com prazo de pagamento, geralmente, de oito anos.

Quadro 9 - Modelos e custos para construção de aviários em 2006.

MODELO	Capacidade (frangos)	Custo (R\$)
Climatizado	30.500	320.000,00
Climatizado	24.000	270.000,00
Semi-climatizado	21.000	206.000,00
Semi-climatizado	16.500	170.000,00
Convencional	16.500	130.000,00
Convencional	13.500	106.000,00
Convencional	10.000	82.000,00
Convencional	7.000	62.000,00

Fonte: Imprensa C.Vale, 2006.

Até o período das entrevistas, vinte e sete produtores, que corresponde a 31%, responderam ter findado o pagamento de qualquer dívida vinculada aos aviários. Quase todos utilizam o prazo máximo, mas há relatos de produtores que venderam algum imóvel para quitar a dívida antes do vencimento e evitar juros. Ocorre, também, que proprietários de aviários mais antigos possuem financiamentos vigentes não em relação à construção dos galpões, mas referentes a alguma reforma e/ou instalação de aparelhos novos. O questionamento que foi feito aos proprietários de aviário, sobre financiamento, englobou qualquer financiamento, seja de 100% do investimento, valor parcial ou para reformas posteriores.

O início e a manutenção dos produtores nesta atividade são dependentes do acesso ao crédito e este impõe condições mínimas de endividamento. Por exemplo, um produtor que faz um empréstimo de R\$ 320 mil (custo do aviário) deve ter à disposição 150% deste valor como garantias.

Historicamente, as negociações quanto ao preço do alqueire de terra, na região oeste do Paraná, são proporcionais ao preço da saca de soja (60 kg), que varia em torno de 1.500 sacas por alqueire, nas áreas mais valorizadas. Considerando a cotação de R\$ 50,00 para uma saca de soja, um alqueire de terra estaria valendo R\$ 75 mil, ou seja, o produtor deveria dispor, no mínimo, de seis

alqueires de terra para garantir 150% do valor do empréstimo (R\$ 480 mil), imaginando que a sua propriedade se localize nas áreas mais valorizadas.⁵¹

Portanto, a propriedade de terra como um bem fixo, é um fator seletivo para a participação dos associados que objetivam produzir frangos para as cooperativas e que dependem do acesso ao crédito bancário.

A composição fundiária do quadro geral dos associados das cooperativas é verificada nos gráficos 13, 14, 15 e 16, com base em dados obtidos nos relatórios e balanços sociais, divulgados pelas cooperativas, em seus materiais institucionais.⁵²

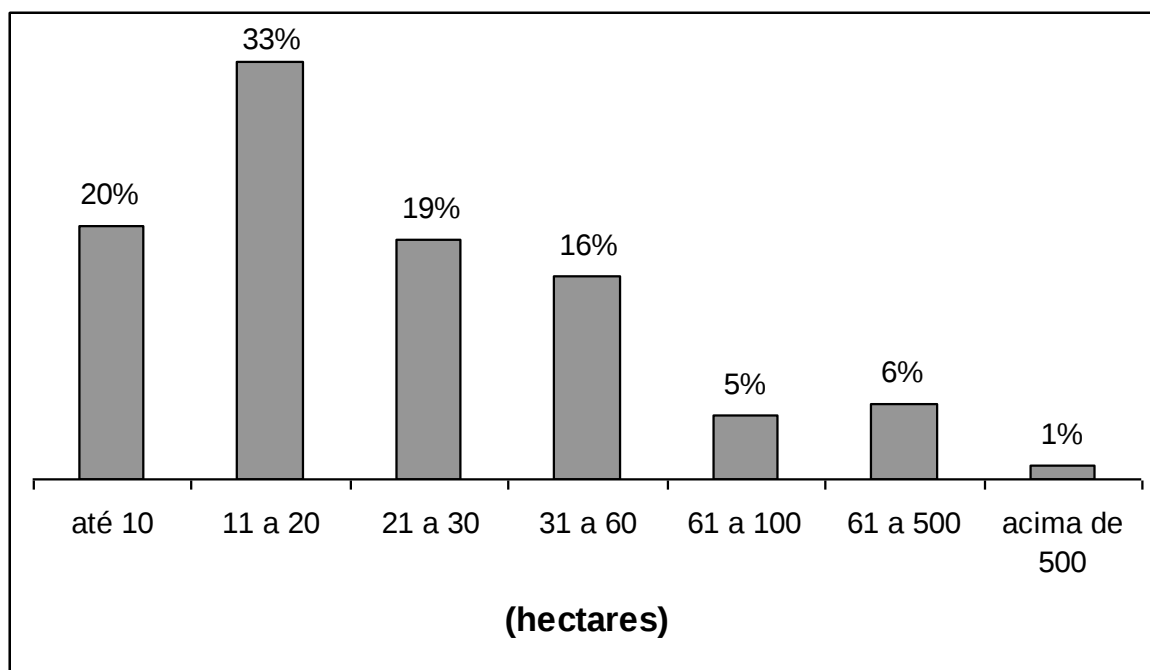


Gráfico 13 – Composição fundiária dos associados da Cooperativa Lar (2007).

FONTE: LAR, Relatório Anual, 2007, p.12.

⁵¹ O preço de um alqueire de terra, no oeste do Paraná, varia entre 1.000 e 1.500 sacas de soja, conforme a localização e características do solo. Em relação à unidade de medida, 06 alqueires (paulista) equivalem a 14,52 hectares.

⁵² Estão incluídos nas estatísticas fornecidas pelas cooperativas, os associados de toda a área de abrangência das cooperativas, exceto a C.Vale, cuja composição fundiária se refere apenas aos associados do Paraná. No caso da Lar e da Copagrill, que também possuem áreas de abrangência além do Estado do Paraná e da área de integração de aviários, está incluído o quadro total de associados. A Copacol possui associados apenas no Paraná e a Coopavel não disponibilizou a informação.

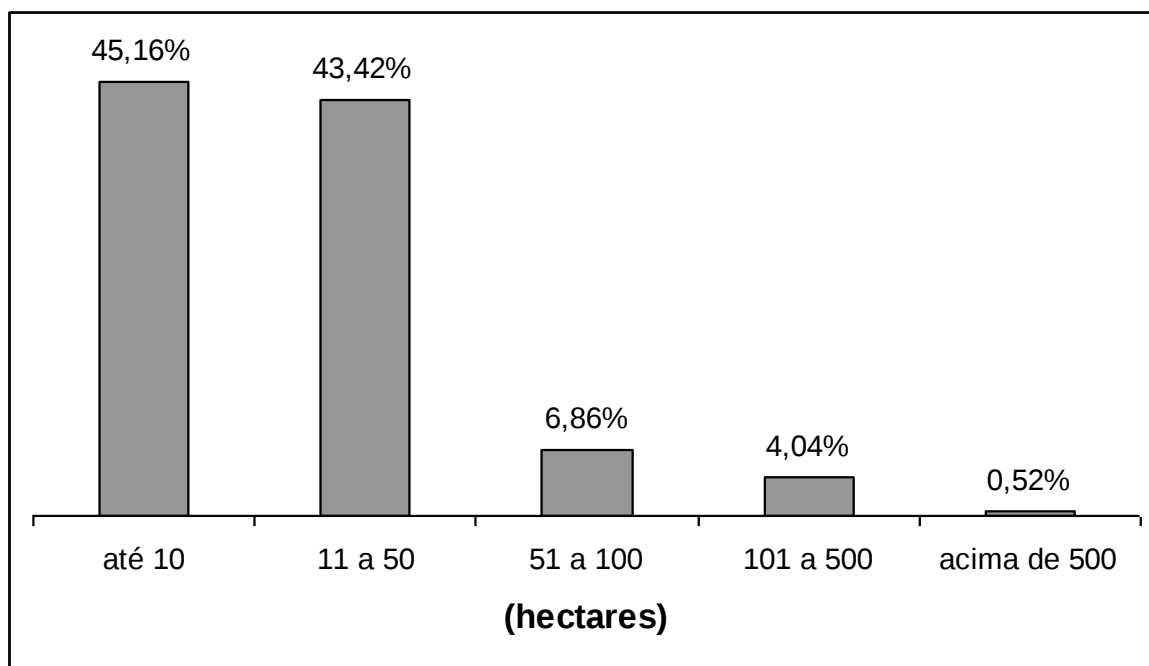


Gráfico 14 – Composição fundiária dos associados da Copacol (2006).

FONTE: COPACOL, Balanço Social, 2006, p.22.

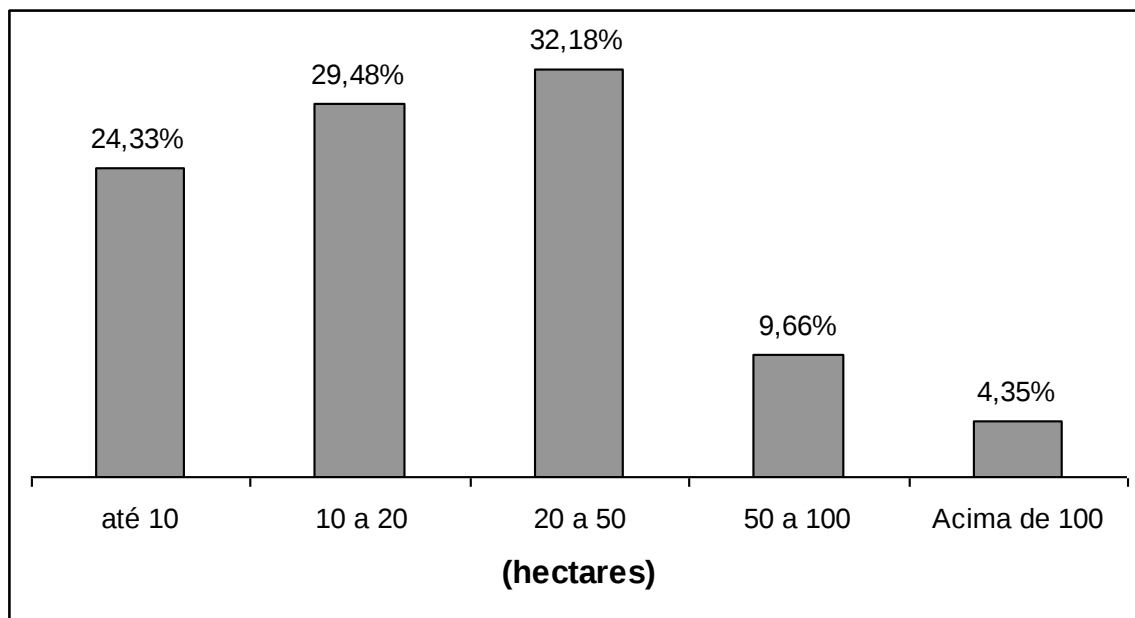


Gráfico 15 – Composição fundiária dos associados da Copagrill (2007).

FONTE: COPAGRIL, Relatório Anual, 2007, p.11.

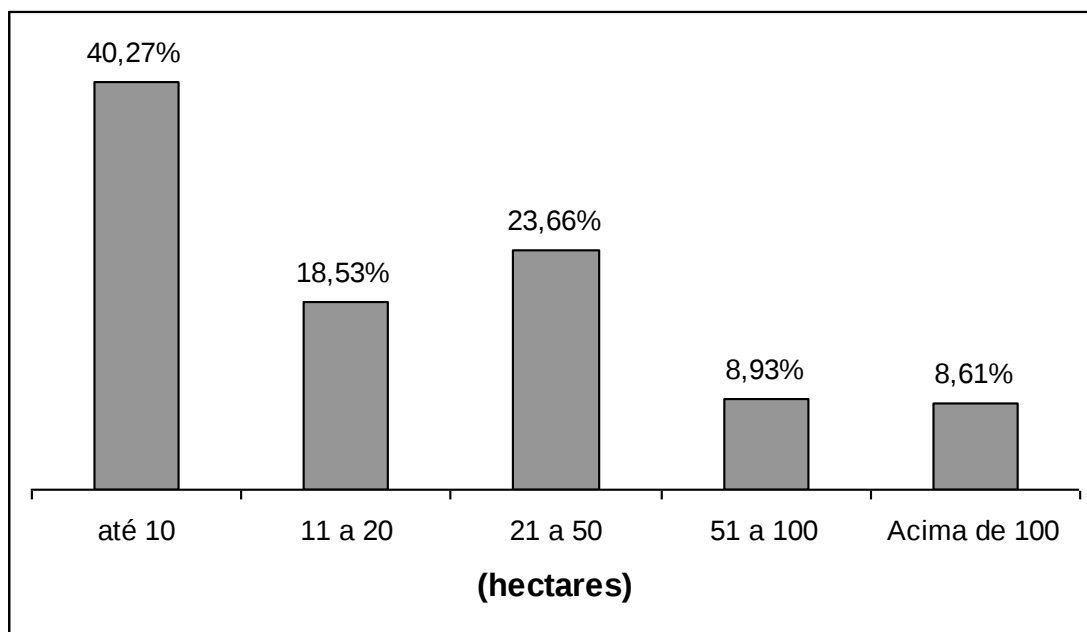


Gráfico 16 – Composição fundiário dos associados da C.Vale, no Paraná (2006).

FONTE: Imprensa C.Vale, 2006.

Verifica-se que a maioria dos associados das cooperativas se posiciona nos estratos abaixo de 50 hectares, e o percentual de associados que possuem até 10 hectares também é representativo.

A partir do exemplo citado anteriormente, sobre a capacidade de endividamento, em relação ao custo do aviário e à propriedade dos produtores, é possível supor uma maior dificuldade de investimento para os associados com menos de 10 hectares. Tal suposição pode ser discutível de acordo com as condições do empréstimo e da função das cooperativas como facilitadora do acesso ao crédito, seja concedendo aval aos associados, recebendo como garantia a penhora da produção ou por meio de consultoria à elaboração de projetos e orçamentos.

O Banco do Brasil disponibiliza um convênio para empresas integradoras que industrializam, beneficiam ou comercializam produtos agropecuários, é o Convir (Convênio de Integração Rural). O Banco do Brasil financia despesas de custeio e investimento para produtores integrados a essas empresas (agroindústrias, cooperativas de produção agropecuária, *tradings*) por meio das linhas de crédito

rural. São beneficiários, os produtores que atendam às exigências para operar com o banco e também às exigências da empresa integradora.⁵³

Recursos financeiros provenientes do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul (BRDE) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) são captados pelas cooperativas do oeste do Paraná, tanto para a implantação de abatedouros como para a construção de aviários pelos produtores, por meio de linhas de crédito específicas com juros mais baixos e maiores prazos.

Por exemplo, uma linha de financiamento do BRDE, ofertada durante a feira anual agropecuária da Coopavel (Show Rural 2010), conforme a notícia: “BRDE traz ao Show Rural o juro de financiamento mais baixo do mercado”, veiculada no “Informe Diário da Ocepar”, no dia 12 de fevereiro de 2010:

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul (BRDE) está trazendo para esta edição do Show Rural financiamentos com uma taxa de juros fixa anual de 4,5% destinada à aquisição de máquinas e equipamentos novos e de fabricação nacional para uso no campo, inclusive para aviários. Este tipo de financiamento conta com recursos do BNDES dentro do Programa de Sustentação do Investimento (PSI). [...] Esta linha de crédito foi criada no ano passado, no auge da crise econômica, para oferecer recursos com baixos custos aos empresários e produtores rurais. O Ministério da Fazenda anunciou, inclusive, que a linha somente será ofertada até o final do primeiro semestre de 2010, uma vez que os efeitos da crise estão se diluindo (OCEPAR; SESCOOP-PR, 2010).

A avicultura industrial de abate, assim como outros segmentos do agronegócio, exemplifica a concentração de benefícios provenientes do crédito rural no Brasil. Pois, dado o alto índice de produtores, no Oeste Paranaense, que aderiram ao financiamento para a produção de frangos, se verifica o caráter seletivo e setorial das políticas públicas destinadas à agricultura e ao campo.

Apesar de boa parte dos países da América do Sul não contarem com um sistema de parceria tão difundido como no Brasil, é perceptível que o crescimento potencial da indústria de carne de frango nos mais diferentes países possibilitou o surgimento de empresários rurais capitalizados ligados ao setor. [...] Em todos os países investigados [da América do Sul], verifica-se a presença de associações de produtores que exercem pressões sobre o governo para a implantação de políticas em defesa da avicultura (ESPÍNDOLA, 2009, p.16).

⁵³ Informações obtidas no site do Banco do Brasil. <<http://www.bb.com.br/portalbb/>> Acesso em 12/08/2009.

São exemplos destas associações, para defender interesses setoriais, no Brasil e no Paraná: União Brasileira de Avicultura (UBA); Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Carne de Frango (ABEF); Associação Brasileira dos Produtores de Pinto de Corte (APINCO); Associação Nacional dos Fabricantes de Equipamentos para Aves e Suínos (ANFEAS); Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná (SINDIAVIPAR); Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná (AAVIOPAR) etc.

Destaca-se o fato de empresários ligados ao setor avícola assumirem cargos políticos, por exemplo, no caso do Paraná, os parlamentares: deputado estadual Elio Lino Rusch (DEM), que possui aviários integrados à Copagril, no município de Marechal Cândido Rondon; deputado federal Alfredo Kaefer (PSDB), que compõe a sociedade da empresa familiar Kaefer Agroindustrial, controladora da marca Globoaves, de Cascavel.⁵⁴

De acordo com Hespanhol (1997), a classe patronal rural que usufruiu da modernização e dos subsídios governamentais continua com peso político por meio da bancada ruralista que é representante de organizações, tais como: Confederação da Agroindústria e Pecuária do Brasil (CNA), União Democrática Ruralista (UDR), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) etc. a fim de defender uma política que os favoreça diretamente, ignorando os agricultores marginalizados do processo produtivo.

Contudo, uma caracterização do perfil dos produtores de frangos integrados às cooperativas, quanto à quantidade de produção, propriedade de terra, mão de obra empregada etc. é verificada no próximo capítulo.

⁵⁴ Tais parlamentares se beneficiam eleitoralmente disto, por se tratar, o Oeste Paranaense, de uma área de concentração de produtores agropecuários.

6. CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES DE FRANGOS INTEGRADOS ÀS COOPERATIVAS.

A partir da realização de trabalhos de campo, a fim de localizar proprietários de aviários, foi possível verificar uma diversidade de estabelecimentos rurais que, superficialmente, são parecidos por conta da padronização da estrutura da avicultura industrial. No entanto, se diferenciam do ponto de vista particular de cada um dos agricultores entrevistados, quanto à idade, escolaridade, unidade familiar, fontes de renda, local de residência (campo ou cidade) e mão de obra utilizada (familiar ou assalariada).

Caracterizar os produtores de frangos, proprietários de aviários, das cooperativas avícolas do Oeste Paranaense, torna-se desafiante na medida em que a agricultura empresarial brasileira, patronal ou familiar, diferencia-se extremamente, mesmo em se tratando de área de estudo restrita a uma região.

Especificamente, em relação à agricultura familiar, Hespanhol e Costa (2002) ressaltaram que o intenso processo de diferenciação social foi decorrente das mudanças na agricultura brasileira, especialmente a partir de 1960, resultando na coexistência de uma diversidade de unidades produtivas que se diferenciam em termos econômicos, sociais, políticos e culturais, mas que tem em comum o fato de que a terra e o trabalho se encontram intrinsecamente vinculados à família.

Buainain *et al* (2007) destacam que a diferenciação serve de ponto de partida à caracterização.

A diferenciação dos agricultores familiares também está associada à própria formação dos grupos ao longo da história, a heranças culturais variadas, à experiência profissional e de vida particulares, ao acesso e à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, entre os quais os recursos naturais, o capital humano e o capital social, e assim por diante. A diferenciação também está associada à inserção dos grupos em paisagens agrárias muito diferentes uma das outras, ao acesso diferenciado aos mercados e à inserção socioeconômica dos produtores, que resultam tanto das condições particulares dos vários grupos como de oportunidades criadas pelo movimento da economia como um todo, pelas políticas públicas etc. (BUAINAIN *et al*, 2007, p.17).

Neste caso, a colonização realizada na região oeste do Estado do Paraná, que perdurou até os anos de 1960, quando ocorria um conjunto de transformações

em âmbito nacional decorrente da urbanização, da industrialização e do acentuado movimento migratório interno, significou o estabelecimento principalmente de agricultores procedentes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina em pequenos lotes de terra (FREITAG, 2001) de geralmente 24,2 hectares.

O Oeste Paranaense é uma região de ocupação recente, portanto, a sua história ainda se encontra viva na memória de alguns colonos. A pesquisa de campo⁵⁵ proporcionou encontrar também os descendentes (filhos) desses colonos e herdeiros das terras adquiridas no período da colonização. Entre os produtores pesquisados, quanto à naturalidade, 47 nasceram no Paraná, 37 produtores são naturais de Santa Catarina ou do Rio Grande do Sul e dois produtores são naturais de outros Estados, sendo um do Mato Grosso do Sul e outro do Rio de Janeiro.

O fato de a origem ser o Sul do Brasil, para a maioria dos produtores, é um dado das heranças culturais dos atuais proprietários de aviários no Oeste Paranaense, assim como a idade dos proprietários pesquisados (Gráfico 17), em relação às experiências de trabalho.

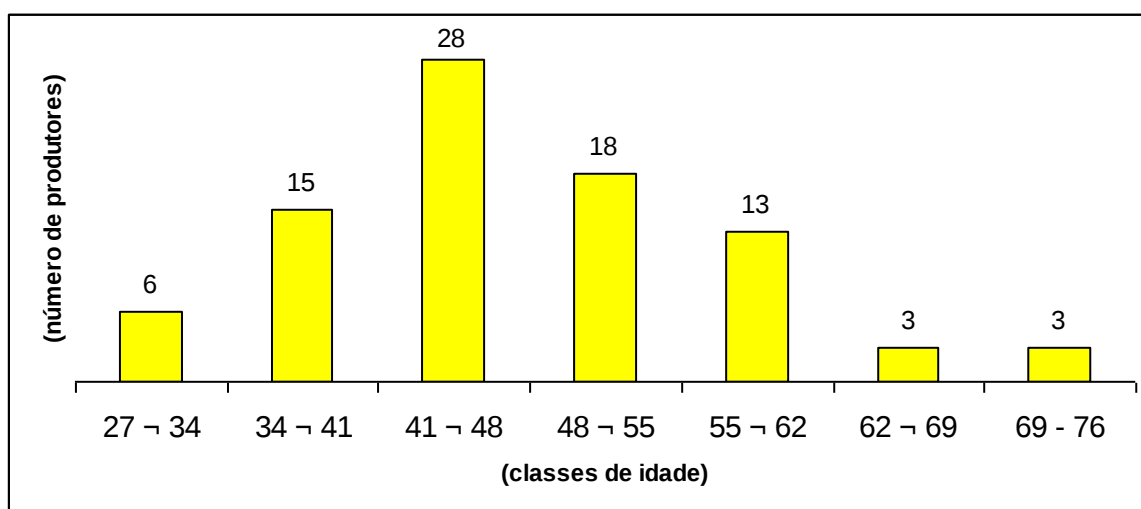


Gráfico 17 – Classes e frequência de idades dos proprietários de aviários.

FONTE: Pesquisa de campo (2008 e 2009).

O proprietário de aviário mais jovem, conforme a pesquisa de campo, é uma mulher de 27 anos que reside no município de Marechal Cândido Rondon, em

⁵⁵ Foram entrevistados 86 proprietários de aviários, distribuídos nos seguintes municípios: Palotina (35), Cafelândia (19), Marechal Cândido Rondon (07), Mercedes (05), Toledo (04), Itaipulândia (04), Corbélia (03), Cascavel (03), Ibema (01), Céu Azul (01), Matelândia (01), Missal (01). Destes, 37 proprietários são integrados à C.Vale, 22 proprietários são integrados à Copacol, 16 são integrados à Copagril, seis produtores são da Lar e cinco produtores da Coopavel.

estabelecimento de sua família, na zona rural. Esta possui uma área de 12,1 hectares em seu nome e, após concluir o Ensino Médio, optou pela implantação de dois aviários climatizados (capacidade de alojamento de 23.500 frangos cada um) como oportunidade de emprego e renda. A produtora explicou que as terras da família foram adquiridas da companhia colonizadora. Atualmente, a propriedade está dividida entre os irmãos por setores de atividades, e ela é a responsável pelos aviários - o primeiro construído em 2005 e o outro em 2007 - além de frangos produzem suínos e leite e cultivam grãos.

Observou-se que a maioria dos proprietários de aviários se encontra na faixa etária entre 41 a 47 anos, sendo 45 anos a idade que apresentou mais frequência.

Entre os idosos, a maior idade foi de 76 anos. Este proprietário, no município de Cafelândia, reside com sua esposa no próprio estabelecimento agrícola e ambos são aposentados. Possuem um aviário convencional que comporta 15.000 frangos por lote. O proprietário informou que o aviário foi construído há 16 anos e ao longo do tempo passou por reformas, tal como uma ampliação de 30 metros, instalação de comedouros automáticos e substituição do silo. A mão de obra empregada é de um neto que recebe uma comissão de 25% do rendimento.

A idade e os anos de trabalho na agricultura são variáveis e possibilitam medir a experiência dos produtores. Segundo Buainain *et al* (2007), produtores mais velhos podem ter horizonte de planejamento mais curto, e produtores jovens são mais facilmente atraídos por novidades, podendo ser os primeiros a inovar.

Quanto ao tempo de trabalho na agricultura, 73 produtores, isto é, 84,8% dos entrevistados, responderam que sempre trabalharam na produção agrícola, pois são filhos de agricultores, ou seja, têm longa experiência e tradição na atividade.

Vinte e sete produtores (31% dos entrevistados) responderam que também prestam serviços fora do próprio estabelecimento, ou exercem outra profissão. A atividade de maior frequência é a prestação de serviços com maquinário agrícola (trator, colheitadeira, caminhão, plantadeira, pulverizador). Os serviços de plantio e colheita são os mais citados. Três produtores responderam que são vendedores e/ou representantes comerciais; três possuem cargos em cooperativas agrícolas (vice-presidente, diretor administrativo e gerente de produção); um produtor respondeu que é carpinteiro; outro possui uma transportadora; um é sócio-diretor de uma faculdade particular; dois produtores possuem estabelecimentos comerciais (padaria e estúdio de fotos/filmagem). Para estes, a atividade agrícola em que

sempre trabalharam e dela tiraram o sustento, em algum período, proporcionou ou gerou necessidade de capacitação profissional e oportunidades para diversificar a fonte de renda com outros investimentos.

O fato de uma parcela de produtores desempenharem outras atividades significa uma menor dependência em relação ao rendimento da produção agrícola.

Apesar de ser a minoria, uma parcela de produtores pesquisados respondeu não ter trabalhado sempre na agricultura, mas que decidiram ser produtores agrícolas, especificamente proprietários de aviários, pois visualizaram um investimento rentável, dispunham de uma área de terra, às vezes, por herança. É o caso de 13 produtores (15% dos entrevistados). De acordo com o relato dos entrevistados, as profissões que desenvolviam antes eram de carpinteiro, sapateiro, açougueiro, técnico em eletrônica, funcionário de agroindústria, bancário etc. Mas há aqueles que continuam desenvolvendo a profissão anterior, como foi o caso de três produtores entrevistados. Um deles é engenheiro agrônomo, um é farmacêutico e o outro é técnico em agropecuária, sócio-proprietário de uma empresa revendedora de sementes e outros insumos.

O perfil extremamente diversificado dos proprietários de aviários em relação ao tipo de trabalho exercido também foi verificado por Mizusaki (2003) que destacou a formação empresarial e capitalista dos avicultores como critério seletivo para a integração às empresas que, segundo esta autora, valoriza mais a “capacidade empresarial” dos produtores do que o tipo de mão de obra que seria empregada nos aviários (MIZUSAKI, 2003, p.258).

O índice de participação quanto ao tipo de mão de obra empregada nos aviários: familiar; assalariada; familiar e assalariada pode ser verificada no Gráfico 18.

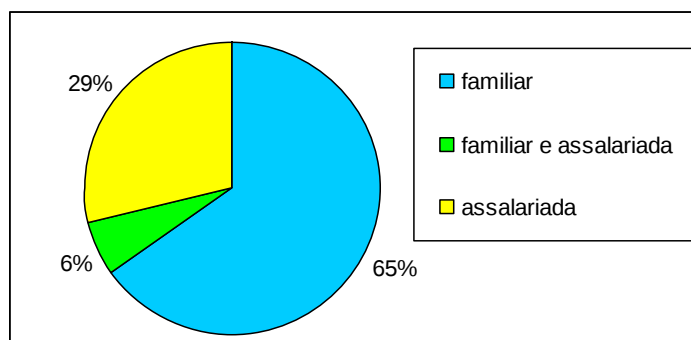


Gráfico 18 – Tipo de mão de obra empregada nos aviários cujos proprietários foram entrevistados.

FONTE: Pesquisa de campo (2008 e 2009).

Dependendo das condições particulares dos proprietários de aviários, o emprego da própria mão de obra pode ser considerado a opção mais vantajosa. Por exemplo, um proprietário que possui dois aviários, sobre a intenção de ampliar ou construir mais galpões, respondeu:

“Não, porque a gente está numa situação de mão de obra difícil e essa atividade se a mão-de-obra é familiar é bem mais lucrativa do que depender de empregado” (E9).

Carneiro (2008) ressalta que a família deve ser observada como unidade social e não apenas como unidade de produção.

[...] diferentemente do trabalhador assalariado, a unidade familiar de produção, por ser sustentada pela íntima relação entre trabalho e parentesco, apresenta maior margem de negociação interna na elaboração de caminhos alternativos de reprodução social (CARNEIRO, 2008, p.259).

Para os proprietários da amostra que empregam mão-de-obra familiar, nas suas respostas quanto à decisão de ampliar a produção de frangos, quatro deles atrelaram esta decisão, de construir mais aviários, à mão de obra, por exemplo, nos dizeres: *“se os filhos ficarem em casa” (E55); “os filhos estão estudando fora e eu vou depender de funcionários” (E85).*

É importante [...] que o núcleo familiar não seja percebido como uma estrutura rígida e cristalizada – de indivíduos e valores – sob a orientação autoritária e inquestionável de um chefe. A família apresenta uma estrutura flexível, plástica, passível de incorporar novos valores e criar novas percepções e práticas. Em suma, aceitar esta noção de família e reconhecer a idéia de dinâmica são aspectos fundamentais para se evitar o risco de estabelecermos classificações rígidas, de base morfológica, que perdem justamente a capacidade de entender a inserção das unidades familiares na economia e na sociedade, captando a sua flexibilidade e vulnerabilidade. Para tanto, essa dinâmica não pode ser compreendida como determinada, exclusivamente, por um conjunto de condições externas à unidade familiar, sejam essas de ordem econômica, cultural, social ou política (CARNEIRO, 2008, p.258).

Sobre isto, durante as entrevistas com os proprietários de aviários, se destacou a fala da esposa de um proprietário de aviário, no município de Cafelândia:

“Precisa dar mais oportunidade para as pessoas do campo porque os jovens não querem mais ficar, a gente não pode prender, eles saem atrás do que eles querem” (E38).

A entrevistada tem três filhos, dois são casados e moram na cidade e o filho caçula, que ainda mora com os pais no campo, estuda e trabalha na cidade.

[...] ser agricultor não é mais uma decorrência imediata dos laços de afiliação. Não se é agricultor apenas porque se nasce filho de agricultor, mas, cada vez mais, por opção (ou por falta de opção). Esta 'liberdade de escolha', expressa muitas vezes pelos próprios pais, é um valor que passa a orientar a atitude dos jovens e a elaboração de suas estratégias profissionais (CARNEIRO, 2008, p.264).

A “opção” de construir aviários, neste caso, pode representar um compromisso de estratégia profissional e a continuação da atividade dos pais, conforme a resposta deste produtor:

“O aviário é do pai, está construído na propriedade dele, mas, na verdade, eu estou administrando, o pai já tem 68 anos, aí a parte de aves, suínos e lavoura sou eu que administro” (E24).

As atividades que os produtores desenvolvem em seus estabelecimentos agrícolas e/ou exercendo outras profissões além da agricultura, também estão relacionadas à experiência e ao nível educacional. O grau de escolaridade dos produtores entrevistados foi o seguinte: 36 produtores não concluíram o ensino fundamental; 17 possuem ensino fundamental completo; 25 possuem o ensino médio; sete produtores se formaram em curso superior, dois possuem pós-graduação e um produtor não completou o ensino superior, de acordo com o Gráfico 19.

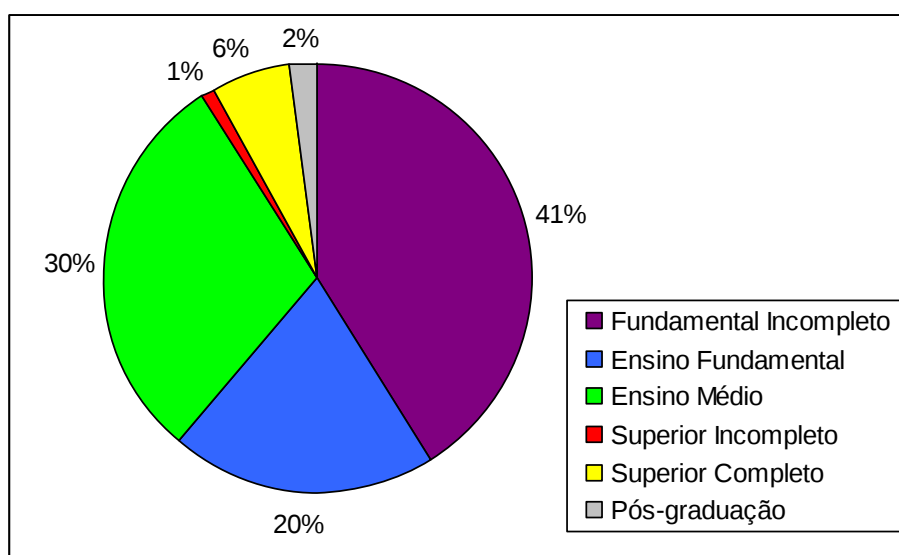


Gráfico 19 – Nível de escolaridade dos proprietários de aviários pesquisados.

FONTE: Pesquisa de campo (2008 e 2009).

O nível de escolaridade interfere na possibilidade de os proprietários de aviários exercerem outras atividades. Foi observado que muitos produtores pesquisados são profissionais liberais ou empresários urbanos.

Os produtores com ensino médio e acima representam a minoria da amostra (Gráfico 19), entretanto, já é possível sinalizar um movimento de elevação do grau de escolaridade por parte dos agricultores.

“Hoje, com estudo, não quer dizer que vai conseguir um emprego na cidade, pode voltar para o campo com o estudo que adquiriu e trabalhar lá, que eu acho muito importante. Mas se não tiver incentivo pra buscar conhecimento e ficar no campo, acabam vindo para a cidade” (E15).

Este relato demonstrou a opinião da esposa de um proprietário de aviário, cuja família mora na cidade. A entrevistada informou que há pouco tempo cursou faculdade (Normal Superior) e apesar de se dedicar integralmente às ocupações domésticas, auxiliando o marido e os filhos, também tem pretensão de carreira política (já foi candidata à vereadora). Os filhos são estudantes em cursos de administração e agronomia.

Outro elemento que interfere na caracterização socioeconômica dos produtores, conforme Buainain *et al* (2007) é o número de membros da família e quantos são dependentes, por exemplo, filhos menores.

No que concerne a estrutura familiar dos avicultores entrevistados, três são solteiros, dois são separados e 81 são casados. A quantidade de filhos por unidade familiar dos proprietários de aviários pode ser verificada no Gráfico 20, sendo mais freqüente o número de dois filhos.

Em 60 unidades familiares (69% dos entrevistados), há filhos dependentes, que moram com os pais, a maioria em idade escolar; 14 produtores (16%) responderam que os filhos já saíram de casa, são casados, trabalham e não dependem dos pais; em nove unidades familiares (10%) há filhos morando com os pais que possuem emprego, trabalham fora.

A profissão dos cônjuges, para 65 entrevistados, é agricultor (a) ou do lar, representando 75% da amostra. As demais profissões que as esposas exercem, considerando que os proprietários de aviários são majoritariamente homens, são as seguintes: professora, bancária, comerciante, costureira, administradora, auxiliar administrativa, analista de sistemas e secretária. A pesquisa de campo foi

direcionada principalmente para os proprietários de aviários, entretanto, o acesso a alguns dados da unidade familiar, tal como a profissão das esposas, revelou um indicador de que o perfil econômico e cultural da população rural tem sofrido alterações, mesmo em menores proporções.

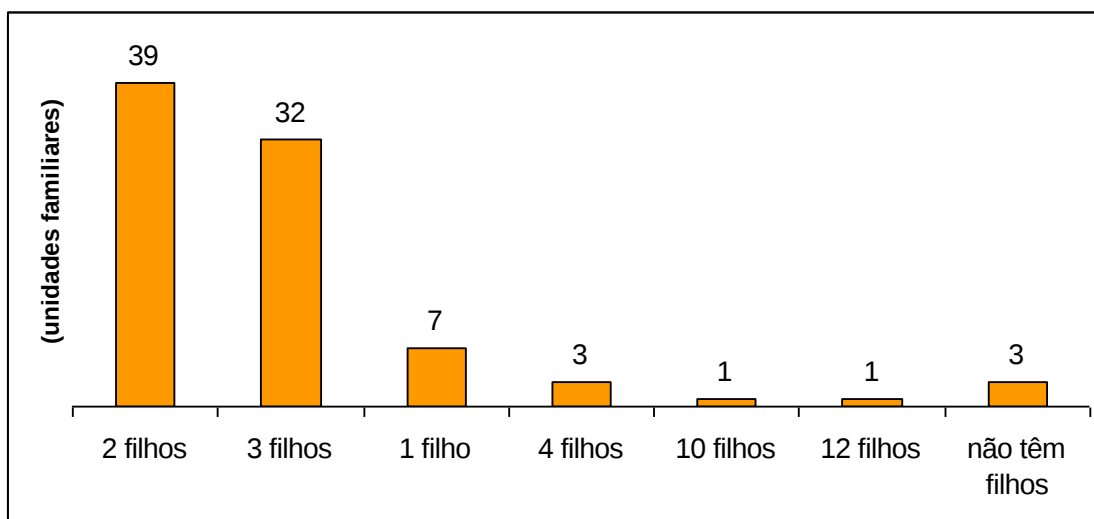


Gráfico 20 – Número de filhos por unidade familiar de proprietário de aviário.

FONTE: Pesquisa de campo (2008 e 2009).

A expansão dos níveis de instrução da população rural, sobretudo dos jovens, a baixa rentabilidade das atividades agropecuárias, a expansão da eletrificação rural e as maiores facilidades de locomoção e de comunicação entre os espaços rural e urbano têm feito com que uma parcela cada vez maior da população do campo desenvolva atividades na cidade, embora permaneça residindo na zona rural (HESPANHOL, 2007, p.277).

No caso dos proprietários de aviários entrevistados e suas famílias, 69 moram no campo (80,23%) e 17 na cidade (19,76%).

Nas áreas rurais do Oeste Paranaense, é possível residir com boa qualidade de vida, pois são dotadas minimamente de infra-estrutura básica. Considera-se que os proprietários de aviários representariam um grupo de agricultores bem sucedidos, porque utilizam de forma intensiva os recursos terra, trabalho e capital.

As Fotos 2, 3 e 4 são de habitações situadas na zona rural da área pesquisada. Na foto 02 observa-se a casa em meio à lavoura, próxima à estrada, o aviário ao fundo e a concomitância do local de trabalho e de moradia. Nas fotos 3 e 4 se destaca a proximidade das moradias em relação aos aviários.



Foto 02 – Aspecto de estrada e habitação no meio rural no município de Palotina. Destaque para a lavoura de soja em plantio direto na palha.
FONTE: Trabalho de campo, 2008.



Foto 03 – Vista de estabelecimento rural no município de Mercedes. Ao fundo, lago do reservatório da hidrelétrica de Itaipu.
FONTE: Arquivo particular do proprietário dos aviários.



Foto 04 – Entrada de uma granja em Cafelândia – PR.

FONTE: Trabalho de campo, 2009.

Na zona rural do Oeste Paranaense predominam os cultivos de lavouras temporárias, principalmente soja e milho. Os aviários rodeados por lavouras, bosques, outras benfeitorias e algumas casas, são paisagens comuns nesta região, como também se observa nas fotos 5, 6 e 7.

Existem razões para os produtores rurais residirem na cidade. Por exemplo, dois motivos citados nas entrevistas: porque se casou e para facilitar os estudos dos filhos.

“Os filhos, para estudar, precisam vir para a cidade, não tem outro jeito [...] Deveriam se reunir em grupos para conseguir acesso à internet. Muitas vezes, no campo, não há nada que prenda a não ser o trabalho e a obrigação de ficar lá, eu vejo assim” (E15).



Foto 05 – Aviários entre as lavouras de soja, no município de Cascavel – PR.

FONTE: Trabalho de campo, 2008.



Foto 06 – Vista das lavouras de soja no município de Mercedes – PR.

FONTE: Trabalho de campo, 2009.



Foto 07 – Lavoura de soja em Cafelândia – PR. Detalhe na linha do horizonte: vista do parque industrial da Copacol.
FONTE: Trabalho de campo, 2009.

Os produtores que moram no campo foram questionados sobre a possibilidade de morar na cidade. Entre os 69 produtores, cujo local de residência é o campo, 48 (55% dos entrevistados) responderam que nunca moraram na cidade e não desejam se mudar pelos seguintes motivos: estão bem estruturados no campo; são acostumados com a roça; porque a cidade é próxima e de fácil acesso; porque não têm estudo; porque o campo é sossegado; pelo modo de vida e questões culturais. Seis produtores (6,9% dos entrevistados) comentaram que moram no campo e a hipótese de morar na cidade pode ocorrer depois da conquista da aposentadoria e da idade mais avançada. Também foram citados os motivos: desânimo com o campo e porque os filhos já moram na cidade. Quinze produtores (17,4%) afirmaram já ter morado na cidade por um tempo, quando exerceram outras atividades profissionais ou enquanto estudavam.

[...] produtores que moram na propriedade conseguem coordenar melhor a atividade avícola, pois estão mais próximos dos seus funcionários ou mesmo dos seus familiares. Nesse sentido, o fato de residirem nas propriedades deve ser um fator relevante para o

aumento da eficiência econômica dos produtores de frango de corte (ZILLI, 2003, p.07).

A perspectiva de residir no campo para aumentar a eficiência econômica pôde ser verificada, por exemplo, no seguinte trecho da entrevista, após questionamento sobre a intenção de se mudar para a cidade, o proprietário de aviário (E24) respondeu:

“Talvez, um dia, mais pra frente, por enquanto não é a hora certa pra isso. [O que te faz ficar no campo e talvez um dia se mudar para a cidade?] Hoje, a rentabilidade do campo (...) A gente trabalha pra gente mesmo, não é funcionário de ninguém, então, eu acho que pra nós é vantagem ficar no campo, porque os empregos na cidade estão disputados. Talvez, um dia, poderei morar na cidade, mas a atividade vai continuar no campo” (E24).

O perfil diversificado dos produtores em relação à idade, à escolaridade, à mão de obra empregada nos aviários e ao local de residência foi verificado também quanto à propriedade da terra. Existem aviários instalados em pequenas, médias e grandes propriedades. Conforme os dados das entrevistas, a maioria das propriedades é de até 30 hectares, sendo 12 hectares a dimensão mais freqüente entre as respostas, conforme se verifica no Gráfico 21.

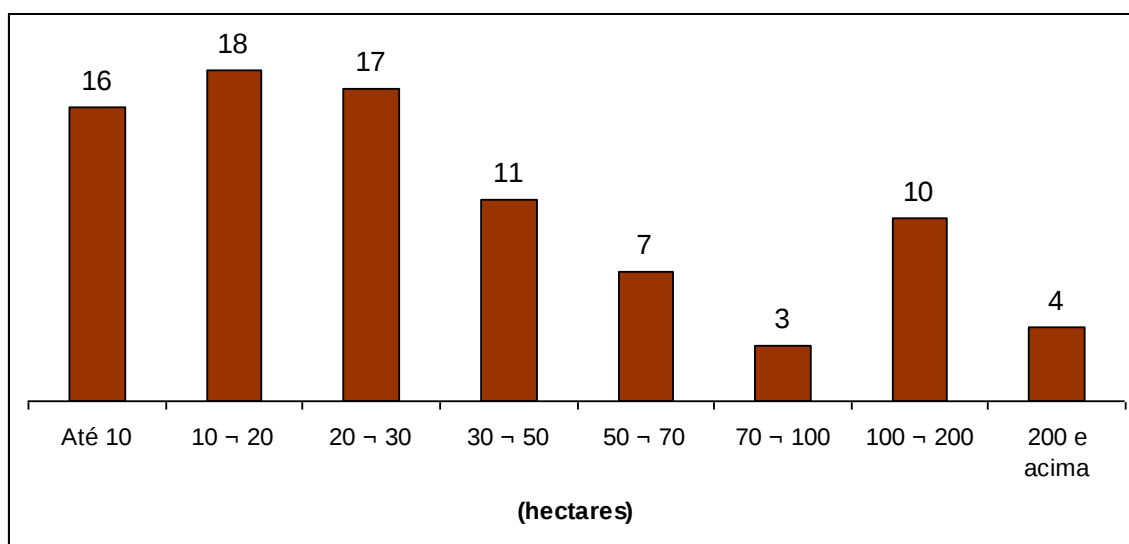


Gráfico 21 – Dimensão das propriedades dos produtores de frangos.

FONTE: Pesquisa de campo (2008 e 2009).

A pergunta feita aos produtores foi sobre a área total de terras que possuem, pois, em alguns casos, os produtores possuem mais de um estabelecimento, além

daquele onde se encontra instalado(s) o(s) aviário(s). Às vezes, também possui dois estabelecimentos e em ambos há aviários.

A menor propriedade entre os produtores pesquisados foi de 2,42 hectares, cuja proprietária possui dois aviários climatizados, em funcionamento desde 1998. Esta produtora reside na cidade, é casada, têm dois filhos, 48 anos de idade e possui uma farmácia, onde exerce a profissão de farmacêutica. A mão de obra empregada nos aviários é assalariada. O motivo que a convenceu a implantar aviários foi para obter uma fonte de renda alternativa. A proprietária comentou que uma parte do investimento, para implantação dos aviários, foi financiada, cuja dívida foi quitada não apenas com os resultados da avicultura, mas com recursos de outras fontes de renda que possui.

A maior propriedade da amostra foi de 677 hectares. Este proprietário possui três aviários climatizados que foram instalados no ano de 1999, num estabelecimento de 24,2 hectares, em Palotina. O produtor relatou que possui outras áreas de terra, em outros municípios e também no Paraguai. Além da avicultura, desenvolve suinocultura e produção de grãos (soja e milho). Ele é filho de agricultores, têm 39 anos de idade, sempre trabalhou no campo, é formado em curso técnico em agropecuária, reside na cidade e emprega funcionários para trabalhar nos aviários. Sobre a unidade familiar, é casado, têm quatro filhos e a esposa é bancária. Este produtor também realizou financiamento parcial do investimento, que já foi pago.

Na presente pesquisa, uma questão direcionou a análise: a avicultura é uma fonte de renda importante para os produtores vinculados às cooperativas do Oeste Paranaense? Desta questão, surgiu a seguinte hipótese: a avicultura representa uma renda periódica e complementar aos produtores integrados, a maioria dos quais têm como atividade principal a produção de grãos.

Constatou-se, por meio das entrevistas, que para 44 produtores (51%) a avicultura não é a principal fonte da renda familiar, mas, para 42 produtores (49%), a avicultura se constitui na principal fonte de renda. Para responder a esta pergunta, vários produtores ficaram em dúvida, pois, segundo eles, quando a safra é abundante e o preço dos grãos está em alta, a lavoura supera o rendimento da avicultura. Os produtores também consideraram, em suas respostas, o fato do rendimento da avicultura estar comprometido para o pagamento das parcelas do

financiamento feito para a construção dos aviários e, por isso, ainda não puderam usufruir dos seus resultados.

“O lucro que tem é para pagar os aviários, ainda estamos guardando. A gente pega o dinheiro pra pagar os funcionários também. Tem benefícios porque a gente pega esse dinheiro pra pagar despesas. Contribui, mas é um investimento muito grande e pra gente sobra muito pouco” (E5).

Mesmo não sabendo responder, com exatidão, se é a principal, todos declararam que a avicultura é uma fonte de renda importante.

Apenas um produtor afirmou ter realizado uma comparação do custo/benefício das culturas que desenvolve: grãos, frangos e leite, concluindo que a atividade de maior retorno, em relação ao custo/benefício, foi a produção de leite. O produtor comentou que a produção de frangos e de leite lhe proporcionou aumentar a produtividade e a geração de renda no estabelecimento e, em sua opinião, foi um investimento mais vantajoso do que se tivesse comprado terra para ampliar a área da lavoura. Pois, para construir os aviários, foi possível financiar, com longo prazo para pagamento, diferentemente das condições para a aquisição de um imóvel. Para este produtor, que possui uma área de 270 hectares, a principal fonte da renda familiar é a produção de grãos.

Sabe-se que a produção de grãos requer maior área de terras, envolve a movimentação de maior montante de capital e o alto preço dos maquinários aumenta o custo de manutenção nesta atividade. Na opinião do referido produtor, o resultado econômico da avicultura e da pecuária leiteira é capaz de dar o retorno do capital investido mais rapidamente do que a lavoura de grãos ⁵⁶.

[...] muitas propriedades rurais absorvem uma série de pressões no que diz respeito à continuidade das atividades agrícolas [...] A compra de terras, por exemplo, é uma das possibilidades de investimento mais limitadas. Daí decorre o desafio da produtividade e da intensificação da tecnologia para que se produza mais em áreas cada vez menores (SOUZA; CORRÊA, 2008, p.682).

A terra é cara e escassa e, portanto, os agricultores não podem canalizar seus excedentes para a aquisição desse bem. Aumentar o

⁵⁶ Os aviários e a estrutura produtiva leiteira, por exemplo, sofrem depreciação pelo desgaste; requer reformas e reposição de aparelhos. A terra, neste sentido, representa uma reserva de valor, pode ser valorizada por meio da especulação fundiária, mas, também os maquinários necessários para a lavoura sofrem depreciação.

plantel é uma forma de capitalização que tem a vantagem de ser facilmente reversível em dinheiro (PAULILO, 1990, p. 117).

Entre os proprietários de aviários, cuja principal fonte de renda não provém da avicultura, 28 produtores (32% dos entrevistados) responderam que a principal fonte de renda é a produção de grãos; em seguida, cinco e quatro entrevistados citaram, respectivamente, a produção de leite e as atividades não-agrícolas (aluguel de imóveis, emprego urbano). Também apareceram, como principal fonte de renda, a suinocultura e a produção de fumo, com menor frequência.

No momento das entrevistas, além de saber se a avicultura era ou não a principal fonte da renda familiar, fora questionado sobre as outras culturas agrícolas comerciais desenvolvidas em sua propriedade, pois, geralmente, ocorre a especialização produtiva em torno de duas ou mais culturas.

De acordo com as respostas, a produção agropecuária destinada à comercialização ocorre com os seguintes produtos, além do frango: soja, milho, trigo, leite, suínos, mandioca, peixes, feijão, eucalipto, caprinos, bovinos, aveia, sorgo, amendoim, pipoca, fumo, girassol e cana-de-açúcar. As culturas mais freqüentes, desenvolvidas por um mesmo produtor, se verificam no Gráfico 22.

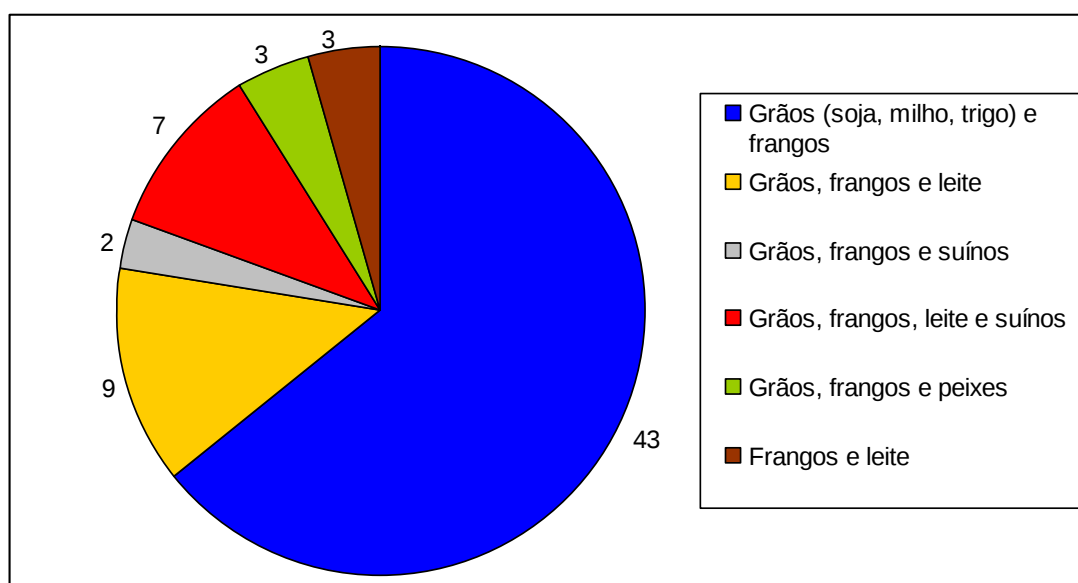


Gráfico 22 - Combinações de culturas mais freqüentes desenvolvidas por um mesmo produtor.

FONTE: Pesquisa de campo (2008 e 2009).

Na maioria dos casos se verificou que a produção de frangos é desenvolvida em conjunto com as lavouras de grãos, principalmente soja, milho e trigo. Entre os

demaís grãos indicados, o feijão apareceu nas respostas de cinco produtores; a aveia, o sorgo, o girassol, o amendoim e a pipoca foram citados apenas uma vez. Quanto à piscicultura, se refere à criação de peixes dos tipos: tilápia, *catfish* etc., em açudes. A cana-de-açúcar é aplicada à produção de açúcar mascavo e cachaça artesanal.

Nos estabelecimentos rurais dos proprietários de aviários pesquisados, observou-se que a principal atividade econômica é a agropecuária. O lazer e o turismo rural, como exemplo de atividades rurais não-agrícolas, não foram verificadas. Em vários estabelecimentos, o uso intensivo do solo para as atividades agropecuárias incompatibiliza o lazer e o turismo rural, dado os aspectos: monotonia da paisagem; acúmulo de dejetos de frangos e suínos, presença de moscas e mau cheiro causado tanto pelos dejetos dos animais quanto pela pulverização de agrotóxicos nas lavouras.⁵⁷

É possível afirmar que a avicultura é uma atividade importante para a geração de renda e à manutenção das atividades agrícolas no campo do Oeste Paranaense, pois, geralmente, aparece combinada aos cultivos de grãos. Para os proprietários de aviários pesquisados, o fato de a avicultura representar uma fonte de renda principal ou complementar está relacionado à quantidade e ao rendimento de sua produção e ao perfil diversificado dos proprietários de aviários.

6.1 Padrão tecnológico e seletividade dos produtores.

No período entre a década de 1970 e a primeira década do século XXI, ocorreram várias modificações na estrutura produtiva avícola no que tange à genética e à nutrição animal, à automatização das atividades e à elevação da escala.

A integração dos produtores às agroindústrias sempre foi seletiva, mas a partir dos anos 1980, em virtude da implantação de processos de “qualidade total” e da necessidade de competir com mercados externos, vem aumentando a escala de produção mínima exigida, reduzindo a margem dos produtores e aumentando a seletividade. [...]

Os sistemas baseados na produção de grãos/produção animal, mais complexos e integrados à agroindústria, exigem um nível de

⁵⁷ Os espaços de lazer mais comuns na região pesquisada, com fins comerciais, são do tipo “pesque-pague”.

capitalização que exclui a participação de produtores familiares mais pobres; [...] (BUAINAIN et al, 2007, p.84-85).

No Oeste Paranaense, a produção de frangos representa uma cadeia produtiva regional que passou e ainda passa por efeitos que precisam ser dimensionados do ponto de vista da transição a que os produtores se submeteram e se submetem para acompanhar a escala e o padrão tecnológico exigidos pelas empresas integradoras.

“Quando eu construí o aviário [em 1978] foi um bom negócio, hoje não é mais tão bom assim. Naquele tempo tinha sete anos pra pagar, em cinco anos eu quitei. Naquele tempo, com a Sadia, era bem mais fácil, a gente ‘ganhava’ a maravalha, o gás, a ração e os pintinhos e se ganhava por lote muito mais do que se ganha hoje, porque hoje essas despesas a gente tem que pagar todas elas. Quem fez dois aviários naquela época acertou, quem fez um só... Se eu tivesse dois estaria ampliando eles e tocando, como tenho um só, tenho que parar” (E20).

“Nos primeiros anos [a partir de 1983] estava melhor, a gente ganhava bem mais... Mas no aviário a gente gasta a metade com despesas e trocar coisas” (E14).

“Os aviários me deram uma renda boa, aí a lavoura começou ‘a sobrar’. Com os aviários eu paguei as despesas da lavoura e com o dinheiro da lavoura eu investi, comprei mais terra. Então, na época [1992] eu fiz um ‘baita’ negócio, anos atrás sobrava bem mais, hoje o custo é maior. No início, com um aviário pequeno eu tirava o equivalente de dois aviários grandes hoje” (E27).

No Gráfico 23, verificam-se os períodos em que os atuais produtores de frangos iniciaram esta atividade.⁵⁸

Observa-se que a maioria dos proprietários de aviários respondeu ter adquirido ou construído os aviários a partir da década de 1990, com destaque para a maior incidência entre os anos de 2004 a 2007.

A minoria é representada por produtores que está há mais tempo na atividade, situados nas classes dos períodos entre 1978 e 1985, como se verifica no Gráfico 23, ou seja, correspondem aos primeiros integrados da Copacol - a cooperativa que inaugurou o abatedouro de frangos em 1982. Também correspondem aos produtores que anteriormente à vinculação com as cooperativas,

⁵⁸ Entre os produtores entrevistados, vários iniciaram a avicultura com um ou dois aviários e anos depois construíram outro(s). Geralmente, são os atuais proprietários quem construíram os aviários, mas, também ocorrem casos em que o proprietário adquiriu o estabelecimento com o aviário já implantado e, então, considerou a data do seu início na atividade com o aviário, não sabendo informar o ano em que originalmente tal aviário foi construído.

já produziam frangos para outras empresas não cooperativas e decidiram mudar recentemente.

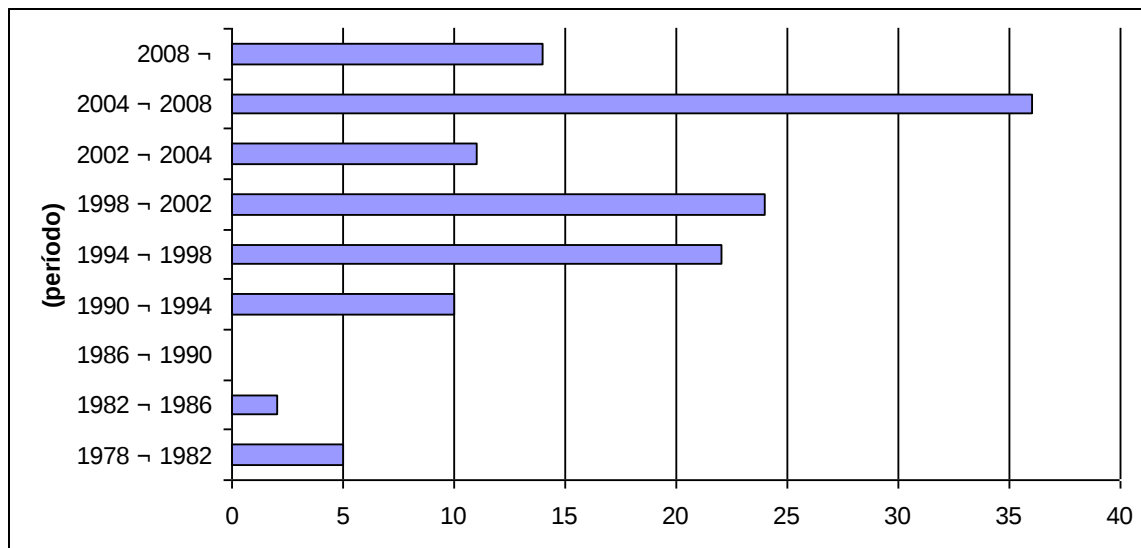


Gráfico 23 - Período da instalação dos aviários nos estabelecimentos dos proprietários entrevistados.

FONTE: Pesquisa de campo (2008 e 2009).

A quantidade e o modelo dos aviários, por proprietário entrevistado, é verificada no Gráfico 24, demonstrando que a maioria possui mais de dois aviários. O estrato de dois aviários climatizados é o mais representativo da amostra.

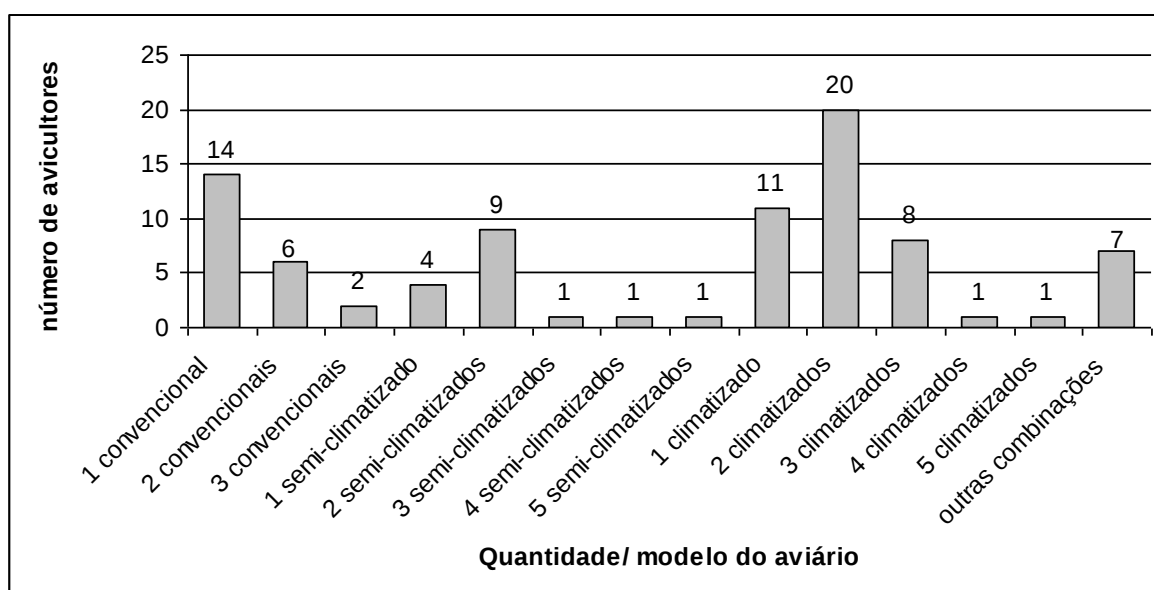


Gráfico 24 – Quantidade e modelo dos aviários por produtor entrevistado.

FONTE: Pesquisa de campo (2008 e 2009).

Segundo os dados fornecidos pelas cooperativas, quanto ao número total de produtores e de aviários integrados, se chegou ao número médio de aviários por produtor, que não passou de dois, em cada cooperativa, como se verifica na Tabela 6.

Tabela 6 – Média de aviários por produtor, segundo o número geral de aviários e de produtores, das cooperativas.

COOPERATIVAS	Aviários	Produtores	Média
Copacol	1041	861	1,2
Coopavel	404	318	1,27
C.Vale	562	372	1,5
Copagril	274	215	1,27
Lar	461	411	1,12

FONTE: Departamento avícola das cooperativas (2009). Organização da autora.

O maior volume de produção se deve ao modelo e à capacidade produtiva dos aviários e não necessariamente ao número de galpões.

Os modelos de aviários são diferentes de acordo com as dimensões do galpão e com os aparelhos de climatização que permitem adensar os animais, ou seja, alojar mais frangos por metro quadrado. A distribuição do Gráfico 25 seguiu uma classificação de acordo com a capacidade produtiva: convencionais são aqueles que comportam até 16 mil aves por lote; os semiclimatizados alojam de 17 a 20 mil frangos; os aviários com capacidade de 23 mil até 30 mil frangos foram denominados climatizados.

No momento das entrevistas, se perguntou qual era a capacidade produtiva dos aviários (número de frangos por lote) e se era ou não climatizado, mas não se questionou sobre as dimensões dos galpões e quais os aparelhos de climatização instalados, informações que possibilitariam uma classificação mais exata quanto aos modelos. Os números relatados com maior frequência pelos proprietários, quanto à capacidade de frangos por lote, foi entre 15 e 25 mil.

Apenas dois aviários, localizados no município de Cafelândia, destoaram dos números mais comuns, com 7 mil e 9 mil frangos por lote. Os proprietários declararam que gostariam de ampliá-los ou de construir outros. Foi perceptível que na área de abrangência da Copacol os aviários convencionais, principalmente com capacidade de 12 a 15 mil frangos foram mais frequentes. Ao contrário, na área da

Copagril, que passou a integrar produtores a partir de 2005, não se verificou aviário com capacidade produtiva inferior a 20 mil frangos por lote. Esta observação evidencia a busca recente pela elevação da escala produtiva nesta atividade.

Sobre isto, o trecho da fala de um associado da C.Vale, que possui dois aviários climatizados - o primeiro construído em 1997, com capacidade para 23 mil frangos por lote, e o segundo construído em 2005 com capacidade para 30 mil frangos – se destacou:

“Fiz o primeiro, gostei, paguei ele fácil, era financiado pra nove anos, em cinco anos consegui pagar ele. Daí se ‘atracamos’ a fazer outro, pra viabilizar melhor, é que a minha previsão já era desde o começo fazer dois, mas como era o primeiro, estava meio com medo [...] a estrutura de energia, água, gerador, era tudo pra dois” (E3).

Mesmo após a implantação de mais um aviário este produtor admitiu dificuldade econômica, pois o rendimento resultante da maior produtividade ainda estava comprometido com o financiamento:

“[...] na parte financeira eu estou ‘patinando’ porque eu tenho que pagar (...) Eu vejo que no futuro próximo eu vou estar bem mais tranqüilo, depois que eu pagar minhas prestações” (E3).

Ainda, sobre a elevação da escala produtiva, um produtor que possui três aviários em Cafelândia - dois que alojam 19 mil frangos por lote, e o outro 15 mil frangos - quando foi questionado se gostaria de ampliar a produção, respondeu positivamente, pois, segundo as palavras dele:

“Cada vez ganha menos então tem que fazer mais, cada vez cai o ganho, então tem que aumentar a quantidade porque não tem outro jeito” (E30).

Este proprietário é associado à Copacol, construiu os aviários no ano de 2001, financiou uma parte do investimento e à época da entrevista já havia quitado a dívida.

A quantidade de produção constitui uma variável de fundamental importância para o êxito econômico dos produtores. No entanto, a possibilidade de ampliar a estrutura produtiva está atrelada à opção particular e às condições de custear tal investimento.

Além de o custo ser caro, há outros obstáculos para ampliar a produção de frangos, tais como: em relação à mão de obra, escassez de água ou falta de área

disponível no estabelecimento. A instalação da estrutura à criação de frangos, com aproveitamento econômico, deve atender exigências mínimas quanto à distância em relação às habitações e mananciais, passando por licenciamento ambiental.

O manejo da água merece atenção especial, pois a água deve estar sempre limpa e fresca para o consumo das aves.

“[...] exige bastante cuidado, porque se você não tem cuidado, você não tem produção, não tem rendimento, não tem conversão alimentar, tem que ter água boa, a mesma água que eu bebo os frangos bebem. Os bebedouros devem ser limpos, eu lavo duas vezes por dia, senão, se você deixar, dá diarreia nos frangos” (E37).

A disponibilidade de água em quantidade e qualidade é um fator limitante para a implantação de aviários nos estabelecimentos rurais.

Segundo Zilli (2003), a produção intensiva de animais, em algumas áreas, pode ser desestimulada devido à relevância da questão ambiental imposta aos produtores, ainda que seja economicamente viável.

No Paraná, a partir de 2008, o licenciamento para a criação de aves é regulamentado pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Anteriormente, era disciplinado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Esta mudança resultou de discussões e acordos entre a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) e os representantes das empresas integradoras. A portaria do IAP foi noticiada pela Secretaria de Meio Ambiente, evidenciando os seus benefícios do ponto de vista dos presidentes do IAP e do SINDIAVIPAR:

[...] ‘Os Integradores, por meio de seus responsáveis técnicos, serão nossos parceiros no licenciamento. Assim, o tempo de espera pelo procedimento será reduzido, caindo de um ano, em média, para cerca de 45 dias’ [disse o presidente do IAP].

O presidente do Sindicato e Associação dos Abatedouros e Produtores Avícolas do Paraná (Sindiavipar), Domingos Martins, avaliou a portaria como um grande avanço. ‘Nesta atividade o fator tempo é fundamental, portanto essa celeridade no procedimento é muito bem vinda e fará a diferença para o setor’, comentou.⁵⁹

Segundo a União Brasileira de Avicultura (UBA), os desafios presentes e futuros que envolvem a produção de frangos, são, na maioria absoluta, de ordem técnico-científica (AVISITE, 2008). Barreiras técnicas e sanitárias do comércio

⁵⁹ Trecho extraído do site: <<http://www.sema.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=318>> Acesso em 15/09/2009.

internacional pressionam as autoridades e os órgãos competentes a tomar medidas. Por exemplo, a Instrução Normativa nº. 56, publicada em 04 de dezembro de 2007, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que estabelece os procedimentos para o registro, fiscalização e controle de estabelecimentos avícolas de reprodução e comerciais.

A consequência imediata para os proprietários de aviários é o cumprimento da instrução normativa: implantação de cercas, placas de advertência, substituição de telas, instalação de arcos de desinfecção, lavatórios, vestiários, etc.

De acordo com as observações de campo, entre o segundo semestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2009, nos estabelecimentos cujos proprietários são integrados às cooperativas, não se constatou a execução desta medida, mas os produtores afirmaram que estão avisados da situação e dentro de um prazo estipulado terão que atender às novas exigências.

“Têm outras integrações que estão colocando prazo, mas a Copacol não. Não sei se já te falaram, mas a Copacol está bonificando com percentagem: se colocar arco de desinfecção e cercado, ganha 5% a mais; a nebulização e a ventilação bem feita, é 5% a mais; água no jeito, é mais 5% e assim formando uma bonificação de até 20%. Prazo eu não sei quando... Eu acho que vai chegar uma hora que todos terão que colocar... É uma exigência dos importadores” (E30).

Observou-se, em vários estabelecimentos integrados à Sadia de Toledo, por exemplo, que os arcos de desinfecção (Foto 08) já estavam instalados, ou seja, esta empresa, com mais rapidez, cobrou dos seus integrados o cumprimento da norma.

Ao longo dos anos na avicultura, os produtores comentam que as modificações nos aviários sempre existiram e foram várias. Por exemplo, um produtor entrevistado no município de Palotina, que possui aviário desde 1978, era integrado da Sadia e mudou para a C.Vale há quatro anos. Este produtor, quando questionado sobre as reformas ou modificações no aviário, respondeu:

“Bastante mudança... troca de comedouro já foi duas vezes, bebedouro, ventilação, nebulização, toda hora tem que modernizar conforme eles mandam” (E20).

Adiante da entrevista, quando se comentou sobre a instrução normativa nº. 56, o produtor relatou:

“Esse é um dos motivos também que me leva a me desfazer dele, porque é um investimento alto que precisa pra fazer isto ali. [...] Não é exigência dentro da empresa, é exigência do Ministério da

Agricultura, a empresa até que não está tanto insistindo, ela falou que tem que fazer” (E20).



Foto 08 – Arco de desinfecção instalado na entrada de uma granja integrada à Sadia. Localização: proximidade de Vera Cruz do Oeste.

FONTE: Trabalho de campo (2009).

Segundo o proprietário entrevistado, o aviário estava à venda por outros motivos também:

“A gente está ‘meio velho’, não tem tanta força pra ‘tocar’ e colocar empregado pra um aviário só não compensa” (E20).

O referido produtor mora no campo, é um pequeno proprietário, ele e sua esposa são aposentados, possuem 12,1 hectares e o aviário que estava à venda era do modelo convencional com capacidade para 15 mil frangos por lote. A trajetória deste produtor exemplifica a experiência e a manutenção na atividade ao longo dos anos, pois, antes de produzir frangos de corte, já foi produtor da empresa Sadia, com a produção de suínos.

Contudo, na pesquisa de campo no Oeste Paranaense, se constatou que não há um perfil comum de produtor integrado de frangos. Entretanto, são notadas algumas tendências consequentes da escala e do padrão tecnológico, quais sejam: aumento recente da quantidade de aviários por produtor; ocorrência de mão-de-obra

assalariada empregada nos aviários; predomínio de galpões climatizados, entre outros.

No Sul do Brasil, a disseminação do modelo de integração baseado em médios e grandes produtores desencadeia processo de transição nos espaços rurais com impactos diretos sobre a manutenção dos produtores.

6.2 A diferenciação entre os produtores integrados e suas estratégias de reprodução.

Os produtores de frangos, integrados às cooperativas, a que se refere esta pesquisa, são todos proprietários de seus aviários, mas compõem um grupo heterogêneo, de acordo com as constatações até aqui expostas.

[...] produtores 'integrados' pertencem a um segmento heterogêneo, havendo especificidades em duas esferas. Uma primeira, na esfera horizontal se referindo às diferenças com relação à denominação, pois o termo integrado vem sendo substantivado como: avicultores, sericultores, vinicultores, fumicultores, suinocultores, etc.; e uma segunda na esfera vertical se referindo às diferenças sócio-econômicas entre eles e que produzem uma vivência também desigual (ARANA, 2001, p.09).

Em vista do padrão tecnológico na avicultura, somente os produtores com capacidade de investimento podem ingressar e se manter nesta atividade.

Apesar das exigências quanto à escala, padronização industrial e consequente seletividade, não há um perfil comum de avicultores integrados às cooperativas, no Oeste Paranaense, devido à diversidade de situações e estratégias adotadas pelos produtores.

Para os que se mantêm na avicultura, esta representa uma importante inserção no mercado. Em alguns casos é possível afirmar que o sistema da avicultura industrial não apenas exclui produtores, mas se reveste de extrema importância na inserção destes e, consequentemente, atua na diferenciação social entre os produtores.

A relevância de tratar sobre tipificação de produtores é a preocupação em se captar a diversidade de agricultores - objetos de políticas públicas para o desenvolvimento rural - e saber que, na realidade, não há uma tipologia rigidamente construída válida em qualquer situação (CARMO *et al*, 2001).

A principal variável que distingue os produtores de frangos, neste caso, é o nível tecnológico representado pelos modelos dos aviários (convencionais e climatizados). O tipo de mão de obra empregada (familiar e/ou assalariada) e o local de residência (campo ou cidade) estão diretamente ligados a esta variável principal.

Segundo o critério do modelo dos aviários e quantidade de galpões, por produtor entrevistado (anteriormente enunciado no Gráfico 25), se verificaram os dois estratos mais representativos da amostra, sendo eles: produtores que possuem 1 aviário convencional (16% dos entrevistados), e produtores que possuem 2 aviários climatizados (23%).

Estes dois grupos representariam dois extremos quanto à condição sócio-econômica e vivência desigual entre os produtores de frangos pesquisados.

O primeiro grupo é constituído por produtores que possuem apenas um aviário convencional (até 16 mil aves/lote). Caracterizam-se, todos eles, pelo emprego de mão de obra familiar e por residirem no campo. Observou-se, quanto à dimensão da propriedade, que o primeiro grupo possui propriedades menores em comparação ao segundo grupo denominado como possuidores de 2 aviários climatizados (23 a 30 mil aves/lote), conforme se verificam nos gráficos 25 e 26.

A dimensão média das propriedades do primeiro grupo é de 19 hectares e do segundo grupo é de 79 hectares. O tamanho máximo da propriedade alcançado pelo primeiro grupo correspondeu a 43 hectares, enquanto que, para o segundo grupo, atingiu 314 hectares.

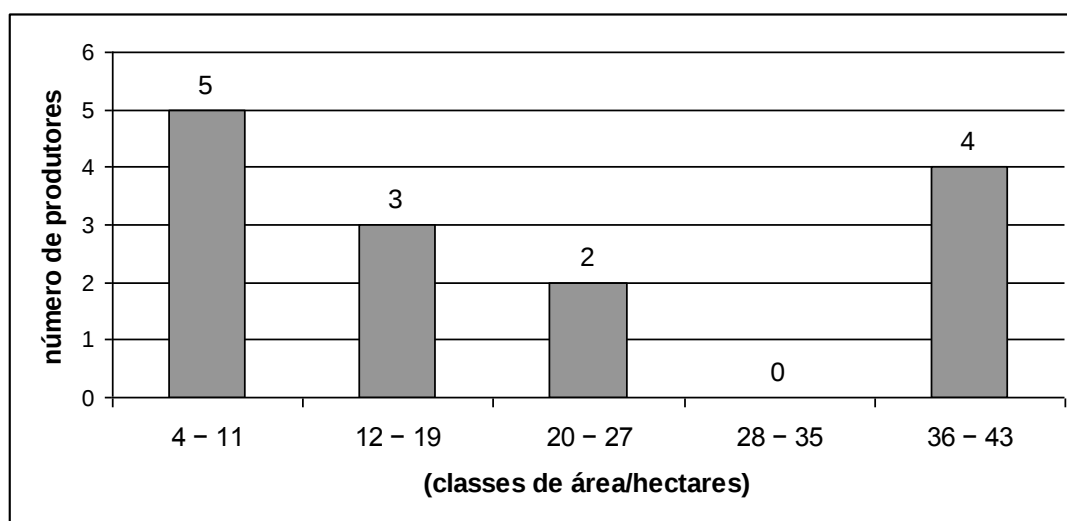


Gráfico 25 – Dimensão das propriedades do grupo de produtores que possui um aviário convencional.

FONTE: Trabalho de campo (2008 e 2009).

Uma parcela significativa do segundo grupo se classificou no estrato de 2 a 64 hectares, sendo mais freqüente o número de 24 hectares, isto é, em alguns casos não é a dimensão da propriedade um critério discriminatório para a condição de maior capacidade produtiva, representada, neste caso, por dois aviários climatizados.

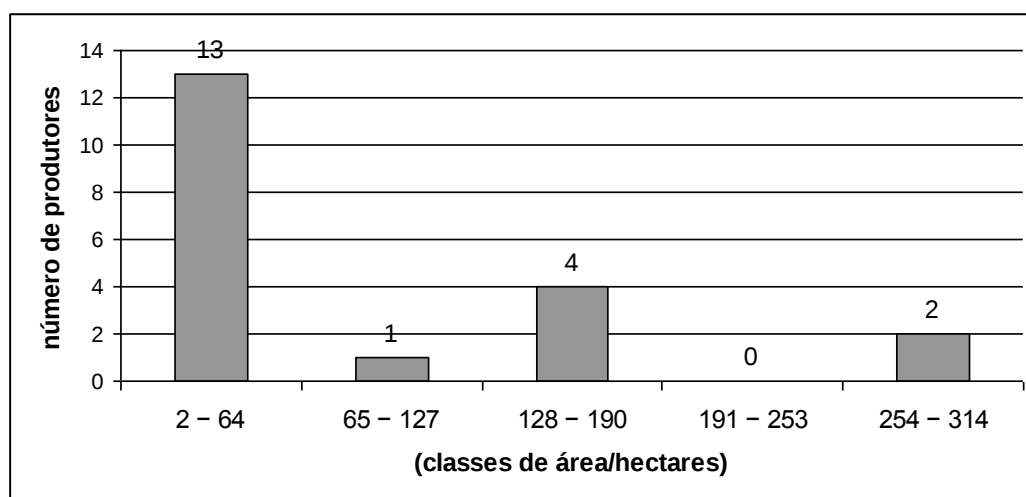


Gráfico 26 – Dimensão das propriedades do grupo que possuem dois aviários climatizados.

FONTE: Trabalho de campo (2008 e 2009).

O segundo grupo se diferencia internamente pelo tipo de mão de obra empregada nos aviários. Onze produtores utilizam a força de trabalho da família, e nove produtores empregam assalariados. Diferenciam-se pelo local de moradia, pois cinco produtores residem na cidade e, também, por possuírem outras atividades remuneradas além da produção agrícola - sendo este o caso de quatro produtores que prestam serviços com maquinário próprio, de plantio e colheita; dois são comerciantes urbanos (farmácia e padaria); e um é gerente de produção.

Neste aspecto da realização de outro trabalho remunerado além da agricultura, quanto ao primeiro grupo, ocorre com seis produtores: três trabalham com prestação de serviços, às vezes com maquinário próprio (trator, plantadeira etc.) ou apenas como tratoristas; um é caminhoneiro; um é carpinteiro; e um é proprietário de um estúdio de fotos e filmagem.

A presença destas atividades complementares significa o desenvolvimento de estratégias fundamentais para a reprodução social dos produtores rurais, de acordo com Hespanhol e Costa (2002, p.08), especificamente em relação aos agricultores

familiares: “[...] o recurso ao assalariamento temporário em atividades rurais (tratorista, diarista, etc.) ou de parte dos membros da família em atividades urbanas como forma de complementar a renda do grupo familiar”.

A procura de emprego e a busca por outras remunerações complementares podem significar uma fuga ao empobrecimento, ou seja, a evidência de que apenas depender da atividade agrícola não supre a manutenção adequada destes produtores e de suas famílias. Entretanto, isto nem sempre significa uma situação forçada dos produtores, pois também se relaciona às especificidades regionais, de acordo com Paulilo (1990):

A maioria dos nossos entrevistados está longe de ter que vender sua força de trabalho para se reproduzir enquanto produtor. É preciso não confundir o assalariamento dos filhos com o dos donos da terra. [...] Isso não significa que a pequena exploração está se tornando inviável economicamente (PAULILO, 1990, p.33).

Na presente pesquisa, a inserção desigual entre os produtores dos dois grupos evidenciados, mesmo fazendo uso de mesmas estratégias, se dá pelo nível de valorização maior ou menor das atividades complementares que desenvolvem e pelo maior rendimento econômico obtido pelo grupo que possuem dois aviários climatizados. Parcialmente, a dimensão da propriedade da terra influencia a condição sócio-econômica dos produtores, mas não é uma regra.

Identificou-se um terceiro grupo de produtores de frangos classificados pelo critério do emprego de mão de obra assalariada nos aviários. Este terceiro grupo foi subdividido em três subgrupos, quais sejam:

- Subgrupo 01, produtores que residem na cidade e exercem atividade/profissão complementar (13% dos entrevistados);
- Subgrupo 02, produtores que residem na cidade, mas não possuem outra atividade profissional, dependendo exclusivamente do rendimento agrícola (8% dos entrevistados).
- Subgrupo 03, produtores, cujo local de residência é o campo, podem ou não realizar atividade complementar (14% dos entrevistados).

Os subgrupos 01 e 02 foram descritos nos Quadros 10 e 11 quanto às variáveis que interferem na diferenciação entre os produtores.

O emprego de funcionários assalariados para trabalhar nos aviários acontece geralmente quando os proprietários dos aviários residem na cidade, havendo

exceções, pois se verificou que o Subgrupo 03 são produtores que moram no campo, podem utilizar a mão de obra da própria família, mas também empregam funcionários assalariados. A caracterização destes produtores (Subgrupo 03) é verificada no Quadro 12.

Os resultados acerca da diferenciação social entre os produtores demonstram que o nível tecnológico representado pela quantidade e modelos dos aviários representa importante variável discriminatória.

Quadro 10 – Caracterização dos produtores de frangos que residem na cidade e exercem atividade profissional complementar (Subgrupo 01).

	Número/modelo de aviários.	Hectares*	Atividade produtiva e/ou remuneração complementar.
E2	2 climatizados	278	Prestação de serviços com máquinas agrícolas.
E15	2 climatizados	145	Prestação de serviços com máquinas agrícolas.
E30	2 semi-climatizados e 1 convenc.	200	Prestação de serviços com máquinas agrícolas.
E56	4 semi-climatizados	4	Representante comercial
E69	4 climatizados	24	Engenheiro Agrônomo
E70	2 climatizados	4	Gerente de Produção
E71	1 convencional e 3 climatizados	120	Técnico agrícola, proprietário de loja de insumos.
E72	2 convencionais	20	Proprietário de transportadora, (de cargas).
E79	3 semi-climatizados	32	Vendedor autônomo
E82	3 climatizados	12	Sócio-diretor de uma faculdade particular.
E83	2 climatizados	2	Farmacêutico

* Dimensão da propriedade.

FONTE: Trabalho de campo (2008 e 2009). Org. da autora.

Quadro 11 – Caracterização dos produtores de frangos que residem na cidade e exercem apenas atividade produtiva agrícola (Subgrupo 02).

	Número/ modelo de aviários	Hectares*
E8	3 climatizados	121
E16	3 climatizados	79
E29	1 semi-climatizado e 1 convenc.	38
E66	3 climatizados	677
E67	2 climatizados	121
E68	3 climatizados	60
E78	3 climatizados	115

*Dimensão da propriedade.

FONTE: Trabalho de campo (2008 e 2009). Organização da autora.

Os produtores residentes na cidade ou empregadores de funcionários possuem aviários em maior quantidade e produtividade. O subgrupo 02 apresenta as dimensões de propriedade mais elevadas (em hectares), como se verifica nos Quadros 10, 11 e 12, o número médio da dimensão da propriedade do Subgrupo 01 é 76 hectares, do Subgrupo 02 é 173 hectares e do Subgrupo 03 é de 68 hectares.

Quadro 12 – Caracterização dos produtores que moram no campo e possuem funcionários assalariados (Subgrupo 03).

	Número/modelo de aviários.	Hectares*	Atividade produtiva e/ou remuneração complementar.
E5	2 convencionais	169	Não
E13	2 semi-climatizados	64	Diretor administrativo de cooperativa.
E14	2 convencionais	12	Aposentadoria rural.
E18	2 climatizados	24	Dono de padaria.
E19	7 climatizados	60	Não
E24	1 climatizado	108	Prestação de serviços com máquinas agrícolas.
E27	2 climatizados	133	Prestação de serviços com máquinas agrícolas.
E40	2 semi-climatizados	16	Diretor administrativo de cooperativa.
E43	1 semi-climatizado	9	Não
E50	3 climatizados	56	Prestação de serviços com máquinas agrícolas.
E57	5 climatizados	24	Não
E65	2 climatizados	145	Não

*Dimensão da propriedade.

FONTE: Trabalho de campo (2008 e 2009). Organização da autora.

As atividades realizadas, com o objetivo de complementar o rendimento da produção agrícola, aparecem tanto nos produtores que apresentam elevado nível tecnológico, quanto entre aqueles que possuem aviário de menor capacidade produtiva. Esta presença das atividades complementares pode ser interpretada como recurso ou estratégia de compensação para a inferior capacidade produtiva dos aviários e/ou para a dimensão menor da propriedade.

Produtores rurais bem sucedidos no desenvolvimento de estratégias e na busca de alternativas que visam à própria reprodução, se apresentam em condições sócio-econômicas melhores, de acordo com a análise de Hespanhol e Costa (2002), cuja pesquisa levantou estratégias produtivas e não produtivas que coincidem com o presente estudo.

Portanto, a integração de produtores às cooperativas abatedoras de frangos no Oeste do Paraná pode ser considerada uma estratégia de reprodução para os produtores rurais, mas a manutenção destes como avicultores/proprietários de aviários depende da tomada de um conjunto de recursos articulados, tais como se evidenciou entre os produtores integrados: diversificação produtiva e especialização em torno de pelo menos dois cultivos comerciais; emprego de funcionários assalariados em maiores escalas de produção; realização de atividade produtiva/profissional complementar ou existência de outro tipo de remuneração; participação cooperativista e reivindicação de interesses; acesso ao crédito rural.

Os bloqueios fundiários, econômicos e comerciais fazem da integração uma opção e uma estratégia adaptativa, alternativa, para os colonos; porém, alguns desses bloqueios e precariedades infra-estruturais tornam alguns colonos mais suscetíveis a um processo seletivo e de ruptura em relação a um tipo de integração idealizada pelas empresas. [...] O circuito se alimenta: a baixa produtividade faz com que alguns recebam pouco, e receber pouco significa maiores dificuldades para investir, para se estruturar como as empresas querem [...] O colono com maiores dificuldades, em alguns momentos, lança mão de uma interligação de fatores e rendimentos, fruto de ações de trabalho diferenciadas, inclusive de trabalhos pluriativos [...] (TEDESCO, 2001, p.140-141).

Diversas estratégias resultam na diferenciação entre os produtores, mas, neste caso, se destacam o acesso ao crédito para a implantação de aviários e a associação às cooperativas, como os dois elementos centrais que permitem a coexistência de produtores integrados em diferentes condições no Oeste Paranaense.

Setenta e oito produtores (90% dos entrevistados) realizaram financiamento para a construção dos aviários. Vinte e sete proprietários (31% dos entrevistados) afirmaram já terem quitado qualquer dívida em relação aos aviários, à época do trabalho de campo. Dada a alta adesão aos financiamentos, o acesso ao crédito se mostra decisivo à entrada dos produtores na avicultura. A vinculação dos produtores às cooperativas se mostra vantajosa neste aspecto, pois sabe-se que as cooperativas auxiliam os produtores no acesso ao crédito rural.

As cooperativas atuam diretamente para a diferenciação entre os produtores no sentido de induzi-los a instalarem novos equipamentos e infraestruturas, a fim de aumentar a produtividade e se adequar às exigências sanitárias e do mercado

internacional. Ao mesmo tempo, as cooperativas mantêm, no seu quadro de integrados, pequenos, médios e grandes produtores de frangos.

O objetivo final da integração, pelas cooperativas, é o recebimento dos frangos prontos para o abate, sejam provenientes de aviários convencionais ou climatizados. Considerando que os aviários se localizam num raio de atuação próximo ao parque industrial das cooperativas, o deslocamento de ração e assistência técnica, em função dos aviários convencionais, por exemplo, continua viável do ponto de vista logístico. Não há uma imposição direta, por parte das cooperativas, para que os avicultores se modernizem ou, caso contrário, sejam desligados. Contudo, os produtores integrados, menos eficientes em produtividade e rendimento econômico, tendem a ter seus aviários inviabilizados com o passar dos anos, principalmente na medida em que os recém-integrados já têm optado pela implantação de aviários maiores em capacidade produtiva.

6.3 Os motivos à integração e avaliação por parte dos produtores.

Os conflitos da relação “produtores versus agroindústria” colocam uma série de questionamentos em torno dos motivos que levam os agricultores a se tornarem produtores integrados. O integrado é subordinado? Ele perde a autonomia? Por que os produtores continuariam integrados sob condições desfavoráveis?

O fato de os produtores integrados comporem um grupo heterogêneo faz com que as avaliações e os interesses variem de acordo com a opinião e vivência diversas.

Dele se fala apenas como o ‘explorado’, o ‘subordinado’, enfim, como o lado passivo, sem que haja uma preocupação maior com o que esses agricultores pensam de si mesmos e das empresas, com as opções que eles possam ter, mesmo que reduzidas, e com o lugar que a relação da integração ocupa em seu mundo (PAULILO, 1990, p.21).

A dependência dos agricultores em relação às empresas não é algo novo e nem exclusivo do sistema da produção integrada, pois a história econômica das regiões agrícolas geralmente enfatiza a figura fundamental do comerciante e dos intermediários. “A livre comercialização de seus produtos e o poder de estabelecer seu preço nunca foram prerrogativas dos colonos. O sistema integrado só veio dar nova forma a essa antiga situação” (PAULILO, 1990, p.48).

Quando foram indagados [...] sobre questões sociais e políticas, tais como perda de autonomia, assalariamento disfarçado, subordinação, sindicalização ou representação específica, etc., percebeu-se que foi dada pouca importância a esses fatores. [...] O importante, ao que nos parece, é que não se evidenciou um descontentamento generalizado dos colonos sobre a sistemática. Não queremos dizer que a relação seja harmônica; pelo contrário, é conflituosa. Podemos dizer que a produção de aves e suínos para o colono, é um prolongamento da agricultura; é uma estratégia da unidade familiar que promove a aglutinação da força de trabalho e objetiva retorno econômico (TEDESCO, 2001, p.125).

Na medida em que as empresas integradoras são cooperativas, os avicultores são, concomitantemente, integrados e associados às agroindústrias. A produção integrada em conjunto com a manutenção da associação cooperativista induz ao raciocínio de vantagem social, pois, segundo Silva (1999, p.151), “[...] quando há subordinação às grandes cooperativas, as relações são aparentemente mais ‘democráticas’ na medida em que teoricamente o pequeno produtor é também um sócio da cooperativa [...]”. A participação cooperativista supõe uma gestão democrática, ou seja, para esses produtores o contrato não seria uma imposição, mas o resultado de um consenso.

“O fato de ser uma relação baseada em dívidas, investimentos e seleções não significa que o integrado aceite passivamente a situação, ele se contrapõe, mesmo no seu pequeno universo organizativo” (TEDESCO, 2001, p.143).

“É obrigação da integradora, quando coloca os pintainhos, no dia seguinte o técnico estar presente para acompanhar, dizer como está a produção, se está tudo em dia. Embora hoje com o aumento de aviários eu acho que eles estão com a equipe de pessoal fraca, não vence, eu acho que está um pouco deficiente a parte de assistência técnica ainda” (E2).

No Oeste Paranaense, constatou-se a perda de autonomia dos produtores em relação aos insumos que são utilizados, pois eles são controlados pelas empresas.

A fim de entender a racionalidade por parte dos agricultores, Tedesco (2001) identificou alguns motivos ou significados da integração, quais sejam: alternativa de viabilização econômica; aproveitamento da cama de aviário como adubo orgânico para aumentar a produtividade das lavouras de grãos; e emprego da força de trabalho excedente nas unidades familiares, inclusive podendo resolver problemas de transmissão patrimonial.

Além dos motivos evidenciados por Tedesco (2001), nas pesquisas de campo no Oeste Paranaense, o principal objetivo, citado por todos os produtores entrevistados, consistiu na obtenção de remuneração várias vezes durante o ano (a cada 60 dias). Outros motivos relatados foram: necessidade de diversificação produtiva em vista dos riscos de perdas da lavoura, por estiagem ou geada; e a disponibilidade de linhas de financiamento para a implantação dos aviários.

“A lavoura é incerta, a campo aberto, não é seguro, apesar de plantar e saber que vai colher, têm muitas intempéries. A avicultura é mais segura e, a cada sessenta dias, você tem uma remuneração que ajuda a agricultura. Eu acho bem interessante esta diversificação porque a lavoura é de seis em seis meses e a avicultura, nesse entremeio, dá uma folga pra ir tocando a vida. É uma renda que vem a cada dois meses que você pode trabalhar, ter um dinheiro circulando pra comprar adubo, semente, pagar despesas do aviário e da casa” (E15).

Obviamente a integração é uma relação econômica, mas não é só isto. A integração envolve práticas mais complexas, onde o que está em jogo é a necessidade de reprodução social, de assegurar a própria condição de produtor rural (TEDESCO, 2001).

“Se nós não tivéssemos aviários nem estaríamos aqui, quem sabe até teria vendido a terra. Pra nós, o que está mantendo nós é os aviários, porque a gente nunca tirou lotes ruins” (E38).

Paulilo (1990) concorda que a integração é, em primeiro lugar, uma situação de mercado em que o aspecto mais significativo deveria ser o rendimento econômico da atividade, se não fosse a existência de outros valores privilegiados pelos agricultores. Por exemplo: a realização pessoal de ser o dono, ter o próprio negócio; a satisfação em manter a dinâmica produtiva no estabelecimento, o emprego do funcionário, o aproveitamento dos resíduos, como adubo. Os relatos a seguir verificam motivos à integração e melhorias alcançadas.

“Eu trabalhava com o pai, trabalhava pra fora como pedreiro e trabalhava de bóia-fria. Se não tivesse começado com os aviários estaria trabalhando de empregado, acho que melhorou. A avicultura não deixa ninguém rico, mas dá pra viver” (E45).

“Meus cunhados já tinham aviários, sempre ganhava bem, aí eu construí também e deu retorno. Se não fossem os aviários eu não teria o que eu tenho hoje. Hoje está um pouco ruim a avicultura, mas, sempre dá pra se manter, tem o esterco para a lavoura... Agora mesmo estamos tirando o adubo pra plantar milho e eu vou evitar o gasto de 20, 30 mil em adubo químico” (E27).

“Ah melhorou, porque além da renda que é maior, prejuízo nunca deu, às vezes, não dá muito, mas prejuízo nunca deu. Sobra a ‘cama’ também que faz adubação na lavoura, então, sempre traz benefícios. Tem mais mão-de-obra, mais funcionários empregados, o objetivo do agricultor é empregar alguém também” (E30).

“Além do dinheirinho a mais que entra, tem o adubo que a gente joga na roça, que ajuda” (E41).

Mesmo diante das crises de mercado que afetam a avicultura ou em vista do aumento de preço de outro produto qualquer, os avicultores não desistem, muitas vezes porque se identificam, gostam ou já estão acostumados e experientes na atividade. Ressalta Tedesco (2001), o que também mantém e dá continuidade à relação é a dívida.

A empresa, em algumas situações, antes mesmo da entrega do frango, já planeja a colocação e o tipo de pinto para determinado aviário, ou seja, mesmo antes de o produtor saber quanto ganhou, já está com nova dívida. A empresa se julga no direito de determinar o tempo, o tipo, a forma e a situação da nova dívida, um processo que tende a se tornar cada vez mais intensivo (TEDESCO, 2001, p.132).

Como nas palavras do entrevistado (E42), apesar de não estar plenamente satisfeito com o aviário, sempre com o intuito de cobrir os custos, é dada continuidade à produção.

“Sinceramente, ele [o aviário] dá pra mal apenas viver; ele dá uma margem de lucro, aí você paga luz, se queima um motor chega ao final do lote e se ganha pouco. Então, a gente ‘toca’ porque tem, mas se fosse pra construir hoje, não construiria mais” (E42).

O entrevistado (E42) se mostra um tanto acomodado e até conformado com a situação, é um comportamento estável no sentido de manter equilibrada a relação produtor-agroindústria.

Do ponto de vista empresarial, a agroindústria integradora é a salvaguarda, nas palavras de Tedesco (2001, p. 120): “A empresa se serve do argumento de que, na agricultura, na produção de cereais e de aves sem integração, não há mais possibilidade de sobrevivência [...]” isto é, na perspectiva do modelo agrícola produtivista.

Em outro nível de desenvolvimento rural, Mior (2005) verificou que os aspectos negativos da experiência como produtores integrados se constituíram em

elementos centrais da decisão de agricultores, em Santa Catarina, para a construção de suas próprias agroindústrias familiares/ artesanais.

No Oeste Paranaense, entretanto, a recente expansão das cooperativas abatedoras de frangos é um fato que afirma a produção integrada como relação viável, de acordo com os produtores pesquisados que se mantêm na atividade.

Nas entrevistas com os produtores, numa das questões feitas, procurou-se explorar a percepção deles quanto às mudanças nas condições de trabalho e rendimento econômico após a construção dos aviários: o que melhorou ou piorou?

Sete produtores (8% dos entrevistados) enfatizaram em suas respostas o aumento de serviço e maior responsabilidade; onze produtores (13%) disseram que estão na mesma situação, pelo motivo da implantação recente dos aviários e também porque ainda estão com dívidas.

“Não mudou muita coisa, incrementou o serviço e mudou um pouco a rotina da família, todos se revezam” (E17).

“Não piorou, só trouxe mais compromisso, fica preso na propriedade. Por enquanto estou pagando o financiamento, mas depois terei retorno” (E21).

A maioria, sessenta e oito produtores (79%) respondeu que obtiveram melhorias nos aspectos: estabilidade, remuneração mais vezes durante o ano, utilização dos resíduos como adubo, mas também comentaram sobre a maior carga de trabalho e preocupação, por exemplo, nos dizeres do entrevistado:

“Em termos de renda, pra família, melhorou bastante, está mais estável, é uma renda garantida. Os pontos negativos de ter aviário é a preocupação, porque o frango exige mais atenção, não é igual a lavoura que você planta e espera, frango é toda hora. Às vezes, quando a gente sai, mesmo tendo funcionário, a gente fica preocupado: será que está fazendo o manejo certo? Se bobear um pouco morre todos os frangos. A preocupação é neste sentido. Mas, em termos de renda, deu tranquilidade financeira, eu posso fazer uma dívida mais alta porque eu sei que o dinheiro dos aviários vai entrar. A lavoura tem grande risco de estiagem ou geada, não é um dinheiro certo” (E19).

Especificamente, em relação ao tipo do trabalho, três produtores responderam:

“Antes eu trabalhava pra fora, passava veneno e fazia mal pra saúde. Piorou a liberdade, às vezes, todos querem sair no final de semana e não pode” (E12).

“Antes eu só estudava, estava sem rumo, só melhorou, agora tenho um emprego” (E11).

“Melhorou o trabalho, tornou mais cômodo por causa da automatização” (E1).

Alguns produtores relataram sobre a utilização ou contribuição do resultado econômico proveniente dos aviários à qualidade de vida da família, para investimentos em benfeitorias nos estabelecimentos rurais e acesso a serviços. No Quadro 13, se verificam estes produtores e as melhorias consideradas.

Quadro 13 - Proprietários que obtiveram melhorias a partir do resultado econômico proveniente dos aviários.

	Número/modelo de aviários	Hectares*	Melhorias/Investimentos
E31	1 climatizado	6	Ampliação da casa e compra de um carro.
E47	2 semi-climatizados	7	Estudo dos filhos.
E77	2 climatizados	41	Aquisição de um trator e uma plantadeira.
E82	3 climatizados	12	Construção de uma casa. Compra de gerador.
E80	2 climatizados	24	Construção de uma casa. Estudo dos filhos.
E84	2 climatizados	4	Aquisição de gerador.
E85	1 climatizado	12	Estudo dos filhos.

*Dimensão da propriedade.

FONTE: Trabalho de campo (2008 e 2009). Organização da autora.

O nível de satisfação dos proprietários de aviários pode ser avaliado pela intenção de ampliar a produção de frangos com a construção de mais galpões. Sobre isto, 42 produtores (49%) responderam que tem intenção de ampliar, de acordo com os comentários:

“Satisfeito pelo resultado e uma garantia no futuro, eu implantei pensando em longo prazo: essa é a verdadeira aposentadoria do empresário rural” (E8).

“Eu concordo que a avicultura é uma atividade rentável sim, principalmente para quem usa mão-de-obra familiar, pois é uma opção de renda nas pequenas propriedades. Na questão de aumentar a produção temos que pensar sempre em crescer, aliás eu estou começando o projeto da minha terceira granja, agora estou correndo atrás dos recursos e caso dê tudo certo esse ano devo construir” (E12).

“Eu acho que o aviário dá uma renda mais estável do que a lavoura e também porque nós já estamos trabalhando na atividade, sabemos

como funciona. Então, foi por esses dois motivos: estabilidade de renda e experiência” (E19).

“Porque é uma atividade que está quase se pagando o investimento e não é uma atividade difícil, é muito fácil pra manusear porque ele é todo automatizado, até mesmo que os mesmos empregados (um casal) vão cuidar dos três aviários” (E24).

Cinco produtores (6%) estavam indecisos quanto à possibilidade de ampliação. Trinta e nove produtores (45%) afirmaram que não têm intenção de ampliar. As principais razões apontadas foram: construiu recentemente e ainda está pagando financiamento; mão de obra familiar insuficiente, falta espaço no estabelecimento; recurso hídrico escasso; descontentamento com o retorno econômico.

“Não tenho intenção de aumentar porque é uma atividade que precisa constantes modificações, têm problemas com meio ambiente e com doenças correndo o risco de parar com a atividade, além de o resultado depender da eficiência da mão-de-obra do empregado, ainda correndo o risco de uma ação judicial” (E66).

Várias situações levam os agricultores a quererem ou não a ampliação da avicultura em suas propriedades. A organização das despesas, o conjunto de estratégias produtivas tomadas pela família interfere para que o resultado econômico entre os produtores seja desigual e, portanto, também a satisfação e a suposta intenção de ampliar a atividade.

Neste aspecto, é importante explicar que o preço pago por cabeça de frango varia de acordo com o Índice de Eficiência Produtiva (IEP), ou seja, este índice consiste basicamente no cálculo da conversão alimentar obtida ao final de um lote. Em casos de mortalidade de pintainhos, desperdício de ração e outros insumos, haverá dano à eficiência produtiva. O bom resultado depende do manejo correto e utilização adequada dos insumos (ração, pintainhos) fornecidos pela empresa integradora.

Por outro lado, existem os insumos ou investimentos que são de responsabilidade dos produtores integrados: energia elétrica, lenha, maravalha, salário dos funcionários, impostos, manutenção dos galpões etc.

Quanto vale sua força de trabalho? Quanto de juro há sobre o capital e a depreciação? O integrado não pode ter uma noção clara de rendimentos, devido, justamente, a esse controle que ele tem sobre o seu tempo, suas práticas, em parte sobre si mesmo; inclusive sobre

outros fatores, como subtração do lazer, descanso aos domingos, trabalho noturno, os quais, numa contabilidade capitalista, entrariam como fatores constitutivos de determinação de valor (TEDESCO, 2001, p.131).

Com base no ano de 2009, segundo informações repassadas por um produtor que é integrado à Copagrill, o preço pago pela cooperativa pode variar de R\$ 0,30 a R\$ 0,50 por cabeça, de acordo com o IEP. Para este produtor (E12), que possui dois aviários climatizados e usa a própria mão de obra, o seu ganho líquido tem alcançado R\$ 6 mil por lote.

Conforme estudo divulgado pela Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná (AAVIOPAR), em 2009, realizado pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o custo de produção por ave foi de R\$0,37 a R\$0,40. Uma produção normal é de 6,2 lotes ao ano para as aves com idade de 45 dias e intervalos (vazio sanitário) de doze dias (AVISITE, 2009).

Sendo o lucro um elemento fundamental para os produtores, a produção de frangos mediante relação contratual significa uma forma moderna de envolvimento com o mercado.

“Não adianta produzir um boi, um porco, porque você não pode vender. Você pode vender, mas, tem que ter o carimbo, um monte de exigência. Eu acho que isso eles estão dificultando pra gente, no campo. A gente tem as coisas e não pode comercializar, eu nem sei como funciona esse negócio, eu sei que se eu tiver um porco e quiser vender eu não posso. Só pode vender no mercado com carimbo do SIF. É tudo um esquema que eles dificultam pra gente. [...] O frango já é da Copacol, é uma integração, a gente não se preocupa porque estou produzindo frangos pra eles, não é nada meu, só o barracão. Eu entrego os frangos gordos pra eles, isso eles pegam, mas se eu criar um boi ou um porco eu não tenho como vender, eu não posso entregar num mercado, nem pra ninguém comprar. Eu tinha bastante, acabei com tudo, porque chega na hora e não tem pra quem vender” (E37).

Normalmente, os preços pagos aos produtores integrados são reduzidos, entretanto, é na integração que os produtores visualizam um canal de comercialização. Para o entrevistado (E37) é mais difícil vender a sua produção (boi e porco) fora de um sistema integrado.

A principal dificuldade no campo, de modo geral, na opinião dos agricultores, tem a ver com os custos e com os preços dos produtos agrícolas.

“Quando eu plantei esse trigo ali, estava R\$ 42,00 a saca, hoje eu colhi está R\$ 25,00. O preço dos porcos também, eu trabalhava com porco, parei. Está apodrecendo um capital que eu fiz... que custou suor... e hoje não tem valor, criar porco não compensa porque ora o preço está lá em cima, ora está baixo. A integração já era ruim e a parceria piorou. No tempo que eu era integrado eu tinha as minhas porcas, eu fazia o ciclo completo, hoje você só recebe os leitões, só engorda” (E20).

“Se eu continuar tirando lotes como estou tirando hoje, eu não consigo pagar os financiamentos. Sempre consegui pagar todos os financiamentos, mas, desta vez, nesse preço que está hoje, só de aviário não pago. Eu tenho cinco aviários pra pagar dois e ainda assim não sei se eu consigo pagar. Está numa fase não muito legal” (E45).

Além do custo alto, da insegurança em relação aos preços pagos aos produtores e da dependência aos financiamentos, segundo as respostas dos entrevistados, sobre o que deveria melhorar no campo, os seguintes aspectos foram observados: apoio governamental em termos de crédito e política agrícola; infraestrutura, principalmente estradas em boas condições; legislação trabalhista; legislação ambiental; disponibilidade de cursos para capacitação profissional, valorização dos agricultores e incentivo para permanecer no campo; organização em sindicatos, fortalecimento da representatividade dos agricultores.

“O governo deveria facilitar financiamentos para o pequeno produtor, pra ele ter condições de colocar um chiqueiro ou um aviário, porque hoje, pra quem tem cinco alqueires de terra eles nem financiam praticamente. Então, aquele que não tem uma área boa de terra não consegue nem financiamento. Eu acho que o governo deveria ajudar o pequeno porque ele mesmo teria condições, por exemplo, se ele fizesse um aviário, ele mesmo cuidava com a família dele e isso não está acontecendo, o pequeno não está tendo chance. Eu acho que deveria mudar nesta parte” (E27).

“Deveria ter financiamentos da Caixa Econômica Federal para construir casas, nos mesmos moldes da cidade” (E12).

“Cuidar do meio ambiente e ter condições de se manter, mesmo sendo um pequeno” (E34).

“Na parte profissional, precisamos de cursos técnicos, precisamos estar sempre acompanhando para não ficar pra trás. Acho que pecamos muito na administração rural” (E3).

“Hoje, o que está difícil pra nós, são as leis trabalhistas. Na nossa atividade, eu poderia pegar mais três ou quatro empregados, poderia investir muito mais, mas, do jeito que está... No nosso país é muita lei pra todo lado, então, teria que mudar pra facilitar o trabalho tanto do empregador quanto do empregado. Se comentava isso mesmo,

ontem, numa reunião do sindicato... Eu comecei a trabalhar com sete anos ajudando meu pai, mas hoje, se não tiver dezoito anos não tem jeito de trabalhar... Eu tenho sempre que tentar pegar um casal de velhos ou recém casados que não têm filhos, porque de repente, se vier uma fiscalização e ver um filho do empregado dentro do aviário, posso ser punido por ter um menor trabalhando. Eu falo assim: são muitas leis e impostos que atrapalha quem trabalha. Também, hoje, quem trabalha na terra é o vilão do mundo, é ele quem polui, mas se você for ver bem, na cidade se polui mais do que no meio rural. Infelizmente, o agricultor faz parte de uma classe desorganizada, não é capaz de fazer um manifesto. Se precisar ir a Brasília, deveríamos ir lá exigir nossos direitos” (E2).

“O país deveria ter uma política mais séria em relação ao campo e parar de mostrar como agricultor aquele pobre que trabalha com enxada e cavalos ou então aquele fazendeiro do Mato Grosso e mostrar o agricultor médio, que acho eu ser quem sustenta o país, em relação à agricultura” (E11).

A transcrição das entrevistas, nestes últimos trechos, evidenciou vários problemas que serviriam para questionar o desenvolvimento rural no Brasil.

As cooperativas, entretanto, buscam cumprir o papel de empresas representantes dos associados, comprometidas, em primeiro lugar, com a função produtiva agrícola dos espaços rurais. Neste contexto, a presente caracterização dos produtores procurou dar voz e visão para as ações que produzem a realidade das cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no oeste do Paraná.

Nesta região, a relação entre produtores e agroindústrias, por meio dos contratos de integração, vem se mostrando duradoura, pois representa um canal seguro para a comercialização dos produtos agrícolas, do ponto de vista dos avicultores. Por outro lado, a “integração vertical” tem significado umas das principais estratégias no *agribussines* brasileiro, proporcionando um maior controle da matéria-prima pelas agroindústrias e promovendo a competitividade das empresas.

Há uma tendência que generaliza a evolução da avicultura industrial no Brasil: os avicultores integrados devem ser cada vez maiores em capacidade produtiva. Esta tendência se confirma no oeste do Paraná, com algumas particularidades. A expansão da avicultura, na região analisada, foi potencializada a partir da atuação das empresas cooperativas que tem se aproveitado de políticas setoriais e linhas de crédito específicas, além dos recursos próprios da região, tais como a existência de agricultores capitalizados, muitos deles, pequenos proprietários em unidades produtivas familiares.

A presente pesquisa demonstrou como a ampliação da capacidade produtiva é relevante na avicultura e como o nível tecnológico representa obstáculos que estão forçando adaptações, apontando dificuldades e desafios à reprodução destes agricultores.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que as cooperativas abatedoras de frangos, nas últimas décadas, se consolidaram e continuam com potencial de crescimento na região oeste do Estado do Paraná, confirmando-se, assim, uma das hipóteses inicialmente formulada.

As cinco cooperativas estudadas evoluíram da função original, que era de armazenar e comercializar grãos, e passaram a processar as matérias-primas em modernos parques industriais. Ressalta-se o papel das políticas públicas por meio de programas e linhas de crédito especiais destinados ao cooperativismo empresarial, com fonte de recursos do BNDES e BRDE.

As cooperativas apresentaram aumento da produção de frangos nos últimos anos e têm projetos para expandir ainda mais a avicultura, principalmente a C.Vale, a Copagril e a Coopavel. A Copacol alcançou um volume de abate de 300 mil cabeças/dia e não tem projeto de expansão em curto prazo. A Copacol, em 2008, inaugurou um frigorífico de peixes, ou seja, entrou em um novo segmento, porém, com o sistema de produção integrado similar ao da avicultura. A Lar, por sua vez, apresentou oscilações e declínio da produção de frangos, em decorrência de reformas na indústria processadora e reposição de matrizes.

Verifica-se que há forte interação entre cooperativas agrícolas, empresas multinacionais, agricultores, políticas governamentais e um conjunto de recursos naturais que influenciaram a territorialização de uma agricultura especializada na produção de grãos básicos para a formulação de rações. Favoreceram a expansão da avicultura industrial na referida região: as condições ambientais, a colonização com base em pequenas propriedades e a elevada produção de grãos, hipótese também formulada quando do início da pesquisa.

A implantação de agroindústrias do segmento avícola por empresas cooperativas ocorre em várias regiões do Brasil, mas, na Mesorregião Oeste Paranaense, tal processo é mais significativo, porque as grandes empresas privadas deste ramo de atividade (Brasil Foods, Globoaves) se localizam numa área geograficamente próxima.

As cooperativas contribuem para a dinamização da economia dos locais onde estão inseridas, maximizando a utilização dos recursos da própria região e se

constituindo em empresas importantes em seus municípios-sede. O volume de produção e a geração de empregos favorecem a concentração de poder econômico pelas cooperativas, podendo exercer influência sobre as ações das lideranças políticas nas diferentes escalas - municipais, regionais, estaduais e até nacional.

A formação de cooperativas agrícolas é reconhecida como um mecanismo clássico para auxiliar o fortalecimento dos produtores rurais em torno de objetivos comuns. Teoricamente, o que se espera da participação cooperativista está além da tarefa de produzir frangos ou outras matérias-primas, mas envolveria uma participação mais ativa no controle dos resultados da produção entregue às cooperativas.

A avicultura é um segmento altamente competitivo em que grandes empresas lideram o mercado. As cooperativas, portanto, atuam como canais alternativos para os avicultores.

Normalmente, os membros do conselho de administração e os presidentes das cooperativas pesquisadas também são proprietários de aviários. Neste sentido, a gestão das empresas cooperativistas é peculiar e pode influenciar positivamente o tratamento dado ao conjunto dos associados integrados à produção de frangos. Por outro lado, a integração de agricultores às cooperativas agrícolas promove uma relação mais ampla destes produtores de frangos com o ambiente que permeia os sistemas agroindustriais.

Os agentes da cadeia produtiva do frango têm ampliado as exigências quanto à capacitação profissional, ao recebimento de novas tecnologias, ao cumprimento da legislação ambiental e à incorporação de modernas técnicas de produção tanto das indústrias como dos agricultores. Estas mudanças ou adaptações, somadas às oscilações do mercado mundial, podem comprometer a permanência dos produtores na atividade, especialmente dos menores.

Os resultados da pesquisa convergem para as análises em torno das exigências de maior capacidade de investimentos e ampliação da escala produtiva. Indica-se a difusão de um modelo de integração baseado em médios e grandes produtores, incluídos agricultores familiares que apresentam maior nível de capitalização.

A avicultura permite ser implantada em pequenas propriedades, desde que se obedeça, por exemplo, a limites de proximidade em relação às habitações e aos mananciais. A dimensão da propriedade da terra é um elemento que influencia a

condição socioeconômica dos agricultores, mas não é um impedimento à avicultura, pois a produção de frango é feita de maneira adensada e requer reduzido espaço no estabelecimento rural.

O acesso ao crédito condiciona o início e a manutenção dos produtores nesta atividade, pois a produção de frangos é alvo de uma indústria que ao longo dos anos incorporou novas tecnologias e, por isso, demanda constantes atualizações e investimentos. Neste aspecto, as cooperativas oferecem assistência técnica aos agricultores.

No Oeste Paranaense, a produção de frangos é uma atividade que, muitas vezes, está associada à manutenção da mão de obra familiar em pequenas propriedades, ou seja, trata-se de um tipo de exploração compatível com o perfil dos produtores associados às cooperativas. Entretanto, a avicultura como fonte de renda complementar tornou-se uma alternativa também para os médios e grandes produtores/proprietários do oeste do Paraná, os quais apresentam um grau de capitalização que lhes permite empregar mão de obra assalariada e responder mais rapidamente à ampliação dos aviários e a sua sofisticação tecnológica.

O principal elemento da diferenciação entre os produtores consistiu no nível tecnológico dos aviários, os quais podem ser convencionais ou climatizados. Há proprietários de aviários em situações muito diversas no que concerne a escala de produção e o padrão tecnológico, nas cooperativas pesquisadas, o que indica um processo de diferenciação social entre os produtores.

Apesar da crescente exigência para aumentar a escala de produção, as cooperativas mantêm uma significativa parcela de produtores que possuem apenas um aviário convencional, sobretudo a Copacol. Ao contrário, as empresas não cooperativas poderiam cobrar mais rapidamente a incorporação de novas tecnologias pelos seus integrados. Neste sentido, as cooperativas são importantes para a manutenção e capitalização dos agricultores familiares.

Diante de questões mundiais que desafiam a expansão das cadeias do agronegócio, quais sejam: sanidade; escassez de água; elevados custos de produção, segurança alimentar etc. torna-se primordial a reformulação de políticas para o desenvolvimento rural. No Oeste Paranaense, contudo, persiste o modelo agrícola produtivista dinamizado pelas cadeias agroindustriais.

Há mais de quarenta anos, no Brasil, os contratos de parceria entre produtores e agroindústrias fazem do sistema de produção integrada uma relação

exitosa do ponto de vista da gestão agroindustrial. Sabe-se que os contratos dão coordenação à cadeia produtiva.

A avicultura industrial passou por mudanças, tais como: significativos ganhos de produtividade, melhorias na estrutura física dos galpões, automatização e melhoramento genético das aves. As permanências, entretanto, também marcam este segmento produtivo, a exemplo do modelo de integração de produtores. Mesmo diante dos conflitos da relação entre produtores e agroindústrias, da propalada subordinação da renda da terra ao capital industrial e das prováveis e súbitas crises do mercado, a avicultura industrial e a produção integrada são atividades impulsionadas pelas cooperativas agrícolas no Oeste Paranaense e motivadas pela expansão do mercado interno e externo de carne de frango.

No Oeste Paranaense, contudo, a relação contratual entre produtores e agroindústrias é preenchida pela relação cooperativista, ou seja, o integrado é associado da empresa integradora. Tal especificidade torna-se mais importante na medida em que são evidenciados efeitos positivos sobre a melhoria de renda e a qualidade de vida dos produtores.

REFERÊNCIAS

ABEF – Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frangos. Disponível em: <<http://www.abef.com.br/Estatísticas/MercadoMundial/MercadoMundial.php>> Acesso em 19/11/2008.

ABEF – Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frangos. **Relatório 2008/2009**. Disponível em: <<http://www.abef.com.br>> Acesso em 29/03/2010.

AIDAR, A. C. K.; PEROSA JR, R. M. Espaços e limites da empresa capitalista na agricultura. **Revista de Economia Política**, vol.1, n.3, São Paulo, brasiliense, jul./set 1981, pp.17-39.

ALMEIDA, F. G. de. O ordenamento territorial e a geografia física no processo de gestão ambiental. In: SANTOS, M. (et al). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, pp. 333-354.

ALVES FILHO, E.; ARAÚJO, M. da P. Origens e desenvolvimento do sistema de produção integrada no Brasil. In: CASIMIRO FILHO, F.; SHIKIDA, P. F. A. (coord). **Agronegócio e desenvolvimento regional**. Cascavel: Edunioeste, 1999.

ANDRADE, M. C. de. Problemas e perspectivas de desenvolvimento do cooperativismo no Nordeste. In: ANDRADE, M. C. de. **Cidade e campo no Brasil**. São Paulo: brasiliense, 1974, pp.157-171.

ANDRADE, M. C. de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, M. C. de. **Geografia Econômica**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ARANA, Alba Regina Azevedo. Os Avicultores Integrados no Brasil: estratégias e adaptação – o caso da COPERGUAÇU DESCALVADO – SP. (Tese de Doutorado). São Paulo: FFLCH – USP, 2001.

ARAÚJO, S. M. P. de. **Eles: A Cooperativa: um estudo sobre a ideologia da participação**. Curitiba: Projeto, 1982.

AVISITE – O Portal da Avicultura na Internet. Fusão Perdigão Eleva irá alterar o ranking do frango no Brasil. Disponível em: <<http://www.avisite.com.br>> Acesso em 03/12/2007.

AVISITE – O Portal da Avicultura na Internet. Problema da avicultura está na alta dependência ao mercado externo. Disponível em: <<http://www.avisite.com.br>> Acesso em 13/11/2008.

AVISITE – O Portal da Avicultura na Internet. Frango brasileiro também depende (e muito) do petróleo. Disponível em: <<http://www.avisite.com.br>> Acesso em 13/11/2008.

AVISITE – O Portal da Avicultura na Internet. Apesar da crise, cooperativas paranaenses mantém investimentos. Disponível em: <<http://www.avisite.com.br>> Acesso em 13/11/2008.

AVISITE – O Portal da Avicultura na Internet. AAVIOPAR alerta para dificuldades enfrentadas pelos avicultores do oeste paranaense. Disponível em: <<http://www.avisite.com.br>> Acesso em 12/05/2009.

AVISITE. **Produção Animal – Avicultura**, n.17, ano 02, setembro/ 2008.

AVISITE. Após várias tentativas, Tyson Foods instala sua subsidiária brasileira. **Produção Animal – Avicultura**, n.18, ano 02, outubro/ 2008.

AVISITE. Fechado primeiro contrato de exportação para a China. **Produção Animal – Avicultura**, n.26, ano 03, junho/2009.

AVISITE. Aviários Gigantes. **Produção Animal – Avicultura**, n.27, ano 03, julho/2009.

AZEVEDO, P. F. de; BATALHA, M.O; BONACELLI, M.B; GRIESE, L. Diagnóstico, Tendências e Perspectivas para a Cadeia Agroindustrial de Avicultura de Corte: o Caso da Macrorregião de Ribeirão Preto. In: PAULILO, L.F; ALVES, F. (org.) **Reestruturação agroindustrial: políticas e segurança alimentar regional**. São Carlos: EdUFSCar, 2002, 350p.

BANDEIRA, Pedro Silveira. A economia da Região Sul. In: AFFONSO, R. de B. A.; SILVA, P. L. B. (orgs.) **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, p. 225-251.

BARBOSA, C.C. Safra 89/90: a quebra dos sucessivos recordes. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.12, n.1, jan.1990, pp. 05-07.

BELLAVER, Cláudio ; PALHARES, J. C. P. Uma visão sustentável sobre a utilização da cama de aviário. **O Imparcial**, Concórdia - SC, p. 12 - 12, 15 jan. 2002. Disponível em: < <http://www.cnpsa.embrapa.br/> > Acesso em: 26/11/2009.

BELIK, W. Políticas setoriais para o setor agroalimentar no Brasil: aspectos conceituais e evidências empíricas. In: In: MALUF, R.S.; WILKINSON, J. (orgs.) **Reestruturação do Sistema Agroalimentar: questões metodológicas e de pesquisa**. Rio de Janeiro: UFRRJ/ CPDA, 1999, pp. 179-198.

BELIK, W. Agroindústria e política agroindustrial no Brasil. In: RAMOS, P. (org.) **Dimensões do Agronegócio Brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: MDA, 2007, pp. 141-170.

BENJAMIN, C. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relato Setorial - Avicultura**. Brasília, 2005.

Disponível em <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/relato/rsfrango.pdf>>, Acesso em: 25/09/2008.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Aspectos econômicos das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BIRCK, L. G.; URIBE-OPAZO, M. A.; GIMENES, R. M. T.; STADUTO, J. A. R. A contribuição econômica da Cooperativa Agroindustrial Lar para o desenvolvimento econômico. **V Encontro de Pesquisadores Latino-Americanos de Cooperativismo** (CD ROM), Ribeirão Preto-SP, 2008.

BORGMANN, Juviane Rodrigues. Copagril e Copacol firmam parceria para a produção de peixes. **Assessoria de Imprensa Copagril**. Marechal Cândido Rondon, 09 de março de 2010. Disponível em: <<http://www.copagril.com.br/n7.html>> Acesso em 18/05/2010.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2008-2009**. Brasília: Mapa/ SPA, 2008.

BUAINAIN, Márcio (coord) et al. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BULHÕES, R. Limites e possibilidades para a expansão da cultura da soja no Paraná. (Tese de doutorado), Campinas-SP: Unicamp. Instituto de Economia, 2007.

CALABI, D.; INDOVINA, F. Sobre o uso capitalista do território. **Revista Orientação**, n.09, São Paulo, USP, 1992.

CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

CARMO, Maristela Simões do; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de; ZARONI, Margarida M. Hoepfner. Métodos de tipificação de agricultores voltados ao desenvolvimento rural sustentável. **Agric. São Paulo**, SP, 48 (2): 1-13, 2001.

CARNEIRO, Maria José. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (Orgs.) **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008, pp.255-269.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora Unesp, IE - Unicamp, 2002.

CERON, A.O. Revolução Industrial e Sistema Espacial Agricultura. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro-SP, vol.3, n.5, 1973, pp. 05-37.

CASTRO, I.E. de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Indicadores da Agropecuária**. Brasília, outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em 21/11/2008.

COPACOL – Cooperativa Agroindustrial Consolata. Balanço Social 2006. 24p.

COPACOL – Cooperativa Agroindustrial Consolata. Novo Propósito Estratégico da Cooperativa até 2013. **Revista Copacol**, n.34, março/abril/2009, 30p.

COPAGRIL – Cooperativa Agroindustrial Copagril. Copagril e Copacol firmam parceria. **Revista Copagril**, ano 01, Ed. 10, out. 2005, p.14-15.

COPAGRIL – Cooperativa Agroindustrial Copagril. **Relatório Anual** 2007. 32p.

COSTA, V.M.H.de M. A modernização da agricultura no contexto da constituição do complexo agroindustrial no Brasil. **Anais do XI Encontro Nacional de Geografia Agrária**, vol.II, 1992, pp.02-26.

COUTINHO, L. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: As Grandes Tendências de Mudança. **Economia e Sociedade**, n.01, Campinas, agosto 1992.

DALLA COSTA, A. J. Gestão dos herdeiros ou de profissionais nas empresas familiares: o caso da Perdigão. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p.197-225, maio/ agosto de 2007.

DALMÁS, S.R.da S. P.; STADUTO, J.A.R.; WILLERS, E.M. A identificação de Cluster na Atividade de Abate de Frangos na Mesorregião Oeste do Paraná. **XVL Congresso da SOBER – Conhecimento para a Agricultura do Futuro** (CD ROM). Londrina-PR, 22 a 25 de julho de 2007.

DELGADO, G. C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Editora Ícone, 1985.

DELGADO, N.G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S.P. (org) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001, pp.15-52.

DELGADO, N; LAVINAS, L; MALUF, R. ROMANO, J. **Estratégias agroindustriais e grupos sociais rurais: o caso do MERCOSUL**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996.

ELIAS, D. **Agricultura e Globalização: A Região de Ribeirão Preto - SP**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, 398p.

ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999.

ESPÍNDOLA, C. J. O real, a indústria avícola e as estratégias empresariais. **Revista de Geografia**, UFMS, Campo Grande-MS, jul./ dez. 2001, pp. 33-38.

ESPÍNDOLA, C.J. **As agroindústrias de carnes do Sul do Brasil**. São Paulo: USP, 2002 (Tese de Doutorado).

ESPÍNDOLA, C. J. Desenvolvimento biotecnológico das agroindústrias de carne no Brasil: a cadeia produtiva de aves. In: XX Semana de Geografia CCE/ UEL, **Desenvolvimento e Questão Ambiental (CD rom)**, 18 a 22 de out. de 2004.

ESPÍNDOLA, C. J. A cadeia produtiva de frango de corte na América do Sul: considerações preliminares. In: 12º Encontro de Geógrafos da América Latina, 03 a 07 de abril de 2009, Montevideu, Uruguai. Disponível em: <<http://egal2009.easyplanners.info>> Acesso em: 13/05/2009.

FAE BUSINESS. A cooperação faz a força: João Paulo Koslovski e Luiz Roberto Baggio discutem os desafios e oportunidades do cooperativismo paranaense. **Revista FAE Business**, n.12, setembro de 2005, p. 8-11.

FERNANDES, S. G.; PANIAGO, E.; LIMA, J. E. de. Análise de alternativas relacionadas com a demanda e a oferta de carnes no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 27, n.2, abr./jun. 1989, pp.437-461.

FERNANDES FILHO, José Flores; QUEIROZ; Antônio Marcos de. Transformações Recentes na Avicultura de Corte Brasileira: O Caso do Modelo de Integração. In: **XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER**, 2002, Passo Fundo – RS. XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER Equidade e Eficiência na Agricultura Brasileira. Brasília, 2002, v.1, p. 1-16.

FIGUEIREDO, A. H. de. Crédito rural e mudança tecnológica no oeste do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n.54, abr./jun. 1992, pp. 83-117.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F.; SPOSITO, E. S. (orgs). **Indústria, ordenamento e território: a contribuição de André Fischer**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.

FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Livraria do Chain: CONCITEC: IPARDES, 1988,154p.

FONSECA; S. R da; COSTA, V. M. H. de. As transformações recentes no setor agroindustrial brasileiro: uma abordagem da atividade cooperativista. **Boletim de Geografia Teórica**, v.25, n.49-50 (Anais do XII Encontro Nacional de Geografia Agrária, v.01), pp. 363-372, 1995.

FRANÇA, L. R. de; FERNANDES FILHO, J. F. A evolução da avicultura de corte em Goiás. In: PEREIRA, S. L. **O agronegócio nas Terras de Goiás**. Uberlândia: EDUFU, 2003, pp. 175-211.

FRANTZ, Remí Luiz. Avicultura comercial e sua importância para o desenvolvimento. Um estudo de caso no município de Toledo. (Monografia). Toledo: Unioeste, Departamento de Economia, 1996, 45p.

FREITAG, L. da C. **Fronteiras Perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1945)**. Cascavel: Edunioeste, 2001, 140p.

FURTADO, C. **O Brasil Pós-“Milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GEMELLI, Diane Daniela; CARVALHAL, Marcelo Dornelis. A expansão do trabalho fabril nas indústrias alimentícias de Marechal Cândido Rondon/PR e sua relação com a qualificação profissional. **Anais da IX Jornada do Trabalho**, 10 a 13 de outubro de 2008, UFG, Catalão-GO, 17p.

GEMELLI, D. D.; CARVALHAL, M. D. Dinâmica territorial do capital e do trabalho: qualificação profissional e a expansão do trabalho fabril no Oeste Paranaense. In: 12º Encontro de Geógrafos da América Latina, 03 a 07 de abril de 2009, Montevideu, Uruguai. Disponível em: <<http://egal2009.easyplanners.info/area02>> Acesso em: 13/05/2009.

GEMELLI, D. D; CARVALHAL, M. D. A mobilidade territorial do trabalho e a formação do trabalhador para o capital. **Anais do VII Seminário do Trabalho**, Marília-SP: Unesp, 2010.

GONÇALVES, J. S.; MACHADO, R. S. Consumo e hierarquia dos relativos de preços de proteína animal no Brasil, 1997-2006. **Informações Econômicas**, vol. 37, n.9, São Paulo: IEA, 2007, pp. 33-40.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GROLLI, D. Unicoop – Educação corporativa chega às cooperativas. In: **Revista FAE BUSINESS**, n.12, set.2005, p.49-50.

Disponível em: <<http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/>> Acesso em: 15/05/2009.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HELFAND, Steven M.; REZENDE, Gervásio Castro de. Mudanças na distribuição espacial da produção de grãos, aves e suínos no Brasil: o papel do Centro-Oeste. In: HELFAND, Steven M.; REZENDE, Gervásio Castro de. (Orgs.) **Região e espaço no desenvolvimento agrícola brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. p.13-56.

HESPANHOL, A. N. O binômio soja/ trigo na modernização da agricultura do Paraná: o caso dos municípios de Ubatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu. (Dissertação de mestrado), Rio Claro-SP: UNESP, 1990.

HESPANHOL, A. N. Políticas públicas, modernização e crise da agricultura brasileira. **Faz Ciência: Revista de Ciências Humanas**. Francisco Beltrão – PR: Facibel, v.1, n.1, 1997, pp.38-49.

HESPANHOL, A. N. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (org.) **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, pp. 179-198.

HESPANHOL, A. N. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L.Z.P. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.81-94.

HESPANHOL, R. A. de M.; COSTA, V. M. H. de M. A agricultura familiar em municípios selecionados da microregião geográfica de Presidente Prudente-SP: caracterização e interpretação. *Boletim de Geografia*. Maringá, v.01, n.01, p.01-11, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <www.ibge.gov.br> Acesso em: 23/04/2009.

INACIO, A. Tyson Foods compra avícolas no Sul do Brasil. 2008. Disponível em: <<http://www.portalexame.abril.com.br/ae/negocio/m0168093.html>> Acesso em: 25/09/2008.

IPARDES - Fundação Edison Vieira – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Agroindústria e Cooperativas no Paraná**. Curitiba, 1985, 55p.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **As migrações e a transformação da estrutura produtiva e fundiária no Paraná**. Curitiba: 1983.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras Regionais**, Curitiba, 2004.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **APL de formação de máquinas e equipamentos para a agricultura, avicultura e obtenção de produtos animais: estudo de caso**. Curitiba: IPARDES, 2006.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Anuário Estatístico do Estado do Paraná 2007. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/anuario_2007/index.html> Acesso: 23/07/2009.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Oeste Paranaense: o 3º espaço relevante: especificidades e diversidades**. Curitiba: IPARDES, 2008.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KAGEYAMA, A. (et al) O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLAYERDE, C. M. (orgs) **Agricultura e Políticas Públicas**. 2 ed. Brasília: IPEA, 1996, pp. 113-223.

KAGEYAMA, A.; SILVEIRA, J.M. da. Agricultura e questão regional. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v.35, n.2, abr./jun. 1997.

KON, Anita. **Economia Industrial**. São Paulo: Nobel, 1994.

LANG, A. Rateio do ICMS: uma questão de justiça tributária. In: **Revista FAE BUSINESS**, n.12, set. 2005, p.24-25.

Disponível em: <<http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/>> Acesso em: 15/05/2009.

LAR – Cooperativa Agroindustrial Lar. **Relatório Anual 2007**. 36p.

LIMA, M.A.A. Mudança Tecnológica, Organização Industrial e Expansão da Produção de Frango de Corte no Brasil. (Dissertação de Mestrado) São Paulo: USP/ Departamento de Economia, 1984.

LIMA FILHO, D. de O.; SPROESSER, R.L.; TREDEZINI, C.A.O.; MORETTI, L. Determinantes da compra de frango: saúde ou preço? **Informações Econômicas**, SP, v.35, n.12, dez. 2005.

LOPES, F. F.; NEVES, M.F.; TROMBIN, V. G. Montando contratos sustentáveis. In: NEVES, M. F. (coord.). **Agronegócios e Desenvolvimento Sustentável: Uma Agenda para a Liderança Mundial na Produção de Alimentos e Bioenergia**. São Paulo: Atlas, 2007, pp. 67-72.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Curitiba: Banco de Desenvolvimento do Paraná, 1968.

MARSCHAL, C. R. Pequena Propriedade e Cooperativismo no Oeste do Paraná: um estudo a partir da Cooperativa Agroindustrial Lar (Dissertação de Mestrado). Toledo: UNIOESTE, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, 2005.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. Habilidades sociais no mercado de leite. In: MARTES, Ana Cristina Braga. **Redes e Sociologia Econômica**. São Carlos: EdUfscar, 2009, pp. 263-284.

MAREL FOODS SYSTEMS. A arte de cortar. Disponível em:

<http://www.marelfoodsystems.com.br/principal/home/?sistema=conteudos|conteudo&id_conteudo=98> Acesso em 27/05/2010.

MARTINELLI, O; SOUZA, J. M. **Relatório Setorial – Carne de Aves**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em:
<http://www.finep.gov.br/PortalDPP/relatorio_setorial_final/> Acesso em: 30/09/2008.

MARTINS, S. S. Avicultura de corte: situações e perspectivas em maio de 2005. **Informações Econômicas**, v.35, n.7, São Paulo: IEA, 2005, pp. 57-59.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

MESQUITA, O. V.; SILVA, S.T. Regiões agrícolas do Estado do Paraná: uma definição estatística. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, FIBGE, ano 32, n.1, jan.mar. de 1970, pp. 03-42.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó, SC: Argos, 2005.

MIZUSAKI, M. Y. Monopolização do território e reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul. (Tese de Doutorado). São Paulo: FFLCH – USP, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, 2003, 406p.

MORESCO, M. D. Estudo de paisagem no município de Marechal Cândido Rondon. (Dissertação de Mestrado) Maringá-PR: PGE/UEM, 2007, 158p.

MÜLLER, G. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

NOGUEIRA, A. C. L. **Custos de transação e arranjos institucionais alternativos: uma análise da avicultura de corte no Estado de São Paulo**: USP, 2003 (Dissertação de Mestrado).

OCEPAR– Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **Cooperativas Agropecuárias do Paraná: Produtos e Serviços** (Catálogo). Curitiba: Sistema Ocepar, 2007, 74p.

OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **Paraná Cooperativo: Propostas para Aperfeiçoamento da Legislação Ambiental Brasileira** (Encarte Especial). Curitiba-PR: OCEPAR, 2009. Disponível em:
<<http://www.ocepar.org.br>> Acesso em 03/12/2009.

OCEPAR. SESCOOP-PR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Informe Diário**, n. 2.282, 09 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br>> Acesso em 12/02/2010.

OCEPAR. SESCOOP-PR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Informe Diário**, n. 2.373, 23 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br>> Acesso em 27/06/2010.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001, pp.18-72.

PALHARES, J. C. P. Uso da cama de frango na produção de biogás. **Circular Técnica**. Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves, Concórdia, v. 41, p. 01-12, 2004. Disponível em:< <http://www.cnpsa.embrapa.br> > Acesso em: 26/11/2009.

PAULA, N.M.de. Pequenas e médias empresas na indústria agroalimentar. In: MALUF, R.S.; WILKINSON, J. (orgs.) **Reestruturação do Sistema Agroalimentar: questões metodológicas e de pesquisa**. Rio de Janeiro: UFRJ/ CPDA, 1999, pp. 171-178.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990, 182p.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. **O cooperativismo agrícola em questão**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2004.

RANGEL, I. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil: prefácio e organização de José Graziano da Silva**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

REOLON, C. A. A aglomeração urbana da soja: Cascavel e Toledo no contexto da metropolização na Mesorregião Oeste Paranaense. (Dissertação de Mestrado). Toledo: Unioeste, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, 2007, 244p.

RIZZI, A. T. **Mudanças Tecnológicas e Reestruturação da Indústria Agroalimentar**: o caso da indústria de frangos no Brasil. Campinas: Unicamp, 1993 (Tese de Doutorado).

RODRIGUES, Waldecy (et al). Competitividade do sistema agroindustrial do frango de corte no Tocantins: o caso da empresa Frango Norte. In: **47º Congresso da SOBER**. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

SALANEK FILHO, Pedro. Capital social e cooperativismo agropecuário no processo de desenvolvimento sustentável local: uma avaliação da região de atuação da cooperativa Copacol (Dissertação de Mestrado). Curitiba: UNIFAE – Mestrado em Organização e Desenvolvimento, 2007, 160p.

SANTOS, M. Materiais para estudo da urbanização brasileira no período técnico-científico. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, 1989, n.67, pp. 05-16.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993, 157p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SERRA, E. Cooperativismo empresarial e suas contradições: o distanciamento entre a teoria e a prática do sistema. In: **V Encontro de Pesquisadores Latino-Americanos de Cooperativismo**, (CD ROM), Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil, USP, 06 a 08 de agosto de 2008, 11p.

SESCOOP. OCEPAR. FECOOPAR. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Paraná. Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **As cooperativas e o desenvolvimento econômico e social do Paraná**. 2 ed. Curitiba, 2008.

SESCOOP. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. <<http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/faq/faq1.asp>> Acesso em: 18/07/2009.

SHIVA, V. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Campinas-SP: Unicamp, 1998.

SILVA, A. C. P. da. Cooperativismo e Autonomia: pela transformação das práticas e dos objetivos associativistas no espaço rural brasileiro. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n.12, 2º semestre de 2002, pp. 33-45.

SILVEIRA, R. L. L. da. Complexo Agroindustrial, rede e território. In: DIAS, L.C.; SILVEIRA, R. L. L. da. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 2005.

SORDI, A.; SOUZA, S. N. M. de; OLIVEIRA, F. H. de. Biomassa gerada a partir da produção avícola na região Oeste do Paraná: uma fonte de energia. **Acta Sci. Technol.** Maringá, v. 27, n. 2, p. 183-190, Jul./Dec., 2005.

SORJ, B; POMPERMAYER, M.J; CORRADINI, O.L. **Camponeses e Agroindústrias: Transformação social e representação política na avicultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, 119p.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SOUZA, Mariângela A. P.; CORRÊA, Walquíria K. Produtores rurais, atividades não-agrícolas e trabalho pluriativo no município de Cascavel – PR: uma discussão sobre a ruralidade e o território. In: **4º ENGRUP**, São Paulo, 2008, p.656-684.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon

(orgs). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SZMERECSENYI, T. **Pequena História da Agricultura no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

TEDESCO, João Carlos. Contratualização e racionalidade familiar. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3ed. Passo Fundo-RS: UPF, 2001, pp.107-148.

UBA – União Brasileira de Avicultura. **Relatório Anual 2006/ 2007**. Disponível em: <http://www.uba.org.br/ubanews_files/rel_uba2006_07.pdf> Acesso em: 19/11/2008.

UBA – União Brasileira de Avicultura. **Relatório Anual 2007/ 2008**. Disponível em: <http://www.uba.org.br/uba_rel08_internet.pdf> Acesso em: 19/11/2008.

VEIGA, J. E. da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados** 18 (51), 2004, pp. 51-67.

ZANCHET, Maria Saléte. **Características das Ocupações na Agropecuária Paranaense**. Curitiba: IPARDES, julho de 2008.

ZILLI, Julcemar Bruno. Os fatores determinantes para a eficiência econômica dos produtores de frango de corte: uma análise estocástica. (Dissertação de Mestrado) Piracicaba: ESALQ/USP, 2003, 154p.

WILKINSON, J. **Mercados, Redes e Valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

APÊNDICE 1

Entrevista para os proprietários de aviário(s).

1- Desde quando trabalha na atividade agrícola? Idade? Escolaridade? Naturalidade?

2- Local de moradia: () campo () cidade

- Para quem mora no campo: qual é a distância até a cidade? Já morou na cidade? Gostaria de mudar para a cidade? Por quê?

- Para quem mora na cidade: já morou no campo? Por que se mudou? Qual é a distância da cidade até o seu estabelecimento agrícola?

3- Além do trabalho no próprio estabelecimento agrícola, trabalha em outro lugar, presta serviços para outros ou exerce outra profissão? () Sim () Não
Se sim, o local e a atividade:

4- Há quanto tempo que é associado da cooperativa? (lembra o ano?)

5- Possui quantos aviários? São climatizados? Qual a capacidade produtiva (número de frangos por lote/ aviário)? Há intenção de ampliar? Por quê?

6- Quando (ano) implantou o(s) aviário(s)? Os recursos foram financiados, qual agência financiadora? Terminou de pagar o financiamento?

7- Qual a exigência do banco para a garantia do financiamento? (hipoteca?)

8- Quais motivos ou propostas o convenceram para a instalação do aviário(s)?

9- Houve modificação no processo produtivo, reformas ou instalação de novos equipamentos desde que o aviário entrou em funcionamento? Quais?

10- Como é o controle da produção? (verificação do crescimento dos frangos/ acompanhamento técnico).

11- Possui seguro do aviário? (barracão)

12- Quem cuida do(s) aviário(s)? Família? Empregados? Quantas pessoas são necessárias?

13- A produção de frangos exige muitos cuidados? Já passou por alguma dificuldade ou imprevisto?

14- Há quanto tempo é proprietário do estabelecimento agrícola onde está instalado(s) o(s) aviário(s)? Possui outros estabelecimentos? (em outro município ou estado). Possui quantos hectares (ou alqueires) de terra?

15- A produção de frangos é a principal fonte da renda familiar? Se não for, qual é a principal?

16 – Quais são as outras culturas desenvolvidas em seu estabelecimento? Quais produtos são vendidos para a cooperativa, para outras pessoas e/ ou empresas? Possui aposentadoria rural?

17- Produz alimentos ou matérias-primas para o consumo próprio? Quais?

18- Participa das Assembléias Gerais da cooperativa? Por quê? Está de acordo com as decisões da cooperativa?

19- O proprietário ou alguém da família participa dos eventos sociais promovidos pela cooperativa? (Grupo Feminino etc.)

20- Recebe ou já recebeu benefício de algum Programa Social da Cooperativa? (curso profissionalizante, bolsa de estudos etc.)

21- Sobre a unidade familiar do (a) proprietário (a) do aviário:

- Estado civil? () casado () solteiro
- Filhos, quantos? Idade e escolaridade dos filhos?
- Qual a profissão e a escolaridade do cônjuge?

22- Como era antes de ter o aviário e o que mudou depois? Em sua opinião, o que melhorou ou piorou?

23- Hoje, em sua opinião, o que precisa melhorar no campo, de um modo geral?

Entrevista para os dirigentes das cooperativas:

1- Quais foram as condições ou os motivos principais da Cooperativa para a decisão de implantar um complexo industrial avícola?

2- Qual foi a fonte de recursos financeiros? (valor e agência financiadora, se possível).

3- Ao longo dos anos na atividade da avicultura, quais as modificações mais importantes realizadas na estrutura produtiva do Complexo Avícola?

4- Atualmente, possui projeto para ampliar a avicultura ou para construir indústria em outro segmento? Comente.

5- Sobre a área de atuação da Cooperativa, pretende ampliar unidades em outros municípios ou estados? A localização dos aviários de campo integrados coincide com a área de atuação da Cooperativa? Quem regulamenta isto?

6- Existe competição entre as cooperativas abatedoras de frango do Oeste Paranaense? E com outras empresas gigantes do setor, como a Sadia?

7- Para a viabilidade da avicultura, quais os principais fatores que interferem nos custos de produção?

8- Para quais países a Cooperativa exporta carne ou produtos de frangos? E quanto ao mercado interno, para quais Estados?

8- De modo geral, qual é o principal desafio na avicultura?

9- Entre outros segmentos que a cooperativa atua, pode-se dizer que a avicultura é o mais importante? Por quê?

10- Teria algo a comentar sobre o projeto para uma nova lei cooperativista que prevê a abertura do capital?

11- O Paraná é um líder nacional na produção de frangos. Qual sua opinião sobre a expansão/ evolução dessa produção prevista para os próximos anos no Oeste do Paraná?

ANEXO 01



Município de Palotina

ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 1.894

Institui o Programa Palotina mais Rural, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Palotina, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art.1º - Fica instituído o "Programa Palotina mais Rural", com objetivo de incrementar as atividades agrícolas e pecuárias nas propriedades e comunidades rurais do Município de Palotina.

Parágrafo único. Estes serviços poderão ser executados diretamente pelo Município ou excepcionalmente terceirizados, quando houver insuficiência de máquinas e equipamentos necessários para melhor implementação do Programa definido no caput deste artigo.

Art. 2º - O programa visa atender os seguintes trabalhos:

I - Serviços de terraplenagem destinados a edificações rurais, tais como:

- g) construção de aviários;
- h) construção de pocilgas;
- i) construção de estábulos;
- j) construção de estufas para olericultura;
- k) construção de armazéns, galpões e depósitos para armazenamento da produção rural;
- l) construção de residenciais.

II - Serviços de conservação do solo e da água:

- c) construção e/ou reforma de passadores de estradas vicinais;
- d) construção e/ou reforma de caixas de retenção.

III - Serviços de máquina para:

- f) sistematização de várzeas para fins agrícolas e para aquicultura;
- g) manutenção de viveiros de aquicultura;
- h) construção de silos trincheira, esterqueiras e cisternas;
- i) saneamento rural (instalação de rede de água potável);
- j) vala para aterro de animais.

IV - Serviços de adequação de estradas rurais:

- b) cascalhamento à acessos e pátios de: aviários, bovinocultura de leite, suinocultura, e aquicultura.

V - serviços de transporte e distribuição de materiais, como:

- c) distribuição de chorume (adubo orgânico líquido);
- d) transporte de terra e entulhos.



Município de Palotina

ESTADO DO PARANÁ

21

Art. 3º - Os produtores interessados em beneficiar-se deste Programa deverão solicitar os incentivos através de requerimento formulado ao Poder Executivo, o qual será encaminhado a Secretaria responsável pelo setor agropecuário do Município, desde que cumpridas as seguintes exigências:

I - não esteja inadimplente com a fazenda pública municipal;

II - apresente nota de Produtor Rural, compatível com a área e uso da mesma;

III - implante e mantenha o Sistema Integrado de Manejo e Conservação do Solo e da Água (matas ciliares) em micro-bacias hidrográficas em sua propriedade;

IV - efetue, junto a sua propriedade, a roçada manual, mecânica ou química nas margens de estradas rurais, sem destruir o leito das mesmas;

V - conserve os passadores nas estradas rurais, as entradas de água para os terraços, caixas de retenção e/ou terraços de ligação.

VI - preencha termo de compromisso de que as edificações não serão construídas em área de preservação ambiental, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. O beneficiário assinará um termo declarando estar ciente da legislação ambiental vigente.

Art. 4º - O incentivo será concedido, desde que haja disponibilidade financeira.

Art. 5º - Os atendimentos serão realizados de acordo com cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal responsável pelo setor agropecuário, prioritariamente de forma regionalizada e posteriormente por ordem de protocolo, após criteriosa vistoria técnica.

Art. 6º - O recolhimento do valor de contrapartida do beneficiário, será feito mediante guia de recolhimento, que deverá ser paga no Departamento de Tributação desta Municipalidade até 90 dias após a execução do serviço.

Parágrafo único. A falta do recolhimento da contrapartida do produtor implicará na perda do incentivo, cobrando-se o valor de mercado mais os acréscimos pecuniários, bem como o impedimento da utilização dos demais benefícios do Programa.

Art. 7º - Havendo necessidade de obtenção de projeto técnico para fins de averbação imobiliária para o seu financiamento, o produtor ficará isento do pagamento das taxas municipais de aprovação do respectivo projeto, desde que cumpridas as exigências estabelecidas no artigo 3º desta Lei, mediante solicitação através de requerimento protocolado na Prefeitura Municipal e juntada as devidas provas necessárias.

Art. 8º - Os operadores de máquinas do município deverão dirigir-se ao local de prestação de serviços, obrigatoriamente munidos da "Ordem de serviços" previamente preenchida pela Secretaria Municipal responsável pelo setor agropecuário, devendo após a conclusão dos trabalhos ser devolvida devidamente assinada pelo beneficiário, ao Departamento responsável pelas máquinas para encaminhamento ao Setor responsável pela efetivação dos trâmites legais.

Art. 9º - Os incentivos de que trata esta lei estão discriminados no anexo I, parte integrante desta lei.



Município de Palotina

ESTADO DO PARANÁ

3

Parágrafo único. A tabela a que se refere o "caput" deste artigo, poderá ser revista periodicamente, através de decreto, de acordo com os incentivos priorizados para o Município.

Art.10. As despesas decorrentes desta lei, correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

0200 – PODER EXECUTIVO
0204 – SECRETARIA M.DE IND., COMÉRCIO E AGRICULTURA
0204.206060082.010 – DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES AGROPECUÁRIAS
3.3.90.30.00 – Material de Consumo
3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Art.11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1851, de 21 de outubro de 2004.

PAÇO MUNICIPAL "LUIZ ÂNGELO DE CARLI"
EM, 15 DE JUNHO DE 2005.

Dr. ELIR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

DELSON NATAL DOTTA
Secretário Municipal de Administração

Jornal Órgão Oficial "O Paraná"
Cascavel-Pr. 14 / 06 / 05 pg 27



Município de Palotina

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

I - A distância citada nos itens abaixo, referem-se a somatória do deslocamento de ida, distribuição e retorno do veículo ou equipamento.

II - Incentivo para terraplenagem de inciso I, alíneas a, b, c e d do art. 2º, respectivamente: construção de aviários, pocilgas, estábulos e estufas para olericultura.

Referência técnica	Limite	Contrapartida do beneficiário
1 hora máquina a cada 30 m ² de área a ser construída	50 horas/ano/proprietário	R\$ 31,00/hora

III - Serviços com máquinas de inciso I, alíneas e, f e g, incisos II e III do artº 2º, excluindo alínea d e e do inciso III, respectivamente da construção de: armazéns, galpões e depósitos, residências, passadores, caixas de retenção; várzeas, viveiros de aquicultura, silos trincheira, esterqueiras e cisternas.

Referência técnica	Limite	Contrapartida do beneficiário
Máquinas: retro-escavadeira, pá carregadeira, trator de esteira e motoniveladora	10 horas/ano/proprietário (compreende a somatória dos tipos de máquina)	31,00/hora

IV - Saneamento Rural: inciso III, alínea d, do art.2º. Com subsídio de 100% da hora máquina para valetamento.

V - Serviços de cascalhamento (cascalho, transporte e esparramação) : inciso IV, art. 2º (acessos a aviários, suinocultura, bovinocultura de leite e aquicultura):

Referência técnica	Limite	Contrapartida do beneficiário
Para cada 5 m ² de construção nova 2 m ³ de cascalho colocado	Até 600 m ³ /ano/proprietário	R\$ 2,85/m ³
Para cada 5 m ² de construção antiga 1 m ³ de cascalho colocado	Até 300 m ³ /ano/proprietário	R\$ 2,85/m ³
Atividade sem construção	Até 150 m ³ /ano/proprietário	R\$ 2,85/m ³
Para distância acima de 20 até 40 km, a contrapartida é de R\$ 3,00/m ³		

VI - Serviços: Inciso V, alínea a, art.2º (chorume)

Carga (litros)	R\$ por km rodado	Distância	Contrapartida beneficiário	Limite de cargas (120 dias entre solicitações)
10.000	R\$ 2,00	Até 20 km	100 %	Até 30 cargas por solicitação
10.000	R\$ 2,50	Acima de 20 até 40 km		

VII - Serviços das alíneas b e c, inciso V do art. 2º (transporte de terra e entulhos) e alínea e do inciso III do art. 3º (vala aterro de animais):

Referência técnica	Contrapartida do beneficiário	
	Até 20 km de distância	Acima de 20 até 40 km
1 m ³ de terra	R\$ 2,65	R\$ 3,12
1 carga de entulhos	R\$ 20,00	R\$ 25,00
Vala aterro de animais	R\$ 80,00/hora máquina a contar da saída do local estacionado	



Município de Palotina

ESTADO DO PARANÁ

5

VIII – Na sede das comunidades serão concedidos os mesmos limites de incentivos, com a isenção de contrapartida.

IX – O não pagamento da contrapartida, Parágrafo único do Art. 6º será cobrado:

Serviço	Referência técnica	Custo em R\$
Máquinas e equipamento	1 hora	R\$ 110,00
Cascalhamento	1 m³	R\$ 8,00
Transporte terra, entulho	1 m³	R\$ 3,60

Dr. ELIR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal



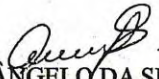
Município de Palotina

ESTADO DO PARANÁ

ERRATA

Na Lei nº 1.894, de 15 de junho de 2005, publicado no Jornal O Paraná do dia 17 de junho de 2005, página 27, no Art. 2º, inciso I, onde se lê “g) h) i) j) k) l), lê-se, a) b) c) d) e) f)”, no inciso II, onde se lê “c) d), lê-se, a) b)”, no inciso III, onde se lê “f) g) h) i) j), lê-se, a) b) c) d) e)”, no inciso IV, onde se lê, “b), lê-se, a)”, no inciso V, onde se lê “c) d), lê-se a) b)”.

PAÇO MUNICIPAL “LUIZ ÂNGELO DE CARLI”
EM, 08 DE JULHO DE 2005.


CARLA ÂNGELO DA SILVA
Chefe de Gabinete
Secretaria M. de Planejamento

Jornal Órgão Oficial “O Paraná”
Cascavel-Pr 12/07/05 pg 30



Município de Palotina

Rua Aldir Pedron, 898 - Centro - Palotina - Estado do Paraná - CEP 85950-000
CNPJ 76.208.487/0001-64

DECRETO N.º 6.139

Dispõe sobre a revisão do Anexo I da Lei Municipal nº. 1.894 de 15 de junho de 2005 e dá outras providências.

Dr. ELIR DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALOTINA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 69, inciso V combinado com o artigo 77, inciso I, alínea "a" ambos da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO, o incentivo para a avicultura ser prioritário, tendo em vista a importância da mesma para o Município e o disposto no parágrafo único do artigo 9º da Lei Municipal nº. 1.894, de 15 de junho de 2005,

DECRETA:

Art. 1º O Anexo I, da Lei nº. 1.894, de 15 de junho de 2005, passa a vigorar com as alterações estabelecidas no Anexo I, desta Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "LUIZ ÂNGELO DE CARLI"
EM, 26 DE JUNHO DE 2006.

Dr. ELIR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Jornal Órgão Oficial O Presente
Marechal Cândido Rondon
27/06/06 Pg 20



Município de Palotina

Rua Aldir Pedron, 898 - Centro - Palotina - Estado do Paraná - CEP 85950-000
CNPJ 76.208.487/0001-64

ANEXO I

I – As distâncias citadas nos itens abaixo, referem-se à somatória do deslocamento de ida, distribuição e retorno do veículo ou equipamento.

II - Incentivo para terraplenagem de inciso I, alíneas a, b, c e d do art. 2º, respectivamente: construção de aviários, pocilgas, estábulos e estufas para olericultura.

Referência técnica	Limite	Contrapartida do beneficiário
1 hora máquina a cada 30 m ² de área a ser construída	50 horas/ano/proprietário	R\$ 31,00/hora
* 1 hora máquina a cada 30 m ² de área a ser construída	50 horas/ano/aviário	R\$ 5,00/hora

* Das 50 até 07(sete) horas máquina poderão ser executadas com motoscaper. Incentivo concedido somente para aviários a serem construídos até 31 de dezembro de 2006.

III – Serviços com máquinas de inciso I, alíneas “e” e “f”, incisos II e III do artº 2º, excluindo alínea “d” e “e” do inciso III, respectivamente da construção de: armazéns, galpões e depósitos, residências, passadores, caixas de retenção; várzeas, viveiros de aquicultura, silos trincheira, esterqueiras e cisternas.

Referência técnica	Limite	Contrapartida do beneficiário
Máquinas: retro-escavadeira, pá carregadeira, trator de esteira e motoniveladora	10 horas/ano/proprietário (compreende a somatória dos tipos de máquina)	31,00/hora

IV - Saneamento Rural: inciso III, alínea d, do art.2º. Com subsidio de 100% da hora máquina para valetamento.

V – Serviços de cascalhamento (cascalho, transporte e esparramação) : inciso IV, art. 2º (acessos a aviários, suinocultura, bovinocultura de leite e aquicultura):

Referência técnica	Limite	Contrapartida do beneficiário
* Para cada 5m ² de construção de aviário implantado 1m ³ de cascalho colocado	Até 300 m ³ /ano/aviário	R\$ 1,00/m ³
Para cada 5m ² de construção nova 2m ³ de cascalho colocado	Até 600 m ³ /ano/proprietário	R\$ 2,85/m ³
Para cada 5 m ² de construção antiga 1m ³ de cascalho colocado	Até 300 m ³ /ano/proprietário	R\$ 2,85/m ³
Atividade sem construção	Até 150 m ³ /ano/proprietário	R\$ 2,85/m ³
Para distância acima de 20 até 40 km, a contrapartida é de R\$ 3,00/m ³		

* Incentivo concedido somente para aviários a serem construídos até 31 de dezembro de 2006.

VI – Serviços: Inciso V, alínea a, art.2º (chorume)

Carga (litros)	R\$ por km rodado	Distância	Contrapartida beneficiário	Limite de cargas (120 dias entre solicitações)
10.000	R\$ 2,00	Até 20 km	100 %	Até 30 cargas por solicitação
10.000	R\$ 2,50	Acima de 20 até 40 km		



Município de Palotina

Rua Aldir Pedron, 898 - Centro - Palotina - Estado do Paraná - CEP 85950-000
CNPJ 76.208.487/0001-64

VII – Serviços da alíneas *b* e *c*, inciso V do art. 2º (transporte de terra e entulhos) e alínea *e* do inciso III do art. 3º (vala aterro de animais):

Referência técnica	Contrapartida do beneficiário	
	Até 20 km de distância	Acima de 20 até 40 km
1 m3 de terra	R\$ 2,65	R\$ 3,12
1 carga de entulhos	R\$ 20,00	R\$ 25,00
Vala aterro de animais	R\$ 80,00/hora máquina a contar da saída do local estacionado	

VIII – Na sede das comunidades serão concedidos os mesmos limites de incentivos, com a isenção de contrapartida.

IX – O não pagamento da contrapartida, Parágrafo único do Art. 6º será cobrado:

Serviço	Referência técnica	Custo em R\$
Máquinas e equipamento	1 hora	R\$ 110,00
Cascalhamento	1 m³	R\$ 8,00
Transporte terra, entulho	1 m³	R\$ 3,60

Dr. ELIR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO 02



Prefeitura do Município de Palotina

ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 1.397

Autoriza a Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda a prestar informações na DFC-Declaração Fisco-Contábil e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Palotina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

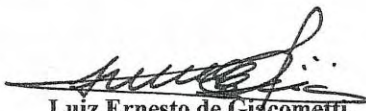
Art. 1º Fica a Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda, autorizada a prestar informações na Declaração Fisco-Contábil DFC à Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, setor de Coordenação Econômica (FPM), referente a distribuição proporcional do valor adicionado gerado pela industrialização de matéria-prima pelo complexo industrial da Coopervale situado na Linha Santa Fé, neste município.

Parágrafo único. O valor adicionado gerado pela industrialização será distribuído proporcionalmente ao fornecimento de matéria-prima aos municípios da área de atuação da Coopervale-Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda.

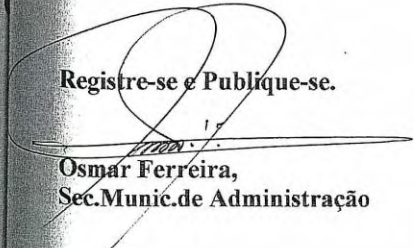
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Palotina,
Em, 16 de dezembro de 1996.


Luiz Ernesto de Galcometti,
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.


Osmar Ferreira,
Sec.Munic.de Administração

Jornal Órgão Oficial "O Paraná"
Cascavel-Pr 17 / 12 / 96 pg 20



Prefeitura do Município de Palotina

ESTADO DO PARANÁ

Em, 09 de dezembro de 1996.

ITMOO

MENSAGEM Nº 029/96

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 030/96

IA

IA

CO

AE

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Temos a honra de encaminhar as Vossas Excelências para apreciação e deliberação, o Projeto de Lei nº 030/96, que autoriza a Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda a prestar informações na Declaração Fisco-Contábil(DFC) à Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, setor de Coordenação Econômica (FPM), referente a distribuição proporcional do valor adicionado gerado pela industrialização de matéria-prima pelo complexo avícola da Coopervale, situado na Linha Santa Fé, neste Município.

O valor gerado pela industrialização será distribuído proporcionalmente ao fornecimento de matéria-prima(frangos) aos municípios da área de atuação da Coopervale.

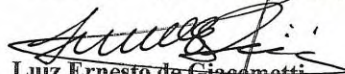
A Coopervale é uma sociedade de pessoas, que visa através da união destas, somar forças para em comum vencer as dificuldades. Para dar continuidade ao seu caminho de crescimento, a Coopervale está implantando um complexo industrial, onde agregará valor aos produtos primários produzidos por seus associados.

Em 29 de outubro de 1993, foi assinado um termo de compromisso particular entre a Coopervale e os Prefeitos Municipais de sua área de ação, que possibilitou a centralização deste complexo industrial no Município de Palotina.

Em sequência ao acordo, para não causar prejuízos aos Municípios que produzem a matéria-prima, torna-se necessário, uma autorização do Município de Palotina, para que a Coopervale, através de um acordo com a Coordenação Econômica da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, proporcionalize o valor gerado pelas indústrias, que serão instaladas no seu parque industrial, localizada na Linha Santa Fé, no Município de Palotina-PR. A proporcionalidade, caberá aos municípios da área de ação da Coopervale no Paraná e que participam da indústria, dando viabilidade a esta, através da produção da matéria-prima.

O valor agregado pela industrialização, será proporcionalizado aos municípios da área de ação da Coopervale neste Estado, em conformidade com a matéria-prima recebida nas unidades da Cooperativa em cada um dos municípios da sua área de ação neste Estado e que serão industrializadas pela cooperativa no seu parque instalado na Linha Santa Fé, Município de Palotina. O critério de rateio, obedecerá a legislação em vigor, ou seja, anualmente através da DFC, a Coopervale informará ao Estado os montantes cabíveis a cada município, com base na industrialização anual da indústria. A Coopervale, fundamentada nesta Lei, fica responsável em viabilizar o tratamento especial junto à Secretária de Fazenda/COORDENAÇÃO ECONÔMICA/FPM.

Atenciosamente,


Luiz Ernesto de Giacometti,
Prefeito Municipal

Ao Senhor
Silmar R. Soligo,
Presidente da Câmara Municipal de Palotina
NESTA



Prefeitura do Município de Palotina

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº 030/96.

Autoriza a Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda a prestar informações na DFC e dá outras providências.

Art. 1º Fica a Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda, autorizada a prestar informações na Declaração Fisco-Contábil (DFC) à Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, setor de Coordenação Econômica (FPM), referente a distribuição proporcional do valor adicionado gerado pela industrialização de matéria-prima pelo complexo ^{industrial} (avícola) da Coopervale situado na Linha Santa Fé, neste município.

Parágrafo único. O valor adicionado gerado pela industrialização será distribuído proporcionalmente ao fornecimento de matéria-prima(frangos) aos municípios da área de atuação da Coopervale-Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.


Luiz Ernesto de Giacometti,
Prefeito Municipal

Recebido
Em 09/12/96
19:35hs
Secretaria

LIDO 09/12/96
Presidente

ENCAMINHE-SE
Comissão(es) de:
Justiça e Di-
reção
EM 09/12/96
Presidente

A P R O V A D O
1ª Discussão-Em 11/12/96
2ª Discussão-Em 12/12/96
3ª Discussão-Em 13/12/96
Presidente
Presidente
Presidente

COOPERVALE

Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALOTINA
EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO**

A COOPERVALE Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri LTDA., pessoa jurídica de direito privado, sito à Av. Independência, 2347, Palotina Pr., inscrita no CGC (MF) sob número 77.863.223/0001-07 e no CAD/ICMS sob o número 41400463-67, vem por seu representante legal infra-assinado, expor e requerer o quanto segue:

O FATO:

Em 29 de novembro de 1993, a COOPERVALE e as Prefeituras municipais de Palotina, Maripá, Assis Chateaubriand e Terra Roxa, assinaram um TERMO DE COMPROMISSO PARTICULAR, possibilitando a centralização do Parque Industrial da COOPERVALE, observando-se as seguintes considerações:

Considerando a necessidade da COOPERVALE ter seu parque industrial, centralizando suas unidades fabris;

Considerando que a centralização reduz e racionaliza custos com transporte, segurança, energia, administração e etc.;

Considerando que a COOPERVALE é uma sociedade de pessoas e que estas pessoas, os associados, se distribuem pelos municípios supra citados, a centralização das indústrias, em um município, não pode causar prejuízo aos demais, em relação ao ICMS;

Considerando a necessidade de proporcionar aos municípios citados o retorno do ICMS, de forma equalizada, de acordo com a matéria prima produzida e recebida em cada município e industrializada no Parque Industrial da COOPERVALE;

Considerando a necessidade de que o critério a ser adotado seja de comum acordo entre a COOPERVALE e os municípios envolvidos, propõem-se a adoção do seguinte procedimento nas operações industriais:

- a) A matéria prima a ser industrializada, deverá gerar o ICMS, no município de origem, ou seja onde é produzido;
- b) O ICMS gerado em função da industrialização deverá ser rateado pelos municípios proporcionalmente a matéria prima produzida no município;
- c) A COOPERVALE através de documento hábil e no momento certo, informará ao Estado o ICMS gerado pela industrialização e o montante que couber a cada município;

Q.

COOPERVALE

Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda.

d) De posse destas informações, o Estado fará os procedimentos cabíveis para o rateio.

Considerando que em conversa mantida com a Receita Estadual, através da Décima Primeira Delegacia Regional de Umuarama, para que haja participação dos municípios produtores da matéria prima, sobre a agregação de valor pela industrialização em outro município, deverá ser encaminhado requerimento fundamentado em Lei municipal admitindo tal possibilidade.

OBSERVAÇÃO:

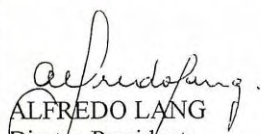
Caso ocorram alterações na legislação, não pode a COOPERVALE, vir a ser onerada, pelo fato de estar buscando equalizar a situação, fato que em ocorrendo, as partes buscarão novas alternativas de acordo a melhor atender a todos.

REQUER:

Que seja confirmado através de lei pelo município de Palotina, que o ICMS relativo a industrialização feita pela COOPERVALE no seu Parque Industrial, que está sendo implantado na linha Santa Fé (município de Palotina), será por direito rateado proporcional a matéria prima produzida pelos municípios da área de ação da COOPERVALE, atuais e futuros, que produzem a matéria prima a ser industrializada.

Termos em que, cumpridas as necessárias formalidades legais, deve o presente ser recebido e acolhido, como medida de inteira justiça.

Palotina 07 de novembro de 1996


ALFREDO LANG
Diretor Presidente

ANEXO 03

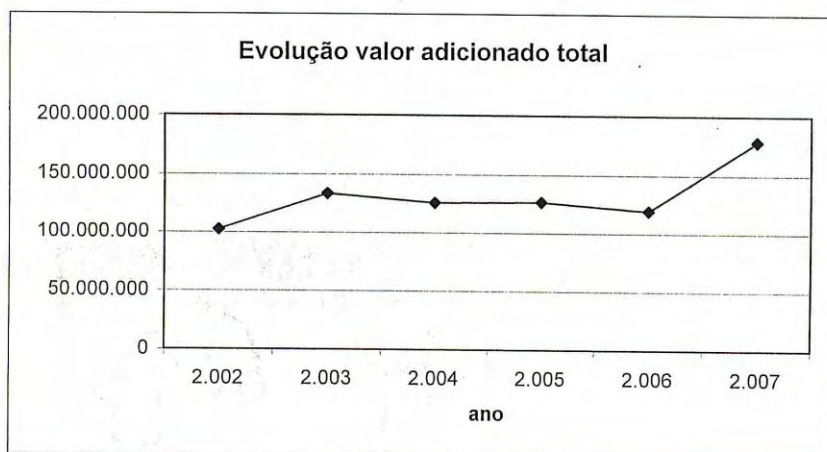
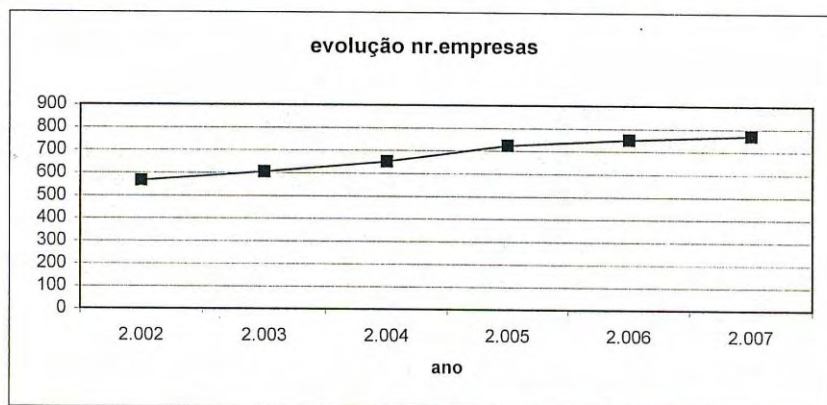
Município de Palotina

Valor Adicionado ICMS, para fins do FPM

ano	nr. Empresas normais	Simples nacional		total
2.002	566	0		566
2.003	604	0		604
2.004	651	0		651
2.005	723	0		723
2.006	750	0		750
2.007	210	559		769

Obs. Em 2007, **72,69 %** das empresas de Palotina pertencem ao simples nacional e, **27,31 %** são empresas do regime normal.

ano	total saídas	total entradas	VA empresas do Simples Nacional	valor adicionado
2.002	1.150.830.766	1.048.478.727	0	102.352.039
2.003	1.449.967.408	1.316.600.812	0	133.366.596
2.004	1.305.042.512	1.179.398.291	0	125.644.221
2.005	1.486.476.911	1.359.903.100	0	126.573.811
2.006	1.307.669.294	1.188.506.251	0	119.163.043
2.007	1.726.386.682	1.574.010.283	26.162.540	178.538.939



fonte: Sefanet.pr.gov.br

PRÉCIO COISA, FAZEMOS

ESTAS

Ranking das 30 (trinta) maiores empresas de Palotina em relação a participação no Valor Adicionado para fins de formação do Índice do FPM.

22

empresa	% participação ano base 2.005	empresa	% participação ano base 2.006	empresa	% participação ano base 2.007
C Vale 90104508-93	7,4072	C Vale 90104508-93	6,7986	C Vale 90104508-93	10,1946
Coodetec	4,5617	Coodetec	5,7311	C Vale 41400463-67	3,4342
Cotriguaçu	2,5781	C Vale 41400463-67	1,5457	Coodetec	3,0684
C Vale 41400463-67	2,2618	C Vale 90281802-22	1,1539	Cotriguaçu	1,9536
I Riedi 4140112-29	1,3340	C Vale 90109484-50	0,9749	Equagrill	0,9011
M A Máquinas	1,1035	C Vale 90109484-50	0,6969	C Vale 41400585-35	0,7192
Cerpa	0,5919	C Vale 41401223-06	0,6732	C Vale 90281802-22	0,6982
C Vale 41401223-06	0,5650	M A Máquinas	0,6189	C Vale 90282476-61	0,6620
O Frasson	0,3990	Contiagro	0,5492	C Vale 90109484-50	0,5705
C Vale 41400585-35	0,3883	C Vale 90104506-21	0,5282	C Vale 41401223-06	0,4413
C Vale 90185580-30	0,3735	C Vale 41400585-35	0,4508	I Riedi 4140112-29	0,4166
C Vale 90104506-21	0,3538	O Frasson	0,4454	C Vale 90248675-50	0,3966
C Vale 90282476-61	0,3187	I Riedi 4140112-29	0,4405	Cerpa	0,3459
Aduplan	0,3101	C Vale 90185580-30	0,3386	O Frasson	0,3316
C Vale 90248675-50	0,2967	Equagrill	0,3358	M A Máquinas	0,3310
Trento	0,2659	Trento	0,2807	Contiagro	0,3061
Tertulia	0,2646	C Vale 90282476-61	0,2769	C Vale 90104506-21	0,2769
Trevisan Equip. Agro Ind.	0,2407	C Vale 90332601-88	0,2656	Moldagens Catia	0,2542
C Vale 90109484-50	0,2367	Transportes Locatelli	0,2523	Camagrill	0,2401
Equagrill	0,2290	Markoeleto Com de Eletrodo	0,2510	C Vale 90185580-30	0,2216
Camagrill	0,2248	Moldagens Catia	0,2488	Trento	0,2088
Transportes Locatelli	0,2209	Aduplan	0,2295	Esmepal	0,1994
L Mocchi	0,2196	L Mocchi	0,2273	Tertulia	0,1848
Rivel	0,2019	C Vale 90248675-50	0,2054	Transportes Locatelli	0,1787
WM Medicamentos	0,1971	Rivel	0,2026	Rivel	0,1755
C Vale 90332601-88	0,1817	Esmepal	0,1702	Faxina & Beltramin	0,1606
C Vale 90281802-22	0,1761	Trevisan Equip. Agro Ind.	0,1702	L Mocchi	0,1522
Farpa Farelados Palotina	0,1749	Beck & cia Ltda	0,1656	I Riedi 90175961-84	0,1514
Beck & cia Ltda	0,1708	Camagrill	0,1642	Aduplan	0,1494
Fipal	0,1674			C Vale 90332601-88	0,1310
Sub Total	26,0154	Sub Total	24,7406	Sub Total	27,4585
Obs. Estas trinta empresas, ou seja 4,15 % das empresas representam 26,0154 % do VA enquanto as 95,85 % (693) empresas restantes somadas, representam 73,9846 % do VA		Obs. Estas trinta empresas, ou seja 4,00 % das empresas representam 24,7406 % do VA enquanto as 96,00 % (720) empresas restantes somadas, representam 75,2594 % do VA		Obs. Estas trinta empresas, ou seja 3,90 % das empresas representam 27,4585 % do VA enquanto as 96,10 % (739) empresas restantes somadas, representam 72,5415 % do VA	
Participação empresas C Vale	12,5595	Participação empresas C Vale	12,7967	Participação empresas C Vale	17,7491

Fonte: Sefernet.pr.gov.br

Ranking das 30 (trinta) maiores empresas de Palotina em relação a participação no Valor Adicionado para fins de formação do índice do FPM.

empresa	% participação ano base 2.002	empresa	% participação ano base 2.003	empresa	% participação ano base 2.004
C Vale 90104508-93	5,9051	C Vale 41400463-67	7,6323	C Vale 90104508-93	8,2174
C Vale 41400463-67	5,4178	C Vale 90104508-93	5,1737	Cotriguaçu	3,0883
Cotriguaçu	4,6817	C Vale 41400585-35	3,9443	Coodetec	2,5632
C Vale 90104506-21	1,1938	C Vale 41400585-35	1,5504	C Vale 41400463-67	1,8397
I Riedi 41400112-29	0,9559	Coodetec	1,5267	M A Máquinas	1,2901
Camagril	0,9108	Bunge	1,1496	Camagril	1,0403
M A Máquinas	0,5959	Camagril	1,1048	C Vale 41401223-06	0,6155
Trevisan Equip's. Agro Ind.	0,5441	Equagril	0,7353	C Vale 90109484-50	0,4924
Equagril	0,5337	C Vale 90185580-30	0,7021	C Vale 41400585-35	0,4788
Fipal	0,5161	C Vale 41401223-06	0,5749	Equagril	0,4653
C Vale 41401223-06	0,4885	C Vale 90104506-21	0,4930	Cerpa	0,4492
Cerpa	0,4834	M A Máquinas	0,4358	C Vale 90185580-30	0,3993
C Vale 90185580-30	0,4690	Contiagro	0,4331	Tertulia	0,3872
Coodetec	0,4527	Cerpa	0,4298	Esmepal	0,3754
Rivel	0,3608	Esmepal	0,4270	Aduplan	0,3549
O Frasson	0,2729	I Riedi 4140112-29	0,3600	Contiagro	0,3390
Esmepal	0,2710	Tertulia	0,3144	Trevisan Equip's. Agro Ind.	0,2717
V M L Barbosa	0,2654	Aduplan	0,2837	Metalurgica Chiella	0,2638
I Riedi 90175961-84	0,2625	Rivel	0,2768	Trento	0,2545
Trento	0,2225	Beck & cia Ltda	0,2762	C Vale 90104506-21	0,2498
Transportes Locatelli	0,2108	Trento	0,2617	Rivel	0,2286
C Vale 41400585-35	0,2089	Trevisan Equip's. Agro Ind.	0,2421	O Frasson	0,2250
Pawloski e Pawloski	0,1917	Metalurgica Chiella	0,2248	Transportes Locatelli	0,1835
Rimafta	0,1909	Transportes Locatelli	0,2185	Moldagens Catia	0,1676
Tertulia	0,1733	Faipa Fariados Palotina	0,1903	L Mocchi	0,1606
Aduplan	0,1542	L Mocchi	0,1665	Fipal	0,1575
Demenech	0,1483	Borba Com. De Mat Elétricos	0,1546	Beck & cia Ltda	0,1568
Metalurgica Chiella	0,1449	Indl Agrícola Chiumento	0,1470	Lojas Colombo	0,1520
Schneider Cabos	0,1266	Rimafta	0,1325	Schneider Cabos Ltda	0,1434
Vim Com. De Medicamentos	0,1266	Beginini & Negrini Ltda	0,1294	Cabine Carlesso	0,1387
Sub Total	26,4798	Sub Total	29,6913	Sub Total	25,1495
Obs. Estas trinta empresas, ou seja 5,30 % das empresas representam 26,4798 % do VA enquanto as 94,70 % (536) empresas restantes somadas, representam 73,5202 % do VA		Obs. Estas trinta empresas, ou seja 4,97 % das empresas representam 29,6913 % do VA enquanto as 95,03 % (574) empresas restantes somadas, representam 70,3087 % do VA		Obs. Estas trinta empresas, ou seja 4,61 % das empresas representam 25,1495 % do VA enquanto as 95,39 % (621) empresas restantes somadas, representam 74,8505 % do VA	
Participação empresas C Vale	13,6831	Participação empresas C Vale	14,5760	Participação empresas C Vale	12,2929

ANEXO 04

Cooperativa Lar anuncia geração própria de energia vinculada ao seqüestro de carbono

Cooperativa implantou sistema de geração distribuída com apoio da Itaipu, que vem promovendo na região o aproveitamento da biomassa residual da agropecuária como fonte energética

A Cooperativa Agroindustrial Lar, de Medianeira (Oeste do Paraná), anunciou hoje pela manhã (19), em conjunto com a empresa espanhola ZeroEmissions, do grupo Abengoa, um projeto inédito no país que une a geração de energia elétrica a partir de efluentes de uma unidade industrial de aves e que, de quebra, gera créditos de carbono. O anúncio foi feito em Matelândia, onde o projeto está sendo implantado, a um grupo de cerca de 200 produtores rurais – entre eles representantes de 10 cooperativas e outras autoridades locais – pelo presidente da Lar, Irineu da Costa Rodrigues, pelo representante do grupo Abengoa, Javier Sanchez, e pelo diretor-geral brasileiro da Itaipu, Jorge Samek.

A cooperativa investiu R\$ 4 milhões no projeto, que renderá 20 mil créditos de carbono ao ano, ou seja, deixarão de ser emitidas para a atmosfera 20 mil toneladas anuais de CO₂. A comercialização desses créditos irá gerar uma renda variável, que depende de cotação em bolsa, mas que deverá ser superior a 120 mil euros por ano. Esse comércio foi instituído pelo Protocolo de Kyoto e permite a países desenvolvidos, com metas apertadas de redução de emissões de gases estufa, adquirir créditos de países em desenvolvimento, através do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Primeiramente, os efluentes da unidade industrial da Lar passam por um conjunto de peneiras e por um sistema de flotação. A matéria orgânica retirada nesses passos é utilizada como matéria-prima para ração. O restante do material líquido vai para os biodigestores, onde produzem o gás metano usado para a produção de energia. Os efluentes prosseguem para um conjunto de lagoas onde a água é retirada para reuso industrial e para irrigação. “Acreditamos que esse tipo de projeto vai crescer cada vez mais no Brasil por causa da preocupação ambiental”, afirmou Irineu Rodrigues, da Lar.

A Lar é exemplo do sistema de produção que predomina na região Oeste do Paraná, onde milhares de produtores, muitos deles integrados em cooperativas, dedicam-se a um conjunto de atividades que vai desde a produção de soja e milho, que servem como ração, à suinocultura, à avicultura e à bovinocultura de leite. O abate de aves na região, por exemplo, chega a 1 milhão de animais por dia. “É uma região que se especializou na transformação de proteína vegetal em proteína animal. E não é apenas para a produção de frango, mas de carne pré-cozida, temperada, enfim, produtos de alto valor agregado, muitos deles exportados, mas que representam impactos ambientais. Esse problema pode ser convertido em solução, possibilitando aos produtores rurais gerarem sua própria energia e abrindo novas oportunidades de emprego e renda para o campo”, disse Samek.

No caso da Lar, os créditos foram calculados pela ZeroEmissions e levam em conta três fatores: o tratamento aeróbico do gás metano (que é 21 vezes mais poluente que o gás carbônico e que passa a ser capturado das lagoas de tratamento de efluentes para gerar energia), a cobertura das lagoas de tratamento (antes expostas) e a geração própria de energia limpa, a partir de fonte renovável. Ao deixar de consumir energia da rede pública, a cooperativa também diminui emissões, porque parte da energia disponibilizada pelo sistema elétrico brasileiro é produzida por termelétricas a gás e a carvão.

A Cooperativa Lar, com suas unidades de industrialização de aves, produção de leitões, e de vegetais, juntamente com a Fazenda Star Milk (bovinocultura de leite), a Granja Colombari (suinocultura) e a Estação de Tratamento de Esgoto Ouro Verde, da Sanepar, constituem as unidades de demonstração da Plataforma Itaipu de Energias Renováveis e que,

no início de fevereiro, passaram a vender o excedente da energia que produzem para a Copel. A concessionária paranaense conduziu, ao longo dos últimos 18 meses, uma série de testes de segurança nas redes elétricas interna e externa, para garantir a viabilidade do processo. “A região Oeste do Paraná tem um enorme potencial para aproveitamento da biomassa que, quando desperdiçada, acaba poluindo os rios e indo parar no reservatório da Itaipu, provocando a sua eutrofização. Assim, a empresa vem agindo preventivamente, numa ação de responsabilidade socioambiental para a preservação da água, que é seu principal ativo econômico”, explicou o superintendente de Energias Renováveis da Itaipu, Cícero Bley.

Disponível em: <<http://www.plataformaitaipu.org/conteudo/releases>> Acesso em: 24/06/2009